UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JÉSSICA DA SILVA HÖRING

(Re)construindo a nova ordem: o processo constitucional angolano (1998-2010)

São Paulo

2018

JÉSSICA DA SILVA HÖRING

(Re)construindo a nova ordem: o processo constitucional angolano (1998-2010)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto Comin

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H567(Hóring, Jéssica da Silva
(Re)construindo a nova ordem: o processo
constitucional angolano (1998-2010) / Jéssica da
Silva Hóring ; orientador Alvaro Augusto Comin. - São
Paulo, 2018.
184 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Ordem. 2. Constituição. 3. Angola. 4. MPLA. 5.
UNITA. I. Comin, Alvaro Augusto, orient. II. Título.

HÖRING, Jéssica da Silva. **(Re)construindo a nova ordem:** o processo constitucional angolano (1998-2010). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Para Fernando,
às vezes Albuquerque, sempre Mourão.

AGRADECIMENTOS

Quando me candidatei ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP eu tinha uma outra ideia em mente, bastante diferente da que se consolidou e que apresento ao longo das diversas páginas por vir. O mestrado foi também marcado por uma imensa perda, do meu primeiro orientador, por quem eu tinha grande estima e admiração. Ao final, tudo foi aprendizado. Muita coisa mudou, muita coisa eu aprendi, para melhor, penso eu, e muitas são as pessoas a quem eu devo essa possibilidade de crescer e mudar de trajetória. Outras tantas são as pessoas que, por outro lado, fazem-me lembrar quem eu fui e, no fim, sempre serei. Começo por elas: meu pai e minha mãe; Odemar e Maria Lúcia.

Meu pai anda dizendo por aí que eu estou escrevendo um livro, realidade que eu confortavelmente assim deixei estar, enquanto a minha mãe diz que “*tem a ver com Angola, não sei*”. Eu acho muito bonita a forma como, mesmo tão distantes do caminho pelo qual eu me enveredei, eles são as pessoas que mais apoio e incentivo me deram. Agricultores que não completaram nem mesmo o fundamental, gente simples, como assim se fala. Eu sou a primeira da família a cursar o ensino superior, quem diria, então, um mestrado! Cruzei o oceano algumas vezes e tive o privilégio de conhecer um pouco do mundo. Quase ninguém fala sobre como mudamos – ou assim fingimos – quando adentramos espaços que antes pareciam tão distantes e que não nos pertenciam. Ainda assim, a mais sincera de mim é reflexo desses dois, é o noroeste gaúcho, é a roça, e é Nova Ramada. Boa parte do que eu sou e muito de onde estou eu devo a esses dois, obrigada por me fazerem semente dessa terra e, principalmente, por não desistirem de a regar vez ou outra.

Ao Professor Alvaro Comin, meu querido orientador. Muito obrigada por ter me recebido de braços abertos em um difícil momento de perda e transição, tanto na vida profissional quanto pessoal, pelo cuidado com que apoiou minha proposta de pesquisa. Agradeço a excelente orientação e por todas as questões levantadas, o interesse por meu objeto de estudo e pelo aprendizado constante. Por meio da nossa vivência aprendi muito sobre como pesquisar e ter um olhar mais relacional sobre as coisas. Espero, da minha parte, que eu tenha plantado mais uma semente de pessoas apaixonadas por Angola.

À Professora Márcia Lima, que estendeu a mão e muito me ajudou após a perda do Professor Mourão, compreendendo minha situação e me auxiliando na transição que se pôs necessária, e por todas as contribuições na disciplina de Análise de Projeto. Às Professoras Angela Alonso e Sonia Ranincheski por me recomendarem academicamente, permitindo a realização de trabalho de campo em Lisboa. Aos Professores Acácio e Carlos pelas sugestões na minha banca de qualificação, e também aos Professores Nuno Vidal, Adrian Lavalley e Marcelo Bittencourt, cujos comentários contribuíram para enriquecer minha pesquisa.

À Fundação Eduardo dos Santos, pelo convite em participar das XX e XXI edições das Jornadas Técnico-Científicas dessa fundação, o que possibilitou que eu viajassem à Luanda e realizasse o trabalho de campo da minha pesquisa, além de permitir que eu conhecesse essa cidade que hoje considero um segundo lar e onde fazer morada algum dia da minha vida. À Cátedra Jaime Cortesão e ao Instituto Camões pela bolsa de incentivo à pesquisa em Lisboa, onde pude acessar um material documental muito vasto, enriquecendo uma grande parte da análise que faço sobre o processo constitucional angolano. Ao CNPq pela bolsa de mestrado concedida, viabilizando a realização dessa pesquisa em dedicação exclusiva.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Departamento de Sociologia pela oportunidade de cursar o mestrado. Ao Gustavo e à Evânia, por todo o apoio prestado nas questões mais burocráticas da pós-graduação. Em especial, pela leveza e paciência nas vezes em que algo não corria bem.

Do lado de lá do Atlântico também há muita gente a agradecer. Aos amigos novos de Lisboa: Fábio, Martin, Valéria, Henrique, Paula e Natasha, obrigada por todos os momentos compartilhados nesses dois meses de trabalho de campo. Aos amigos antigos, Carlos e Fátima, que conheci em 2014 e que considero minha família portuguesa, por todo o apoio e carinho de sempre. Em Luanda, a todas as pessoas que me concederam entrevistas e me auxiliaram no acesso a documentos, instigando meu interesse pelo processo constitucional angolano. Ao Joveta, que me recebeu em sua casa durante vários dias e ofereceu, além de hospedagem, todo o apoio na logística luandense. Ao Emanuel e ao Dr. Burity pela imensa generosidade, por me apresentarem a cidade e me apoiarem sempre que necessário. Ao Hugo, Jackson, José e Augusto, obrigada por entrarem na minha vida.

Aos amigos de sempre e que há muito acompanham minha trajetória, com quem compartilho desde as alegrias mais bestas até as lágrimas mais infundadas: Laís, Victor, Júlia e Giovana. À Ana Melos, por compartilhar as alegrias e as dores de estudar Angola. Ao Matheus, por ter apoiado meu projeto de mestrado e ser um amigo para todas as horas. Ao Leonardo, por tudo que compartilhamos e pela força da nossa amizade, eu gostaria que o Rio de Janeiro fosse

um bairro em São Paulo para que pudéssemos nos ver toda hora. Ao Willian, por tudo, por ser minha base em São Paulo, um irmão querido em quem sempre posso contar, muito daquilo que hoje sou é graças a você.

Aos amigos que fiz em São Paulo: Gessica, Roberto, Lucas, David, Nour e Johny, que alegram muitos dos momentos que vivo nessa cidade. Aos amigos que fiz na Universidade de São Paulo e com quem compartilho os muitos dramas da pós-graduação: Everson, Thaís, Brenda, Vinícius, Caio, Ellen, Anouch, Ugo. Ao Gustavo, meu primeiro amigo no mestrado, muito obrigada por todas as conversas e por todo o suporte emocional, você foi, muitas das vezes, a única pessoa que entendia minhas aflições. Ao Marcello, amigo querido que levarei para a vida, meu primeiro amigo paulistano. Ao Issaka, meu companheiro de estudos africanos, obrigada por tudo e por ser um amigo leal. Ao Wellington, meu parceiro do bonde “Unidos de Paulinho da Viola”, obrigada por ter entrado na minha vida e, especialmente, por ter contribuído para que esses últimos meses fossem mais leves. Ao João, obrigada por movimentar a minha vida e por todo aprendizado nessas transições todas que vêm e que vão.

À Letícia. Foi devagarinho que entramos na vida uma da outra e agora compartilhamos até mesmo uma casa, muitas plantas, receitas e tentativas (sem sucesso) de produzir nosso próprio fermento natural. Muito obrigada por ter me ajudado a segurar as pontas muitas vezes, principalmente quando o Mourão partiu, por ser a pessoa mais leal que já conheci e por apoiar inacreditavelmente meus projetos – e também por sugerir mudanças quando meus planos não apresentam qualquer fundamento e senso de realidade. Obrigada por fazer eu me sentir a pessoa mais genial e maravilhosa do mundo. Você é minha amiga mais extraordinária.

Eu conheci o Professor Fernando Mourão depois de ser aprovada no mestrado. Nem sei bem como aconteceu, mas nós dois desenvolvemos uma relação muito próxima e de muito carinho. Pra mim, o Mourão foi família, foi o avô que eu não tive, aquele amigo que ouve, aconselha e não emite julgamentos, que liga só para dizer “*tudo bem? Tudo bem. Então ta bom*”. A casa dele, o sítio, se tornou minha segunda casa. Eu fui sempre recebida de braços abertos, com uma baforada de cachimbo e um sorriso sincero. A partir dele conheci, além de algumas das pessoas que já citei anteriormente, diversas outras a quem eu devo muitos agradecimentos: Patrícia, Val, Amarilda, Gil, Marquinhos, Martha, Yara e Débora.

Eu gosto de pensar o Mourão como um homem atlântico. Inexplicavelmente generoso, ele realizou meu maior sonho: ir para Angola. Com efeito, através do seu intermédio eu fui para Luanda duas vezes, a segunda quando ele já nem estava entre nós. Em Luanda ele me abriu todas as portas: da casa de amigos, que me receberam com todo carinho e que hoje são amigos em quem posso contar, e do meu campo. Lembro do dia em que conversávamos no seu quarto,

na UnIA, quando ele me passou o telefone dizendo: *"fala aqui com o Sr. Ministro... meu amigo, ele vai te dar uma entrevista"*, deu uma piscadela e riu. As coisas com ele eram assim.

O Mourão viveu uma vida extraordinária, atravessada pela história cruzada de Brasil, Portugal e Angola. Da Casa dos Estudantes do Império à Revolução angolana, sua contribuição para esse país pelo qual eu mesma me apaixonei foi gigante. Um olhar despido de preconceitos, mas sem exaltações de excessos. Ele, que via as coisas na sua crueza, me dizia: *"Jéssica, você é uma sonhadora, e isso ainda vai dar cabo da tua cabeça, o mundo tá todo lixado"*. Pessimista ele se dizia, mas era o que mais encorajava as pessoas. Talvez não mais que meus pais, mas quem sabe também nem menos que eles, o Mourão foi uma das pessoas que mais confiança depositou em mim e nas minhas ideias. Estudar África não é tarefa fácil, implica um processo contínuo de desconstrução e reflexão sobre a produção de conhecimento. *"Coragem, Jéssica, coragem"*, essas foram as últimas palavras que ele me disse, alguns poucos dias antes de partir, e é sobre elas que me abraço nessa senda por uma Angola diversa e muito menos unidimensional do que muitos nos querem fazer crer. Ao Mourão, professor orientador, amigo e formador, meu mais sincero agradecimento, e um *kandango* daqueles bem fortes e cheio de saudade.

Minha estória.

Se é bonita, se é feia, vocês é que sabem. Eu só juro
não falei mentira e estes casos passaram nesta nossa
terra de Luanda.

(VIEIRA, Luandino, 1963).

RESUMO

HÖRING, Jéssica da Silva. **(Re)construindo a nova ordem:** o processo constitucional angolano (1998-2010). 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o papel desempenhado pela Constituição na construção de uma ordem pós-guerra civil em Angola, fundamentalmente no que diz respeito ao modelo de Estado e à distribuição do poder político. A pergunta que norteou a pesquisa foi *sobre que bases a lógica do exercício do poder deveria se pautar em uma nova ordem social, de modo a garantir a estabilidade política no contexto de pós-guerra?* A análise partiu do pressuposto que a Constituição foi construída para transformar o conflito e consolidar uma nova etapa na história angolana, consolidando o modelo de distribuição do poder estatal e, sobretudo, um projeto de Estado para o pós-guerra. Em virtude disso, os agentes políticos buscaram cristalizar pontos específicos na Lei Magna e institucionalizar seus interesses pela via constitucional. Para a feitura da pesquisa empreendemos uma análise do processo de negociação constitucional entre UNITA e MPLA durante o período de 1998 – ano da criação da Comissão Constitucional – a 2010 – ano de promulgação da nova Constituição. A hipótese de trabalho aventada é que o MPLA procurou aprovar uma Constituição com forte pendor presidencialista e concentração do poder do Estado no Presidente da República. A metodologia utilizada foi a análise documental, enriquecida com entrevistas e análise de material de imprensa. Por meio dessa pesquisa, observou-se a ocorrência de um processo histórico de concentração do poder do Estado no Presidente da República não só em Angola, mas em diversos países africanos, e a existência de diferentes projetos de Estado pelos partidos políticos, de acordo com suas trajetórias e posições nas disputas políticas. Adicionalmente, apontou-se que o MPLA procurou configurar uma transição constitucional negociada e que isso não foi possível porque a direção da UNITA apresentou caráter heterogêneo, que ora facilitou ora bloqueou a consecução desse fim.

Palavras-chave: Ordem. Constituição. Angola. MPLA. UNITA.

ABSTRACT

HÖRING, Jéssica da Silva. **(Re)constructing the new order:** the Angolan constitutional process (1998-2010). 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The aim of this research is to investigate the role played by the Constitution in the construction of a post-civil war order in Angola, mainly with respect to the nature of the State and to the distribution of political power. The research question was *on what basis the logic guiding the exercise of power should be grounded, in order to guarantee the political stability in the post-war context?* The analysis is based in the assumption that the Constitution was forged to transform conflict and to consolidate a new era in Angolan history, cementing the chosen model of State power distribution and, mainly, a project of State to the post-war. Because of this, the political agents sought to crystalize particular points and to institutionalize their interests in the Constitution. We analyze the process of constitutional negotiation between UNITA and MPLA during the period of 1998 – when the Constitutional Commission is created – to 2010 – year of enactment of the new Constitution. The hypothesis is that the MPLA sought to approve a presidential Constitution with high concentration of State power in the President of the Republic. The methodology involved documental analysis, refined with interviews and press documents. Through this research, we observed the occurrence of a historical process of concentration of State power in the President of the Republic in Angola and many other African countries, and the existence of different projects of State in Angola, in accordance to the trajectories and positions of each political party in the political disputes. Additionally, we pointed that the MPLA sought to configure a constitutional transition transactioned, what was not possible because the direction of UNITA was very heterogeneous, sometimes facilitating and sometimes blocking this aim.

Keywords: Order. Constitution. Angola. MPLA. UNITA.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FDA	Fórum Democrático Angolano
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
PDP/ANA	Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana
PLD	Partido Liberal Democrático
PNDA	Partido Nacional Democrático de Angola
PRS	Partido de Renovação Social
UNAVEM	Missão de Verificação de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ITINERÁRIO DO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO: NARRATIVAS, ATOS CONSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE DOMINAÇÃO	29
2.1 DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS À CONSOLIDAÇÃO DOS PARTIDOS DOMINANTES: PRELÚDIO	31
2.2 A ROTA DO PARTIDO ÚNICO: CONSTITUCIONALISMO E ACOMODAÇÃO DOS REGIMES POLÍTICOS EUROPEUS	36
2.3 A ADOÇÃO DO PARTIDO ÚNICO: NARRATIVA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NACIONAL	47
2.3.1 <i>A vez dos militares na política</i>	58
2.3.2 <i>Os Estados Revolucionários: segunda geração de reformas constitucionais e concentração do poder do Estado</i>	61
2.4 CRISE ECONÔMICA, ABERTURA POLÍTICA E NOVA ONDA CONSTITUCIONAL	70
2.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	78
3 CONSTITUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ORDEM: OS LIAMES DA LEGITIMIDADE	80
3.1 A CARTOGRAFIA CONSTITUCIONAL	83
3.2 MANUFATURANDO A ORDEM: EDIFICAÇÃO DO CONSENSO E RITUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PELA VIA CONSTITUCIONAL	95
3.3. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	103
4 O PROCESSO CONSTITUCIONAL ANGOLANO	105
4.1 O PROTOCOLO DE LUSAKA: PLATAFORMA INICIAL DE UMA TRANSIÇÃO POLÍTICA TRANSACIONADA	107
4.2 MANOBRAS DE GUERRA E DE PAZ: DISSIDÊNCIAS NA UNITA E A CONSTRUÇÃO DA VITÓRIA MILITAR PELO MPLA	116
4.3 O PROCESSO CONSTITUCIONAL ANGOLANO	136
4.3.1 <i>Primeira rodada de negociações (1998-2004)</i>	137
4.3.2 <i>Fase final: a aprovação da Constituição de 2010</i>	153

4.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	162
5 CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS	172

1 INTRODUÇÃO

Em 04 de abril de 2002, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) assinaram o Memorando de Entendimento de Luena, assinalando o fim da guerra civil que atravessou a história angolana desde a sua independência (1975). No entanto, se levarmos em consideração que o confronto entre os movimentos nacionalistas iniciou durante o próprio regime colonial, esse número supera os quarenta anos. Isso evidencia não só a precoce existência do Estado angolano, mas, ainda mais, a de uma vida política e civil normalizada. Durante os longos anos de guerra, desenvolveu-se uma bipolaridade na disputa pelo poder do Estado entre o MPLA e a UNITA, assente em uma lógica hegemônica de que “o vencedor levaria tudo”, fosse no terreno militar, fosse nas eleições. Para romper esse ciclo, ambas as partes concordaram, em 1994, com uma plataforma de transição negociada, e, sempre que possível, com o comprometimento de estabelecerem consensos frente a pontos sensíveis da vida nacional, particularmente à distribuição e ao exercício do poder político; em outras palavras, à natureza do sistema político que seria adotado no país.

Isso posto, a pergunta que guiou nosso trabalho visou compreender *sobre que bases a lógica do exercício do poder deveria se pautar em uma nova ordem social, de modo a garantir a estabilidade no pós-guerra?* Construimos nossa pergunta, portanto, com base no pressuposto de que, no caso de Angola, o processo constitucional foi concebido pelos agentes para que a Constituição do pós-guerra se tornasse baluarte de uma nova ordem social, inaugurando uma nova etapa na história nacional – uma de reconciliação entre aqueles que antes lutavam em campos opostos, de paz e desenvolvimento. A Constituição demarcaria, portanto, um cenário de recomeço. Uma tal Constituição foi aprovada em 2010, marcando a passagem da II para a III República Angolana. O discurso do Presidente José Eduardo dos Santos na cerimônia de promulgação exemplifica isso: “Esta Lei Magna, que responde às necessidades e expectativas mais nobres do nosso Povo e define as linhas mestras em que vai assentar o nosso futuro comum, é fruto de um prolongado debate aberto, livre e democrático com todas as forças vivas da Nação” (SANTOS, 2010 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 2547).

Para responder a nossa pergunta, analisamos o processo de *negociação* constitucional no período de 1998 – quando é criada a Comissão Constitucional da Assembleia Nacional – até 2010 – quando a Lei Magna foi aprovada. A reflexão que apresentamos diz respeito, portanto, ao papel que a Constituição assumiu para a construção de uma ordem pós-guerra em Angola.

Enquanto Lei fundamental de um país, a Constituição hasteia as bases mais elementares de uma sociedade, da base ao topo. E, no caso específico de um país atravessado pela guerra, a Constituição poderia manufaturar, ao menos do ponto de vista normativo, um novo ciclo na história política nacional. Assim, o processo de negociação constitucional angolano foi apresentado pelos agentes que o escreveram, no sentido de que a Constituição consolidaria o fim de um longo período de transição política.

É, de fato, possível que assim tenha sido. No entanto, o movimento que norteou e caracterizou o processo constitucional angolano enseja uma grande variedade de interpretações e a análise de cada prática não deve se desvincular do contexto que lhe deu sentido. Em virtude disso, inserimos nossa análise do processo de negociação constitucional angolano no tempo e espaço, verificando como ele nasceu, se desenvolveu e se encerrou. Fundamentalmente, nosso objetivo é examinar como os diversos agentes envolvidos no processo – especialmente o MPLA e a UNITA – buscaram cristalizar interesses específicos na Constituição – os encaixes institucionais –, o que, além de transferir a disputa para um nível mais contingente, representa um ótimo instrumento de consagração de um projeto de dominação. E isso, em virtude do espaço granjeado pela Constituição nos Estados modernos, como base universalizante das normas e valores de uma dada sociedade, um poderoso mecanismo de consagração simbólica.

Uma breve contextualização é necessária. A Guerra Civil angolana foi caracterizada pelo embate entre três forças políticas: o MPLA, a UNITA, e a *Frente Nacional de Libertação de Angola* (FNLA), essas que, num contexto configurado pela Guerra Fria, receberam apoio externo de diversos países¹. O MPLA assumiu o poder político no momento da independência e desde então é o partido no poder. Muitos foram os esforços de negociação durante o conflito armado, dentre os quais destacamos os acordos de paz de Bicesse, em 1991, e de Lusaka, em 1994. Ainda assim, a Guerra acabou somente em 2002, a seguir à morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, ao desmanche da sua estrutura militar e normalização da vida política do país. Na altura, a UNITA desmobilizou 50.000 guerrilheiros e oficiais, que foram reintegrados na sociedade e nas Forças Armadas Angolanas (FAA). A FNLA e o MPLA foram os dois principais movimentos durante a guerra de libertação contra Portugal (1961-1974). A UNITA, que surgiu de uma dissidência da própria FNLA, foi o principal movimento de

¹ A partir dos anos 1970 a África Austral adquiriu a maior importância estratégica regional no contexto da Guerra Fria. Esses fatores fizeram com que os processos de luta pela descolonização nessa região fossem caracterizados por ampla participação internacional via apoio financeiro e militar. No caso de Angola, os principais alinhamentos externos foram: EUA e África do Sul (regime do *apartheid*) apoiando a UNITA, Cuba e URSS apoiando o MPLA, e Zaire apoiando a FNLA.

oposição ao governo do MPLA durante a guerra civil. Por isso mesmo nossa análise, enquadrada na última década de guerra, centra-se, no MPLA e na UNITA.

Disputas pelo poder como a que ocorreu em Angola caracterizam aquilo que Tarrow (2011) qualifica como uma situação revolucionária sem produção de resultado revolucionário. Enquanto *situações revolucionárias* são momentos de intensa fragmentação do poder estatal, envolvendo disputas pela soberania, *resultados revolucionários* envolvem a transferência efetiva do poder estatal para novos atores. Uma revolução plena e verdadeira combina estes dois aspectos, mas é possível que tenhamos uma situação revolucionária que não gera uma resposta revolucionária. Em Angola, a ação repressora de Portugal – que se debatia para legitimar a manutenção do seu império colonial pelo argumento do luso-tropicalismo freyriano – impôs a criação de movimentos de libertação armados para a luta de independência – ao contrário das restantes experiências de descolonização, com exceção da Argélia. Assim, a presença de múltiplos grupos lutando militarmente pela autonomia angolana provocou fortes divisões e disputas pelo controle do Estado ainda antes da independência. E assim o foi até 2002.

A partir disso, a hipótese que norteou nossa pesquisa é que o processo constitucional foi instrumentalizado para manter uma determinada estrutura política pelo MPLA, caracterizada pela concentração do poder no Presidente da República. Analisamos, portanto, as diversas configurações jurídico-constitucionais estabelecidas para perpetuar seu controle sobre o aparelho do Estado (MOCO, 2015). O ponto de partida deste trabalho é, assim, tomar a Constituição como uma ferramenta por meio da qual determinado projeto político pode ser executado com aura de legitimidade; olhamos, então, para a Constituição como instrumento para assegurar a governabilidade. A proposta de olhar para o processo de negociação e adoção da Constituição se justifica por duas razões: em primeiro lugar, a Constituição se tornou importante mecanismo de legitimidade em todo o mundo. Com efeito, após a abertura política que se verificou em boa parte do continente africano a partir dos anos 1990, inclusive em Angola, era fundamental que os partidos se reciclassem e pautassem seus projetos em Constituições reconhecidas interna e externamente. Em segundo lugar, que, no caso específico de Angola, o processo constitucional envolveu a negociação de projetos de Estado-nação.

Nossa hipótese de trabalho se orienta a partir de um processo histórico. Argumentamos que, desde a assinatura do Protocolo de Lusaka (1994), quando iniciaram as negociações em torno do modelo de Estado que pautaria a transição da guerra para a paz – e que estaria disposto em uma nova Constituição – buscou-se consolidar um modelo de consenso entre o MPLA e UNITA. O MPLA, por sua vez, procurou consolidar um modelo de Estado caracterizado pela

concentração de poderes no Poder Executivo – sobretudo na figura do então Presidente da República José Eduardo dos Santos. Esse processo ocorreu de diversas formas, envolvendo desde negociações diretas para uma transição para a paz até a tentativa de cooptação de parcelas da UNITA pelo governo. Olhemos para isso mais detalhadamente.

Embora detivesse o controle sobre a máquina estatal, o MPLA precisou reinventar sua legitimidade no pós-guerra, especialmente a de um Presidente que se encontrava no poder desde 1979. De um lado, era importante negociar com a UNITA e, na medida do possível, estabelecer consensos, angariando apoio para aprovar seu projeto e, eventualmente, enfraquecer a oposição. A principal tentativa nesse sentido foi o Acordo de Alvalade, um pacto de regime informal firmado em 2002 entre os dois partidos, pelo qual a UNITA concordava com o sistema de poder proposto pelo MPLA no seu projeto constitucional. De outro lado, ao estabelecer o diálogo nacional, o MPLA satisfazia, internamente, os anseios da população traumatizada pela guerra, capitalizando para si os frutos do diálogo, e externamente, os seus parceiros comerciais, dispostos em investir no rico território angolano.

Como veremos ao longo da dissertação, o diálogo transacionado entre os dois partidos durou até 2004, quando a UNITA e os demais partidos da oposição se retiraram da Comissão Constitucional, em virtude do constante protelamento da data para as eleições pelo Presidente José Eduardo dos Santos. A discussão constitucional foi, então, posta em segundo plano em favor da preparação das eleições nacionais. A oposição fez um cálculo equivocado ao acreditar que obteria apoio relativo nas primeiras eleições do pós-guerra civil. Empenhado que esteve com a reconstrução do país, não foi novidade o fato de o MPLA ter obtido uma vitória hegemônica nas eleições legislativas realizadas em 2008. Com o respaldo popular e a legitimidade histórica no seu encalço – o partido que derrotou a UNITA, o Presidente que arquitetou a paz – o MPLA retomou as negociações constitucionais em 2009, a partir da formação de uma nova Comissão Constitucional, dessa vez sem precisar do apoio de grandes consensos, e a Constituição de 2010 foi aprovada de acordo com seu projeto político. Herdeiro de uma história de luta pela libertação de seu povo, em relação tanto a inimigos externos quanto internos, o MPLA é célere em instrumentalizar sua legitimidade histórica enquanto movimento de libertação para se assegurar no poder do Estado. Assim como acontece em outras realidades, como é o caso, na África Austral, da África do Sul e de Moçambique, a presença de movimentos nacionalistas e de libertação assentes nas massas oprimidas pelo jugo colonial ainda se conserva no imaginário popular. Sobretudo, sua vitória na guerra e seu comprometimento com a paz percorrem todos diversos níveis da vida social corrente.

Nas eleições legislativas de 2008, o MPLA garantiu apoio nas províncias em que a UNITA apresentava presença histórica desde os anos 1960: no Bié obteve 74,93% dos votos (contra 18,25% da UNITA), no Moxico obteve 85,29% dos votos (contra 5,46% da UNITA), no Cuando Cubango obteve 79,64% dos votos (contra 15,04 da UNITA), e, finalmente, no Huambo obteve 82,05% dos votos (contra 13,51% da UNITA) (COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL DE ANGOLA, 2008b). Com o fim do conflito interno, o MPLA investiu na reconstrução das regiões mais afetadas pela Guerra, particularmente no setor de infraestruturas, o que lhe conferiu amplo capital político. Em verdade, o fim da Guerra Civil angolana (2002) é demasiadamente recente para excluí-la da análise. As imagens da Guerra na memória coletiva de seu povo e os discursos que se desdobraram sobre ela posteriormente – as parcelas de culpa que se estendem, principalmente sobre a UNITA – ainda ecoam nas diversas esferas do tecido social. As visões de tradição e modernidade, da histórica separação entre os universos rural e urbano ainda são evidentes nas estruturas de poder que se estendem pelo país na atualidade.

A opção da oposição em se retirar da Comissão Constitucional, mesmo após acordadas várias vitórias com o governo – no que diz respeito aos símbolos nacionais, por exemplo –, é um dos principais pontos que queremos sublinhar. A princípio tal decisão teve como fundamento a eleição de Isaías Samakuva para Presidente da UNITA, em 2003. Essa mudança de posição demarcaria as divisões existentes dentro desse partido desde a década de 1990, quando diversas lideranças da UNITA se aproximaram do governo e abandonaram o comando de Jonas Savimbi. A lógica do confronto político enseja a necessidade de um olhar mais global e a colocação de dúvidas até mesmo onde se diz haver concordância. A UNITA é um dos movimentos e partidos políticos menos estudados na história africana contemporânea, sendo, ao que tudo indica, muito mais heterogênea e menos centrada na lógica totalitária de Jonas Savimbi.

De acordo com Okoth-Ogendo (1991), toda a lei, incluindo a lei constitucional, está comprometida com a criação, distribuição, e com os efeitos de legitimação e reprodução do poder. É possível, portanto, analisar a Constituição enquanto mapa de poder. Ele argumenta que as constituições africanas tiveram a função de constituir a soberania desses Estados, de servirem para a transferência ou reordenamento do poder político, e, especialmente, de constituírem instrumentos de legitimidade. A constituição também pode representar o marco simbólico de uma grande transição na vida política de uma nação. No caso de fins de conflito, a nova constituição simboliza um novo começo e a ruptura com o passado violento. Isso geralmente acontece quando os heróis nacionais transformam um momento de vitória política em estruturas constitucionais duradouras (ACKERMAN, 1997). Portanto, ao contrário da

tradição de constitucionalismo liberal ocidental mais antiga, na qual a constituição constituía um pacto ou contrato após uma guerra ter sido resolvido, nos casos mais atuais a constituição pode representar uma tentativa mais ampla de transformar o conflito (HART, 2001).

No caso de Angola, o processo constitucional combinou esses dois aspectos. Apesar das tentativas de transição negociada nos anos 1990 – inseridas na plataforma negocial de Lusaka –, o resultado foi também um pacto após o fim do conflito, uma vez que a guerra civil terminou por meio de uma vitória militar do MPLA sobre a UNITA. Assim, a Constituição angolana de 2010 representou a vitória de uma elite política sobre as demais, de um projeto de dominação. Ainda assim, a representação desse processo no discurso do governo foi o da reconciliação e do consenso nacional. Em verdade, para o MPLA era fundamental apresentar a Constituição como resultado de um processo negociado e, sempre que possível, como produto de um grande acordo nacional. Retomemos outra vez o discurso do Presidente José Eduardo dos Santos. Segundo ele, a Constituição:

[...] teve, com efeito, importantes contribuições de todos os Partidos com assento parlamentar e na percentagem elevada de sugestões recolhidas no processo de consulta pública. É, por isso, muito significativo que 94 por cento do seu conteúdo tenha sido aprovado por consenso, o que denota preocupação e respeito pela opinião das pessoas e entidades envolvidas na sua elaboração.

Apenas em cerca de 20 dos seus 244 artigos não existiu o desejável consenso, razão pela qual se recorreu à sua aprovação, com apenas duas abstenções, pelos Deputados que o Povo mandou para representá-los nas eleições de 2008 (SANTOS, 2010 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 2547-2548).

O que o discurso acima indica é um esforço verificável por parte do MPLA em promover o projeto de uma sociedade de consenso, mas que, na prática, envolveria a manutenção daquilo que Messiant (1996) chamou de estrutura de partido-Estado. O MPLA buscou consolidar um sistema com fortes vínculos colaborativos com a oposição, visto por muitos como uma tentativa de enfraquecer a UNITA, ao passo que o processo constitucional lhe concederia legitimidade interna e internacional. Independentemente disso, o ponto chave sobre o qual o MPLA concentrou seus esforços foi a respeito da lógica do exercício e da distribuição do poder político. Precisando melhor, o MPLA buscou apoio para consolidar um sistema de concentração do poder do Estado junto ao Poder Executivo e ao Presidente da República. Diversas hipóteses podem ser aventadas acerca disso, indo desde análises mais psicologizantes a respeito de José Eduardo dos Santos até explicações centradas na trajetória histórica dos Estados africanos independentes. Nossa pesquisa centra-se na última, particularmente a respeito do medo de balcanização de Angola, que seria contornado mediante um Estado forte. Já para a UNITA, um partido político que demandava maior autonomia às províncias e descentralização em relação à Luanda, era interessante promover um sistema de

pendor semi-presidencialista, ou até mesmo próximo ao parlamentarismo, e com maior descentralização.

Fauré (1981) ressalta que, do ponto de vista da legitimação, a Constituição concede à autoridade algo que a torna mais que simples coerção. Seguindo a observação feita por este autor, o objetivo deste trabalho não está em favorecer uma análise exaustiva da Constituição de Angola, com enfoque nos valores de ordem estritamente jurídica, mas em evidenciar de que maneira esta Constituição elevou-se como procedimento governamental. Portanto, a Constituição angolana é concebida como resultado de uma técnica de governo (FAURÉ, 1981) que surgiu de um procedimento governamental em que o partido hegemônico, o MPLA, pode aprová-la sem qualquer limitação que não seu próprio projeto de Estado; assim, enquanto um instrumento de poder (CONAC, 1979).

Portanto, a proposta do estudo de caso de Angola é analisar a configuração deste Estado através de um mapeamento do processo de negociação em torno da Constituição que regeria a ordem nacional no pós Guerra Civil. O objetivo é que, através dessa observação, seja possível compreender as opções e decisões para a conformação do modelo de Estado angolano em si, mormente como se expressam as estruturas de poder neste país. Nomeadamente, destaca-se o fenômeno de grande concentração do poder do Estado na figura do Presidente da República e seu círculo colaborativo. Este processo, manifesto na África subsaariana como um todo, foi caracterizado por Buchmann (1962b), ainda na aurora das independências na África Negra, nos anos 1960, como um *movimento de presidencialização*.

Buchmann (1962b) destacou as tendências ao presidencialismo e concentração de poderes no Executivo dos Estados africanos, a partir da afirmação de que, mesmo com os modelos institucionais das antigas metrópoles sendo distintos, a inspiração para esse movimento, que se tornou generalizado, teria sido mais complexa. Embora os modelos tenham se diversificado pelo continente, houve uma tentação em estabelecer um paralelismo perfeito entre o movimento de presidencialização do regime constitucional, por um lado, e o processo de concentração do poder nas mãos do líder do partido majoritário no Parlamento, pelo outro, o que vai na direção da justificativa da importância do “chefe” nas estruturas de poder africanas. O Presidente seria, portanto, eleito através do Parlamento e não por sufrágio universal direto, como é o caso do processo eleitoral angolano consolidado na Constituição de 2010.

De fato, muito já se falou sobre a forma com que o poder se expressa na África Subsaariana, até porque é notável um forte processo de concentração do poder e de centralidade do Estado na dinâmica dessas sociedades. Há razões para ter sido assim e, ainda mais, para que determinados traços permaneçam presentes na atualidade. Desde os anos 1960 é possível

verificar um movimento de presidencialismo e concentração do poder, que iniciou com a presidencialização dos sistemas parlamentares e resultou na adoção explícita do partido único ou, então, na existência de partidos dominantes – ou até mesmo hegemônicos. Alguns desses projetos de Estado estiveram vinculados a um discurso de socialismo africano, com base no reconhecimento das sociedades africanas como sociedades de consenso *per se*; Nyerere foi certamente o maior exemplo disso, ao assentar seu projeto de remodelação da sociedade tanzaniana – a *ujamaa* – na capacidade colaborativa e solidária das populações tradicionais desse país. Muitas vezes em resposta a esses governos de partido único, ou a tentativas de desestabilização vindas do exterior, emergiu uma onda de golpes de Estado e ditaduras militares que ocorreram no continente a partir de meados dos anos 1960. Posteriormente, a crise econômica e a persistência das instabilidades internas abriram espaço de barganha por parte dos organismos econômicos internacionais; era o início da era das reformas estruturais do FMI e do Banco Mundial.

Lanciné Sylla sugere que o partido único africano seja observado como um fenômeno histórico, característico de um certo tipo de sociedade em uma etapa precisa da sua história, até porque “[...] O partido único intervém cada vez que uma obra de reconstrução nacional se impõe diante de uma situação de crise geral ou de revolução política” (1977, p. 269, tradução nossa)². O autor relembra a famosa constatação de Immanuel Wallerstein³, em 1961, que na África as possibilidades de escolha política não seriam entre sistemas de partido único e multipartidarismo, mas entre o partido único e a anarquia ou a ditadura militar; Ou melhor, “[...] entre partido único e retorno ao tribalismo ou aos regimes militares” (SYLLA, 1977, p. 283, tradução nossa)⁴. De acordo com esta opinião, portanto, não haveria lugar para uma democracia parlamentar clássica com a existência de uma verdadeira oposição face às especificidades históricas, sociais e políticas das sociedades africanas, envolvendo não apenas o fantasma do tribalismo, mas também as próprias divisões arbitrárias das fronteiras africanas na altura da colonização. O partido único seria, portanto, a única via possível para alcançar a democracia liberal.

Com efeito, a visão de Wallerstein resume os esforços políticos de toda uma geração africana. Sem julgar ou questionar as escolhas que se fizeram possíveis no momento da

² No original: « [...] Le parti unique intervient chaque fois qu’une oeuvre de reconstruction nationale s’impose dans une situation de crise générale ou de révolution politique » (SYLLA, 1977, p. 269).

³ Em seu trabalho: **Africa: the politics of independence**. New York: Vintage, 1961.

⁴ No original: « [...] le choix était à faire, non pas entre parti unique et démocratie parlementaire avec la reconnaissance légale d’un ou plusieurs partis d’opposition, mais entre parti unique et retour au tribalisme ou aux régimes militaires » (SYLLA, 1977, p. 283).

independência, frente ao desafio de verdadeiramente construir esses entes internacionais enquanto Estados, o propósito desta pesquisa é observar o processo em seu movimento, para aferir conclusões na atualidade. A tarefa de construir a nação e promover o desenvolvimento foram, certamente, os dois pontos mais importantes nos projetos políticos e nos discursos que justificaram a centralização do poder no partido único, ou, na prática, no seu líder. O discurso mais evidente foi que, em razão das dificuldades específicas dos Estados africanos naquela altura, uma maior concentração do poder em um único partido seria mais eficiente para a mobilização dos recursos para o desenvolvimento e modernização da sociedade, de um lado, e para a promoção da unidade e construção de um sentimento nacional, de outro, tendo em vista que a multiplicação dos partidos tenderia a fomentar divisões étnico-regionais.

Enquanto isso, os países cujas independências foram “retardatárias” – como foi o caso das antigas colônias portuguesas, nos anos 1970 – vivenciaram sob intermédio dos movimentos de libertação nacional todas essas etapas pelas quais o Estado africano transitava. Moçambique e Angola, especificamente, foram países em que houve uma nova tentativa de promover a construção de um Estado com vieses socialistas, depois da derrubada dos primeiros países que defenderam uma ideia de *socialismo africano*. Entretanto, seus esforços foram ainda mais radicais, havendo uma ruptura completa em relação aos valores tradicionais e direcionamento completo para a meta de modernização. Como antes, o partido único e a concentração de poderes também retornaram à cena africana, muito influenciados pelos eventos políticos que ocorriam nos demais países da região, nomeadamente os golpes de Estado e as guerras tribais. Logo, é nesse contexto que devemos pautar a análise do processo constitucional angolano.

O fim da Guerra Fria e os desdobramentos políticos na África Subsaariana – independência da Namíbia e fim do *apartheid* na África do Sul – apontaram novos rumos para a disputa interna em Angola, que passou por um movimento de abertura ao multipartidarismo no início dos anos 1990, processo este que se desdobrou para as negociações em torno do projeto de Estado para o país, como vimos anteriormente. Finda a Guerra Civil, em 2002, tem sido notória a dificuldade em se constituir uma oposição consolidada ao MPLA. Duas são as principais razões mobilizadas para isso: a primeira, que boa parte da sua força política provenha de uma aura de legitimidade e da rejeição de seu maior oposto, a UNITA; a segunda, de que emane de seu poder concreto sobre os recursos econômicos nacionais (MESSIANT, 1994), narrativa pela qual o sucesso eleitoral do MPLA é explicado em razão de o governo dispor de recursos clientelistas para assegurar a sua manutenção no poder, análise consagrada no campo do neo-patrimonialismo.

A análise do Estado angolano no momento presente é essencial para verificar o campo de possibilidades políticas neste país e avaliar os processos políticos na África Subsaariana de modo geral. O Estado adquiriu um papel central dentro da realidade africana, desde a obtenção da independência até os processos de desenvolvimento econômico e social que se desdobraram posteriormente. Foi em vista desse cenário, por exemplo, que Richard Sklar (1979) afirmou que as relações de classe, na África, são determinadas, no fim, por relações de poder – no sentido do controle das organizações sociais e do Estado – e não tanto por relações de produção. Destarte, um olhar atento aos problemas sociais e às dinâmicas que o poder assume no continente evidencia não só os característicos questionamentos em torno do *status* da democracia face a essa realidade, mas também as condições sobre as quais se baseiam formulações teóricas que versam sobre a *natureza do Estado africano*. Sobretudo, após a saída de José Eduardo dos Santos da política, em 2016, compreender a lógica do exercício do poder político em Angola parece fundamental para examinar as sendas que este país vai trilhar nos anos vindouros.

Uma preocupação recorrente durante a elaboração da pesquisa foi enquadrá-la no debate sobre Estado africano conforme ele foi se desenvolvendo nos circuitos acadêmicos ocidentais e por pesquisadores africanos. Apesar das dificuldades de se acessar uma série de estudos importantes, o esforço de não efetuar uma pesquisa com base naquilo que europeus escrevem sobre África se fez presente. Além disso, houve também um esforço em retomar trabalhos sobre regimes políticos e constitucionalismo africanos realizados nos anos 1960 e 1970 – particularmente o trabalho de Jean Buchmann, Gérard Conac, Dmitri Lavroff, e Monique Lions – e a obra fundamental de Lanciné Sylla, *Tribalisme et parti unique em Afrique Noire*, de 1977, autores pouco presentes nas pesquisas sobre África das quais se tem conhecimento no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi realizada em duas frentes, combinando análise documental e entrevistas. O trabalho de campo que integrou esta pesquisa, por sua vez, foi realizado em duas etapas. A primeira etapa compreendeu uma viagem para Luanda, com duração de 39 dias, entre outubro e novembro de 2016. Esta viagem foi possível graças ao convite estendido pela Fundação Eduardo dos Santos (FESA) para participar das XX Jornadas Técnico-Científicas desta instituição, cujo intermediário foi o Professor Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão, na época orientador deste trabalho. Por conta de sua história pessoal, ele

possuía vasta rede de contatos em Angola, sendo responsável por minha inserção no campo e, assim, a realização de 02 entrevistas semi-estruturadas com agentes que participaram diretamente do processo constitucional angolano.

Em virtude do objeto de pesquisa envolver figuras políticas de considerável importância no cenário nacional em questões, por vezes, delicadas da história angolana, foi feita a opção de não divulgar os nomes das pessoas entrevistadas, apenas seu cargo ou filiação partidária. Adicionalmente, e pelas mesmas razões apresentadas, priorizou-se a seleção de trechos das entrevistas e o resguardo do texto integral das mesmas. Assim sendo, o entrevistado 01 foi um dos membros da UNITA-Renovada e o entrevistado 02 é um Juiz do Tribunal Constitucional de Angola. Infelizmente, não foi possível entrevistar figuras do MPLA relevantes para nossa pesquisa: por conta da crise política que se vivia na altura, em razão da prisão de 15 jovens contrários ao governo, encontramos resistência da parte de membros do MPLA em conceder entrevistas. Reconhecemos a falta desse elemento na nossa pesquisa, que buscamos sanar com a utilização de análise documental, entrevistas feitas por terceiros, e matérias de jornal.

O material obtido com as entrevistas permitiu uma primeira aproximação com a realidade constitucional angolana. A partir disso, enriquecemos nosso estudo por meio de análise documental. Essa segunda etapa da pesquisa foi feita, primeiramente, em Luanda, durante a mesma viagem de campo de 2016, e, secundamente, em Lisboa, entre dezembro de 2017 e fevereiro de 2018, facilitada através da concessão de uma bolsa de auxílio à pesquisa pela Cátedra Jaime Cortesão. Em Luanda acessamos dois arquivos, o Arquivo Histórico Nacional e a Biblioteca do Governo Provincial de Luanda; em Lisboa, acessamos o arquivo histórico do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, que promove a catalogação de notícias sobre todos os países africanos de língua portuguesa produzidas pela imprensa portuguesa e, na medida do possível, pela imprensa local. Os jornais angolanos utilizados nessa pesquisa foram os seguintes: Jornal de Angola, ClubK, ANGONOTÍCIAS, ANGOP – Agência Angola Press, e Portal de Angola. Os jornais da imprensa portuguesa foram: Jornal de Notícias, Diário de Notícias, Público, Diário Económico e Jornal O Diabo.

O material constitucional analisado foi acessado, fundamentalmente, através dos três volumes organizados pelo Dr. Carlos Feijó a respeito da feitura da Constituição de 2010. Feijó, que foi o coordenador da comissão técnica que produziu a Constituição, publicou na Coleção “Constituição da República de Angola” as atas da comissão técnica, os projetos constitucionais de cada partido e mais uma série de outros documentos oficiais relevantes. Tendo em vista a

difficuldade em encontrar os mesmos nos arquivos históricos e, inclusive, na internet, foi um excelente referencial sobre o qual fiamos nossa análise.

Podemos demarcar que nossa pesquisa foi construída em três frentes, abordadas ao longo dos três capítulos que a compõe, para além dessa introdução e de uma conclusão: reconstrução histórica do processo de concentração do poder do Estado na África; discussão teórica a respeito do papel desempenhado pelas Constituições nesse processo; e análise do processo constitucional angolano.

No capítulo que segue (02), *“Itinerário do exercício do poder político: narrativas, constitucionalismo e mecanismos de dominação”*, revisitamos alguns eventos centrais da história política da África pós-colonial, observando como os processos constitucionais atravessaram essas fases, evidenciando, assim, a interseção entre constituições, dominação e poder político. Percorremos a história desde a formação dos movimentos nacionalistas até a abertura política que consolidou regimes multipartidários nos anos 1990. Ao longo do capítulo, buscamos reconstituir a lógica do exercício do poder político na África independente, dialogando com o caso angolano e diversos outros exemplos pelo continente. A partir disso, aventamos o desenrolar de um processo de concentração do poder do Estado, assente em partidos únicos/dominantes e num movimento de presidencialização, muitas das vezes baseado em narrativas a respeito da natureza do poder político nesses contextos. Esse movimento, ao que aqui nos interessa, foi acompanhado de ações constitucionais, conferindo-lhe, assim, um caráter legal.

No capítulo seguinte (03), *“Constituição e construção da ordem: os liames da legitimidade”*, analisamos o papel desempenhado pelas Constituições na lógica do exercício e distribuição do poder político, fundamentalmente a maneira pela qual uma Constituição atua conferindo legalidade à cristalização de interesses dos agentes políticos em instituições. Discutimos, fundamentalmente, o lugar ocupado pelas Constituições para a consolidação de projetos de dominação durante o processo de criação de uma nova ordem em países em que, como foi o caso de Angola, o processo constitucional foi alavancado como um recomeço e transformação de um conflito militar. A Constituição, como importante esfera de reconhecimento simbólico, desloca o conflito para um ponto mais alto, favorecendo determinados partidos políticos, como foi o caso do MPLA em Angola.

No último capítulo (04), *“O Processo Constitucional Angolano”*, analisamos o processo de negociação em torno da Constituição do pós-guerra em Angola entre MPLA e

UNITA, retomando as discussões apresentadas nos dois capítulos anteriores e apresentando, com profundidade, a maneira pela qual o MPLA configurou um sistema político com forte pendor presidencial na Constituição de 2010. Para isso, mapearemos o processo de negociação para encerrar a guerra civil, ocorrido desde as eleições de 1992 e o Protocolo de Lusaka, examinando as diversas disputas e o campo de possibilidades em aberto para esses agentes. Por fim, analisamos o processo de negociação constitucional mais propriamente, desde a formação da Comissão Constitucional de 1998 até a aprovação da Constituição em 2010. Nessa parte, observamos como a tentativa de formação de um grande consenso nacional em torno do modelo de Estado para o pós-guerra, como forma de garantir a estabilidade, foi instrumentalizada pelos agentes políticos, especialmente o MPLA, e de que maneira as divisões internas da UNITA desfavoreceram a consecução desse acordo, desembocando, ao fim e ao cabo, na aprovação de uma Constituição conforme o projeto de concentração do poder do Estado afiançado pelo MPLA.

2 ITINERÁRIO DO EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO: NARRATIVAS, ATOS CONSTITUCIONAIS E MECANISMOS DE DOMINAÇÃO

A conquistas das independências pelos Estados africanos foi marcada por desafios e impasses. A luta pelo controle sobre a carcaça do Estado colonial, eternizada na frase de Kwame Nkrumah, “*Seek ye first the political kingdom and all else shall be added unto you*”⁵, avultou nos projetos dos “pais fundadores” das nações africanas⁶. Muitos foram os que acreditaram que a descolonização se traduziria em completa libertação da situação de subalternidade no plano internacional, e de prosperidade no plano interno. Diante das opções políticas que se puseram perante os dirigentes dos novos entes estatais, a opção por uma trajetória orientada a partir da atuação de um Estado forte – por intermédio de um partido único ou dominante – materializou-se por toda parte, sendo acompanhada do ensejo de transições constitucionais e de contestações várias. Como se poderá observar, verificamos um desdobramento histórico que aqui chamamos de *processo de concentração do poder do Estado* nos líderes dos partidos dominantes com controle do Poder Executivo, processo este aventado por um movimento de presidencialização, muitas vezes atípico e sobejo, dos sistemas políticos.

Para uma apreciação desse contexto, olhemos para a história da África independente. Temos, de um lado, os anos 1950 e 1960, quando ocorrem as primeiras transições para a independência, caracterizados pelas lutas de libertação e pela inauguração do processo de concentração do poder do Estado – arraigado em regimes de um único partido, ou partido-Estado, parte deles inspirada em uma ideologia que associava cultura africana com socialismo e modernização autoritária. De outro lado, os anos 1970 entraram em cena já atravessados pelo avanço dos militares na política; notamos os percalços às populações nacionais, que se viram enquadradas em uma conjuntura de golpes de Estado sucessivos, conflitos letais e a consolidação de formas políticas autoritárias. Os anos 1980, por sua vez, foram caracterizados por um cenário de crise econômica que serviu de palco para os programas de ajuste estrutural promovidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial. Como tratamento frente à década perdida, esses Estados foram inseridos em uma agenda econômica que previu, dentre outras coisas, reformas democráticas que acabaram condicionando diversas das transições para regimes multipartidários nos anos 1990.

⁵ Do inglês, “Buscai primeiro o reino político e todo o resto vos será acrescentado”.

⁶ Em referência aos líderes nacionalistas que assumiram o poder nos Estados independentes.

Marcados pelo confronto político, esses eventos históricos foram caracterizados por movimentos constitucionais, negociações, disputas políticas, guerras e narrativas sobre o Estado africano. O objetivo deste capítulo é reconstruir o processo pelo qual o debate constitucional foi concebido durante esses vários momentos históricos. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades que o tema enverga, principalmente do ponto de vista do detalhamento histórico, o que se propõe é mapear a lógica desse processo, apontando alguns casos e dialogando com a bibliografia especializada que se ateve a esses contextos. Fundamentalmente, procuramos desvelar como projetos políticos valeram-se de narrativas sobre o Estado africano que, posteriormente, foram cristalizadas em Constituições. Trazemos em evidência, portanto, a interseção entre Constituição e poder político.

Partimos do período das primeiras independências nacionais, examinando a prioridade dada a um projeto político assente no Estado e nos partidos como agentes de transformação social (2.1). Em seguida, olhamos para o movimento de presidencialização e consolidação de partidos políticos dominantes no pós-independência (2.2), que desembocou nos regimes de partido único cuja legitimidade tinha por base, de um lado, o reconhecimento de seu papel para a promoção da unidade nacional, do desenvolvimento e modernização dessas sociedades, e, de outro, um discurso romântico que situava as sociedades africanas como o lugar do consenso e da solidariedade comunitária (2.3). Posteriormente, atentamos para uma fase marcada por golpes de Estado, regimes militares, e instabilidades políticas por todo o continente (2.3.1).

Nos anos 1970 surgiu uma nova onda de Estados socialistas, na África Austral, no qual Angola se insere. Esses novos Estados conquistaram suas independências ainda mais tardiamente, através da luta armada sustentada por movimentos de libertação nacional. Como apontado acima, esses Estados ascenderam a este patamar em um contexto de manifesta paranoia entre as elites políticas no continente, em razão das sucessivas tentativas de golpes de Estado, guerras civis com forte pendor tribal e intervenções externas que se produziam em muitos países vizinhos. Foi uma opção de apostar, mais uma vez, nos partidos únicos e em uma vertente socialista como solução para os obstáculos da integração nacional, de um lado, e da governabilidade, de outro – em vista do declínio do multipartidarismo em uma década anterior (2.3.2). Por fim, a análise se desdobra para a virada liberal da década de 1990. Assente em uma agenda democrática, discutimos a última fase de transição constitucional (2.4). Nestas duas últimas seções dialogamos mais diretamente com o movimento constitucional angolano durante os anos 1970, 1980 e início dos anos 1990, este que será avaliado em profundidade no último capítulo dessa dissertação.

O objetivo deste capítulo é, assim, sublinhar as discussões que se desdobraram no continente africano relativamente ao processo constitucional, examinando o que podemos chamar de politização da Constituição. A partir disso podemos discutir as formas pelas quais a dominação se manifesta na contemporaneidade e as dinâmicas de manutenção de lógicas de poder de outrora nos regimes políticos atuais.

2.1 Dos movimentos nacionalistas à consolidação dos partidos dominantes: Prelúdio

A lógica do Estado africano independente só pode ser entendida, de acordo com Mamdani (1990), como resultado de uma luta entre dois lados: o Estado colonial e as forças do nacionalismo. O autor argumenta que o fundamento da questão da distribuição do poder político na África contemporânea teve origem na reforma colonial promovida nos anos 1950. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial surgiram movimentos de aspiração democrática e movimentos nacionalistas pelo continente, cujo triunfo foi, ao menos no caso das colônias inglesas e francesas, a obtenção de reformas políticas e a introdução do multipartidarismo. Frente à mudança que se aventava na balança de poder, a solução colonial foi promover uma reforma que estabilizasse o Imperialismo, em favor desses movimentos, e assegurasse as benesses coloniais pela via da reforma política; em outras palavras, visou “[...] reestruturar o campo do opressor e desorganizar o campo do oprimido, reorganizar a estrutura de dominação, e, ao mesmo tempo, esvaziar o movimento contra si próprio” (MAMDANI, 1990, p. 48, tradução nossa)⁷. A reforma colonial dos anos 1950 significou, assim, uma derrota para os movimentos sociais que surgiram nos anos 1940: a oferta de concessões a indivíduos aspirantes à burguesia nacional dividiu os movimentos e a legalização somente dos movimentos mais importantes, como sindicatos e cooperativas – que foram posteriormente incorporados ao Estado – enfraqueceu-os perante o colonizador (MAMDANI, 1990). Desse modo, ao passo que a liberdade para organizar partidos políticos foi introduzida, seu efeito acabou sendo a contenção dos movimentos sociais e o estabelecimento de diversos entraves nas suas relações com os partidos políticos após as independências (MAMDANI, 1992).

Ao igualar pluralismo político com multipartidarismo e separá-lo da sua esfera social, a reforma colonial promoveu o florescimento de movimentos políticos ancorados nas massas e transformados em verdadeiras máquinas de estadistas. Posteriormente, com a ascensão ao poder

⁷ No original: “[...] to restructure the camp of the oppressor and to disorganize the camp of the oppressed, to reorganize the structure of domination while at the same time deflating the movement against it” (MAMDANI, 1990, p. 48)”.

e consolidação dos partidos políticos, observamos o prelúdio do processo de concentração de poderes nos líderes nacionalistas e, muito rapidamente, a inserção de regimes de partidos único (MAMDANI, 1992). Em contrapartida, como veremos adiante, enquanto a reforma colonial apresentou somente a esfera política do pluralismo, marginalizando a demanda de uma série de grupos sociais, o regime de partido único liquidou até mesmo essa possibilidade. Portanto, as reformas pluralistas – na sua concepção esvaziada de conteúdo social e direcionada ao poder partidário – prepararam o terreno para a ascensão dos regimes de partido único na África, que se justificavam na base de um projeto de Estado-nação.

Mamdani argumenta que tal derrota dos movimentos sociais foi política e ideológica e teve por resultado o surgimento de um novo tipo de nacionalismo – enquanto ideologia de Estado – que continha em si uma variante anti-democrática. Com isso, o próprio conceito de *povo*, que se tomava forma durante o processo independentista, nascia em confronto com esse nacionalismo estatal, ambos em oposição à repressão do Estado colonial. Em outro momento, Mamdani (1990) ressalta que a libertação nacional e a formação da nação na África constituíam dois aspectos do mesmo processo, mas que, divorciados da luta democrática, o nacionalismo facilmente apresentou-se em defesa dos interesses do *Estado*; a partir disso, os movimentos sociais foram combatidos pela justificativa da unidade nacional e necessidade de concentração de todos os esforços na ação direcionada pelos partidos únicos e seus projetos de desenvolvimento.

O nacionalismo de Estado também evidenciou um compromisso entre a teoria da modernização e a teoria da dependência: o dualismo tribo/nação se robusteceu no momento em que conjugou-se ao de tradição/modernidade, ao mesmo tempo em que a premência de um desenvolvimento autônomo fortalecia o Estado como principal sujeito da história africana. Agregou-se, ainda, uma variante do marxismo no sentido que, em vista do parco desenvolvimento das forças produtivas nacionais, o agente desse processo teria que, necessariamente, ser o Estado (MAMDANI, 1990). Portanto

A formulação do nacionalismo como ideologia de Estado, nos anos 1950 e 1960, exigiu uma dupla mudança: de um lado, a deslegitimação de todas as lutas democráticas como parciais, “sectárias” ou “tribais”, enquanto mantinha o Estado como única expressão legítima dos interesses do todo (o país, o nacional, o povo); de outro, a substituição de todos os esforços internos e de base popular por uma solução tecnocrática, imposta externamente e centrada no Estado (MAMDANI, 1990, p. 49, tradução nossa)⁸.

⁸ No original: “The formulation of nationalism as a state ideology in the 1950’s and 1960’s required a dual shift: on the one hand, a delegitimation of all democratic struggles as partial, ‘sectarian’ or ‘tribal’, while upholding the state as the only legitimate expression of the interests of the whole (the country, the national, the people); on the other, the displacement of all internal, popularly-derived efforts towards a way forward by an externally-imposed, state-centered, technocratic search for a solution” (MAMDANI, 1990, p. 49).

Consequentemente, o nacionalismo dos anos 1960 e 1970 esvaziou o movimento do seu conteúdo social, reduzindo-se a um “movimento nacional”, cujo fundamento assegurou a retirada de toda particularidade, toda diversidade e pluralismo, enfatizando, pelo contrário, seu aspecto universal (MAMDANI, 1990, p. 54). Paulatinamente, o nacionalismo de Estado se transformou em uma linguagem de repressão, como foi o caso do Gana de Nkrumah e da Tanzânia de Nyerere; isto é, tornou-se mecanismo de deslegitimação e desmobilização dos movimentos sociais com potencial transformador nessas sociedades. Na prática, a história desses movimentos acabou sendo contada através de uma série de reducionismos, primeiramente de uma história social para uma história política, até o ponto em que o processo foi reduzido à biografia dos grandes líderes nacionalistas. Com efeito, Mamdani (1990) sublinha duas questões: de um lado, a literatura especializada sobre movimentos sociais africanos tendeu a ignorar sua história social, concentrando-se somente em sua história política e, no extremo, na redução desta história política a uma biografia do líder fundador do movimento, ignorando disputas internas e externas envolvidas. Respeitante a isso produziu-se, fundamentalmente no campo da ciência política, vasta literatura que trata do fenômeno do poder na África e da categorização dos líderes africanos, vinculada ao neo-patrimonialismo⁹ e análises psicologizantes.

Buchmann (1962a) ressalta que com a aproximação da independência, as reformas coloniais que levaram à instauração e extensão do direito de sufrágio e planejamento das instituições de auto-governo promoveram importantes modificações no estado das forças políticas internas. Sobretudo, no momento final do colonialismo as mudanças na estrutura de oportunidades políticas provocaram a emergência de um partido nacionalista majoritário suficientemente forte, ou até mesmo monopolista. Combinado com a adoção de sistemas eleitorais que favoreciam os grandes partidos em detrimento de formações políticas menores, fabricou-se o cenário para a adoção do partido único. A lógica desse processo contribuiu para o advento de divisões internas nos movimentos e confrontos pelo controle do Estado, centro de

⁹ Destacamos, para uma discussão mais ampla: BRATTON, M.; VAN DE WALLE, N. **Democratic Experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; CHABAL, P.; DALOZ, J. **Africa Works: Disorder as Political Instrument**. Oxford: James Currey, 1999; CHAZAN, N. et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999; e RENO, W. **Warfare in Independent Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Para uma discussão aplicada ao caso de Angola sugerimos: CHABAL, P.; VIDAL, N. **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007; HODGES, T. **Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem**. Cascais: Editora Principia, 2002; e OLIVEIRA, R. S. Illiberal peacebuilding in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 49, n. 02, p. 287-314, junho de 2011. Adicionalmente, uma discussão crítica sobre o tema é apresentada em: MBEMBE, Achille. O princípio autoritário. In: MBEMBE, Achille. **África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na sociedade pós colonial**. Luanda: Mulemba, 2013.

todas as disputas que se desdobraram a partir de então. No caso de Angola, como vimos e veremos nas páginas em frente, observamos o surgimento de três movimentos de libertação que colidiram entre si após a retirada dos elementos portugueses do território e, tão logo a independência foi anunciada, a instauração de um regime de partido único pelo MPLA.

A formação desses partidos dominantes envolveu uma série de processos que, de modo geral, convergiram para uma espécie de fusão mística em um chefe prestigioso e carismático – como foi o caso de Nkrumah no *Convention People's Party* (Gana), Azikiwe no *National Council of Nigeria and the Cameroons* (Nigéria Oriental), Houphouët-Boigny no *Parti démocratique de Côte d'Ivoire* (Costa do Marfim), Sékou Touré no *Parti Démocratique de Guinée* (Guiné), Modibo Keita na *Union Soudanaise* (Mali), Nyerere na *Tanganyika African National Union* (Tanzânia), dentre outros, como a própria figura de Jonas Savimbi sobre a UNITA, em Angola – fenômeno que, vale ressaltar, não se limita aos casos africanos. Há que se destacar também a própria cultura política dessas elites “modernas”, vistas como detentoras de uma vocação natural ao comando, em detrimento do restante da sociedade, concebida como que tribalizada e “atrasada”, conforme ressaltou Lavroff (1978). Este parece ter sido o caso do MPLA em Angola, um partido bastante urbano e intelectual que se contrapunha aos valores nativistas – tradicionais, étnicos, regionais – da FNLA e UNITA. Em contrapartida, a emergência de um partido fortemente majoritário também esteve associada, em alguns casos, à identificação desse partido com interesses e símbolos de um grupo dominante, de caráter étnico, regional ou cultural, como foi o caso da *Union Nationale Mauritanienne* (Mauritânia), e do *Sierra Leone People's Party* (Serra Leoa).

Na mesma linha de Mamdani, Ki-Zerbo et al. (2010) lançam uma discussão sobre pluralismo e nacionalismo. Os autores sublinharam que os valores do pluralismo e nacionalismo coexistiram ao longo dos primeiros anos de edificação dos Estados africanos recém-independentes, especialmente na África anglófona e francófona. O pluralismo esteve presente na origem dos movimentos de libertação nacional, como em Angola, na Rodésia do Sul – hoje, Zimbábue – e em Moçambique, mas teve maior incidência nos países cuja transição para a independência foi pacífica, ou até mesmo negociada; nestes casos, os movimentos nacionalistas se apropriaram do discurso do liberalismo e do princípio da liberdade individual, proclamados pelos próprios colonizadores. Na África do Norte, com exceção da Argélia – que instaurou o presidencialismo e o partido único desde sua independência, em 1962 – o pluralismo inicialmente prevaleceu em todos os países. Na África Subsaariana, tanto francófona quanto anglófona, dezenas de partidos e movimentos sociais se proliferaram entre 1945 e 1960, baseados nos valores do pluralismo, com inspiração europeia.

[...] Durante este período, o nacionalismo africano – como estratégia de luta contra o colonialismo – antecipava reivindicações liberais: sufrágio universal, democracia e pluripartidarismo, liberdade de imprensa e o fim das detenções arbitrárias [...] Líderes como Kenneth Kaunda, Hastings Kamuzu Banda, Habib Bourguiba ou Léopold Sédar Senghor eram à época, simultaneamente grandes nacionalistas e grandes democratas liberais (KI-ZERBO et al., p. 566, 2010).

Assim como os valores do pluralismo, os valores do nacionalismo também se expandiram, sobretudo a partir das lutas que se manifestaram pelo continente¹⁰. Entretanto, os limites desse diálogo revelaram-se a partir dos anos 1960, quando o nacionalismo e a democracia liberal declinaram no continente, e o coletivismo¹¹ passou a ser invocado pelos ideólogos do partido único e pelos socialistas. Como veremos ao longo do capítulo, o nacionalismo só não estava declinando na África Austral que, entre 1960 e 1970, testemunhou o surgimento de movimentos de libertação, particularmente na Namíbia, no Zimbábue, na África do Sul, em Moçambique e em Angola.

Os movimentos políticos dos anos 1960 foram, assim, caracterizados por uma aproximação maior ao socialismo e atitudes mais prudentes frente ao marxismo-leninismo; foi nesse contexto que alguns dirigentes africanos formularam suas próprias ideologias, como al-Nasser, Nkrumah, Senghor, Bourguiba, Touré, Nyerere, Amílcar Cabral e Kaunda. Nkrumah, por exemplo, formulou o *consciencismo*, combinação de valores do nacionalismo anti-imperialista, da modernidade técnica e científica, e do patrimônio cultural tradicional africano e islâmico através do socialismo e da unidade africana. Nyerere, por sua vez, resgatando os valores das sociedades africanas – sobretudo o aspecto da solidariedade comunitária – destacou a existência de um socialismo africano, baseado na solidariedade e no trabalho de todos. Sob o nome genérico de *socialismo africano*, todas estas ideias foram influenciadas pelo Islã, pelo marxismo-leninismo e pelos valores tradicionais africanos (KI-ZERBO et al., 2010); em muitos casos esse processo foi instrumentalizado em favor das elites, degenerando-se numa espécie de pseudo-coletivismo. Em contrapartida, o marxismo-leninismo em si ganhou maior dimensão com as revoluções sociais em países como Etiópia, Madagascar, Angola e Moçambique.

Ki-Zerbo et al. (2010) argumentam que após as independências, portanto, o já claudicante pluralismo perdeu gradativamente seu prestígio, sendo, juntamente com o nacionalismo, substituído por uma fase autoritária e pseudo-coletivista, que duraria até os anos 1980 – as únicas exceções a isso seriam Senegal, Gâmbia, Ilhas Maurício e Botsuana. Os autores destacam ainda a presença de quatro mensagens ideológicas nos discursos dos

¹⁰ O legado de resistência contra a colonização foi recuperado no sentido de valorização do negro africano combatente, tratava-se, portanto, de um nacionalismo militante.

¹¹ “[...] O esforço coletivo, fundado sobre os costumes e a tradição, bem como sobre os laços de parentesco” (KI-ZERBO et al., 2010, p. 590).

emblemas e símbolos dos partidos desse período, “[...] a afirmação de uma identidade, a busca do desenvolvimento, o desejo de unidade, o apelo à liberdade e à justiça social” (KI-ZERBO et al., p. 579, 2010), extremamente válido de menção:

Se considerarmos as divisas, os hinos e as bandeiras adotados pelos novos Estados independentes, perceberemos os valores que eles desejavam promover. As divisas estatais, fórmulas concisas que impactam pelo seu caráter imperativo e categórico, convocam para valores coletivos fundamentais como “a unidade, a paz e o desenvolvimento”: “um povo, um objetivo, uma fé” (Senegal); “união, disciplina, trabalho” (Costa do Marfim); “unidade e fé, paz e progresso” (Nigéria); “unidade, liberdade, trabalho” (Zimbábue); “paz, trabalho, pátria” (Camarões) ou “liberdade e justiça” (Gana). Os hinos nacionais, quanto a eles, exaltam a luta comum, a unidade e fraternidade, africana e universal (hino senegalês), relembram a honra aos ancestrais, a liberdade e a unidade (hinos camaronês e nigeriano). As cores das bandeiras e dos emblemas ou brasões nacionais remetem, sobretudo, aos animais- símbolo: o leão do Senegal, o elefante da Costa do Marfim, a águia da Nigéria, o leopardo do Zaire e a ave misteriosa que sobrevoa as ruínas do Zimbábue. As cores das bandeiras nacionais mostram a predominância do verde, a simbolizar os recursos vegetais, o islã ou ainda a esperança no futuro; faz-se mister notar a frequência do vermelho em homenagem ao sangue dos mártires, ao heroísmo das lutas ou à revolução, bem como a presença do amarelo (o ouro das minas, o sol africano). O branco, quando figura (assaz raramente), é a cor da paz e da unidade. Finalmente, o negro identifica a raça ou remete a uma referência islâmica (KI-ZERBO et al., p. 578, 2010).

Como podemos observar, antes mesmo das independências o *Estado* foi reconhecido como o lugar de transformação das sociedades africanas, e ao partido dominante foi imputada a função de conduzir esse processo. A narrativa de se buscar primeiramente o reino político esteve arraigada no reconhecimento que, para cumprir qualquer dos seus desafios históricos, era necessário, primeiro, que esses entes fossem reconhecidamente Estados e tivessem soberania e autonomia de ação. A soberania política foi vista, conseqüentemente, como condição necessária para a promoção de um projeto político e econômico nacional. Até que se provasse o contrário – que o controle do Estado não era condição suficiente para o desenvolvimento econômico e avanços democráticos dessas sociedades – transcorreu-se longo processo de transferência do poder do Estado aos partidos e líderes políticos.

2.2 A rota do partido único: constitucionalismo e acomodação dos regimes políticos europeus

A partir dos anos 1960 foram publicados diversos estudos, particularmente no campo jurídico francês, sobre os sistemas e regimes políticos africanos e as tendências políticas que se verificavam no continente naquela altura; Buchmann (1962a; 1962b) foi um dos mais notórios, destacando-se também Fauré (1981), Conac (1979), Gonidec (1983), Lions (1964) e Lavroff (1976; 1978). O principal ponto do trabalho de Buchmann (1962b) foi a observação de um movimento generalizado de *presidencialização* pelo continente, a partir do que teria se

cristalizado um tipo de regime político essencialmente africano, ele argumenta, caracterizado por uma forma específica de presidencialismo. Portanto, mesmo partindo de modelos institucionais diferentes – tendo em vista que no momento de obtenção da independência os Estados africanos herdaram os modelos constitucionais das respectivas antigas metrópoles – um regime político inédito teria se manifestado de forma mais ou menos generalizada. Assim, embora a tradição constitucional metropolitana exercesse papel importante, o fundamento explicativo dessas tendências teria sido muito mais complexo.

Note-se que, após as independências, o processo de desenvolvimento constitucional adquiriu relevância no continente africano enquanto mecanismo de legitimidade dos governos recém independentes e de reconhecimento internacional (FAURÉ, 1981; LAVROFF, 1976). Com efeito, do ponto de vista da legitimação, a Constituição concede à autoridade do Estado meios que a convertem em algo além de pura coerção, ao menos do ponto de vista formal (FAURÉ, 1981). A Constituição se consolidou enquanto elemento de pertencimento internacional após o fim do século XIX, um símbolo do Estado soberano e da própria estabilidade interna – embora, no caso de muitos países africanos, a estabilidade constitucional fosse apenas aparente; isto é, o que era estável e assegurava a legitimidade da autoridade constitucional era, na verdade, o Chefe de Estado (CONAC, 1979).

Os sistemas parlamentares foram impostos pelas metrópoles inglesa e francesa no momento das reformas coloniais que os direcionaram à independência; esse processo, muitas vezes negociado, significou, ao fim ao cabo, aceitar o modelo constitucional do colonizador (GONIDEC, 1983). No entanto, muito rapidamente foram implementadas mudanças no sistema, por meio de reformas constitucionais e adoção de modelos presidencialistas. Além disso, as elites que assumiram o poder político, letradas na cultura ocidental, constituíam oposição quase direta às elites tradicionais e, nesse sentido, o recurso ao constitucionalismo ocidental foi também um meio de assegurar uma nova ordem de legitimidade que excluía o poder dos antigos chefes tribais e assentava sobre esta Lei fundamental (LAVROFF, 1976). E deveras, assim que consolidada sua posição no Estado, a adoção do presidencialismo forneceu uma gama ainda maior de possibilidades para a centralização do poder nessas elites.

Nesta linha de raciocínio, Conac (1979) sublinha que as primeiras Constituições dos países africanos foram tributárias dos modelos metropolitanos não só pelo fato de muitas das primeiras transições para a independência terem sido negociadas, mas especialmente porque “Os políticos africanos da primeira geração foram intelectuais, frequentemente juristas. [...] A inspiração europeia das primeiras Constituições se antecipou ao desenvolvimento político” (p.

10, tradução nossa) ¹². Depois das independências as influências se diversificaram, especialmente pela via presidencialista. Olhando para o caso dos países francófonos, o autor sugere que essa tendência não representou, diretamente, a questão de se optar pelo modelo político dos Estados Unidos, mas sim uma estratégia política para consolidar os poderes pessoais de líderes após a descolonização. Nisso, prossegue, houve até mesmo influência do constitucionalismo soviético, através da institucionalização do partido único.

Paulatinamente, o constitucionalismo negro-africano engendrou seus próprios modelos; Conac (1979), por exemplo, sublinha o modelo de Gana como importante referência para outros Estados anglófonos, fundamentalmente no que diz respeito ao processo de eleição do Chefe de Estado. O nacionalismo negro-africano também promoveu uma descolonização institucional, principalmente nos países de expressão francesa, que abandonaram os modelos constitucionais que os afirmavam enquanto membros da *Communauté*¹³. Assim, as novas Constituições correspondiam a projetos políticos e de sociedade para esses novos Estados, como fica evidente no caráter “desenvolvimentista” desse movimento constitucionalista – no sentido de apresentar uma função organizadora, uma técnica de desenvolvimento político (CONAC, 1979).

Lions (1964) chamou a atenção para o fenômeno da inflação constitucional que se manifestou nos países da África Negra desde as independências. A autora analisou esta tendência a partir das necessidades dos dirigentes em adaptar os modelos constitucionais face aos impasses existentes naquela altura (p. 48), questionando se, na África, não estaria se desenvolvendo uma forma singular de expressão democrática, diferente da acepção e do conteúdo humanista ao qual se atribui na Europa Ocidental. De fato, ela não foi a única a compartilhar desta visão: Buchmann (1962b) e Conac (1979) apontaram limites à Teoria do Direito Público Ocidental e, com entusiasmo, reconheceram essa tendência como reflexo da criatividade jurídica africana; instrumento de ação sobre si e busca de sua própria via constitucional, o direito africano teria formulado as bases de nascimento de uma nova sociedade e de regimes políticos *sui generis*. Lions (1964), por exemplo, sugeriu que o partido único – muitas vezes mencionado como partido dominante ou preponderante – seria, na realidade, expressão de uma *democracia africana*. De acordo com esta visão, a democracia africana não seria pluripartidária, como o é no Ocidente, realidade consagrada pela aclamação popular nas

¹² No original: « Les hommes politiques africains de la première génération sont des intellectuels, fréquemment des juristes [...] L’inspiration très européenne des premières Constitutions anticipait sur le développement politique » (CONAC, 1979, p. 10).

¹³ Em referência à Comunidade Francesa, associação que integrava a França e seus territórios sob domínio colonial.

urnas, mas uma democracia autoritária e centrada em partidos dominantes. Como veremos posteriormente, a ideia de uma “democracia africana” foi duramente criticada por estudiosos como Mbembe e Mamdani.

Observamos, portanto, que o constitucionalismo africano esteve associado a um movimento de presidencialização e, no fim, a uma tendência de concentração dos poderes do Estado junto ao partido político dominante e, especialmente, em direção ao Chefe/Líder deste partido. De fato, Buchmann (1962a) sugeriu que os regimes políticos africanos se situariam, em níveis diversos, como linha de força que, partindo do modelo parlamentar clássico, evoluiu para formas específicas de presidencialismo. O autor confirmou sua hipótese quando, em 1960, os quatro países da Entente¹⁴ adotaram uma forma radical de presidencialismo, que ele chamou de presidencialismo consolidado. Embora não seja possível realizar uma sistematização completa dos regimes políticos, é claramente observável a tendência à presidencialização e ao fortalecimento da figura do Executivo, inclusive em Angola.

Os sistemas eleitorais africanos foram em grande medida herdados das potências coloniais. Tradicionalmente, os países Francófonos elegeram seus governantes por meio de sistemas de representação proporcional (PR), países Anglófonos por sistemas de *first-past-the-post* (FPTP) [...] Enquanto que para os países Francófonos que seguiram o modelo francês isso significou a realização de eleições paralelas para parlamentos e presidentes, a maioria dos países Anglófonos começou com sistemas parlamentares no estilo de Westminster antes de, posteriormente (em um movimento que refletiu crescente centralização do poder e enfraquecimento dos pesos legislativos sobre os executivos), introduzir eleições presidenciais separadas (SOUTHALL, 2003, p. 13, tradução nossa)¹⁵.

Trabalhando com o tema dos partidos políticos na África Negra, Lavroff (1978) destacou que após as independências esforços foram tomados no sentido de se constituírem sistemas políticos em conformidade com os modelos ocidentais, tal sendo o caso do multipartidarismo – influência francesa – e do bipartidarismo – influência anglo-saxã. Contudo, rapidamente optou-se por um novo caminho, pela via do partido único ou partido unificado¹⁶, que veio a se desenvolver na maioria dos países africanos. Argumenta que a experiência com o multipartidarismo e o bipartidarismo manifestara falhas em diversos países¹⁷: e, se por um lado,

¹⁴ Costa do Marfim, Daomé (atual Benim), Níger e Alto Volta (atual Burkina Faso).

¹⁵ No original: “Africa’s electoral systems were in large measure inherited from the colonial powers. Traditionally, Francophone countries have elected their rulers by systems of proportional representation (PR), Anglophone countries by first-past-the-post (FPTP) [...] Whereas, for Francophone countries, following France, this had usually involved parallel elections for parliaments and presidents, most Anglophone countries had started with borrowed Westminster-style parliamentary systems before subsequently (in moves which reflected a growing centralization of power and a weakening of legislative checks upon executives) introducing separate presidential elections” (SOUTHALL, 2003, p. 13).

¹⁶ O partido unificado surgiu da união de partidos políticos que aceitaram um programa comum, onde passaram a repartir responsabilidades no governo e no interior do partido (LAVROFF, 1978).

¹⁷ Como, por exemplo, o caso do Senegal (LAVROFF, 1974), da República Democrática do Congo e da Nigéria – especialmente após tentativas de secessão internas (ARAÚJO, 2009) – e do Uganda (MAZRUI, 1995).

o multipartidarismo parecia incompatível com o estabelecimento de uma via política estável, o bipartidarismo também não funcionava em razão das fortes desigualdades de força dentro dos sistemas nascentes. Desse modo, a opção pelo partido unificado foi vista como um meio para restabelecer a unidade nacional, rompida com a crise do multipartidarismo e do bipartidarismo, sem com isso consentir com uma visão totalitária de partido único – países que optaram por essa experiência foram Chade, Daomé e Senegal. Entretanto, o autor ressaltou que muitas vezes a unificação era apenas aparente, representando uma transição entre o pluralismo e o partido único. Ou seja, em geral o partido único foi resultado de uma evolução que iniciou com o multipartidarismo, direcionou-se para o bipartidarismo, e, por fim, desdobrou-se para a adoção do partido unificado.

Além das discussões quanto à viabilidade de sistemas multipartidários e bipartidários, o debate entre federalismo e Estado unitário também esteve no centro das opções políticas nos Estados africanos independentes. O federalismo, que foi adotado em alguns países, como o Camarões e o Zaire (atual República Democrática do Congo), foi sendo paulatinamente abandonado em benefício do Estado unitário. No caso do Zaire, por exemplo – cujos processos políticos tiveram forte impacto na vizinha Angola –, Lumumba¹⁸ defendia tendências unitárias, ao passo que líderes tradicionais e o Conakat¹⁹ defendiam uma maior autonomia regional. Frente às fortes divisões internas, especialmente na Província do Katanga, o federalismo foi considerado um dos grandes males do país, discurso este que foi replicado na legitimação da opção pelo Estado unitário em outros contextos africanos, como veio a ser o caso de Angola. As causas do abandono do federalismo nesse país foram muitas, particularmente as tentativas de balcanização promovidas desde o exterior – como foi o caso de Katanga. A tendência à unificação das estruturas foi justificada como meio para a construção nacional, o desenvolvimento econômico e a eficácia governamental, principalmente com a ascensão de Mobutu ao poder, em 1965.

Conforme Lavroff (1978), o processo de unificação dos partidos dissonava das estruturas constitucionais existentes na época. Assim, um após o outro, os Estados francófonos adotaram novas Constituições, inspiradas no modelo presidencialista, em especial na

¹⁸ Patrice Lumumba foi o primeiro Chefe de Estado da atual República Democrática do Congo. Com a crise política instalada após declaração de independência da Província do Katanga, com apoio direto da ex-metrópole belga, Lumumba recorreu à ajuda soviética, atemorizando os círculos ocidentais e culminando no seu assassinato, em 1960, após um Golpe de Estado.

¹⁹ O Conakat (*Confédération des Associations Tribales du Katanga*) foi um importante partido político da República Democrática do Congo. Baseado na Província do Katanga e liderado por Moïse Tshombe, foi a plataforma política pela qual declarou-se a independência da Província do Katanga.

Constituição dos EUA, reformas essas que favoreceram ampla concentração de poderes junto ao Poder Executivo. Nesse movimento, o princípio de separação dos poderes também não foi completamente respeitado, pois ao Chefe do Executivo foram concedidos tanto os poderes de um regime presidencial quanto aqueles que são reconhecidos em um sistema parlamentar racionalizado²⁰. Logo, mesmo sendo titular do poder Executivo, o Presidente adquiria capacidade de dominar a ação do Parlamento através de iniciativas de leis, poderes excepcionais e direito de dissolver as assembleias.

Posto isso, Lions (1964) fez duas observações sobre os sistemas de governo africanos: a primeira que, independentemente de o tipo de regime político ser presidencialista, parlamentarista ou derivado, em *todos* eles haveria o predomínio do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. A autora ressaltou que o parlamentarismo africano sacrificou o equilíbrio de forças entre os diferentes órgãos de governo para que houvesse maior eficácia e estabilidade do Poder Executivo. Portanto, na visão da autora, o parlamentarismo africano constituía a razão para a tendência de concentração do poder, ao contrário de argumentos que situavam as causas desse processo na estrutura do Executivo – se monocrática ou dualista²¹ – ou no caráter do Legislativo – se unicameral ou bicameral²². Em segundo lugar, afirmou que esta tendência de evolução generalizada ao presidencialismo representaria um presidencialismo *sui generis*, distinto de outras manifestações do gênero.

Um Executivo forte e personalizado, dotado, tanto em regime parlamentar como em regime presidencialista, de prerrogativas novas e por vezes assumindo poderes ditatoriais, face a um Legislativo muito debilitado é, portanto, a característica primeira dos regimes políticos africanos (LIONS, 1964, p. 191, tradução nossa)²³.

Para além disso, Lions (1964, p. 84) apontou quatro tendências elementares que poderiam ser encontradas nos regimes políticos africanos: i) Poder Executivo forte e personalizado; ii) partido único; iii) ausência de oposição consolidada; e iv) presidencialismo. E isso não é tudo: argumenta que diversos partidos políticos africanos, havendo se estabelecido ainda antes das independências, viabilizaram um processo de afirmação da posição dos seus líderes, que se converteram em chefes incontestes dos seus respectivos Estados no momento da

²⁰ O sistema parlamentar racionalizado surgiu de uma tentativa de conceder maior estabilidade à ação governamental dentro dos sistemas parlamentares, como foi, por exemplo, o caso da Constituição de Weimar, de 1919. Foi caracterizado por uma série de modificações e procedimentos constitucionais de modo a promover estabilidade ao governo, ao mesmo tempo que mantinha as principais características dos sistemas parlamentares clássicos.

²¹ Em referência à separação (dualista) ou conjugação (monocrática) dos cargos de Chefe de Governo e de Estado em uma única pessoa.

²² Em referência ao número de câmaras legislativas.

²³ No original: “Un Ejecutivo fuerte y personalizado, dotado, tanto en régimen parlamentario como en régimen presidencial, de prerrogativas nuevas y asumiendo, dado el caso, poderes dictatoriales, frente a un Legislativo muy debilitado, es, pues, la característica primera de los regímenes políticos africanos (LIONS, 1964, p. 191).

independência. Para ela, a justificativa desse fenômeno era clara “[...] o programa necessário para edificar o Estado e a Nação implica essencialmente a coesão e a disciplina, isto é, uma direção e uma autoridade única” (LIONS, 1964, p. 87, tradução nossa)²⁴.

O regime político que a lógica impõe na África recém independente tem que ser de inspiração autoritária e centralizada, com vistas a uma dupla meta, de edificação e de educação. Trata-se de edificar o Estado, educar as massas e melhorar seu nível de vida, suprimir o marco tribal e as ‘micronações’ que engendraram, eliminar as rivalidades regionais e realizar a unidade nacional; em resumo, diz respeito à transformação do universo da tribo em um conjunto de Estados Modernos. Nada se constrói na desordem, na inércia e indiferença (LIONS, 1964, p. 85, tradução nossa)²⁵.

Portanto, tratava-se de um cálculo conjuntural extraído a partir dos desafios específicos às realidades africanas naquele momento particular de sua história, “[...] Será [necessário] um regime de ‘homens fortes’, isto é, um Executivo que assegure a continuidade de aplicação de programas planejados, sem censuras parlamentares desordenadas” (LIONS, 1964, p. 85, tradução nossa)²⁶. O Presidente, além de estar imbuído de poderes pela via da aclamação popular, seria detentor exclusivo do poder, atuando como chefe, pai, depositário de todos os poderes e herói privilegiado. Portanto, ele acolheria em si a liderança e o paternalismo, representando o pai da nação²⁷. Este discurso, como se poderá observar, foi muito patente para justificar reformas constitucionais que visavam à concentração de poderes nos Presidentes e nos partidos. Em Angola este processo esteve atrelado, adicionalmente, às urgências da guerra civil, que exigiriam um governo forte e centralizado. Com efeito, veremos que durante todo o período conflitivo (1975-2002) diversas foram as alterações constitucionais direcionadas a este fim.

Em suplemento à Lions, Salih (2005) sublinhou que, historicamente, a emergência de partidos políticos na África precedeu a emergência dos próprios Parlamentos – cujo conceito

²⁴ No original: “[...] el programa a realizar para edificar el Estado y la Nación implica esencialmente la cohesión y la disciplina, es decir una dirección y una autoridad única” (LIONS, 1964, p. 87).

²⁵ No original: “El régimen político que la lógica impone en el África recientemente independizada tiene que ser de inspiración autoritaria y centralista, con miras a una doble meta de edificación y de educación. Se trata, nada menos, de edificar el Estado, educar a las masas y levantar su nivel de vida, suprimir el marco tribal y las ‘micronaciones’ que ha engendrado, eliminar las rivalidades regionales y realizar la unidad nacional; en resumidas palabras, se trata de transformar el universo de la tribo en un conjunto de Estados Modernos. Nada se construye en el desorden, nada en la inercia o la indiferencia” (LIONS, 1964, p. 85).

²⁶ No original: “[...] Será, pues, el régimen de los ‘hombres fuertes’ es decir un Ejecutivo que asegure la continuidad de aplicación de programas planificados, sin el freno de censuras parlamentarias desordenadas” (LIONS, 1964, p. 85).

²⁷ Alguns autores chamaram isso de democracia tutelar, no sentido de o líder guiar a sociedade para a democracia, paulatinamente, e assentar o Estado em tradições republicanas; é quase uma missão. O tutelarismo negro-africano representaria uma tendência dupla ao presidencialismo reforçado e ao partido dominante. Defendia-se uma necessidade técnica de monismo político radical e a existência de propensões profundas à unanimidade e à personalização do poder, de modo a desenvolver a democracia nessas sociedades. Em vista das árduas tarefas que o Poder tinha a desenvolver nos novos Estados, subdesenvolvidos e imperfeitamente integrados, exigia-se unidade absoluta. Ademais, a ausência de processo autônomo de democracia impunha a criação de um instrumento político que fizesse corpo intermediário entre o Poder e a população, no caso o partido único (BUCHMANN, 1962).

foi introduzido pela experiência colonial – e que, portanto, os Parlamentos surgiram como resultado da formação dos partidos políticos em um contexto em que o contato nativo com as instituições ocidentais era pouco para serem internalizados rapidamente. Ou seja, o papel designado aos Parlamentos e sua própria evolução teve forte relação com os sistemas partidários. Na opinião do autor (2005, p. 03, tradução nossa) as “[...] legislaturas, parlamentos e assembleias espelham a natureza do Estado (se democrático ou autoritário), os sistemas partidários (partido único, multipartidarismo ou partido dominante) e a cultura política”²⁸. Portanto, observar os padrões de relações de força dentro dos Parlamentos seria fundamental para se traçar algum apontamento conclusivo da natureza da estrutura de poder nesses Estados.

Buchmann (1962b), por sua vez, ressaltou a presença de duas tendências profundas nos processos políticos africanos: i) inclinação ao partido único ou dominante; e ii) predisposição a uma política de unanimidade, assente na personalização/personificação do poder e no caráter comunitário da expressão política. Argumenta que o movimento de presidencialização que conduziu a essas tendências foi um processo histórico que teve como pontapé inicial modificações instauradas no seio do regime parlamentar que evoluíram até o surgimento de regimes presidencialistas autênticos. Ao longo desse processo, pontos específicos de diferentes regimes constitucionais europeus clássicos influenciaram a evolução da coisa política na África. Do regime parlamentar britânico, reteve-se a concepção de um Poder Executivo pleno e absoluto, exercido legitimamente pela liderança do partido majoritário – se recordarmos o perigo que, progressivamente, foi encarnado na oposição política nos Estados africanos, fica bastante clara a força da influência britânica para a justificação de um sistema político unitário e majoritário (1962b, p. 47). Do parlamentarismo francês, conservaram-se pontos da Constituição Gaullista²⁹ para reforço do poder em duas ordens: primeiramente, através dos elementos de fortalecimento do Poder Executivo presentes no parlamentarismo desigual (do francês, *parlementarisme inégalitaire*)³⁰; e, finalmente, através dos mecanismos

²⁸ No original: “[...] legislatures, parliaments or assemblies are mirrors of the nature of the State (democratic or authoritarian), party systems (one-party, multiparty, or dominant party), and political culture” (SALIH, 2005, p. 03).

²⁹ Adotada em 04 de outubro de 1958, o Parlamento Gaullista fez parte de um movimento ocorrido na Europa de democratização do Poder Executivo por meio de sua republicanização no seio dos regimes parlamentares; isto resultou em um movimento de fortalecimento do Executivo que, sem remover o seu dualismo (separação entre Chefe de Estado e Chefe de Governo), alterou o princípio de colaboração equilibrado com o Parlamento, sendo por este motivo chamado de parlamentarismo desigual. A Constituição Gaullista reconheceu um caráter dualista, ou orleanista ao parlamentarismo francês, combinando « [...] d’une part le dualisme de l’Exécutif, avec irresponsabilité présidentielle et contreséing ministériel, et d’autre part l’existence de pouvoirs exceptionnels exercés d’office en cas de crise grave de l’État et lui permettant de prendre toutes ‘les mesures exigées par ces circonstances » (BUCHMANN, 1962b, p. 48).

³⁰ Esse conceito, de Maurice Duverger, é referente ao sistema parlamentar reconhecido pela Constituição Gaullista que, ainda que mantendo o princípio de responsabilidade do Governo perante o Parlamento, « [...] elle a construit

de fortalecimento do Chefe de Estado, especialmente no que toca aos poderes excepcionais. Por fim, do regime presidencial americano, a ideia de um Presidente detentor exclusivo de todo o Poder Executivo – enquanto Chefe de Estado e Chefe de Governo – foi fundamental para o presidencialismo hierarquizado e concentrado de tipo negro-africano (Buchmann, 1962b).

Na visão de Buchmann (1962b), a grande inovação africana foi introduzir, no seio do regime parlamentar, um Executivo monocéfalo, com fusão dos cargos de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Consequentemente, a predominância do Poder Executivo passou a se exercer através do seu Chefe, que, além de ser designado pelo Parlamento, disporia também dos meios de ação concedidos pelo parlamentarismo desigual, conforme previa a República Gaullista. Finalmente, com a aplicação de procedimentos do parlamentarismo racionalizado, o desequilíbrio de poderes se tornou ainda mais acentuado.

A principal constatação da obra de Buchmann (1962a; 1962b) foi que, mesmo com algumas variações, duas novas concepções de poder Executivo estariam se desenvolvendo nos países africanos recém independentes: o neo-presidencialismo ou presidencialismo negro-africano, e o presidencialismo consolidado. Na realidade, em um primeiro momento o autor acreditou que se desenvolveria um tipo de regime presidencialista africano homogêneo, o neo-presidencialismo, cujos modelos seriam o Congo Brazzaville (República do Congo), Gana e a República do Katanga³¹, das quais apenas o caso de Gana teve algum sucesso. Posteriormente, boa parte dos países de expressão francesa promoveram modelos distintos e mais próximos do modelo americano, o presidencialismo consolidado, como veremos na sequência, fazendo o autor rever sua hipótese inicial.

Por sua autenticidade, o neo-presidencialismo representaria um regime presidencialista essencialmente africano. A principal característica de tal modelo seria a existência de um Chefe do Executivo irresponsável politicamente perante o Parlamento.

un parlementarisme original consacrant la très nette prépondérance de l'Exécutif. Celle-ci est obtenue par une série de mécanismes dont s'inspireront largement les Constitutions négro-africaines d'expression française : 1° les règles du parlementarisme rationalisé [...] concernant surtout la réglementation draconienne de la mise en jeu de la responsabilité politique (délais, majorités qualifiées...) ; 2° le système de délimitation rigoureuse du domaine de la loi et la compétence réglementaire de principe reconnue au Gouvernement ; 3° le système des pouvoirs extraordinaires permettant au Gouvernement demander au Parlement l'autorisation de légiférer par voie d'ordonnance 'pour l'exécution de son programme' (art. 38) ; 4° le système de mise en vigueur automatique du budget, sur lequel le Parlement n'aurait pas statué dans un certain délai ; enfin 5° le système d'adoption automatique d'un texte sur lequel le Premier Ministre ayant engagé la responsabilité du Gouvernement, aucune motion de censure n'a pu être votée dans le règles du parlementarisme rationalisé » (BUCHMANN, 1962b, p. 48).

³¹ A República do Katanga (1960-1963), ou Estado Independente do Katanga, adotou uma Constituição em 05 de agosto de 1960, após sua secessão da República Democrática do Congo. Esse foi um dos eventos políticos mais sensíveis da história do Congo independente, cujos desdobramentos estão relacionados com o assassinato de Patrice Lumumba e, posteriormente, a ascensão de Mobutu ao poder.

Designado pelo Parlamento, e não por sufrágio universal direto, o mandato do Presidente da República (Chefe de Estado e de Governo) estaria indissolúvelmente atrelado ao mandato do Parlamento. Mas, ao contrário do que acontece no neo-parlamentarismo³², a iniciativa de arbitragem popular seria monopólio do próprio Chefe do Executivo.

O presidencialismo negro-africano constituiu um novo regime político, cuja originalidade foi atestada em Gana³³, em 1960. Sua especificidade residiu, conforme Buchmann (1962b), nos procedimentos adotados para assegurar a preponderância do Poder Executivo, sua independência e estabilidade, de acordo com os princípios que regem as relações entre o Presidente e o Parlamento. Observou-se que: i) a linha que estabelecia a separação e colaboração entre os poderes não era clara – enquanto a separação de Poderes protegeria o Presidente contra um voto de não-confiança do Parlamento, a colaboração de poderes daria ao Presidente meios de intervir no Parlamento – e reforçava a posição do Executivo dentro do regime político; e que ii) havia uma correspondência o mais perfeita possível entre o Presidente e a maioria constitucional do Parlamento – em alguns países, como foi o caso de Gana, isso foi ainda mais notável, visto que o Presidente eleito exercia também o cargo de Chefe do Partido Majoritário³⁴.

Uma segunda onda presidencialista observada pelo autor (BUCHMANN, 1962b) foi influenciada mais diretamente pela Constituição Francesa e pela Constituição dos Estados Unidos da América do que pela Constituição de Gana. Ao modelo que se desenvolveu nesses países – nomeadamente, República do Congo, República Federativa do Camarões e as Repúblicas da Entente – o autor deu o nome de presidencialismo consolidado. Esse modelo surgiu em 1960, quando os países da Entente adotaram Constituições idênticas e regimes eleitoral de mesmo tipo – votação por lista nacional majoritária em um turno³⁵ – cujo resultado foi instalar o monopólio governamental de um partido dominante, com tendência bastante clara ao partido único. As características deste modelo foram: Poder Executivo monocéfalo assente no Presidente da República, o qual, eleito por sufrágio popular universal para um mandato fixo,

³² O neo-parlamentarismo, também conhecido como parlamentarismo misto/híbrido ou sistema semipresidencial, é um sistema em que coexistem regras do parlamentarismo e do presidencialismo. Inaugurado com a Constituição de Weimar, em 1919, foi, posteriormente, adotado na Constituição Gaullista, concedendo um papel mais ativo ao Presidente da República.

³³ Foi uma proposta de formular uma Constituição essencialmente ganense, sem influência ou cópia de modelos de outros países (BUCHMANN, 1962b).

³⁴ Como examinaremos no capítulo 04, muitas são as semelhanças com o modelo adotado na Constituição de Angola, em 2010.

³⁵ Por meio do escrutínio da lista nacional, cada partido apresentaria uma lista nacional de candidatos para a Assembleia Nacional, e o partido majoritário levaria todos os assentos. O objetivo desse sistema era claro: reconhecer o monopólio governamental e parlamentar a um partido dominante.

não tinha responsabilidade perante o Parlamento – o Presidente apresentava, inclusive, um Gabinete de Ministros responsável perante a ele, exclusivamente. Esse processo de centralização e concentração dos poderes do Presidente da República foi influenciado principalmente pela Constituição Gaullista, como vimos anteriormente neste capítulo.

Lavroff (1976) sublinhou que as dinâmicas constitucionais africanas apontavam para um caráter comum de concentração do poder nas mãos de um líder com tendências autoritárias. A outorga ao Presidente da República do direito de dissolver a Assembleia Nacional marcou o grau máximo de concentração de poder e a ruptura com o modelo presidencialista clássico, que supõe separação dos poderes e independência dos órgãos. Ademais, a onda presidencial também promoveu a generalização do monocefalismo do Executivo – depois dos anos 1970 surgiram alguns poucos casos de bicefalismo, como Senegal, Camarões e Gabão. A adoção de sistemas parlamentares monocamerais, por sua vez, se justificaria pelo pequeno número de elites políticas nos países africanos. Mas, de modo geral, essas assembleias parlamentares possuíam funções já muito limitadas.

Fauré (1981) verificou uma diferença clara entre poder real e poder formal nos sistemas políticos africanos. Ele argumenta que o positivismo e o universalismo da técnica jurídica, quando aplicados para análises constitucionais africanas, dificultariam a observação dos processos políticos concretos. Isso porque, de acordo com o autor, as Constituições africanas seriam resultado especulativo do governo em si, e não tanto produto de uma realidade social dialética, de interações e lutas produzidas no seio da sociedade. A Constituição não seria, portanto, ferramenta de limitação do poder, mas sim uma técnica governamental para sua consolidação (FAURÉ, 1981). Ao invés de colocar o poder a serviço da coletividade, à Constituição caberia a função de fixar papéis políticos àqueles que já o detém. Essas constituições demonstrariam, no fim, as modalidades do exercício do poder e não os seus limites, expressão do sistema de desigualdade e dominação que prevalece no campo político, como apontou Balandier (apud FAURÉ, 1981).

Fauré (1981) argumenta ainda que, enquanto nas sociedades ocidentais os fatores econômicos seriam o principal condicionante da hierarquia social, nas sociedades africanas em processo de desenvolvimento essa trajetória seria estruturada pelo fator político, que classificaria as formas de desigualdade. Pensando o constitucionalismo, esse argumento se reforçaria pelo simples fato que o acesso ao poder político tem sido o que proporciona um status econômico dominante, e não o contrário (p. 11). Com efeito, a tese da primazia das relações de poder às relações de produção na formação das classes sociais, na África, foi alvo de alguns

estudos³⁶. Um dos mais importantes foi o de Sklar (1979), que aplicou a teoria de Gaetano Mosca³⁷ para compreender o caso da Nigéria. Partindo desse estudo, constatou que o poder político constituiria o principal elemento na lógica de criação de oportunidades econômicas e determinação da estratificação social.

Verificamos, portanto, uma lógica de encadeamento dos processos constitucionais com fortalecimento progressivo do poder Executivo em detrimento do Poder Legislativo em diversos regimes políticos africanos; a recusa do bicefalismo, especialmente, tende a acumular a autoridade em um indivíduo, que combina poder governamental e de Estado. O real significado dessa operação é que, no fim, o argumento de Buchmann (1962) de que o partido único constituiria uma linha de força na vida política africana parece ter adquirido forma concreta. Sobretudo, dos processos de reificação do Estado ao movimento de presidencialização e concentração de poderes em partidos dominantes e nos seus líderes, obteve-se abertura para, paulatinamente, enveredar-se à legitimação formal dos partidos únicos.

2.3 A adoção do partido único: narrativa de desenvolvimento e integração nacional

De acordo com Ake (1996), a estrutura elementar do Estado africano, herdada no momento da independência, tornou-se simulacro do antigo Estado colonial. Incorporando seus poderes absolutos, o Estado pós-colonial emergiu enquanto aparato de violência, recorrendo preferencialmente à coerção – e não à autoridade – como garantia da submissão da população. Young (1988), por sua vez, ressaltou os impulsos autocráticos e hegemônicos como principais legados do Estado colonial às elites que assumiram o poder na independência, as quais, progressivamente, buscaram fortalecer a personalidade territorial de seus Estados. A esse movimento de tomada de controle do Estado conjugou-se um processo de concentração de poderes, cujo resultado foi a adoção de sistemas de partido único em quase toda a África Subsaariana. De fato, é possível verificar que depois de 1960 o partido único se tornou a regra, e não exceção, incluindo o caso de países qualificados como sistemas multipartidários no plano legal (SYLLA, 1977).

³⁶ Além do trabalho de Sklar, destacam-se os trabalhos de Diamond e Kasfir. Diamond (1987) observou o papel assumido pelo Estado na formação de novas classes sociais na África; Kasfir (1983), analisando as conexões entre classe e Estado e a capacidade de intervenção de uma sobre a outra, destacou que ao mesmo tempo que o Estado é importante agente de acumulação de capital, ele também mantém laços políticos que possibilitam o processo de formação de classe, através de redes de clientelismo, patrimonialismo e amparo.

³⁷ Gaetano Mosca olhou para o papel do Estado na geração de dominação de classe. Segundo este autor, em toda sociedade existiria uma minoria que constituiria a *ruling class*, formada e baseada no monopólio sobre os instrumentos de poder político (DIAMOND, 1987).

Uma das principais justificativas para adoção do partido único foi que este modelo seria essencialmente africano – enraizado nas sociedades de consenso pré-coloniais – e mais eficiente para a promoção da unidade nacional e do desenvolvimento – principais tarefas de empenho do Estado pós-colonial. Como veremos, muitos desses partidos se degeneraram em formas extremas de autoritarismo e não forjaram a unidade nacional tampouco o desenvolvimento. Como consequência de conflitos de interesse internos e externos frente aos projetos dessa primeira geração de estadistas, golpes de Estado e golpes militares atravessaram o continente; contudo, também as dificuldades dos regimes militares em cumprir com as metas que os fizeram tomar o poder – particularmente conter a expansão da crise econômica – abriu caminho para uma nova tônica de desenvolvimento e integração nacional, nos anos 1990, inserida em uma agenda democrática e neoliberal negociada com agentes externos, fundamentalmente credores internacionais.

Como vimos, se o movimento de concentração de poderes e valorização de partidos dominantes foi um processo que iniciou ainda antes das independências, Anyang’ Nyong’o (1992) ressalta, em contrapartida, que foi somente depois da independência que os líderes nacionalistas, com o controle do poder do Estado, passaram a defender que a política de partido único seria o melhor instrumento para promover a unidade nacional. Argumentavam que os esforços do povo seriam todos direcionados para a construção da nação – em razão do consenso popular frente às tarefas do governo, as políticas partidárias seriam tão logo desnecessárias – e que qualquer diferença que emergisse seria resolvida dentro do regime de partido único, que consideraria a democracia e o respeito aos direitos humanos (NYONG’O, 1992, p. 04).

De fato, as potências coloniais legaram aos Estados africanos um sistema baseado na representação parlamentar e no pluripartidarismo, como tivemos a oportunidade de contemplar anteriormente neste capítulo – a exceção a isso foi Portugal, como observaremos adiante. Junto à herança metropolitana vieram também suas contradições – especialmente do ponto de vista dos aparatos coercitivos e das estruturas de poder altamente centralizadas – e cada partido se impôs ao problema da edificação da nação de uma forma. Na altura da independência, muitos eram os desafios:

[...] centralizar a *autoridade* política, a que denominamos frequentemente ‘processo de construção do Estado’; instaurar a *unidade* entre os grupos heterogêneos habitantes no país, tarefa comumente chamada ‘processo de edificação da nação’; ampliar as perspectivas para a *participação* política; e distribuir os recursos menos abundantes (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 533).

Num tal contexto histórico, o processo de formação da nação seria particularmente moroso. Gonidec (1983) ressalta que as formações sociais africanas foram tributárias de um *double passé*, constituído pelo passado pré-colonial e pelo passado da dominação colonial. Os

Estados coloniais contribuíram para que surgisse a ideia do Estado-nação no sentido moderno do termo, mas este processo ficou inacabado – existindo apenas uma estrutura artificial de Estado – e dificilmente seria levado adiante por grupos que não se reconheciam enquanto nação, o que reforçou a premência em construir e consolidar a unidade nacional. Lavroff (1978), por sua vez, sublinha que a heterogeneidade das sociedades africanas demandava uma maior articulação entre Estado, Nação e Comunidades de Base. Uma vez que este processo de integração popular falhou, argumenta que a herança do poder autocrático e da administração piramidal e centralizada do colonizador, associada ao comportamento que os políticos africanos adquiriram durante o período colonial – no sentido de uma ocidentalização das mentes e negação de valores tradicionais – gerou um vácuo que favoreceu o estabelecimento de uma nova organização partidária, dominante, assente em uma sociedade despolitizada (LAVROFF, 1978). Portanto, uma vez que os padrões de poder e o edifício do sistema de governo estabelecidos durante o regime colonial permaneceram, o Estado-nação contemporâneo herdou a centralidade do aparato estatal na vida política dessas sociedades. Desse modo, conjugado ao discurso contra o tribalismo, tal estrutura de organização do Estado favoreceu a concentração do poder e a adoção do partido único.

Dialogando com Gellnar (apud ELAIGWU; MAZRUI, 2010), Elaigwu e Mazrui destacam que muitos países orientaram-se para regimes de partido único ou partido preponderante porque, por ser uma instituição autóctone, o partido desempenharia mais satisfatoriamente o papel de promotor da identidade nacional do que o Estado em si. Dentre os países que optaram por essa via, destacam-se o Quênia com o *Kenya African National Union*, o Gana com o *Convention People's Party*, o Alto Volta – atual Burkina Faso – com a União Democrática Voltaica, O Mali com a União Sudanesa, a Costa do Marfim, a partir de 1957, com o Partido Democrático da Costa do Marfim, o Malaui, a partir de 1966, com o *Malawi Congress Party*, o Senegal com a União Progressiva Senegalesa, o Camarões com a União Nacional Camaronesa, dentre muitos outros.

Lanciné Sylla (1977) ressalta que o partido dominante ou partido unificado foi somente um dos meios que, posteriormente, conduziram ao partido único, visão compartilhada por Buchmann (1962a), segundo o qual os partidos preponderantes, majoritários e únicos representavam variantes de um mesmo tipo de partido, que ele chama de partido dominante. Já Lavroff (1978) observa que o partido único surgiu como resultado de uma evolução do multipartidarismo para o bipartidarismo, seguida da aglutinação desses partidos em um partido unificado. De modo geral, esse processo ocorreu por meio de dois procedimentos, de um lado, constitucional, que confere aparência de legalidade, e de outro, coercitivo e autoritário

(BUCHMANN, 1962a; LAVROFF, 1978; SYLLA, 1977)³⁸. O procedimento mais comum, no entanto, foi político, envolvendo negociações entre o partido majoritário e a oposição, cujo resultado foi uma fusão, criação de um grupo novo, ou uma integração da oposição, que perdia assim sua autonomia (LAVROFF, 1978).

Com base na violência, os meios coercitivos visavam dismantlar a oposição, ao passo que os meios institucionais, por sua vez, constituíam os dispositivos de exceção herdados do regime colonial e usados a favor das elites nacionalistas de modo a fornecer um manto de legalidade ao bloqueio da oposição (BUCHMANN, 1962a). Lanciné Sylla (1977) destaca como procedimentos institucionais importantes a adoção do presidencialismo e, principalmente, a mudança do sistema eleitoral para um de escrutínio de lista nacional – elemento este destacado também por Buchmann (1962a) e Lavroff (1978). As leis ou decreto-leis relativas ao regime eleitoral foram decisivas no processo de concentração do poder em um partido dominante (BUCHMANN, 1962a) e, posteriormente, de adoção do partido único. Isto porque, se por um lado, a representação proporcional era favorável à multiplicação dos partidos – sistema aplicado na Somália e no Congo Kinshasa – o sistema de escrutínio de lista nacional em um turno – que veio a ser instaurado nos demais países – favorecia a concentração de poderes e redução do número de partidos.

Este modelo, presente nos países de expressão inglesa, foi reforçado na África de expressão francesa, onde se inseriu um escrutínio de lista nacional majoritária, cuja natureza tende a dar a um dos partidos maioria parlamentar hegemônica ou até mesmo total (BUCHMANN, 1962b). O escrutínio da lista nacional tem como consequência a não-subsistência de partidos tribais e regionais, sendo estes relegados à oposição extra-parlamentar ou à negociação direta (SYLLA, 1977)³⁹. Com isso, esse partido único promove uma generalização da expressão da vontade política nacional, processo que é feito em dois níveis: um primeiro envolvendo o controle das instituições do Estado, uma vez que só um partido controla o Executivo e Legislativo – em tal situação o Parlamento deixa de ser o lugar da

³⁸ De acordo com Lanciné Sylla (1977) todo Estado africano possui seu próprio dispositivo de exceção que, sob o manto da legalidade, barra a oposição e reconhece como ilegal todo grupo político que entre em confronto direto com ele. Especificamente, em toda a África havia leis que interditavam associações de caráter tribal ou regional. Em dezembro de 1958, para citar um exemplo, uma Conferência pan-africana denunciaria o tribalismo como prática demoníaca que impossibilitava a unidade e evolução política no continente (p. 227). E, de fato, os partidos no poder utilizaram o tribalismo para combater os partidos da oposição; tornou-se meio de luta contra os adversários.

³⁹ Essa foi uma das principais técnicas para instaurar o partido único na Costa do Marfim e na maioria dos países de expressão francesa, haja vista que « [...] *le scrutin majoritaire de liste nationale permet au parti dominant d'avoir le monopole de la représentation des partis d'opposition, toute en faisant croire qu'il respecte les règles du jeu démocratique classique* » (SYLLA, 1977, p. 224).

oposição – e um segundo em que há monopólio político puro e ausência total de outra formação política no país. Em resumo,

[...] Mais que a instituição do presidencialismo, a utilização de técnicas eleitorais apropriadas será uma arma eficaz de luta contra a oposição e de instauração do sistema unipartidário. [...] o sistema eleitoral mais eficaz na instauração do partido único foi (e ainda é) o escrutínio de lista nacional. Os partidos no poder rapidamente abandonaram a representação proporcional herdada do regime colonial e que favorecia a multiplicação de partidos, para adotar o escrutínio de lista nacional, que tende a reduzir o número de partidos e eliminar os partidos minoritários da competição política. Um golpe severo foi, assim, aplicado sobre o tribalismo multipartidário, uma vez que os partidos tribais e regionais foram reduzidos ao silêncio (SYLLA, 1977, p. 223, tradução nossa)⁴⁰.

Três grandes argumentos foram mobilizados para justificar o partido único, conforme destaca Sylla (1977): i) a necessidade da integração nacional – construção da nação⁴¹; ii) a necessidade de modernização e aceleração do processo de crescimento econômico; e iii) a justificativa que somente o partido único se adequaria a uma sociedade sem classes. Trataremos primeiro da questão da integração nacional e, na sequência, do tema do desenvolvimento econômico e da pretensa ausência de classes nas sociedades africanas.

A tarefa de construir uma nação moderna a partir de elementos heterogêneos de natureza étnica, regional, e religiosa foi, sem dúvida, um dos maiores projetos políticos na África Subsaariana. Num tal contexto, o partido único seria a prefiguração da unidade nacional: instrumento fundamental para a unificação da nação e estabilidade política interna, ele substituiria a solidariedade tribal pela solidariedade nacional e, com isso, edificaria uma verdadeira consciência nacional que congregasse todos os indivíduos – tratava-se, portanto, de nacionalizar as mentalidades. Se, por um lado, os focos de mobilização tribal interditavam a consolidação de um verdadeiro sistema multipartidário, o partido único, por outro lado, apresentava-se como um partido-nação (SYLLA, 1977, p. 259).

Sempre houve um paradoxo nas sociedades poliétnicas face ao problema da integração nacional; nessas circunstâncias, o partido único foi lançado como principal plataforma para a consecução desta tarefa. Sylla (1977) sugere que o homem africano estaria em busca de um equilíbrio entre duas concepções totalmente opostas de mundo, que emanam do encontro de

⁴⁰ No original: « [...] Plus que l'institution du présidentielisme, l'utilisation de techniques électorales appropriées sera une arme efficace de lutte contre l'opposition et d'instauration du système unipartisan [...] le système électoral qui a été le plus efficace dans l'instauration du parti unique fut (et est encore) le scrutin de liste nationale. Les partis au pouvoir abandonneront bien vite la représentation proportionnelle héritée du régime colonial et qui favorise la multiplication des partis, pour adopter le scrutin de liste nationale qui tend à réduire le nombre des partis et à éliminer les partis minoritaires de la compétition politique. Un coup sévère est ainsi porté au tribalisme multipartisan, puisque les partis tribaux et régionaux sont réduits au silence » (SYLLA, 1977, p. 223).

⁴¹ A integração nacional, de acordo com Lanciné Sylla, se resume a três tipos de processos que se interpenetram: a integração territorial, a ser realizada por meio de uma administração e um Estado centralizador, a integração política e a integração sociológica global – que conjuga os efeitos dos dois primeiros com os mecanismos autônomos de resolução de conflitos.

duas civilizações, uma tecnicamente avançada e a outra dita “subdesenvolvida”. Neste contexto, reivindicava-se, no plano político, a adaptação das antigas estruturas tribais às novas estruturas nacionais, e, no plano social, a modernização/desenvolvimento. Em vista das dificuldades que este projeto envergava, defendeu-se que sua realização seria mais eficaz se promovida a partir de um sistema centralizado, livre de forças políticas dissipadoras. Portanto, foi desta forma que a instauração do partido único ocorreu em uma série de países africanos: mediante recursos políticos e autoritários alicerçados em uma narrativa que buscava justificar o regime unitário como “[...] estado de necessidade e como a solução mais eficaz aos problemas atuais da África negra” (SYLLA, 1977, p. 257, tradução nossa)⁴².

O argumento de Sylla (1977), logo, é que a generalização do sistema de partido único na África foi consequência da expansão da luta tribalista-partidária que, posteriormente, reproduziu-se pelo continente como um contágio, por conta das repercussões dos eventos de um país ao outro. O processo de construção da nação, ou processo de integração nacional, era, portanto, a principal responsabilidade das elites modernizantes africanas após a independência, juntamente com o dever de promover o desenvolvimento econômico e a modernização das bases sociais nacionais. Nesse sentido, Mbembe destaca os sistemas de saberes e práticas disciplinares implementadas pelos governos sob o pretexto da construção do Estado-nação: [...] O Estado pós-colonial persuadira os africanos de que a finalidade das independências consistia, entre outros, na ‘unidade nacional’ e no progresso econômico e também de que, para orientar as sociedades no sentido das finalidades apresentadas como a derradeira palavra da iniciativa política, o único vector privilegiado seria o partido único. Só ele poderia salvaguardar a sociedade dos efeitos de explosão e implosão e estruturar a nação, refrear as forças de dispersão e subordinar as ‘identidades de contrabando’ (designadamente, as ordens étnicas), sendo que o objetivo último seria a produção de uma sociedade unida. Tais considerações fundavam-se num impensado: ou seja, por um lado, para construir o Estado-nação seria necessário que o Estado pós-colonial ‘modernizasse’ e ‘civilizasse’ a sociedade e, por outro, teriam de existir a possibilidade e a necessidade práticas de abolir os conflitos de diversas naturezas que caracterizam os mundos indígenas. A própria ideia do partido único firma-se na mitologia de uma sociedade sem conflitos, reconciliada consigo mesma e pacificada (MBEMBE, 2013, p. 110).

⁴² No original: « [...] état de nécessité, et comme la solution la plus efficace aux problèmes actuels de l’Afrique noire » (SYLLA, 1977, p. 257).

Ainda sobre essa temática, Elaigwu e Mazrui, dialogando com Gellar (apud ELAIGWU; MAZRUI, 2010) destacam que, ao assumir o controle do poder e seus recursos – principal objetivo da ação política para a independência – não se considerava a possibilidade de eliminar essas posses, muito pelo contrário, o objetivo era consolidar e expandir a autoridade do Estado ainda mais. No que respeita às instituições herdadas e, em resposta às necessidades de se construir a nação, não havia interesse em inserir mudanças de longo prazo. A heterogeneidade – étnica, principalmente – dos Estados estava presente e os dirigentes acreditavam que a construção da nação seria um objetivo de longo prazo, ao passo que a consolidação da autoridade do poder central era premente. Desse modo, Sob estas condições, era mais coerente, no tocante ao interesse das elites legatárias, conservar as estruturas políticas coloniais, as quais não haviam sido criadas para edificar uma nação. A continuidade das instituições proporcionava aos dirigentes uma forma de segurança e garantias para o futuro. Quando houve mudanças, as fórmulas escolhidas tiveram um caráter reformista e não revolucionário (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 553).

Como apontado anteriormente, a luta contra o subdesenvolvimento também foi mobilizada como argumento para o estabelecimento do regime unitário. Ao partido caberia a tarefa de guiar a população, vencendo sua passividade, com o fim de criar uma mística do trabalho, por meio da qual se desdobrariam novas formas de solidariedade social. A luta contra o subdesenvolvimento exigia que todas as energias fossem mobilizadas e unificadas para este fim, projeto que só seria possível através da existência de um governo forte e estável. Em tais circunstâncias, o partido único representaria a verdadeira vanguarda do povo. A dimensão econômica contribuiu para que não se questionasse a urgência desse processo, enquanto as demais dimensões, como a cultura e a política poderiam esperar: “[...] É a partir deste tipo de imaginação histórica – inspirada em velhas crenças leninistas e de posturas rígidas – que os indígenas tentam, desde a década de 60, enfrentar os desafios que o regresso a si mesmos pressupõe” (MBEMBE, 2013, p. 111-112).

Por fim, apelou-se para uma narrativa assente numa suposta ausência de classes sociais nas sociedades africanas como recurso argumentativo para edificação do partido único. Partindo de uma narrativa que associava pluralidade de classes com pluralidade de partidos, alegou-se que, não havendo senão uma única classe social nos Estados africanos – que fora colonizada e subjugada pelo colonizador –, assim também seria um luxo desnecessário a existência de mais que um partido. Além disso, o propósito de promover um projeto que representasse todo o povo – em que o partido único atuaria como amálgama de toda a nação – proveio de um romantismo

ideológico-cultural em relação à existência de um espírito de unanimidade que caracterizaria as sociedades africanas tradicionais.

Assim, alguns partidos africanos passaram a defender projetos que combinavam doutrinas socialistas e valores tradicionais africanos – combinação de influências e projetos diversos a que se denominou *socialismo africano*, fortemente centrados em um projeto de Estado unitário. A mais famosa proposta foi certamente a do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, com base na sua concepção da *Ujamaa*⁴³, por meio da qual esperava-se criar um mecanismo para fortalecer a identidade nacional pela via da capacidade de contribuição dos cidadãos (AHLUWALIA, 2001). Destacam-se também a proposta da *Autenticidade* de Mobutu⁴⁴, as versões de socialismo africano de Nkrumah e Touré, o *Humanismo africano* de Kaunda, o *Harambee* de Kenyatta, dentre outros. Entretanto, como destacaram Mamdani e Mbembe, é fundamental cuidado ao estabelecer um paralelo entre algumas experiências de utilização de uma simbologia do poder africano, porque isto não atesta uma realidade homogênea em todos os Estados e em todos os grupos minoritários e étnicos.

Os Chefes de Estado supracitados foram projetados como “pais fundadores da nação” (LAAKSO E OLUKOSHI, 1996). Destarte, paulatinamente tornou-se difícil dissociar os símbolos do projeto de Estado-nação da monopolização de poder de quem estava no poder, especialmente dos Presidentes, que encarnavam esse projeto. O fenômeno das presidências dos pais fundadores é assunto que recebeu pouca atenção, conforme salienta Ahluwalia (2001). Esse autor argumenta que o fim do período colonial foi caracterizado por um novo momento, em que o poder passou a ser assumido por uma personalidade dominante dentro do movimento nacionalista – que veio a se tornar o pai fundador daquela nação.

Sylla (1977), em contrapartida, destaca que este espírito da busca pelo consenso não é próprio das sociedades africanas, mas sim elemento presente em todas as sociedades tribais. De

⁴³ A concepção de *Ujamaa* rejeitava o socialismo científico e se baseava firmemente nos valores da sociedade tradicional africana, da solidariedade familiar, que se encapsularia em vilarejos comunais (AHLUWALIA, 2001). Ottaway acrescenta que, “[...] *The ideology of ujamaa, which focused on the village as the basic unit where the new system would come into existence, reflected the reality accurately: socialism would have a rural basis, or there would be no socialism at all [...] The implementation of ujamaa – originally conceived both as a villagization and as gradual collectivization of agriculture – was expected to take place voluntarily*” (OTTAWAY, 1987, p. 177). De acordo com a concepção de Nyerere, acreditava-se que o espaço rural da Tanzânia constituía o verdadeiro locus de desenvolvimento socialista, que a forma de organização dessas sociedades era socialista em sua essência. A primeira fase desse processo falhou, porque a população não se organizou espontaneamente, e o Estado iniciou uma segunda fase, mais assertiva de organização dos camponeses, que também falhou em capturar o campesinato – usando a famosa expressão de Goran Hyden. Na opinião de Ottaway (1987), a segunda falha deveu-se à falta de autoridade do Estado sobre a sociedade.

⁴⁴ Mobutu estabeleceu um Estado personalizado cujos poderes procediam do Chefe, que, por sua vez, personificava a união nacional, a unanimidade e a continuidade. Nesse universo, o poder era absoluto porque emanava do pai, do chefe da família (CONAC, 1979).

acordo com o autor, “Uma visão romântica do passado africano, da cultura e da sociedade africana tradicionais faria da democracia de *‘l’arbre à palabre’* de antigamente um fundamento do poder totalitário de hoje” (SYLLA, 1977, p. 264, tradução nossa)⁴⁵. Nyerere, só para citar um exemplo, justificou o partido único e a sua versão do socialismo africano na base do discurso que “Os mais Velhos sentam-se embaixo da grande árvore, e conversam até concordarem...” (SYLLA, 1977, p. 264, tradução nossa)⁴⁶.

Mbembe (2013) sublinha que “Os discursos sobre a ‘especificidade cultural’ das sociedades negras acabaram por gerar problemáticas da inércia” (p. 102), no sentido de forjar uma imagem das sociedades africanas como estáticas, homogêneas e atemporais, transformando-a em crença. Esse saber que é formulado a respeito do indígena é retomado nas práticas políticas e de governo, como justificativa para as concepções ancestrais do poder e a personalização do próprio, embasados em conceitos como da “democracia africana”, discutida anteriormente. A ideia africana de fazer a política, portanto, não conceberia o multipartidarismo ou os direitos do homem, que seriam produtos importados não adaptáveis à realidade africana, enquanto que o autoritarismo e a personalização estariam enraizados nas tradições africanas. Assim como Sylla (1977), Mbembe (2013) também argumenta que existiram diversas tradições africanas do poder, para além de uma modalidade de natureza autoritária.

Ressaltemos as críticas a isso. Shivji (1991) ressalta que ao transformar o sistema político em um sistema dirigido por um partido único com uma visão totalizante da vida social, o partido deixou de ser uma instituição da sociedade civil e integrou as estruturas do Estado. Sua autoridade passou a derivar da lei e, paulatinamente, a depender do uso da coerção que é, por excelência, característica do Estado. No entanto, se a política em si é transformada em objeto de monopólio, argumenta o autor, as relações com a sociedade caem sob hegemonia do Estado, diminuindo a ação da sociedade civil e a sua relação com o partido (SHIVJI, 1991). Ainda nesse aspecto, Fanon (2004) argumenta que na luta pela independência, a burguesia nativa que demandava a independência modelou-se de acordo com uma mentalidade partidária. Esta elite acreditava que o papel do partido era supervisionar as massas, pois o governo esperava delas obediência e disciplina. O autor explica o fracasso da construção do sentimento nacional nos Estados africanos não só por conta da mutilação subjetiva sofrida pelo colonizado durante o regime colonial, mas também pela apatia da burguesia nacional que, assumindo uma

⁴⁵ No original: « Une vision romantique du passé africain, de la culture et de la société africaine traditionnelle voudrait faire de la démocratie de *‘l’arbre à palabre’* de jadis un fondement du pouvoir totalitaire d’aujourd’hui » (SYLLA, 1977, p. 264).

⁴⁶ No original: « The Elders sit under the big tree, and talk until they agree... » (SYLLA, 1977, p. 264).

mentalidade cosmopolita, não promoveu o projeto de consciência nacional a partir de aspirações populares.

Sylla (1977) complementa que a ascensão da nova classe tecnoburocrática – elite da instrução – foi um dos fatores mais importantes para compreender o movimento de concentração do poder na África Negra: exibindo uma gênese diretamente associada ao regime colonial, sua existência e segurança enquanto classe privilegiada dependia diretamente da estabilidade do Estado centralizador. Portanto, para essa elite, a defesa do partido único era também uma forma de assegurar as benesses resultantes do seu controle do Estado pós-colonial. Foi justamente essa classe, na opinião de Sylla, que atrelou seu discurso com base na inexistência de classes sociais na África, de um lado, e no seu caráter unanimista, de outro.

Wamba-dia-Wamba acrescenta que os “[...] Com um partido único, as pessoas que não fazem parte deste partido também não existem politicamente” (apud PRESBEY, 1998, p. 41)⁴⁷. Para este autor persiste uma clara reificação e fetichização do Estado africano pós-colonial, o qual, contudo, não constitui um lugar de ação política; portanto, reduzir a política ao Estado significa se abster da política. O autor relembra Lumumba, por exemplo, que visualizou o Parlamento congolês como um palco para a política de construção do Estado, mas muito depressa se viu preso dentro do governo que havia sido modelado pelos aparatos do Estado colonial belga – um Estado não-democrático e autoritário, variante do modelo do *apartheid* (WAMBA-DIA-WAMBA, 1993). Conforme ressalta Mbembe (2013), uma das bases dos regimes de partido único foi pressupor que a conquista do poder político seria suficiente para acelerar a transformação das sociedades africanas. Isto é,

[...] Tal como ainda acontece hoje, pensava-se que a essência do poder era de natureza política. O próprio político era resumido à sua materialização no Estado – e, posteriormente, confundido com ela. Assim, o único poder imaginável veio a ser o poder do Estado. Dado que o poder, o político e o estatal foram amalgamados numa visão única e organicista, tornou-se evidente que, no contexto africano, o acto de ‘politizar’ foi inevitavelmente tomado pelo acto de ‘procurar praticar o poder do Estado’. Em larga medida, poder-se-á pensar que o partido único constitui uma das mediações cujo objetivo é ‘despolitizar’ a sociedade, ou seja, libertá-la de qualquer pretensão de ‘praticar o poder do Estado’. Daí as tentativas que visam o encerramento do campo político em benefício de um número francamente reduzido de agentes sociais, agregados através de modalidades muito variadas. Logo, a restrição da faculdade de politizar conferiu jeitos de tabu ao funcionamento político e, por conseguinte, em África, o acto de ‘politizar’ tornou-se uma iniciativa perigosa, que acarreta riscos de morte, não apenas para todos aqueles a quem a faculdade visada não era reconhecida, mas também para aqueles que, depois de admitidos no desafio, tentavam contestar as regras do jogo ou alterar o cenário (MBEMBE, 2013, p. 111).

⁴⁷ No original: “[...] Parties, no matter how noble their values, have as their goal the occupation of state positions rather than their destruction or transformation. With a single party, people outside the party do not exist politically” (WAMBA-DIA-WAMBA apud PRESBEY, 1998, p. 41).

O domínio dos partidos únicos, no entanto, teve consequências perante a sociedade nacional, particularmente sobre grupos que aspiravam outros projetos políticos, ou demandavam sua própria inserção ao Estado; disso surgiu uma crise de consciência nacional e processos contestatórios ao modelo de “partido-Estado”. De acordo com Sylla (1977), a crise de consciência nacional africana constitui uma crise de legitimidade política. A ascensão dos partidos únicos ao poder não solucionou o problema da consciência nacional e disso gerou-se uma nova crise de legitimidade política, entre as sociedades políticas tradicionais e as novas sociedades nacionais que buscavam a unidade nacional. Desse modo, ao adentrar-se o campo da sociedade global⁴⁸, é possível constatar que desde o grande período de descolonização a evolução política vem sendo caracterizada por uma luta constante entre os diferentes princípios de legitimidade que se impõem às sociedades africanas. A legitimidade é o que faz com que os membros e camadas sociais de uma dada sociedade obedeçam ou consintam de forma durável e quase unânime a um tipo de hierarquia e a uma classe dirigente a fim de regulamentar os problemas interiores por outros meios para além da violência. Sempre que existir incompatibilidade entre os princípios de legitimidade de uma sociedade política, um período de crise se instala; segundo o autor, o tribalismo representou o centro de gravidade dessa crise de legitimidade na África Negra, porque tribo e nação possuem diferentes princípios de legitimidade.

A este respeito, Shivji (1991) aponta pelo menos três acepções do termo *unidade nacional*. Primeiramente, para se referir à integridade nacional no sentido de uma população presente em um espaço geográfico delimitado e sob jurisdição de um Estado; em segundo lugar, diz respeito a uma nação homogênea, onde inexiste diversidade e interesses divergentes; por fim, diz respeito a uma sociedade em que foi suprimida qualquer expressão organizada da diversidade e das diferenças entre sua gente. Neste último caso, não atesta a unidade nacional, mas sim uma unanimidade social imposta por alguém. Mbembe (2013), por outro lado, fala de um recurso à unanimidade (p. 114) para se referir a esse processo de homogeneização das mentes.

Desse modo, enquanto um sistema de integração nacional baseado na *diversidade* poderia produzir uma cultura política de consenso, uma política de unanimidade carece de legitimidade e, portanto, precisa de coerção para se consolidar (SYLLA, 1977). Na política da

⁴⁸ O conceito de sociedade global diz respeito a « [...] *un ensemble difficile à nommer tant il oppose des 'groupes' [...] ou 'groupements' 'plus ou moins conscientes de leur existence, solvante opposés les uns aux autres par leur couleur et qui s'efforcent de mener des vies différents dans un cadre politique unique* » (MERLE, 2013, p. 224). O conceito de sociedade global em Georges Balandier pode ser consultado no seu livro *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*.

unanimidade, uma visão unilateral está suposta a prevalecer, busca obliterar toda forma de diversidade. Ao fim e ao cabo, não produz unidade. Destarte, exemplifica o autor, “[...] o processo de transformação do nosso sistema político [da Tanzânia] em um sistema de partido-Estado foi acompanhado por uma política de unanimidade e não de consenso” (SHIVJI, 1991, p. 87, tradução nossa)⁴⁹.

[...] em todas as circunstâncias se considera que a abolição dos conflitos deve ser conseguida reprimindo as diferenças e subjugando as diversas formas de expressão do pluralismo cultural constitutivo das sociedades negras. Também se estima, globalmente, que o pluralismo e a diversidade constituem ‘factores não permissivos’ do progresso. O fim da iniciativa política torna-se, assim, a redução da sociedade ao Um, sendo que este projecto disciplinar é implementado pelo Estado (MBEMBE, 2013, p. 111).

O que está em causa, para esses autores, é o significado da ideia de unidade na vida política africana. Ou seja, “[...] é a busca pela unidade ou pela unanimidade, é esta sede por uma harmonia universal que tem caracterizado as sociedades africanas, desde a existência das comunidades tribais unanimistas de outrora até a sociedade nacional unipartidária de hoje” (SYLLA, 1977, p. 241, tradução nossa)⁵⁰. Sylla (1977) argumenta que, nessa lógica, o partido único africano seria um partido-nação, isto é, um partido com pretensões de promover uma identificação com toda a nação. A concepção africana de partido único seria, por este motivo, mais totalitária – no sentido de buscar uma unicidade, de atender à totalidade dos membros de uma comunidade. Tshiyembe (2014) complementa que o fascínio pela unidade nacional transformou o poder político numa chefia de Estado.

2.3.1 A vez dos militares na política

Conforme Lewis (1966), o argumento que o partido único asseguraria maior estabilidade aos governos africanos do que um sistema de disputa partidária não se fundamentou na prática. Analisando o caso da África Ocidental, o autor ressalta que, nesta região, os governos de partido único se tornaram altamente instáveis, porque “[...] Onde a oposição é ilegal, o golpe de Estado é o único meio de modificar o governo” (p. 71). Sylla (1977) complementa que, assim que o exército assumiu o poder, os conflitos entre partidos e tribos reapareceram no seio das juntas militares; com a sucessão de golpes que se desenrolou a partir daí, acentuou-se a instabilidade política e os Estados pareceram fadados a golpes de Estado

⁴⁹ No original: “[...] the process of the transformation of our political system into a state-party system has been accompanied by the politics of unanimity rather than consensus” (SHIVJI, 1991, p. 87).

⁵⁰ No original: « [...] c’est le souci d’unité ou d’unanimité, c’est cette soif d’harmonie universelle qui a caractérisé les sociétés africaines depuis les communautés tribales unanimitaires d’antan, jusqu’à la société nationale unipartiste d’aujourd’hui » (SYLLA, 1977, p. 241).

permanentes – Gana e Nigéria constituem bons exemplos disso. Desse modo, permaneceu não só o problema das dosagens étnicas nos governos africanos, mas também a questão em torno da sucessão do detentor supremo do poder, consequência de um processo de democratização e resolução de conflitos claudicante.

Embora por volta de 1966 houvesse uma tendência generalizada a Estados de partido único ou de partido predominante, poucos desses partidos – como aconteceu no Quênia – conseguiram conter os conflitos internos, tornando-se, pelo contrário, instrumentos mais ou menos burocráticos de controle. Bem aponta Mbembe que

A falência dos regimes que pretendiam ‘conceder a salvação’ ao ‘povo’ e a derrocada dos grandes mitos que, logo após as independências, visavam mobilizar os indígenas, geraram um período de stress ideológico, cinismo e incredulidade popular perante as pretensões messiânicas dos poderes pós-coloniais (MBEMBE, 2013, p. 114).

Isto é, o fortalecimento dessa lógica de partido único teve como consequência direta que a unidade nacional, no fim, resultou na negação das diferenças e singularidades. Não à toa que “[...] Em inúmeros casos, a aventura militar ou a vicissitude da insurreição constituiu a única possibilidade de que os indivíduos dispunham para modificar as orientações, atividades e governos” (MBEMBE, 2013, p. 114). Desse modo,

[...] na Nigéria, no Zaire (atual R. D. do Congo), em Gana, sob regime civil posterior a Nkrumah e em Uganda, país que experimentou, em um momento ou outro, o pluripartidarismo no quadro de um regime civil, os conflitos provocados por partidos de audiência local deram, aos militares, o pretexto para a intervenção. No âmbito desses regimes, os partidos cessaram progressivamente de expressar e cristalizar os interesses das massas. [...] A desagregação das formações políticas transformou-se em desagregação de um sistema eleitoral, em seu conjunto, e das instituições legislativas herdadas. Em lugar dos partidos, afirmaram-se homens de Estado de caráter personalista, tais como Nkrumah, Sékou Touré, Houphouët-Boigny, Kaunda, Kenyatta, Banda, Ahidjo e outros mais, cuja organização política constantemente ganhou as eleições (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 560).

Em meados dos anos 1960, portanto, abriu-se uma fase de autoritarismo e manifesta instabilidade no continente africano. Nesse contexto, os golpes de Estado se tornaram tão frequentes que Young sugeriu que o golpe militar se transformara no mecanismo institucionalizado de sucessão política na África pós-colonial (YOUNG, 1988)⁵¹. De fato, entre 1960 e 1982 quase 90% dos 45 Estados africanos independentes na altura tinham vivenciado alguma forma de golpe militar, tentativa de golpe militar ou conspirações nessa direção⁵² (JENKINS; KPOSOWA, 1990), e, “[...] desde o primeiro *golpe* no Sudão, em novembro de

⁵¹ De acordo com McGowan (2003), 89 dos 188 golpes e tentativas de golpes realizados entre 1956 e 2001 – isto é, 47,3% – foram contra regimes militares existentes. Esses dados, além de ressaltarem as facções dentro dos próprios governos militares, deixam claro que a única possibilidade de ascender ao poder nesses contextos era através de golpes militares.

⁵² No que diz respeito às conspirações é importante questionar se elas ocorreram de fato ou se foram eventos manufaturados pelos regimes como justificativa para eliminar a oposição através de aparatos coercitivos legais. Não à toa que em muitos dos casos as supostas conspirações geraram consequências até mais violentas que os próprios golpes militares em si (MCGOWAN, 2003).

1958, não houve um ano sequer até 2001 que não apresentasse atividades associadas a *golpes* por militares Africanos” (MCGOWAN, 2003, p. 352, tradução nossa)⁵³.

A este respeito, é interessante destacar a observação de Smaldone (apud JENKINS; KPOSOWA, 1990, p. 862) de que uma das heranças do colonialismo foram militares treinados para controle interno, com uma orientação específica para a política doméstica. Com efeito, olhando para os golpes de Estado militares na África entre 1956 e 2001, McGowan (2003) observou que ao longo desses 46 anos de história africana 80 golpes de Estado foram exitosos, 108 tentativas de golpe falharam, e 139 supostas conspirações foram contidas. O autor destacou também que, dos 48 Estados independentes ao longo do período, somente seis estiveram completamente livres de situações envolvendo intervenção militar: três deles – Namíbia, Eritreia e África do Sul – tornaram-se independentes (ou livres) somente nos anos 1990, e os outros três – Botsuana, Cabo Verde e Maurício – constituíam democracias multipartidárias consolidadas há mais de vinte e cinco anos. Além do mais, com exceção de Seychelles, todos os países que sofreram golpes de Estado também vivenciaram tentativas de golpe que falharam e conspirações. Logo, os golpes militares seriam mais prováveis em países que anteriormente sofreram tentativas de golpe ou conspirações, e ainda mais prováveis em países que vivenciaram golpes e governos militares concretamente. Por fim, outra informação relevante desse estudo foi que o grau de sucesso de um golpe, isto é, a probabilidade de ter êxito uma vez que uma tentativa de golpe se iniciasse, era de 74% entre 1966 e 1970, e de 19% entre 1991 e 1995 – como será examinado ao longo deste capítulo, os anos 1990 foram atravessados por processos de abertura ao multipartidarismo no continente africano. Com efeito,

Desde a derrubada do rei Fārūq, pelo exército egípcio, em 1952, os golpes de Estado militares multiplicaram-se na África – no Sudão (1958), no Zaire (1965), em Daomé, atual Benin (dezembro de 1965), na República Centro-Africana (janeiro de 1966), na Nigéria (janeiro de 1966), em Gana (fevereiro de 1966); na Etiópia, em 1974, o imperador Haile Selassie era afastado do poder e em seguida deposto; Moktar Ould Daddah teria a mesma sorte na Mauritânia em 1978; um pouco mais tarde, houve golpes de Estado em Gana (dezembro de 1981), na Nigéria (dezembro de 1983) e na Mauritânia (1984), a confirmarem os dados, segundo os quais, em meados dos anos 1980, a África conhecera mais de 70 golpes de Estado militares (ELAIGWU; MAZRUI, 2010, p. 572).

Os regimes militares africanos não se mostraram mais eficazes em fortalecer o Estado do que os regimes de partido único da primeira geração, assim como em edificar a nação. Foram mais aptos ao impor sua autoridade, sem dúvida, mas estiveram às voltas com os mesmos problemas de etnicidade, classe, raça, religião, etc. Alguns de seus líderes, inclusive, transformaram-se em heróis nacionais, como Gowon e Murtala, na Nigéria, al-Nasser no Egito,

⁵³ No original: “[...] since the first *coup* in the Sudan in November 1958 there has not been a single year through 2001 without *coup* activity by African militaries” (MCGOWAN, 2003, p. 352).

el-Khadafi na Líbia e, em menor grau, Mobutu no Zaire. Um ponto importante de mencionar é que os militares recorrentemente desmantelaram as instituições parlamentares e os partidos políticos; portanto, a administração estatal representou a mais durável instituição ao serviço da autoridade dos governantes. Foi ela quem assegurou a continuidade institucional entre o regime colonial e os regimes independentistas, civis ou militares (ELAIGWU; MAZRUI, 2010).

Constituiu, portanto, uma etapa caracterizada por projetos de construção da ordem e da unidade nacional pela via da repressão e modernização autoritária. Um cenário de crise de consciência nacional em um Estado fortemente militarizado e centralizado evidentemente abria possibilidades para os militares, que sempre tiveram um lugar importante nos Estados africanos. Contudo, incapazes de manter uma base que legitimasse sua permanência no poder, tais regimes foram alvo das reformas aplicadas na África Subsaariana desde o fim dos anos 1980. De fato, se até o fim da década de 1970 os Estados africanos apresentavam uma performance econômica razoável, esse cenário modificou-se a partir de 1979 – muito em razão dos choques nos preços de petróleo em 1973 e 1979 e do colapso dos preços das commodities na metade dos anos 1980 – levando muitos deles à ampla marginalização durante a década de 1980, conhecida como “a década perdida”.

Antes de passarmos para a análise das reformas dos anos 1980 e 1990, examinaremos as especificidades do desenvolvimento constitucional dos Estados cujas independências ocorreram mais tardiamente, fundamentalmente o caso de Angola. Essa última onda de independências transcorreu na região da África Austral onde, além de processos de dominação colonial mais duradouros – como foi o caso da colonização portuguesa em Angola e Moçambique – que exigiram a formação de movimentos nacionalistas armados para a libertação colonial, também houve um elemento de discriminação racial mais evidente e estruturado em projetos de Estado – como ocorreu na África do Sul, na Namíbia e no Zimbábue. Como veremos, esses cenários apresentaram singularidades históricas que favoreceram a configuração de estruturas estatais altamente centralizadas; atravessados pela ação dos partidos únicos, desdobraram-se em sistemas de extensa concentração do poder, caracterizados por Mamdani (1996) como Estados de despotismo centralizado.

2.3.2 Os Estados Revolucionários: segunda geração de reformas constitucionais e concentração do poder do Estado

Nos anos 1970, novas tendências políticas surgiram na África, caracterizadas pela ascensão dos militares ao poder e lutas armadas pela independência na África Austral. Enquanto

uma primeira geração de líderes africanos sofreu golpes de Estado em meados dos anos 1960, uma nova onda socialista emergiu no continente dez anos depois; a diferença é que esta não se justificava com base em uma tradição socialista africana, mas no socialismo marxista-leninista. Interessante observar que, embora em meados dos anos 1970 não houvesse qualquer exemplo concreto dos benefícios que os projetos socialistas geraram no continente, ainda assim, Etiópia, Moçambique e Angola optaram pela via revolucionária, desbancando a narrativa do fim do socialismo na África (OTTAWAY, 1987).

Esta última onda de independências abarcou as antigas colônias portuguesas e países ao sul do Saara sob dominação externa. Na maior parte desses casos, por conta da ação repressora da potência colonial, foi necessária a criação de movimentos de libertação armados para a luta de independência – ao contrário das restantes experiências de descolonização, com exceção da Argélia⁵⁴. Esses movimentos contavam com amplo apoio popular e apresentavam projetos de Estado diversos; a presença de múltiplos grupos lutando militarmente pela autonomia de cada território provocou fortes divisões e guerras internas ainda antes da independência – como foi o caso de Angola com a FNLA, o MPLA e a UNITA.

De acordo com Chanaiwa (2010) a África Austral foi a região mais afetada pela questão das relações raciais e, a partir dos anos 1970, adquiriu a maior importância estratégica regional no contexto da Guerra Fria. Esses fatores fizeram com que os processos de luta pela descolonização nessa região fossem caracterizados por ampla participação internacional via apoio financeiro e militar. Desse modo, em razão de conflitos transnacionais e apoios recíprocos a diversos movimentos de libertação, os destinos desses futuros Estados estiveram fortemente interligados⁵⁵. De fato, “[...] Os diversos movimentos cooperavam entre si e ajudavam-se mutuamente, criando redes de informação comuns e lançando operações militares conjuntas. Eles dispunham, por exemplo, de bases operacionais e de campos de treinamento nos Estados vizinhos – Tanzânia, Zâmbia e, em seguida, Angola e Moçambique” (CHANAIWA, 2010, p. 319). Adicionalmente, Mazrui (2010) destaca que a guerra de desgaste promovida pelos movimentos de libertação nacional em Angola e Moçambique desdobrou-se no golpe de abril

⁵⁴ De acordo com Dorman (2006, p. 1087) “[...] *those countries which achieved independence in the late 1950s and 1960s did so through mainly peaceful means. In contrast, the settler states of Southern Africa resisted and thwarted nationalist parties had turned to the armed struggle by the 1970s*”.

⁵⁵ A questão da Namíbia, particularmente, foi atravessada pelo destino da Guerra Civil de Angola e pela luta contra a África do Sul que, visando proteger o regime do *apartheid*, promoveu uma política de desestabilização em Angola e Moçambique, vistos como trampolins para a guerrilha na Namíbia (CHANAIWA, 2010).

de 1974 em Portugal – que conduziu ao fim do Império português – e, conseqüentemente, nas independências da Namíbia e do Zimbábue⁵⁶.

A maior parte desses movimentos de libertação nacional reivindicava uma ideologia global e emancipacionista, a rejeição do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, e a adoção de teses do socialismo científico marxista-leninista no que toca à produção, distribuição, ao consumo e às relações sociais (CHANAIWA, 2010). Além disso, por conta da sua estrutura política e militar, foram movimentos caracterizados por forte concentração do poder. Nesse aspecto, Dorman (2006) argumenta que as interações dentro e entre movimentos de guerrilha afetaram significativamente a natureza do Estado em contextos onde os movimentos de libertação assumiram o comando dos governos. A autora destaca que práticas desenvolvidas em movimentos armados – como as hierarquias militares – se reproduziram no estilo de governança após a libertação e favoreceram a configuração de Estados altamente burocratizados e com forte centralização econômica e fronteiriça.

De fato, nos países de tendência revolucionária os órgãos do Estado pós-colonial foram organizados de acordo com os princípios da unidade do poder e do centralismo democrático. Os governos revolucionários de Etiópia, Moçambique e Angola, por exemplo, tinham um entendimento de que as relações de exploração presentes na sociedade só poderiam ser transformadas pelo Estado, através da ação de um partido único. Por isso mesmo, no curto prazo previa-se que a relação do Estado para com a sociedade seria autoritária. Para Young (apud DORMAN, 2006, p. 1097, tradução nossa), “[...] esses Estados, com seu caráter desenvolvimentista e aparelhos estatais notavelmente ‘fortes’ se assemelham ao conceito de ‘Estado integral’: [isto é] ‘o esforço persistente em construir um leviatã investido da missão de transformar a sociedade de acordo com a imagem de seus governantes’”⁵⁷. Não à toa, uma possível consequência disso é que ainda hoje questões essenciais desses Estados são tomadas via partido dirigente e não tanto pelo governo que é constituído a cada eleição (GONIDEC, 1983).

Para compreender a lógica desse processo convém situá-lo em contexto regional e internacional. Esses movimentos surgiram – e, no caso de Angola e Moçambique, também

⁵⁶ As independências no continente africano afetavam particularmente a África do Sul, desejosa em manter o regime do *apartheid*. Uma vez independentes, Angola e Moçambique deixavam de ser Estados-tampão e os regimes de supremacia racial ficavam expostos ao restante do continente, favorecendo a ação de movimentos de libertação dentro destes territórios e, particularmente, as lutas pela independência da Namíbia, que na época era administrada pela África do Sul, conforme decisão da Liga das Nações de 1920.

⁵⁷ No original: “[...] these states with their developmentalist ethos and remarkably ‘strong’ state apparatus resemble the ‘integral state’ concept: ‘the persistent effort to construct a leviathan invested with the mission of transforming society according to an image of its rulers’” (YOUNG apud DORMAN, 2006, p. 1097).

assumiram o poder – em um contexto de fortes instabilidades no continente africano, e progressiva intervenção internacional no contexto da Guerra Fria. Além de um fundado sentimento de incompatibilidade entre as especificidades africanas, de um lado, e os sistemas multipartidários e federalistas, de outro – face a eventos como a guerra do Biafra e do Katanga – o fantasma do tribalismo atravessava todas as dimensões decisórias desses novos Estados. Em especial, a segmentação do nacionalismo em diversos movimentos de libertação – como foi o caso de Angola – num contexto continental marcado por golpes militares e intervenções externas como os anos 1970, atestava a premência da centralização e concentração do poder do Estado no partido único.

Para Mamdani (1996) esses países sinalizaram tentativas de reforma radical do legado colonial através da coesão da sociedade pelo partido único; entretanto, na tentativa de destribilizar o tecido social esses regimes direcionaram-se para sistemas de despotismo centralizado moderno. Isto é, “[...] o partido único era, simultaneamente, um meio de conter a fragmentação social e política reforçada pelas Autoridades Nativas organizadas etnicamente, e uma solução imposta de cima em detrimento da democratização da sociedade” (MAMDANI, 1996, p. 290, tradução nossa)⁵⁸. Portanto, sem conjugar democratização, o partido único – originado do movimento de libertação – passou de agente mobilizador das massas para aparato coercitivo diante de uma sociedade civil por ele despolitizada – como tivemos a oportunidade de visualizar na primeira seção deste capítulo.

Nesse sentido, paulatinamente os Estados dessa segunda onda passaram a se assemelhar aos países da primeira onda, levando ao fim de muitos desses projetos. Para Ottaway (1987), a crise que acometeu essa nova proposta de socialismo não se tratava de uma crise enquanto ideologia, mas de uma crise política, cujas raízes se encontram na natureza incerta da relação entre o Estado pós-colonial e a sociedade africana. Para o Estado existir, afirma a autora, é necessário haver algum grau de autonomia e de autoridade, no sentido de capacidade de implementar políticas, isto é, seu grau de *stateness*⁵⁹. Contudo, na maior parte dos países africanos o Estado surgiu com alto grau de autonomia, mas baixo grau de autoridade. Logo, testemunhou-se um processo que conjugou enfraquecimento progressivo das instituições de tomada de decisão com concentração do poder do Estado nas mãos de poucos agentes.

⁵⁸ No original: “[...] the single party was simultaneously a way to contain social and political fragmentation reinforced by ethnically organized Native Authorities and a solution imposed from above in lieu of democratization from below” (MAMDANI, 1996, p. 290).

⁵⁹ De acordo com Marina Ottaway (1987, p. 172) todo Estado é caracterizado pelos elementos de autonomia e autoridade. Desse modo, o nível de *stateness* se refere ao grau em que um Estado é capaz de exercer autonomia e autoridade perante a sociedade.

Além disso, como ressaltam Ki-Zerbo et al. (2010), em razão da fraqueza das classes econômicas, restou às elites culturais africanas consumir a revolução socialista na África; contudo, fortemente ocidentalizadas, não foram capazes de mobilizar as massas para a revolução e, à medida que fortaleciam o aparato estatal, robusteciam as linhas étnicas e a separação entre o meio rural e o urbano. Fanon (2004) foi preciso: “[...] O partido, que se transformou em instrumento genuíno de poder nas mãos da burguesia, reforça o aparelho estatal e determina a contenção e imobilização do seu povo. Torna-se progressivamente um instrumento de coerção e claramente antidemocrático” (p. 116, tradução nossa)⁶⁰.

Os movimentos de libertação legaram uma série de características particulares aos Estados onde assumiram o poder. De modo geral, observa-se centralização política na elite do movimento de libertação, cenário que favorece a configuração de um Estado com autonomia estrutural e capacidade de tomar decisões independentemente das forças sociais. Em verdade, o legado organizacional desses movimentos em partidos e sua capacidade em se perpetuarem no poder do Estado por si só justificam um estudo sobre a organização do poder político em contextos pós-coloniais como o de Angola, cuja independência ocorreu em 11 de novembro de 1975. Em virtude da natureza particular da sua libertação e das disputas que ocorreram neste terreno, Angola funcionou como um Estado de partido único, controlado pelo MPLA, até a abertura política promovida no início dos anos 1990. Alguns autores classificam a sua história política em três períodos, a Primeira República, que vai de 1975 até a transição constitucional de 1991/1992, a Segunda República, de 1991/1992 até a aprovação da Constituição de 2010, e a Terceira República, inaugurada com a Constituição de 2010.

Concentremo-nos na Primeira República. A história constitucional angolana começou, portanto, em 1975. Em 11 de novembro de 1975, o MPLA adotou um texto constitucional que veio a ser chamado de Lei Constitucional pelo próprio partido, pelo fato de ter sido aprovada pelo Comitê Central do MPLA e não por uma Assembleia Constituinte. Esta lei apresentava uma variante ambiciosa e modernizada do modelo das democracias populares. A influência dos princípios da III Internacional e de determinadas concepções marxista-leninistas era premente, refletindo tanto o esforço de um processo revolucionário angolano quanto a fórmula Partido-Estado Nação (CORREIA; SOUSA, 1996)⁶¹. Nesta primeira Lei, Estado e partido confundiam-

⁶⁰ No original: “[...] The party, which has become a genuine instrument of power in the hands of the bourgeoisie, reinforces the State apparatus and determines the containment and immobilization of the people. It is increasingly an instrument of coercion and clearly antidemocratic” (FANON, 2004, p. 116).

⁶¹ A este respeito, Ghai ressaltou que “[...] the theory of communist constitutions rests on two bases: the criticism of bourgeois legality and Marxist teleology. Marx exposed the essential class-based and exploitative nature of the liberal state, disguised by the discourse of rights and constitutionalism” (2005, p. 812). Nesse sentido, ao contrário

se, tanto que os primeiros anos da República Popular de Angola seriam melhor estudados do ponto de vista da evolução e das divisões internas dentro do MPLA.

Até a abertura política dos anos 1990 – diretamente associada, de um lado, com o fim da União Soviética e a virada neoliberal caracterizada pelos programas de ajuste estrutural, e, de outro, com as negociações para a transição política para a paz em Angola –, a Lei Constitucional de 1975 passou por uma série de alterações que, segundo Correia e Sousa (1996), refletiram avanços necessários em virtude da opção pela via socialista de desenvolvimento. Algumas alterações valem menção, e foram selecionadas pela ênfase no reforço dos poderes presidenciais e da cúpula dirigente do MPLA, em diálogo com nosso texto. A seguir à 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, entre 23 e 29 de outubro de 1976, adotou-se a Lei nº 71/76, de 11 de novembro, reforçando os poderes do Presidente, que passou a integrar e presidir ao Governo – o que antes era feito pelo Primeiro-Ministro (art. n. 39º) –, presidir ao Conselho de Ministros e nomear os Comissários Provinciais (art. n. 32º). Na opinião de Guedes et al. (2003), esta Lei representou o primeiro momento constituinte na história constitucional angolana; em outras palavras, a primeira mudança constitucional fundamental. Eles ressaltam que,

[...] uma vez que a versão original da Lei Constitucional angolana determinava que o Presidente da República não integrava o Governo e que este era presidido pelo Primeiro-Ministro, verifica-se que a revisão de 1976 teve como escopo principal a centralização dos poderes executivos na figura do Presidente da República, em detrimento de uma hipotética bicefalia (dado se prever, no texto original, a existência de Primeiro-Ministro) ‘semi-presidencialista’ (GUEDES et al., 2003, p. 226-227).

Essa tônica se acentuou posteriormente, na Lei nº 13/77, de 07 de agosto, ocasião em que os poderes do Presidente foram, mais uma vez, reforçados por meio de alteração no art. n. 32º, que passou a garantir que o Presidente da República tinha “[...] o poder de nomear, dar posse e exonerar o Primeiro Ministro e os restantes membros do Governo” (CORREIA; SOUSA, 1996, p. 25)⁶², tornando “[...] definitiva a subordinação política do Primeiro-Ministro ao Presidente da República: o que servia os alegados propósitos deste no sentido de uma personalização-controlo com mão firme do poder” (GUEDES et al., 2003, p. 228).

O 1º Congresso do MPLA, realizado em 11 de novembro de 1977, também teve implicações para a estrutura do Estado, desencadeando uma nova revisão da Lei Constitucional,

das constituições burguesas que enfatizariam a ordem e estabilidade, as constituições socialistas buscariam a transformação igualitária das sociedades.

⁶² Note-se que em revisão anterior, Lei nº 71/76, de 11 de novembro, já havia se fortalecido o papel dirigente do MPLA, quando foi atribuído ao Comitê Central do partido o poder de designar quem exerceria o cargo de Presidente da República em caso de renúncia, morte ou impedimento, o que antes era feito pelo Conselho da Revolução – “[...] órgão do poder do Estado [que] [...] exercia a função legislativa e definia a política interna e externa de Angola, aprovava o Orçamento; nomeava e exonerava o Primeiro-Ministro, os membros do Governo e os Comissários Provinciais, sempre sob indicação do MPLA” (CORREIA; SOUSA, 1996, p. 23).

aprovada em 07 de fevereiro de 1978 em reunião do Comitê Central do partido. Correia e Sousa (1996) ressaltam que, por motivos de ordem tática, as alterações produzidas pelas Leis nº 71/76 e 13/77 não foram introduzidas no texto dessa Lei Constitucional, que não foi publicada com a nova redação. A opção pela via socialista de desenvolvimento, aprovada na 3ª Reunião Plenária do Comitê Central do MPLA, em outubro de 1976, desembocou na sua afirmação marxista-leninista e, em 11 de novembro de 1977, sua consagração enquanto MPLA-Partido do Trabalho. Em virtude disso, em 07 de fevereiro de 1978, depois de aprovada pelo Comitê Central do partido, publicou-se uma nova Lei Constitucional, com as alterações mais profundas estabelecidas desde 1975 (CORREIA; SOUSA, 1996). Essa nova Lei reforçava o papel dirigente do MPLA e confirmou o Presidente da República como Presidente do partido, sendo chefe do Estado e do Governo, atribuindo-lhe poderes legislativos. Além disso, estabeleceu a construção de uma sociedade socialista como objetivo estratégico da nação angolana (art. 2º), o MPLA-PT como força dirigente do Estado e sociedade angolanos (art. 2º), e o centralismo democrático nas relações entre o poder central e a administração local. Por fim, em janeiro de 1979 foi aprovada uma nova lei pelo Conselho da Revolução, a Lei nº 1/79, que extinguiu os cargos de Primeiro Ministro e vice-Primeiro Ministro. Tratou-se, mais uma vez, de uma alteração tácita, uma vez que as alterações não foram introduzidas na Lei Constitucional (CORREIA; SOUSA, 1996, p. 28).

Como justificativa para a nova repartição de poderes, argumentou-se que a prática constitucional teria demonstrado que a existência de um Primeiro Ministro com autonomia executiva face ao Presidente da República criava muitas tensões dentro do partido e dentro do Estado. De fato, a convivência entre Agostinho Neto, Primeiro Presidente de Angola, e o seu Primeiro Ministro Lopo do Nascimento foi agravada pelas graves crises dentro do MPLA, particularmente após a tentativa de golpe de estado por Nito Alves, em maio de 1977, importante membro do partido. Desse modo, o agravamento das relações institucionais entre ambos teria servido de justificação para a exoneração de Lopo do Nascimento, em dezembro de 1978, e o esvaziamento progressivo, durante a Primeira República, do cargo de Primeiro Ministro. Para Guedes et al. (2003), entretanto, não parece legítimo supor a existência de um nexos causal conjuntural restrito, uma vez que durante a Segunda República, no âmbito de um sistema multipartidário, também se verificaram disputas institucionais entre o Presidente da República e o Primeiro Ministro, como veremos no quarto capítulo.

Analisando as linhas de força em que se basearam essas leis de revisão constitucional:

[...] Verificou-se durante a 1ª República uma preocupação constante por parte do legislador constituinte angolano em reforçar os poderes do Presidente da República.
 [...] Com efeito, apostando em construir uma sociedade socialista, na qual os

princípios da unidade do poder e do centralismo democrático eram tidos como fundamentais, o MPLA procurou, através do seu Comité Central esvaziar de poderes a figura do Primeiro-Ministro; uma entidade que, na lógica da versão originária da Lei Constitucional de 1975, funcionava como um ‘contrapeso’ face ao Presidente da República (GUEDES et al., 2003, p. 231-232).

Concomitantemente a essas revisões constitucionais, Angola também registrou um processo de abertura política, incorporado nas negociações pela paz, de maneira tal que esses dois processos não podem ser dissociados na análise. O reconhecimento do MPLA como administração interna pela UNITA, em outubro de 1990, possibilitou a adoção, em dezembro seguinte, de um sistema multipartidário no país. Já nesta altura, alguns dos partidos de oposição demandavam a realização de uma conferência nacional soberana, particularmente com o fito de escrever a nova constituição e apontar as novas regras para o sistema político. A revisão constitucional de 06 de março de 1991 representou, na opinião de Guedes et al. (2003), o fim da Primeira República angolana e o embasamento de um novo Estado de Direito Democrático, constituindo, na prática, uma nova constituição, opinião compartilhada por Correia e Sousa (1996, p. 31).

[...] A revisão constitucional de 06 de Maio 1991 foi a consequência lógica de um gradual processo de ‘liberalização’ e de ‘democratização’, duas tendências que se vinham desenvolvendo no seio do MPLA, propiciadas por uma configuração conjuntural externa favorável às mudanças económicas internas ambicionadas. O seu ponto de arranque, por assim dizer, foi económico. [...] Mas o duplo processo de liberalização e democratização funcionou igualmente como estímulo para o acelerar das negociações de paz com uma UNITA que o Governo angolano se sentia então incapaz de derrotar pela via das armas (GUEDES et al., 2003, p. 238)⁶³.

Em julho de 1991, o Presidente José Eduardo dos Santos também promoveu uma mudança de governo, instaurando o cargo de Primeiro-Ministro, que havia sido abolido em 1977, posição que veio a ser ocupada por Fernando José França Van-Dúnem.

No entanto, a revisão constitucional de 1991 foi somente um primeiro passo, já que os acordos de paz de Bicesse geraram uma nova revisão constitucional, em 16 de setembro de 1992, fundamental para um processo de transição maior, já que incluiu a principal força de oposição⁶⁴. Ou seja, a revisão da Constituição de partido único de 1975 em 1992 foi realizada

⁶³ Note-se que, em dezembro de 1985, no 2º congresso do MPLA, críticas foram feitas ao sistema de planeamento económico central. Tanto é que em 1987 foi lançado o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), que diminuiu o peso do Estado na economia angolana. A transição política foi, assim, procedida por uma transição económica. Para Guedes et al. (2003), o SEF foi o primeiro passo para uma transição democrática de longo prazo. Tanto é que, posteriormente, em 1990, em reunião do Comité Central, o MPLA-PT abandonou o sistema de partido único e abriu o país para o multipartidarismo.

⁶⁴ “A abertura democrática iniciada com a lei de revisão constitucional nº 12/91 foi posteriormente concretizada com a aprovação, pela Assembleia do Povo a 11 de maio de 1991, de um conjunto de leis que funcionaram como suporte infraconstitucional para a construção de um verdadeiro Estado de Direito. Entre estas destacam-se a lei da nacionalidade (lei n.º 13/91); a lei das associações (lei n.º 14/91), a lei dos partidos políticos (lei n.º 15/91); a lei sobre o direito de reunião e manifestação (lei n.º 16/91); a lei sobre o estado de sítio e o estado de emergência (lei n.º 17/91) e a lei da imprensa (lei n.º 22/91)” (GUEDES et al., 2003, p. 240). Além disso, de acordo com o preâmbulo da Lei de Revisão Constitucional 23/92, era “[...] indispensável à estabilidade do país, à consolidação da paz e da

com base em um consenso entre UNITA e MPLA, ainda que o Parlamento angolano na época – a Assembleia do Povo – apresentasse somente representantes do MPLA (GUEDES et al., 2003), de modo que esta Constituição resultou de um processo de transação constitucional. Enquanto que a Lei Constitucional de 1991 abria caminho para a transição política, a Lei Constitucional de 1992 foi, por sua vez, resultado de um acordo multipartidário de caráter transitório para a realização de eleições, uma vez que atribuía poderes constituintes ao Parlamento que sairia do primeiro pleito angolano, realizado em 1992 (SOUSA, 2006), para proceder à escrita da Constituição Angolana da 2ª República. Esta nova revisão constitucional estabeleceu um sistema de governo semi-presidencial, ainda que marcado por forte pendor presidencialista⁶⁵. Note-se que,

[...] A Constituição de 1992 entrou em vigor como um texto circunstancial e provisório, condicionado pelo pressuposto de que um primeiro Parlamento nacional, saído de eleições livres, procederia à elaboração e aprovação de uma Constituição, mais finalizada e inclusiva. Quando o primeiro termo desta Assembleia Nacional chegou ao fim, em 1996, enquanto a guerra civil continuava inabalável, não foi possível realizar novas eleições. Assim, um Ato de Emenda Constitucional de 14 de Novembro de 1996 previu extensão indefinida do termo da legislatura de 1992, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma série de condições para a realização de novas eleições gerais: dentre elas, e mais importantemente, a elaboração e aprovação pela Assembleia Nacional de 1992 de uma nova Constituição antes da realização de qualquer pleito eleitoral (THOMASHAUSEN, 2016, p. 187, tradução nossa)⁶⁶.

O sistema de governo adotado pela revisão constitucional angolana de 1992 apresentou os traços do semi-presidencialismo, que combina elementos do presidencialismo e do

democracia que os órgãos de soberania da Nação, especificamente os surgidos das eleições de gerais de 1992, disponham de uma Lei Fundamental clara no que se refere aos contornos essenciais do sistema político, a competências dos órgãos de soberania da Nação, a organização e funcionamento do Estado, até que o futuro órgão legislativo decida e concretize o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da República de Angola” (GUEDES et al., 2003, p. 242).

⁶⁵ Ainda, “[...] O sistema de Governo adoptado aproxima-se bastante do modelo paradigmático de ‘semi-presidencialismo’ que é o seguido em França desde o início da V República e que, de acordo com os próprios redactores dos trabalhos preparatórios que conduziram à revisão angolana de 1992, foi o modelo adoptado. Com efeito, a Lei Constitucional angolana atribui ao Presidente da República um conjunto de poderes institucionais que o tornam na figura central do sistema de organização política nacional. Na verdade, a amplitude dos poderes atribuídos ao Presidente da República permite-lhe, quase sem limitações, dissolver o Parlamento em variadíssimas situações. No entanto, a principal peculiaridade do sistema angolano (e esta é uma especificidade que o afasta do sistema francês), resulta do facto de se postular que a função de *orientação política do país e do Estado* não ser incumbência do Governo mas sim do Presidente da República. Para além disso, resulta a dúvida, partilhada, aliás, em França, sobre a titularidade da chefia de Governo. Isto já que, de acordo com o texto constitucional angolano, se por um lado é o Presidente da República quem, presidindo ao Conselho de Ministros, tem por missão a orientação política do país, por outro lado é o Primeiro-Ministro quem tem por função dirigir, conduzir e coordenar a acção do Governo” (GUEDES et al., 2003, p. 246-247).

⁶⁶ No original: “[...] The 1992 constitution had come into force as a provisional and circumstantial text, conditioned by the assumption that a first freely-elected national parliament would proceed to elaborate and approve a more final and inclusive constitution. When the first term of this Assembly came to its end in 1996, whilst the civil war was continuing unabated, it was not possible to hold new elections. A Constitutional Amendment Act of 14 November 1996 provided for an indefinite extension of the term of the 1992 legislature, whilst at the same time setting a number of conditions for the holding of the next general elections: amongst them, and most importantly, the elaboration and approval by the 1992 Assembly of a new constitution before the holding of any new elections” (THOMASHAUSEN, 2016, p. 187).

parlamentarismo, sendo a eleição do Presidente da República e do Parlamento realizadas através de dois sufrágios distintos. Portanto, pelo menos do ponto de vista formal, existiria uma bicefalia do Poder Executivo, partilhado pelo Presidente e pelo Primeiro-Ministro, e uma dupla responsabilidade do Governo perante o Presidente da República e o Parlamento. O Presidente tinha uma série de poderes, como o poder de dissolver o Parlamento, poder de nomear o Governo, poder de veto das leis, poder de requerer a apreciação preventiva da constitucionalidade, poder de presidir e definir a agenda do Conselho de Ministros, etc. O Governo, representado pelo Primeiro-Ministro, por sua vez, tinha a função de condução da política geral do país, apresentando dupla responsabilidade, sobre o Parlamento e o Presidente da República, os quais, através de uma moção de censura, poderiam demitir o Governo.

O principal motivo para adoção de um regime semipresidencialista em Angola foi em razão da coexistência, no período pré-eleitoral de guerra civil, de duas organizações com fortes probabilidades de vencerem as eleições, UNITA e MPLA. Com um regime deste tipo, portanto, haveria certo contrapeso institucional que permitiria uma distribuição de poder mais equilibrada entre os vários órgãos de soberania. Como vimos ao longo desta seção, esta opção tem relação direta com a lógica particular dos movimentos de libertação e dos Estados em que assumiram o poder. Evitou-se, do ponto de vista formal, a solução presidencialista, porque poderia gerar demasiada personalização do poder (GUEDES et al., 2003). No entanto, como se poderá observar no capítulo quatro – em que procedemos à análise da Segunda República angolana –, esta opção foi direcionada, progressivamente, para a concentração de poderes no Presidente da República e a conformação de um sistema presidencialista, com base na justificativa das premências da guerra civil.

2.4 Crise econômica, abertura política e nova onda constitucional

Os anos de dominação política pelos partidos únicos ou partidos dominantes engendraram um movimento no campo da ação social de demandas pela abertura política e democratização. Esse processo, que teve início em meados dos anos 1980, é também conhecido como Segunda Libertação Africana⁶⁷. O insucesso dos partidos únicos em promover a criação de uma nação na base da unanimidade e garantir o desiderato de desenvolvimento nacional

⁶⁷ O conceito de segunda libertação faz referência aos processos de independência que resultaram em luta armada, na busca de uma emancipação completa do colonialismo. Nesse sentido, a segunda libertação diz respeito à libertação dos povos africanos dos governos autoritários que se instalaram nesses países após as independências (OSAGHAE, 2005).

tornou-se uma realidade ao longo dos anos, manifesta na incapacidade de se reconhecer a devida representatividade política à população, conter as turbulências internas, e reverter a progressiva marginalização econômica do Estado africano no cenário internacional (ISUMONAH, 2012).

Olukoshi e Laakso (1996) ressaltam que o processo de democratização na África deve ser observado em um contexto histórico mais amplo, caracterizado por importantes mudanças no cenário internacional, fundamentalmente a ascensão do neoliberalismo, a partir dos anos 1970, e a aceleração do processo de globalização, que se desdobrou na abertura dos mercados nacionais. Afirmam ainda que a crise de débito dos anos 1980 foi a porta de entrada para a penetração das políticas neoliberais no continente africano, pela via das reformas estruturais aplicadas pelo Banco Mundial e pelo FMI.

As reformas políticas do final dos anos 1980 foram caracterizadas pela adoção de políticas competitivas no quadro dos primeiros programas de ajuste estrutural e de estabilização executados no continente africano no início dos anos 1980⁶⁸ (KANYINGA, 1998); entretanto, uma vez que os resultados desses primeiros programas foram controversos quanto à sua eficácia, introduziu-se uma nova tonalidade nas análises para concessão de fundos de ajuda internacional, fundamentada no *Berg Report*⁶⁹ do Banco Mundial; publicado em 1981, o documento envolvia avaliações sobre as instituições nacionais, a natureza do Estado, e as organizações sócio-políticas africanas (SOUTHALL, 2003). Estes novos determinantes foram também atestados no *Relatório sobre o Futuro de longo prazo na África*, também publicado pelo Banco Mundial, em 1989⁷⁰. Estes documentos não reconheciam o Estado como motor efetivo para o crescimento econômico e indicavam a corrupção estatal como principal causa dos males na África (SINDZINGRE, 1994).

[...] Sobretudo, entraram na cena política a natureza da administração, a ‘má gestão’ e a corrupção, temas que anteriormente constituíam tabus. Estes novos ‘conceitos’ conquistaram legitimidade. Progressivamente, as condicionalidades financeiras despontaram como condicionalidades econômicas e políticas, especialmente através da instauração da ‘democracia’ emergente no começo dos anos 90: a ‘governança’ [...] a ‘governabilidade’ passaram a ser associadas às causas econômicas externas e

⁶⁸ O pacote de ajuda financeira apresentava uma série de condicionalidades, inicialmente de ordem econômica, no sentido de contração da demanda e reorientação da oferta, redução drástica dos déficits da balança de pagamentos e das finanças públicas, correção da supervalorização das taxas de câmbio, eliminação das distorções impostas pelo Estado em desfavor da agricultura, liberalização do comércio e do mercado de trabalho, retração da atuação do Estado nos setores produtivos, dentre outros (SINDZINGRE, 1994).

⁶⁹ O documento “*Accelerated Development in Sub-Saharan Africa – An Agenda for Action*”, preparado sob supervisão de Elliot Berg – daí ser conhecido como Berg Report – foi preparado para analisar as razões para a crise econômica que se manifestava na África Subsaariana desde o final dos anos 1970. O ponto argumentativo principal do documento foi que as questões de política doméstica constituíam as principais causas de tal crise econômica (LOXLEY, 1983).

⁷⁰ *Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth: A Long-Term Perspective Study*.

internas para explicar o fracasso das políticas anteriores de ajuda aos Estados africanos (SINDZINGRE, 1994, p. 04-05, tradução nossa)⁷¹.

Portanto, com base num discurso que reconhecia, ainda, a influência de eventos como a transição política na África do Sul e os movimentos liberais e democráticos na Europa Leste, inseriu-se uma série de condicionantes políticas voltadas à governança interna dos Estados africanos. Este processo contribuiu para o abandono de regimes militares e de partido único, a adoção do multipartidarismo e a realização de eleições de transição em diversos países (LAAKSO; OLUKOSHI, 1996; SOUTHALL, 2003). Essas mudanças, vistas com positividade pela comunidade internacional, foram em muitos casos suficientes para o retorno do fluxo de novos fundos de ajuda financeira. Entretanto, como veremos ao longo dessa seção, ao menos do ponto de vista da organização do poder político, esse processo se resumiu ao estabelecimento da competição eleitoral no contexto da democracia liberal.

Incorporado a esse argumento jazia um entendimento de que, embora as elites governantes africanas tivessem herdado o modelo constitucional da antiga metrópole, destituída do seu espírito e contexto essa apropriação teria favorecido a ascensão de regimes autoritários – manifesto pelo unipartidarismo e pelos golpes militares – em nome da conservação deste Estado e promoção do desenvolvimento (BIAYA, 1998). Desse modo, um dos argumentos que ensejava as reformas neoliberais era que o recuo do Estado possibilitaria a emergência de uma burguesia nacional que, disciplinada pelo mercado, constituiria a base de uma democracia genuína (LAAKSO; OLUKOSHI, 1996), tese esta que foi rebatida por Fanon ainda nos anos 1960 – em *The Wretched of the Earth* – e, posteriormente, por Ake (1996) e Shivji (2003). Em muitos países, na realidade, as elites governantes até mesmo manobram ou postergaram a transição política de modo a maximizar suas vantagens (LAAKSO; OLUKOSHI, 1996; KANYINGA, 1998), como foi o caso de Angola.

Eyoh (1998) contribui para a discussão olhando para a recepção que o debate democrático recebeu dentro dos meios institucionais e acadêmicos africanos, cuja atenção ao problema teve origem nas explicações demandadas para a crise de desenvolvimento que abalou o continente nos anos 1980. A narrativa oficial estatal foi expressa no Plano de Ação de Lagos, da Organização da Unidade Africana – em resposta ao *Berg Report* – no qual o centro da justificativa para a crise econômica nos Estados africanos era a vulnerabilidade econômica

⁷¹ No original: « [...] Surtout, sont entrées en scène la politique, la nature de l'administration, la 'mauvaise gestion' et la corruption, sujets auparavant tabous. Ces nouveaux 'concepts' accèdent à la légitimité. Les conditionnalités financières se muent progressivement en conditionnalités économiques et politiques, notamment avec celle de l'instauration de la 'démocratie' émergeant au début des années 90 : la 'governance' [...] la 'gouvernementalité' sont désormais associées aux causes économiques externes et internes, pour expliquer l'échec des politiques antérieures, celles de l'aide et celles des Etats africains » (SINDZINGRE, 1994, p. 04-05).

externa, e não a estrutura do Estado. Note-se que houve também a narrativa não-oficial, empreendida por pesquisadores africanos independentes – como foi o caso do CODESRIA e do *Third World Forum*⁷². Dentro desses círculos, muitos debates se tornaram importantes para o pensamento social africano, como o que aconteceu entre Mkandawire (1988) e Peter Anyang’ Nyong’o (1986); Mkandawire ressaltou que a luta democrática deveria se fazer presente na agenda política dos Estados africanos não pelo seu efeito econômico – no sentido de promover um uso mais eficiente dos recursos públicos – mas pelo reconhecimento dos direitos dos africanos em mapear democraticamente seus destinos – em crítica ao enfoque centrado demasiadamente na associação entre democracia e desenvolvimento feita por Nyong’o (MAFEJE, 1998).

Eyoh (1998) acrescenta também que, enquanto importantes debates transcorriam nos círculos acadêmicos africanos, nos Estados Unidos houve um forte pendor para pesquisas de cunho mais afropessimista⁷³; este foi o caso de Jean-François Bayart, que destacou o elemento da informalização nas sociedades africanas, incapazes que estas seriam de se organizar politicamente em defesa de seus interesses. Conforme ressalta Shivji (2003), com as mudanças ocorridas no cenário internacional com o fim da Guerra Fria o Ocidente mais uma vez assumiu a ofensiva na África, pregou que o nacionalismo africano seria ilegítimo e que, por ser étnico, teria criado Estados falhados, colapsados, falidos. Posteriormente, com a inclusão da agenda neoliberal na política, o debate sobre a democracia na África adquiriu contornos de uma necessidade de transformar os Estados africanos em Estados liberais, à imagem do Ocidente.

Ainda neste aspecto, conceitos como os de neo-patrimonialismo e governo personalizado foram amplamente discutidos e aplicados para explicar a rotinização da corrupção e a crise política e econômica nos países africanos. A base explicativa foi que, incapazes de assegurar sua legitimidade de governo, o exercício do poder se basearia em relações de clientela entre patrões e clientes. Neste contexto, o próprio

[...] partido único teria constituído o meio mais ‘adaptado’ à manutenção desta governabilidade personalizada. [...] A expansão massiva do setor público e do

⁷² Shivji (2003) destaca, por exemplo, os trabalhos teóricos “*Struggles for democracy in Africa*”, de Nyong’o, e “*African Studies in Social Movements and Democracy*”, de Mamdani e Wamba-dia-Wamba. Ainda neste aspecto, Eyoh (1998) ressaltava que, nos anos 1970 e 1980, o paradigma que mais influenciava os intelectuais africanos era a teoria da dependência. Para o autor isto culminou em uma versão radical da modernização e do nacionalismo de Estado, cuja centralidade era o Estado enquanto instrumento para a construção da nação e defensor dos interesses nacionais. Antes da intensificação dos movimentos populares que demandavam reformas democráticas, nos anos 1980, o enfoque das pesquisas sobre África não era a democratização, mas sim questões de desenvolvimento, formação das classes, sob forte influência da teoria da dependência (EYOH, 1998; MAFEJE, 1998). Posteriormente, o debate se voltou ao multipartidarismo por completo, mas de modo algum buscou-se endereçar o problema partindo do ponto de vista nativo.

⁷³ O autor ressaltava que Richard Sklar, que realizou estudos sobre sistemas políticos africanos com enfoque no caso nigeriano, seria uma exceção à isso (EYOH, 1998).

emprego público vieram a confirmar a legitimidade do Estado como principal redistribuidor de recursos (SINDZINGRE, 1994, p. 09, tradução nossa)⁷⁴.

Sindzingre (1994) acrescenta que, dentro das perspectivas teóricas supracitadas, o enfraquecimento da capacidade burocrática do Estado africano seria visto como consequência do patrimonialismo. Dos muitos conceitos que surgiram disso a autora cita o de *Estado quase-informal, quase-fictício* ou *parasita*, de McGaffey (1987); de *Estado prebendário*, proposto por Joseph (1983) e Theobald (1990); o de *aristocracia política*, de que fala Callaghy (1983); e Bayart (1993), que faz referência à *política do ventre*. Entretanto, a autora ressalta que poucos destes teóricos buscaram apreender os processos que engendram esses fenômenos. Neste aspecto, é interessante ressaltar a observação feita por Mazrui, segundo o qual a política na África é, não raro, analisada em vista da dualidade entre os conceitos de tirania e anarquia. Isto é,

Todo governo Africano anda na corda bamba entre muito e muito pouco governo. Um excesso de governo se transforma em tirania; muito pouco governo se torna anarquia. Ambos podem levar ao Estado falhado. De fato, ambos podem levar ao colapso do Estado (MAZRUI, 1995, p. 29, tradução nossa)⁷⁵.

Com efeito, nos círculos acadêmicos ocidentais parece haver um dilema constante em avaliar a África sob o ponto de vista da dualidade entre a anarquia multipartidária e a tirania do partido único⁷⁶ (MAZRUI, 2005), que enseja uma associação entre o colapso do Estado e a natureza das suas instituições políticas. Se, por um lado, muitas são as dúvidas de que Estados de partido único possam gerar governos mais fortes, por outro lado diversos sistemas multipartidários se degeneraram em rivalidades étnicas pelo continente, resultando em situações de baixa autoridade. Tais foram os casos, nos anos 1980, de Gana, durante o mandato de Hilla Limann; da Nigéria, durante o mandato de Shehu Shagari; e do Sudão, durante mandato de Sadiq al-Mahdi (MAZRUI, 1995). Ademais, convém destacar o caso de Uganda, que ensaiou a possibilidade de um Estado sem partido como alternativa a um sistema multipartidário que, tendencialmente, reativaria as rivalidades sectárias e étnicas, modelo este que durou de 1986 até 2005⁷⁷.

⁷⁴ No original: « [...] le monopartisme a constitué le moyen le plus 'adapté' au maitien de cette gouvernementalité personnelle [...] L'expansion massive du secteur public et de l'emploi public est venue confirmer la légitimité de l'Etat comme premier redistributeur des ressources » (SINDZINGRE, 1994, p. 09).

⁷⁵ No original: "Every African government walks the tightrope between too much and too little government. An excess of government becomes tyranny; too little government becomes anarchy. Either can lead to the failed state. Indeed, either may lead to the collapse of the state" (MAZRUI, 1995, p. 29).

⁷⁶ O autor chega, inclusive, a discutir a possibilidade de uma presidência não partidária e um Parlamento multipartidário, com um Executivo forte com poderes constitucionais extensivos, eleito numa eleição entre indivíduos e não candidatos partidários, para contrabalançar as tendências anárquicas do Parlamento multipartidário. Isso poderia, segundo o autor, oferecer vantagem indevida a milionários africanos ou ser o preço pago pela estabilidade que seria conferida por tal sistema (MAZRUI, 1995, p. 04).

⁷⁷ Ao assumir o poder em 1986, o então Presidente Yoweri Museveni introduziu este sistema, em que os partidos políticos existiam mas não podiam ser apresentados enquanto plataforma pelos candidatos nas eleições. Muitas

Neste ponto, Mbembe (2013) ressalta a visão segundo a qual haveria uma inadaptação do Estado-nação, ocidental, na África, em razão da parca integração entre as estruturas modernas e as estruturas políticas tradicionais. O Estado africano estaria, assim, situado como “[...] um ‘puro produto de importação’, dominando a partir do topo as dinâmicas sociais em vez de emaná-las” (MBEMBE, 2013, p. 109). Isso explicaria, naquela visão, certas dissonâncias entre a estrutura legal e as práticas políticas, de um lado, e o colapso desses Estados, de outro. Em outras palavras,

[...] As fachadas institucionais e o formalismo jurídico permitem pressupor o peso dos mecanismos administrativos e definem alguns dos locais onde se desenrolam as encenações dos agentes. Mas o ‘Estado concreto’ enfraquece ao integrar as dinâmicas propriamente indígenas, ou seja, os processos de reapropriação, instrumentalização ou de contorno do Estado pelos próprios agentes africanos, as diversas formas de se relacionarem com ele e que inventam consoante os contextos e os conjuntos de interesses (*issues*). São estas transações que relativizam as teorias do fracasso estatal na África negra. As fórmulas institucionais implementadas pelos poderes são ‘revisitadas’ e ‘repraticadas’ consoante os interesses – divergentes – daqueles que ‘mantêm contacto’ com elas (MBEMBE, 2013, p. 109-110).

Pela narrativa ocidental, o conceito de mudança na África foi compreendido fundamentalmente como fenômeno que decorre de ações vindas de fora (BALANDIER, 1976; NYONG’O, 1992). Assim, se havia qualquer demanda por democracia na altura dos anos 1990, isso era interpretado como transbordamento dos acontecimentos na Europa Leste e devido ao fim da União Soviética. Conforme sublinhou Anyang’ Nyong’o (1992), de acordo com esta visão o povo africano somente reage, raramente é agente promotor de mudanças políticas por si só. Muitos regimes autoritários na África, por sua vez, aderem a essa justificativa porque, ao afirmar que as demandas pela mudança estão sendo impostas do exterior, tão logo haja a convivência ocidental a esfera de possibilidades políticas internas de repressão aos movimentos sociais se expande. Ao fim e ao cabo é o mito do silenciamento das populações africanas diante de governos autoritários; é a ressignificação da docilidade africana (NYONG’O, 1992).

Analisando o tema da democracia na Tanzânia, por exemplo, Shivji (1991) ressalta que as pressões populares para a democratização sempre existiram, ao contrário do que sugerem autores como Southall (2003), que ressalta que os impactos internacionais foram os principais determinantes desses processos de mudança e que vieram antes dos protestos populares. Shivji (1991) observa que as mudanças políticas na Europa Leste no fim dos anos 1980 e as pressões dos doadores do Ocidente para a introdução do multipartidarismo tão só criaram espaço para um debate que já estaria presente nas agendas dos países africanos caso as forças populares não

críticas foram direcionadas ao sistema que, na prática, favoreceria a configuração de um Estado representado por um único partido (BBC, 2000). Em referendo realizado em 2005, mais de 90% dos votos somaram pela decisão de retorno a uma democracia multipartidária.

fossem, oficialmente, silenciadas sempre que oportuno. Mamdani (1992), por outro lado, ressalta as forças propagadoras desde Soweto e Cisjordânia como influência importante para esses processos e não tanto os eventos políticos da Europa Leste.

De acordo com Mafeje (1998), os movimentos populares pela democracia tinham três principais demandas: i) fim do partido único e abertura do pluralismo democrático; ii) descentralização do poder e maior autonomia local; e iii) respeito pelos Direitos Humanos e pelo Estado Democrático de Direito. Do ponto de vista dos movimentos sociais que denunciaram a necessidade de uma segunda onda de libertação, nos anos 1980 e 1990, estava implícito que a “[...] libertação (entendida como emancipação, empoderamento, participação e autonomia) era uma condição necessária para a democratização e o desenvolvimento na África” (OSAGHAE, 2005, p. 03, tradução nossa)⁷⁸. Isto é, a ruptura da primeira luta de libertação tornara necessária a segunda. Portanto, a segunda libertação tinha como imperativo a busca por um conceito de liberdade que foi negligenciado na primeira onda, em vista de uma razão de Estado frente à necessária concentração de forças na construção da nação e no desenvolvimento econômico (OSAGHAE, 2005). Era sobre a liberdade do indivíduo que esta luta dizia respeito. Como afirmou Mazrui (2005), se na altura das independências a descolonização foi assumida enquanto libertação, o dilema dos anos 1990 parecia assentar na necessidade de destruir as estruturas coloniais presentes no Estado e suas instituições.

De acordo com Bratton e Van de Walle (1997), até o final dos anos 1980 o regime de partido único cristalizava a forma modal de governança na África. Em 1989, 29 países eram governados por algum tipo de regime de partido único, e 11 eram governados diretamente por militares, sem a pretensão de qualquer filiação partidária (BRATTON; VAN DE WALLE, 1997, p. 08). O processo de transição foi tão amplo que, se entre 1989 e 1990 somente cinco países na África Subsaariana constituíam democracias multipartidárias – nomeadamente o Senegal, a Gâmbia, a Namíbia, a Botsuana e as Ilhas Maurício (PRESBEY, 1998) – em 1994 não havia sequer um país africano que possuísse um regime de partido único *de jure* (BRATTON; VAN DE WALLE, 1997). Após o afastamento de Numeiri do poder, no Sudão, em 1985, regime após regime concedeu a reformas políticas pelo continente (MAMDANI, 1992). Com efeito, desde 1989, quando começa esta onda democrática, mais de 57 Constituições foram adotadas em 41 Estados africanos (WING, 2008).

⁷⁸ No original: “[...] liberation (read as emancipation, empowerment, participation and autonomy) was a necessary condition for democratization and development in Africa” (OSAGHAE, 2005, p. 03).

Kilson (1963) destaca dois usos do conceito de regime de partido único: um primeiro referente a uma situação em que somente um partido existe, e um segundo referente a uma situação em que existem mais partidos, mas o partido governante possui uma ampla maioria legislativa que lhe fornece poderes para restringir a competição política. Para este autor, vencer as primeiras eleições ou estar no poder no momento da independência fornece a este partido o controle sobre uma série de recursos que a oposição não dispõe, especialmente se for o caso de uma oposição fragilizada financeiramente; isto é, perdura uma aura de legitimidade envolvendo esses partidos, que detêm monopólio sobre símbolos nacionalistas. No caso das eleições de Angola, em 1992 e 2008, como veremos, essa lógica também prevaleceu. Além disso, persistem discrepâncias envolvendo a competição partidária, prevalecendo uma natureza de “o vencedor leva tudo”, o que, de acordo com Bangura (1991), tem como fundamento uma cultura política baseada no “mais forte”, no chefe, no líder do país. Nesse aspecto, Bratton e Van de Walle (1997) acrescentam que, apesar das reformas, muitos líderes políticos foram reciclados, adaptaram-se às novas mudanças, ou quando houve modificações, esses não representaram mudanças tão dramáticas. Ihonvbere (1996), por outro lado, ressalta que muitos partidos empregam as mesmas estratégias de campanha e que observa uma incapacidade de articulação de visões de mundo originais, o que contribui para que o eleitor não associe os partidos de oposição a novas opções políticas.

A respeito do malogro das reformas dos anos 1990, vale menção o trabalho de Nicolas Van de Walle (2003), que olha para os partidos e sistemas de partidos que surgiram nos sistemas multipartidários da África Subsaariana nos anos 1990, do ponto de vista da valorização das redes clientelistas. Segundo o autor, as eleições multipartidárias que se generalizaram pela África Subsaariana, na época, foram sinônimo da manifestação de um processo de rotinização das eleições multipartidárias pelo continente. Três tendências foram observadas pelo autor dentro deste universo empírico: primeiramente, que os partidos que venceram as eleições fundadoras ainda se encontravam no poder; isto é, a performance na primeira eleição legislativa e presidencial é essencial para sua consolidação, mesmo que o partido em questão seja um partido novo na esfera política nacional – ponto ressaltado por Kilson (1963) ainda nos anos 1960. Van de Walle sugere que os partidos que não controlam a presidência ficam em desvantagem de recursos, ainda que apresentem uma boa desenvoltura nas eleições legislativas.

Em segundo lugar, o sistema partidário emergente é caracterizado pela presença de um partido dominante e uma série de partidos menores. Apesar do grande número de partidos no Parlamento, isso raramente gera uma crise de governabilidade e não tem barrado o surgimento de partidos dominantes. Mas, obviamente, o próprio sistema eleitoral tende a influenciar o

número de partidos – de acordo com Duverger, por exemplo, sistemas de representação proporcional tendem a aumentar o número de partidos (DUVERGER apud VAN DE WALLE, 2003). Por fim, Van de Walle destacou uma tendência de homogeneidade dos programas políticos entre os diversos partidos, que o autor associa com a composição etno-linguística dos partidos – ponto este também ressaltado por Ihonvbere (1996), como supracitado.

Dois pontos importantes observados por Van de Walle (2003) foram, por um lado, o processo de centralização do poder em torno do Presidente da República, e, por outro, as redes de clientelismo nesses sistemas de governo. Dos quarenta e cinco sistemas multipartidários analisados, somente Botsuana, Lesoto, Ilhas Maurício e África do Sul constituíam regimes parlamentares, enquanto a Suazilândia era uma monarquia; a maioria dos países começou pela via do parlamentarismo e, paulatinamente, optou pelo presidencialismo. Esses países também constituiriam sistemas presidencialistas em um segundo sentido, porque, apesar dos arranjos constitucionais, o poder seria altamente personalizado no Presidente da República, com controle das finanças e baixo nível de delegação de autoridade; o Presidente representaria a própria arena de tomada de decisões, os próprios Ministros exercendo um papel demasiadamente secundário, como vem a ser o caso de Angola, por exemplo. Uma consequência direta disso é que o acesso aos recursos estatais é altamente concentrado na presidência.

Portanto, embora os partidos únicos tenham desaparecido da cena do Estado africano, a tendência que se desdobrou foi ou no sentido do estabelecimento de um sistema de partido dominante, ou em que há dominação de dois partidos, além da prevalência de sistemas parlamentares unicamerais (39 no total), em relação a sistemas bicamerais (16 no total) (SALIH, 2005). Vale pontuar que não é objetivo deste trabalho especular se isso gera maior ou menor estabilidade e equilíbrio com o Poder Executivo. Van de Walle (2003) sublinha que os países em que o ex-partido único pode controlar o Executivo e o Legislativo na transição para o multipartidarismo, este consolidou o seu poder, e onde foi capaz de controlar o Executivo, ele moldou o multipartidarismo de modo a garantir sua manutenção no poder. Na verdade, argumenta, a combinação de um sistema altamente presidencialista com fácil acesso a redes clientelistas gera desincentivos para a consolidação de partidos de oposição, ou até mesmo para a formação de coalizões: a obtenção de recursos é maior quando há cooperação com o Presidente (VAN DE WALLE, 2003).

2.5 Conclusão do capítulo

Ao longo deste capítulo examinamos a lógica do exercício do poder político na África independente. Observamos o desenrolar do projeto de construção de uma ordem caracterizada por um movimento de concentração do poder do Estado. Esse processo foi alicerçado sob duas principais bases: i) adoção de sistemas presidencialistas com base em narrativas sobre o Estado africano, e ii) reformas constitucionais. Partindo desse itinerário histórico, foi possível aventar a configuração de uma lógica constitucional mais ou menos generalizada pelo continente. A partir disso, analisaremos em profundidade, no próximo capítulo, o papel desempenhado pelas Constituições na dinâmica de construção da ordem, exercício do poder político e legitimação de regimes políticos para, então, examinar o caso angolano sequentemente.

Com maior detalhamento, mapeamos as reformas constitucionais durante a Primeira República angolana. Constatamos que, no caso dos países cujos governos foram conduzidos por movimentos de libertação nacional, observam-se algumas singularidades, particularmente a capacidade desses governos em promoverem projetos de Estado de cunho desenvolvimentista e manterem estruturas extensamente hierárquicas e burocráticas. Com efeito, como veremos no quarto capítulo, o Estado angolano atesta um cenário em que a elite política do MPLA ainda dispõe de apoio popular relativo e credenciais que legitimam sua performance política. Nossa proposta, dialogando com o presente capítulo e o exame teórico que será apresentado a seguir, é verificar de que modo a lógica do exercício do poder político em Angola foi organizado durante o processo constitucional que conduziu a passagem da Segunda à Terceira República angolana. Este processo, que entendemos como de *construção de uma ordem social pós-guerra civil*, foi também marcado por muitas das dinâmicas visualizadas neste capítulo, particularmente um movimento de presidencialização e concentração do poder do Estado no Presidente da República.

3 CONSTITUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA ORDEM: OS LIAMES DA LEGITIMIDADE

Precedentemente, realizamos um giro histórico sobre algumas sendas do Estado africano pós-colonial em uma perspectiva abrangente, desde as independências até as reformas liberais dos anos 1990. Destacamos um processo caracterizado por uma lógica de concentração do poder do Estado, amparada num movimento de presidencialização e reformas – ou manobras – constitucionais. Em outras palavras, passeamos pelos meandros da construção do Estado nestes contextos. Três pontos fundamentais vinculam tal reconstrução histórica com o objetivo do presente capítulo: o lugar ocupado pelos partidos dominantes, a narrativa do consenso e a politização das Constituições. Sublinhamos, para além do espaço granjeado pelos partidos únicos, que se valeram de narrativas sobre o consenso nas sociedades africanas para justificar sua empreitada, a preocupação com a legalidade durante os diversos eventos políticos que caracterizaram os períodos analisados. Em virtude disso, destacamos o papel desempenhado pelos diversos atos constitucionais, no sentido de afiançar validade à cristalização de interesses em instituições. A partir disso, portanto, direcionaremos nossa atenção à esfera constitucional dessa dinâmica.

O objetivo desse capítulo é discutir o papel desempenhado pela Constituição na lógica do exercício do poder político, examinando se, de que forma e o porquê ela pode ser operacionalizada para consolidar o poder político (COTTRELL; GHAI, 2015). O interesse em olhar para o constitucionalismo africano tem por fim, portanto, “[...] identificar o conteúdo político das leis adotadas [...] para controlar crises sociais e políticas. Um estudo desta envergadura permitiria desvelar e estudar a lacuna entre o comportamento das elites políticas locais e a Constituição” (BOUBACAR BARRY, 1991, p. 151)⁷⁹. Mais que compreender possíveis desfasamentos entre a norma escrita e a prática, tenciona-se examinar duas questões principais: i) a conformação, pela via constitucional, de regimes políticos que favoreçam determinados grupos sociais, e ii) a ritualização da coisa política por meio da Constituição, fundamentalmente pela ideia de criação da ordem; em outras palavras, o processo pelo qual determinados interesses são universalizados quando inseridos na Lei constitucional. Discutiremos, portanto, o papel desempenhado pela Constituição em projetos de dominação e

⁷⁹ No original: “[...] to identify the political content of the laws adopted [...] in order to control social and political crisis. Such a study would allow discovering and studying the gap between the behaviour of local political elites and the constitution” (BOUBACAR BARRY, 1991, p. 151).

construção da ordem, valendo-nos desse referencial para examinar, no capítulo seguinte, o caso angolano da passagem da Segunda para a Terceira República.

De acordo com o jurista queniano Okoth-Ogendo (1991), a criação de qualquer corpo de lei, como, por exemplo, uma Constituição, enverga a aderência a uma teoria da organização do poder político. Neste sentido, ele argumenta que toda a lei, incluindo a lei constitucional, está comprometida, de acordo com aqueles que a manufaturam, com a criação, distribuição, e com os efeitos de legitimação e reprodução do poder. Walter Benjamin (1978), por sua vez, sublinha que legislar significa edificar o poder político. As Constituições podem, assim, ser compreendidas enquanto mapas de poder, nos quais uma série de interesses são moldados, inseridos, retirados e ritualizados na base de um consenso nacional que silencia, inclusive, as disputas pelas quais o resultado final desse corpo de lei emergiu. Isso porque a Constituição representa uma das mais importantes esferas do poder simbólico: é a Lei fundamental, a base de toda a ordem social, concebida quase que como resultado descompromissado entre os diversos indivíduos.

O constitucionalismo é um conceito disputado no espaço jurídico e também no âmbito histórico de diversas sociedades. Consolidou-se enquanto comprometimento legal com a limitação do poder político, de modo a balancear o poder do Estado frente aos direitos individuais e coletivos de uma dada sociedade. Geralmente associado ao Estado de Direito, o constitucionalismo apresenta três grandes elementos: judiciário independente para o qual todos podem recorrer; separação das funções legislativa, executiva e judiciária; e limite dos poderes governamentais perante a sociedade, com respeito aos direitos civis, políticos e econômicos. A principal crítica que lhe é aventada diz respeito ao seu caráter demasiado legalista e pautado na autoridade constitucional prescrita, assumindo como universais os valores que giram em torno dele (AKIBA, 2004). Com efeito, é fundamentalmente este ponto que torna o conteúdo das Constituições tão importante no confronto político.

Um governo constitucional pode ser definido simplesmente como um governo no qual a autoridade política é exercida com a devida consideração às limitações que são definidas na Constituição. Especificamente, um governo constitucional é aquele que opera sob uma série de princípios estabelecidos. Escritos ou não, esses princípios são coletivamente chamados de Constituição. A separação de poderes é um dos princípios constitucionais em questão. A separação do processo de tomada de decisão do governo em funções legislativa, executiva e judiciária teve por fim reforçar a proteção constitucional das liberdades individuais ao prevenir a concentração desses poderes nas mãos de um único grupo de oficiais do governo (AKIBA, 2004, p. 05, tradução nossa)⁸⁰.

⁸⁰ No original: “A constitutional government may be defined simply as government by which political authority is exercised with due regard to the limitations defined in the constitution. Specifically, a constitutional government is one that operates under a set of established principles. Written or unwritten, those principles are collectively called the constitution. Separation of powers is one of the constitutional principles in question. The separation of

No caso africano, como tivemos a oportunidade de analisar, a adoção de Constituições esteve diretamente ligada ao processo de independência e aos projetos políticos dos partidos que assumiram o poder nos Estados independentes. Dessa forma, o papel das Constituições também foi o de constituir a soberania desses Estados, transferir/reordenar o poder político (OKOTH-OGENDO, 1991), de servirem como instrumentos de legitimidade interna e respeitabilidade externa (SHIVJI, 1991). De todo modo,

[...] Ao longo dos séculos, as Constituições foram conceituadas diferentemente e serviram a muitos propósitos. Elas foram instrumentos da lei e da ordem [...]; de libertação ou opressão; de auto-governo ou cooptação; de legitimidade; de defesa contra o imperialismo; e para limitar o governo ou realçar sua capacidade em promover o desenvolvimento ou a justiça social (GHAI, 2005, p. 830, tradução nossa)⁸¹.

Ademais, no caso da África contemporânea e, particularmente, nos contextos ora caracterizados por confrontos políticos violentos, a face constitucional da reconciliação nacional entre as partes em litígio tornou-se elemento fundamental para a construção de uma nova ordem social – ou, até mesmo, para a instrumentalização da desordem e reciclagem de uma ordem pré-existente, alçada, entretanto, como o recomeço de uma nova etapa na história nacional. Como veremos no próximo capítulo, esse parece ter sido o caso do processo constitucional angolano. Desse modo, ao longo deste capítulo, examinaremos o desenvolvimento criativo das Constituições pela ideia de *lawfare*, enquanto produtos que podem ser instrumentalizados para a dominação. Subsidiariamente, analisaremos de que maneira a Constituição se insere nas disputas políticas e como os diversos agentes, valendo-se de oportunidades políticas em aberto, pleiteiam, apresentam e legitimam seus projetos através das Constituições.

O capítulo está organizado em duas partes. Na primeira apresentamos uma revisão da literatura produzida sobre as Constituições em países africanos. Destacamos a relação entre lei e poder de Estado, contemplando a dinâmica pela qual os diversos agentes buscam cristalizar seus interesses nas Constituições, os encaixes institucionais. Relativamente a isso, sublinhamos que a Constituição possui uma dimensão de reconhecimento bastante poderosa, solidificando interesses e, nesse sentido, criando uma estrutura mais estável pela qual os agentes podem interagir. Tal dimensão constitucional é trabalhada em profundidade na segunda parte do

government decision making into the legislative, executive, and judicial functions is aimed at reinforcing constitutional protection of individual liberties by preventing the concentration of such powers in the hands of a single group of government officials” (AKIBA, 2004, p. 05).

⁸¹ No original: “Over centuries, constitutions have been differently conceptualized and they have served many purposed. They have been instruments for law and order [...]; for liberation or oppression; for self-government or co-optation; for legitimacy; for defence against imperialism; and to limit government or to enhance its capacity to promote development or social justice” (GHAI, 2005, p. 830).

capítulo, quando examinamos a forma pela qual a Constituição, por sua singularidade enquanto operadora da ordem de um Estado, é mobilizada pelos agentes. Demonstramos, especialmente, como em contextos marcados por conflitos letais, como é o caso de Angola, o processo de negociação e aprovação de Constituições serve para transformar o conflito e edificar um recomeço na história de uma dada nação. Esse processo é geralmente permeado por uma lógica de ritualização da política e teatralização da Constituição, cujo conteúdo é cuidadosamente ancorado pelos agentes naquilo que é universal e consensual.

3.1 A cartografia constitucional

As potências coloniais não tinham a pretensão de criar Estados a sua semelhança (COTTRELL; GHAI, 2015). Contrariamente, os Estados coloniais promoveram um projeto de invenção da África, levado a cabo tanto pelos oficiais coloniais como pelos missionários e antropólogos (MUDIMBE, 1988): tradições foram inventadas para preservar a estabilidade social e o controle político, a administração civil foi estabelecida – construída para camuflar a administração nativa – e Constituições e leis foram erigidas, reforçando a dominação colonial. Apesar de ter sido ancorado em uma estrutura legal, autores como Oloka-Onyango (2001) e Ndulo (1998) sublinham que o colonialismo transferiu aos Estados independentes o legado do *não-constitucionalismo*, isto é, a herança de uma forma de governança cuja substância se opõe ao controle do poder político. Este legado, como vimos anteriormente, materializou-se em governos que enfatizam a hierarquia, a disciplina, e a centralização do poder, isto é, a concentração constitucional do poder nas mãos do poder Executivo e partidos dominantes.

Jean e John Comaroff (2006) sublinham que o Estado colonial recorreu à lei como forma de justificar sua dominação, argumento também mobilizado por Mamdani (1996). Em outro momento, John Comaroff (1998) aponta que os regimes coloniais africanos não apresentaram uma linguagem de dominação arbitrária, mas buscaram ritualizar a sujeição dos colonizados ao Estado legalmente. A lei foi, assim, o instrumento pelo qual, em nome do progresso e da modernidade, os Estados coloniais afirmaram o controle sobre os sujeitos coloniais, construindo a impressão de harmonia dentro do contraste, da existência de um padrão normativo universal. Logo,

[...] O seu vernáculo, sua linguagem da modernidade, foi a linguagem da lei. [...] Em seu centro jazia o espírito da legalidade. [...] foi o desdobramento desta linguagem da lei, sua ascensão à autoridade hegemônica, que manteve os Estados coloniais em pé, mesmo aqueles mais desarticulados, menos coerentes, mais impotentes; isso lhes possibilitou meios para manufaturar fatos do nada, criar uma força ilocucionária da ilusão, realidades concretas de ficções muitas vezes frágeis, uma coisa de muitas:

permitiu-lhes representar a si mesmos, e agir enquanto garantidores da civilidade contra a selvageria e o barbarismo; isso legitimou todos os aspectos do seu poder, capilar e coercitivo, volitivo e violento, arterial e instrumental; manditou seu direito de gerenciar e mediar diversas identidades e interesses (COMAROFF, 1998, p. 342-343, tradução nossa)⁸².

Em *Citizen and Subject*, Mamdani (1996) analisa como o poder é organizado na África contemporânea, sublinhando um legado institucional cujo cerne foi a experiência colonial, que se reproduziu através da dialética de reforma do Estado e da resistência popular, conforme apresentado anteriormente. Partindo disso, o autor se questiona se a estrutura de poder político na África contemporânea teria sido resultado de um legado colonial ou se teria nascido da revolta anticolonial. Um dos pontos centrais do autor, e que aqui nos interessa, diz respeito à construção de um Estado bifurcado – amparado em segregação racial e étnica –, que teria sido desracializado após as independências, mas não democratizado. Ele argumenta que, para estabilizarem o poder colonial, os colonizadores criaram um Estado bifurcado, organizado de maneira diferente nas cidades e nas zonas rurais, apresentando, assim, uma faceta de governo direto e de governo indireto, respectivamente. De acordo com o autor,

[...] O governo direto foi a forma de poder civil urbano. Dizia respeito à exclusão dos nativos das liberdades civis garantidas aos cidadãos na sociedade civil. O governo indireto, no entanto, significou uma autoridade tribal rural. Dizia respeito à incorporação dos nativos em uma ordem costumeira garantida pelo Estado. Reformulados, os governos direto e indireto são melhor compreendidos como variantes de despotismo: o primeiro, centralizado, o segundo, descentralizado (MAMDANI, 1996, p. 18, tradução nossa)⁸³.

O Estado colonial apresentava, portanto, duas formas de poder sob uma única autoridade hegemônica: enquanto “[...] O poder urbano falava a linguagem da sociedade civil e dos direitos civis” (p. 18, tradução nossa)⁸⁴, o meio rural era o espaço consagrado da comunidade, cultura, da linguagem da tradição. O argumento do autor é que, enquanto a sociedade civil das áreas urbanas fora racializada – divisão entre brancos e negros –, nos espaços rurais ocorreu um processo de tribalização. O pluralismo colonial era, portanto, dual: costumeiro e moderno. Logo,

[...] Dentro dos impérios coloniais, construídos sob a égide do imperialismo Europeu, a ideia de que a governança dos ‘nativos’ deveria ser mediada por normas e práticas que constringessem o poder estatal, que promovessem a autonomia individual e a

⁸² No original: “Their vernacular, the language of modernity, was the language of the law. [...] At its heart lay the spirit of legality [...] it was the deployment of this language of the law, its ascent to hegemonic authority, that held colonial states together, even at their most disarticulated, least coherent, most impotent; that afforded them a means to make fact appear out of phantasm, illocutionary force out of illusion, concrete realities out of often fragile fictions, one thing out of many; that allowed them to represent themselves, and to act, as guarantors of civility against savagery and barbarism; that legitimised *all* aspects of their power, capillary and coercive, volitional and violent, arterial and instrumental; that mandated their right to manage and mediate diverse identities and interests” (COMAROFF, 1998, p. 342-343).

⁸³ No original: “Direct rule was the form of urban civil power. It was about the exclusion of natives from civil freedoms guaranteed to citizens in civil society. Indirect rule, however, signified a rural tribal authority. It was about incorporating natives into a state-enforced customary order. Reformulated, direct and indirect rule are better understood as variants of despotism: the former centralized, the latter decentralized” (MAMDANI, 1996, p. 18).

⁸⁴ No original: “[...] Urban power spoke the language of civil society and civil rights” (MAMDANI, 1996, p. 18).

igualdade eram, obviamente, considerados anátemas. Consequentemente, enquanto os sistemas de administração estatal coloniais possuíam os atributos formais de um governo constitucional, isto é, existência de poderes executivo, legislativo e judiciário atuantes e ostensivamente separados, em diversos pontos de suas operações, esses poderes eram, na verdade, fundidos. Particularmente, esta foi a situação ao nível de governo local – os níveis em que o poder estatal era mais profundamente experienciado pela vasta maioria da população nos territórios colonizados (OLOKA-ONYANGO, 2001, p. 04, tradução nossa)⁸⁵.

Como vimos precedentemente, após as independências a principal agenda dos Estados africanos foi desrracializar a sociedade civil, destribalizar a Autoridade Nativa e desenvolver a economia; substituir, portanto, o chefe da Autoridade Nativa pela estrutura do partido único, e reformar a política entre o meio urbano e rural. Mamdani destaca que houveram duas gerações de Estados africanos, a primeira constituída por Estados conservadores que mantiveram uma estrutura de despotismo descentralizado – isto é, desrracializado e organizado etnicamente – e a segunda constituída pelos Estados revolucionários, e que aqui nos interessam – que promoveram a desrracialização e destribalização da sociedade por meio do partido único. Valendo-se do exemplo de Moçambique, Mamdani sublinha que, quanto mais o partido Frelimo buscava realizar a revolução desde cima, mais ela era compelida a se basear em coerção administrativa e mais suas práticas se assemelhavam às práticas coloniais. Desse modo,

[...] o partido único foi, simultaneamente, uma forma de conter a fragmentação política e social reforçada pelas Autoridades Nativas organizadas etnicamente, e uma solução imposta desde cima em lugar de um processo de democratização desde baixo, uma vez que os militantes dos partidos únicos desconfiavam da democracia, entendida por eles como uma reforma eleitoral centrada na sociedade civil. Um vínculo democrático entre as áreas urbanas e rurais era vista por eles como sinônimo de clientelismo baseado na sociedade civil. Visto como resultado de um projeto multipartidário urbano, o clientelismo surgiu, no entanto, como a outra face de uma profunda fragmentação em linhas étnicas (MAMDANI, 1996, p. 290, tradução nossa)⁸⁶.

Logo, o partido único buscou reformar o Estado bifurcado desde cima, mas manteve a tradição colonial de fusão do poder e justiça administrativa. Alguns países buscaram modernizar as leis e promover uma reforma radical, como foi o caso da Etiópia e de Moçambique, e no qual eu incluo Angola. Com efeito, ao declararem o surgimento de uma

⁸⁵ No original: “[...] Within the colonial empires constructed under European imperialism, the idea that governance of the ‘natives’ should be mediated by norms and practices that constrained state power, fostered individual autonomy and promoted equality were obviously considered anathema. Consequently, while colonial systems of state management possessed the formal attributes of constitutional government through ostensibly separated and functioning executive, legislative and judicial bodies, at so many points of their operation, these powers were in fact fused. This was particularly the situation at local levels of government – the levels at which state power was most acutely experienced by the vast majority of the populace in the colonized territories” (OLOKA-ONYANGO, 2001, p. 04).

⁸⁶ No original: “[...] the single party was simultaneously a way to contain social and political fragmentation reinforced by ethnically organized Native Authorities and a solution imposed from above in lieu of democratization from below, for the militants of the single party came to distrust democracy, by which they understood a civil society-centered electoral reform. A democratic link between the urban and the rural areas was in their eyes synonymous with a civil society-based clientelism. Seen as the outcome of an urban multiparty project, clientelism appeared as the other side of a deepening fragmentation along ethnic lines (MAMDANI, 1996, p. 290).

sociedade unificada na forma do partido único, esses regimes radicais decretaram um corpo único de lei substantiva e depositaram a administração de Estado junto aos quadros do partido único. O resultado final foi a ascensão de uma estrutura de partido-Estado em que se governava por decretos administrativos; assim, “[...] os quadros do partido se apresentaram como um agente duplo – um agente estatal, inclusive – e ultrapassaram e estenderam os seus poderes: eram simultaneamente representantes do poder político e oficiais de aplicação desse poder” (MAMDANI, 1996, p. 107, tradução nossa)⁸⁷.

Em outro trabalho, Mamdani (2012) destaca que a tentativa mais satisfatória de dismantlar as estruturas do governo indireto foi promovida por Nyerere, na Tanzânia. Nyerere compreendeu que o fundamento que mantinha o Estado colonial em pé não era o exército e a política, mas, sim, seu aparato legal e administrativo. A reforma desse sistema requeria, portanto, a criação de um corpo de lei que partisse de várias fontes: pré-colonial, colonial e da resistência anticolonial; o estabelecimento de um corpo de lei que pudesse ser acessado por todos, criando uma proposta de cidadania inclusiva. Para acabar com as distinções étnicas, Nyerere montou um projeto político que acabava com as Autoridades Nativas, com o legado colonial de divisão entre lei civil e costumeira, entre autoridades nativas e civis. Entretanto, esse projeto foi feito à revelia da democracia e da justiça social e, na realidade, tratou-se de uma centralização extrema no partido, como sublinhamos (MAMDANI, 2012).

O que queremos apontar com isso é que, apesar das aparências de legalidade, os tratados estabelecidos entre os agentes coloniais e as autoridades tradicionais africanas estabeleceram um padrão de decreto administrativo que reduzia os assuntos públicos coloniais à administração pública. Para Ekeh (2004) “[...] Os diversos documentos que foram rotulados como constituições durante os tempos coloniais eram, na verdade, decretos sobre arranjos administrativos” (p. 32, tradução nossa)⁸⁸. Odhiambo (2004), por sua vez, argumenta com base na experiência do Quênia que, desde o período colonial o Estado tem sido autoritário, com o fim de manter a lei, a ordem e a boa governança. O Estado, ele aponta, “[...] criou uma ideologia justificante, [...] a Ideologia da Ordem, para legitimar seus esforços de controle. O objetivo dos

⁸⁷ No original: “[...] the party cadre appeared as a double agent – also a state agent – and overreached and extended his (and at times her) powers: simultaneously a representative of a political power and an enforcement officer” (MAMDANI, 1996, p. 107).

⁸⁸ No original: “[...] The many documents that have been labeled constitutions in colonial times were actually decrees about administrative arrangements” (EKEH, 2004, p. 32).

regimes no poder tem sido afirmar sua hegemonia política sobre o restante da sociedade” (ODHIAMBO, 2004, p. 112, tradução nossa)⁸⁹.

Retomando Comaroff e Comaroff (2006), o Estado colonial e pós-colonial foi erigido sobre um andaime de legalidades, exigindo fluência na linguagem da lei, pela qual a ordem social é construída. Com o fim da Guerra Fria e o monopólio ideológico sobre a política que passou a ser exercido pelo moderno Estado-nação, a lei se tornou ainda mais fetichizada. Recuperando Walter Benjamin, os autores destacam que, para se transformar em autoridade soberana, o poder demanda uma arquitetura mínima de legalidades, ou o seu simulacro (BENJAMIN, apud COMAROFF; COMAROFF, 2006, p. 35). Se assim foi durante o período colonial, assim também o foi durante o período pós-colonial e, particularmente, após o processo de liberalização dos anos 1990, que, como vimos, esteve atrelado à agenda neoliberal sustentada pelos credores da dívida externa, especialmente o FMI e o Banco Mundial.

[...] Portanto, enquanto que as Constituições promulgadas durante as décadas de ‘descolonização’, depois da Segunda Guerra Mundial, concederam pouca autonomia à lei, sublinhando, pelo contrário, a soberania parlamentar, a discricionariedade executiva, e a autoridade burocrática, as Constituições que emergiram durante os últimos vinte anos tenderam, ainda que desigualmente, a enfatizar o Estado de Direito e a primazia dos direitos, mesmo quando tanto o espírito quanto a letra daquela lei eram violados, ofendidos, distendidos, roubados (COMAROFF; COMAROFF, 2006, p. 23, tradução nossa)⁹⁰.

Partindo dessa visão de mundo, nota-se uma relação direta entre o exercício do poder e a existência de um corpo legal que o sustenta. A lógica que norteia e nutre essa relação enseja uma grande variedade de interpretações. O constitucionalismo, assim, constitui fenômeno político bastante consagrado que, no entanto, solapa contradições. Conforme aponta Mamdani (1991), é necessário aventar o questionamento acerca de quais classes ou grupos sociais têm a capacidade de mobilizar o constitucionalismo em favor dos seus interesses e demandas e quais são as concepções contraditórias de constitucionalismo moldadas pelos mesmos, como discutiremos presentemente. Para o autor o constitucionalismo constitui campo contestado politicamente e que,

[...] Em certos momentos históricos, tem sido um grito de Guerra dos movimentos populares contra governos arbitrários; em outros momentos, tem sido o padrão sobre o qual tem reunido minorias privilegiadas em busca de um arcabouço legal para preservar e reproduzir esses privilégios. Enquanto movimento político, o constitucionalismo é um fenômeno contraditório, de um lado uma limitação sobre a

⁸⁹ No original: “[...] has created a justifying ideology, [...] the Ideology of Order, in order to legitimize these efforts at control. The goal of the ruling regimes has been to assert political hegemony over the rest of society” (ODHIAMBO, 2004, p. 112).

⁹⁰ No original: “Thus, whereas the constitutions promulgated in the decades of ‘decolonization’ after World War II gave little autonomy to the law, stressing instead parliamentary sovereignty, executive discretion, and bureaucratic authority, the ones to emerge over the past twenty years have tended, if unevenly, to emphasize the rule of law and the primacy of rights, even when both the spirit and the letter of that law are violated, offended, distended, purloined” (COMAROFF; COMAROFF, 2006, p. 23).

soberania popular e os movimentos populares imposta desde cima, e de outro uma conquista desses mesmos movimentos desde baixo (MAMDANI, 1991, p. 249, tradução nossa)⁹¹.

Relativamente a isso, Okoth-Ogendo (1991) chama atenção para três legados do colonialismo na esfera constitucional africana, e que dialogam com o capítulo anterior. O primeiro faz referência à presença de Constituições e ausência da ideia clássica de constitucionalismo, no sentido de limitação ao poder do Estado. Diz respeito, portanto, à herança de uma ordem legal criada pelos colonizadores e que não foi reformada no momento das independências, como posto inicialmente neste capítulo. Essa ordem apresentava duas características, uma burocracia labiríntica e uma orientação coercitiva. Posteriormente, o próprio discurso africano de busca por uma autoctonidade, isto é, a rejeição da transferência de Constituições ocidentais e apelo à criação de uma lei básica essencialmente africana, foi um movimento calculado para criar mecanismos que favorecessem o exercício do poder.

O segundo legado corresponde ao fomento de uma cultura política fraccionada, que teria se desenvolvido na fase final do colonialismo por meio das reformas coloniais, como apontado por Mamdani (1996), e ainda mais nos contextos de luta armada pelos movimentos de libertação nacional, como em Angola e Moçambique; diz respeito a uma política que,

[...] buscou institucionalizar conflitos e fortalecer forças centrífugas, ao invés de estimular e cimentar a unidade nacional. [...] Consequentemente, os partidos políticos entraram no processo constitucional não como veículos para aprimoramento de valores constitucionais tais quais soberania eleitoral, governo majoritário ou poder popular, mas sim enquanto fornecedores de ideologias irredentistas. Enquanto que no contexto colonial o fraccionalismo foi um estilo de administração bastante estabelecido – conhecido no contexto Britânico como ‘dividir para reinar’ –, no Estado pós-colonial ele fortaleceu o poder da burocracia em um nível que lhe deu domínio completo sobre os assuntos públicos. [...] É na efetividade desse maquinário – monolítico e totalmente controlado pela esfera executiva do governo – que parte da razão para o declínio do governo multipartidário e a ascensão de Estados de partidos dominante (ou únicos) será encontrada (OKOTH-OGENDO, 1991 p. 08, tradução nossa)⁹²

⁹¹ No original: “At certain historical moments, it has been a rallying cry for popular movements against arbitrary rule; at other moments, it has been the standard under which have gathered privileged minorities that sought a legal umbrella under which to preserve and reproduce these privileges. As a political movement, constitutionalism is a contradictory phenomenon, on the one hand a limitation on popular sovereignty and popular movements imposed from above, on the other an achievement of these very movements won from below” (MAMDANI, 1991, p. 249).

⁹² No original: “[...] sought to institutionalise conflicts and to strengthen centrifugal forces rather than to nurture and cement national unity [...] In consequence, political parties entered the constitutional process not as vehicles for the enhancement of such constitutional values as electoral sovereignty, majoritarian rule or popular power, but rather as purveyors of irredentist ideologies. Whereas in the colonial context fractionalism was an established style of administration – known in the British sphere as ‘divide and rule’ – in the post-colonial state it enhanced the power of the bureaucracy to a level that gave it complete dominance over public affairs [...] It is in the effectiveness of this machinery – at once monolithic and totally controlled by the executive branch of government – that part of the reason for the decline of multi-party government and the rise of the dominant (or one) party state is to be found” (OKOTH-OGENDO, 1991, p. 08).

O terceiro legado, por fim, diz respeito ao papel central que o Estado assumiu na economia, com consequências diretas para as elites políticas.

Okoth-Ogendo estudou a Constituição enquanto mapa de poder, pelo qual “[...] os autores podem delinear uma série de interesses” (1991, p. 05, tradução nossa)⁹³, criar, distribuir, exercer, legitimar a reproduzir o poder político. Apoiado nesse pressuposto, o argumento central do autor é que, no momento das independências, os novos Estados africanos foram direcionados a adotar um mapa de poder constitucional próximo da concepção clássica de constitucionalismo, isto é, sem concentração do poder nos partidos e nos Presidentes. No entanto, como vimos, sem a aplicação de reformas mais amplas em toda a ordem legal herdada da colonização – uma estrutura autoritária assente no poder Executivo –, ocorreu um desfasamento entre a prática e aquilo que a lei constitucional previa; consequentemente, o que ocorreu foi um movimento de reprodução do mapa de poder colonial e recentralização do poder pelas elites africanas. A reconstituição do mapa de poder colonial significou, no limite, que a ordem constitucional funcionaria como elemento de apropriação, e não de arbitragem, do poder político. Isso foi feito através de um processo de politização da Constituição, particularmente com base nos argumentos de necessidade de unidade nacional e desenvolvimento econômico, tratados precedentemente.

A reprodução do mapa de poder colonial, ele argumenta, ocorreu através de quatro principais mecanismos: extensão da autoridade de nomear e demitir do Chefe do Executivo sobre todos os postos do serviço público; sujeição do processo de recrutamento político em todos os níveis a uma garantia partidária rígida (em muitos países este mecanismo levou a uma transição rápida para um Estado de partido dominante ou de um partido); expansão dos poderes coercitivos do Estado, como através da retirada da supervisão parlamentar dos poderes emergenciais; adoção de leis adicionais para assegurar que todo o mapa de poder estivesse de acordo com o resto da ordem legal (OKOTH-OGENDO, 1991). Com efeito, estes mecanismos se enquadram em todos os momentos históricos abordados no capítulo 02, assim como na história constitucional angolana.

Três são os aspectos principais da reconstituição dos mapas de poder dos Estados africanos: emergência e predominância de uma forma de presidencialismo essencialmente imperial – supremacia do Presidente da República sobre todos os demais órgãos de governo –, encolhimento da arena política – quando o Chefe do Executivo é também líder do partido, o partido transforma-se no principal instrumento de organização do Estado, excluindo a

⁹³ No original: “[...] framers may delineate a whole set of concerns” (OKOTH-OGENDO, 1991, p. 05).

população de qualquer controle sobre a conduta do governo –, e, por fim, a discricionariedade como base do poder – a base legal do poder Executivo assenta num domínio administrativo que, por sua vez, é constituído por diversos instrumentos coercitivos (declaração de estado de emergência, por exemplo); com isso, o Presidente tem em seu poder uma gama de instrumentos de ação que transpõem outros órgãos do Estado. Como veremos no próximo capítulo, todos esses aspectos são verificáveis em Angola.

Na mesma direção de analisar as constituições pela temática da lógica do exercício do poder político, Ghai (1993) argumenta, em diálogo com Weber, que na maior parte dos países de Terceiro Mundo a tendência tem sido em direção a formas patrimoniais de dominação que coexistem com formas de dominação racional-legal. Nesse sentido, embora haja garantias formais para o exercício do constitucionalismo no seu sentido liberal e do Estado de Direito, os poderes do governo são pouco limitados pela Constituição e, na prática, as Cortes têm pouco poder ou interesse de revisão judicial nesse âmbito. Para o autor, a explicação para a ausência de uma orientação constitucionalista assente no Estado de Direito na prática reside no caráter do processo de acumulação e reprodução do capital no continente, e no papel central do Estado africano pós-colonial nesse processo.

Ghai aponta que, historicamente, o constitucionalismo surgiu das revoluções burguesas na Europa face à necessidade de secularização, nacionalização, separação e limitação dos poderes públicos. O capitalismo requereu uma aliança entre a burguesia e a monarquia contra o feudalismo, ao passo que a limitação dos poderes discricionários monárquicos contra as propriedades e direitos contratuais era necessária para a proteção dos direitos e transações das burguesias nacionais que visavam o desenvolvimento do mercantilismo. O conceito de normas gerais, por exemplo, impedia a discriminação e a ação arbitrária, ou de favoritismo do Estado. Segundo o autor,

O Estado de Direito, ou constitucionalismo, atingiu seu apogeu no século XIX. Isso aconteceu não só porque o capitalismo daquela época ainda era competitivo, mas também porque as classes proprietárias haviam alcançado dominância política. Esta classe exerceu seu domínio essencialmente através de uma economia autônoma e descentralizada, em que o Estado meramente provia a estrutura necessária para isso. Isso possibilitou uma separação relativamente clara das esferas pública e privada. Pode, de fato, ser uma condição para o Estado de Direito que exista uma congruência significativa entre poder político e econômico. Desde o século XIX o Estado de Direito tem retrocedido por uma variedade de razões: a necessidade política de acomodar novos interesses sociais e econômicos (especialmente aqueles da classe trabalhadora); o alargamento do direito de voto; a internacionalização do capital e a ascensão de multinacionais e outros grupos corporativos (diminuindo a importância

das instituições representativas do Estado enquanto *policy makers*) (GHAI, 1993, p. 190, tradução nossa)⁹⁴.

O constitucionalismo, portanto, transcende o texto da constituição e, historicamente, precedeu o surgimento da democracia. As origens do que hoje chamamos de constitucionalismo, argumenta, encontram-se fora do texto legal, uma vez que as Constituições diziam respeito à alocação do poder público e à estrutura do Estado, e não aos valores e princípios que regeriam a sociedade. Portanto, as ideias que atualmente associamos com o constitucionalismo emergiram na sociedade e não no Estado, refletindo, em grande medida, as mudanças nas estruturas econômicas e de classe (GHAI, 1993). Utilizando a dicotomia legal-racional/patrimonial de Weber, ele sublinha que,

[...] a noção de Estado de Direito é associada com um modo de dominação e legitimação, o racional-legal, que Weber considerou como sendo central para o desenvolvimento e funcionamento do Estado moderno. A autoridade das ações do Estado é fundada na lei, que também prevê a estrutura básica para as instituições e para a operação do Estado. Ninguém está acima da lei, que é, em si, propositiva e racional, produto de deliberação humana. O principal instrumento do Estado é a burocracia, recrutada na base do mérito e expertise. Sua neutralidade e imparcialidade são asseguradas através de um método independente de recrutamento e promoção, assim como pela fidelidade à lei (GHAI, 1993, p. 186-187, tradução nossa)⁹⁵.

O argumento do jurista é que “[...] As constituições da maioria dos países de Terceiro Mundo promulgadas nas independências se conformaram a este padrão, estabelecendo a supremacia da constituição, a neutralidade do serviço público e a independência do judiciário” (GHAI, 1993, p. 187, tradução nossa)⁹⁶, mas, paulatinamente, progrediram para lógicas patrimonialistas. Com a descolonização e a supremacia reconhecida à lei, ele argumenta que a tendência seria o desenvolvimento de um sistema de dominação legal-racional, caracterizado pela autoridade impessoal definida e limitada pela lei e com clara separação dos aspectos

⁹⁴ No original: “The rule of law or constitutionalism reached its apogee in the nineteenth century. This came about not only because the capitalism of that age was still competitive, but also because the properties class had achieved political dominance. This class exercised its dominance essentially through the autonomous and decentralized economy, the state merely providing the framework for it. It enabled a relatively neat separation of public and private spheres. It may indeed be a condition for the rule of law that there is a significant congruence of economic and political power. Since the nineteenth century the rule of law has certainly receded from its high water mark, for a variety of reasons: the political need to accommodate new economic and social interests (especially those of the working class); the broadening of the franchise; the internationalization of capital and the rise of multinationals and other corporate groups (diminishing the importance of state representative institutions as policy makers)” (GHAI, 1993, p. 190).

⁹⁵ No original: “[...] the notion of the rule of law is associated with a mode of domination and legitimation, the rational-legal, that Weber regarded as central to the development and functioning of the modern state. The authority of state actions is founded in the law, which also provides the basic framework for the institutions and the operation of the state. No one is above the law, which is itself purposive and rational, the product of human deliberation. The principal instrument of the state is the bureaucracy, recruited on the basis of merit and expertise. Its neutrality and impartiality are ensured through an independent method of recruitment and promotion as well as by fidelity to the law” (GHAI, 1993, p. 186-187).

⁹⁶ No original: “[...] The constitutions of most Third World countries promulgated on independence conformed to this pattern, establishing the supremacy of the constitution, the neutrality of the public service, and the independence of the judiciary (GHAI, 1993, p. 187).

públicos e privados. Contudo, o que Ghai observa é a inversão do modelo, verificando-se a emergência de um Estado patrimonial, cuja autoridade é sobretudo personalizada no Presidente, com roupagem de dominação legal-racional. O patrimonialismo, aponta, representa uma forma diferente de dominação:

[...] É uma forma de governo personalizado, que não tolera oposição. A administração é baseada no poder total e na discricção do governante. A burocracia é uma extensão da sua casa, a qual ele delega seus poderes. Os oficiais devem seus apontamentos a sua confiança e boa vontade. Não há separação clara entre as esferas pública e privada do governante. Ele está acima da lei, assim como seus oficiais, e dispensa justiça. [...] A superestrutura ideológica desta dominação é a bondade, generosidade, e preocupação do governante para com seu povo. Ele é o ‘pai do seu povo’, ‘o pai da sua nação’ (GHAI, 1993, p. 187, tradução nossa)⁹⁷.

Retomemos Weber (2000). Para ele, a dominação é um caso especial de poder, constituindo:

[...] uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandato a máxima de suas ações (‘obediência’) (p. 191).

A dominação envolve, assim, uma relação entre obediência e legitimidade⁹⁸ e, “[...] Dependendo da *natureza* da legitimidade pretendida diferem o tipo da obediência e do quadro administrativo destinado a garanti-la, bem como o caráter do exercício da dominação [...] Por isso, é conveniente distinguir as classes de dominação segundo suas *pretensões* típicas à *legitimidade*” (WEBER, 2000, p. 139). Partindo disso, Weber apontou três tipos puros de dominação: racional, tradicional e carismática. A dominação de caráter legal baseia-se na crença da legitimidade das ordens, leis e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados a exercer a dominação. Esta dominação, baseada no direito público, é fundada em uma autoridade burocrática e desenvolveu-se plenamente no Estado moderno e nas formas mais avançadas de capitalismo. A dominação tradicional, por sua vez, baseia-se na crença das tradições que existem desde sempre e, portanto, na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam e exercem a autoridade.

A nós não parece inteiramente acertada a análise de Ghai (1993). Como discutimos em capítulo precedente, o Estado africano é geralmente rotulado num debate sobre patrimonialismo

⁹⁷ No original: “It is a form of personal rule, which does not tolerate opposition. Administration is based on the total power and discretion of the ruler. The bureaucracy is an extension of his household, and to which he delegates its powers. Officials owe their appointment to his trust and goodwill. There is no clear separation between the private and public spheres of the ruler. He is above the law, as are his officials, and dispenses justice. [...] The ideological superstructure of such domination is the goodness, generosity, and concern of the ruler for his people. He is the ‘father of his people’, ‘the father of his nation’” (GHAI, 1993, p. 187).

⁹⁸ “‘Obediência’ significa, para nós, que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se este tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso *unicamente* em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem como tal” (WEBER, 2000, p. 140).

que, fora de contexto, fortalece o discurso de sua inadequação às instituições democráticas. Parece-nos questionável a áurea de retidão com que os princípios constitucionais são tratados quando se pensa o caso de países desenvolvidos e, por essa razão exploramos a noção das Constituições enquanto mapas de poder. Como apresentamos inicialmente, desde os regimes coloniais verifica-se o cuidado em legitimar os projetos de dominação em sistemas legais. Assim o foi e assim continuará sendo por toda parte. No entanto, o que queremos pontuar é que o terreno do constitucionalismo sempre será contestado, seja na África ou alhures, representando, em certa medida, o triunfo de interesses e grupos específicos. O grande trunfo de vitórias na esfera constitucional, como discutiremos na sequência, é sua capacidade de encobrir os instrumentos de coerção e angariar legitimidade pela lógica de edificação do consenso e do universal.

Vejamos. Valendo-se do pressuposto de mútua constituição entre Estado e sociedade civil, Lavalley et al. (2017) centram-se no processo de institucionalização de valores, interesses, demandas, recursos, etc. Amparados na geração do neo-institucionalismo histórico, destacam a abordagem do corpo político – *polity approach* – formulado por Skocpol (1992) em *Protecting Soldiers and Mothers*, pela qual a socióloga observou os processos de interação socioestatais que permitem aos atores sociais ora adequar-se favoravelmente a um contexto institucional maior, ora arquitetar encaixes institucionais no Estado – *fit*.

Skocpol destaca que a formação do Estado, as instituições políticas e os processos políticos devem estar no centro das análises e ser examinados relacionalmente. Ela sublinha que “Nós devemos investigar como as mudanças nas configurações institucionais dão vantagem para algumas estratégias e desenhos ideológicos e impossibilitam a realização de outras” (1992, p. 22, tradução nossa)⁹⁹. Os arranjos institucionais e as regras eleitorais de um Estado, argumenta, afetam quais grupos da sociedade se envolvem na política e quando o fazem. A razão pela qual alguns grupos são mais capazes de influenciar a política tem a ver com o encaixe entre as instituições governamentais de uma nação em um dado momento e os objetivos e capacidades organizacionais dos vários grupos e alianças que buscam influenciar o processo de tomada de decisão política (SKOCPOL, p. 528).

Skocpol estabelece um quadro de referência onde chama a atenção para quatro tipos de processo: (i) o estabelecimento e transformação do Estado e das organizações partidárias através dos quais os políticos visam suas iniciativas políticas; (ii) os efeitos das instituições

⁹⁹ No original: “We must also investigate how the changing institutional configurations of national politics advantage some strategies and ideological outlooks and hamper others” (SKOCPOL, 1992, p. 22).

políticas e dos procedimentos formais sobre as identidades, objetivos e capacidades dos grupos sociais que se envolvem na política; (iii) o encaixe entre os objetivos e as capacidades dos diversos grupos politicamente ativos, de um lado, e os pontos de acesso permitidos pelas instituições políticas de uma nação, de outro; e (iv) os meios pelos quais políticas sociais previamente estabelecidas afetam as políticas subsequentes. Nisso, Lavallo et al. destacam o conceito de encaixe institucional, que

[...] outorgou concreção institucional aos resultados das interações socioestatais. Porque sob determinadas circunstâncias os processos de interação permitiam aos atores sociais arquitetar encaixes no Estado – pontos de acesso (*points of access*), órgãos, regras, prioridades, leis –, a seletividade intrínseca às instituições passaria a funcionar favorecendo esses atores e tornando o Estado continuamente poroso aos seus interesses e valores (LAVALLE et al., 2017, p. 05).

O neo-institucionalismo histórico sublinha, portanto, os vínculos constitutivos internos entre Estado e sociedade civil, no sentido em que

[...] As capacidades de ação de atores sociais e instituições políticas são politicamente produzidas (gênese) pelas disputas entre atores estatais e sociais. A construção política dessas capacidades decorre de processos de interação entre os atores, processos condicionados pelos resultados das interações prévias (LAVALLE et al., 2017, p. 18).

Ainda sobre a abordagem de Skocpol os autores destacam que esta,

[...] ensejou desdobramentos analíticos e de pesquisa em duas direções complementares – contextual e relacional –, mas com implicações teóricas distintas para a compreensão da ação coletiva. De um lado, em registro contextualista, a proposta da autora estimulou estudos atentos à influência institucional do Estado e do sistema político sobre a disposição de agir e as capacidades de ação dos atores sociais; de outro, em registro relacional e genético, animou indagações debruçadas sobre a construção histórica dessas capacidades em termos da moldagem de encaixes institucionais ou entradas preferenciais (*points of access*) arquitetados pelos atores sociais no Estado (*engineering fit*) (LAVALLE, et al., 2017, p. 18).

Assim, enquanto que a primeira abordagem observa os efeitos indiretos do Estado sobre a ação dos atores sociais, a segunda abordagem examina as instituições como produto endógeno dessa interação. Ao contrário de Skocpol, Lavallo et al. destacam a versão relacional dos encaixes institucionais, enquanto

[...] sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que ganham vida própria (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instancias, órgãos) e mediante as quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir (2017, p. 20).

Desse modo, o encaixe institucional é, ao mesmo tempo, resultado de processo de interação e artefato institucional com concretude própria; diz respeito à dinâmica pela qual interesses, valores, reclames podem ser cristalizados em instituições. Sobretudo, – e aquilo que nos interessa respeito dos processos constitucionais – encaixes de altitude política elevada são muito valiosos, porque quanto maior o nível de autoridade em que ocorre a institucionalização, menor a contingência, deslocando a disputa para um terreno mais favorável. Por isso mesmo que a inserção e cristalização de determinados arranjos e interesses em conteúdo constitucional

oferece estabilidade sem par aos agentes. Logo, as constituições apresentam-se no centro das disputas políticas, representam, ao fim e ao cabo, mapas de poder que os agentes procuram cartografar. E isso porque, do ponto de vista simbólico, “[...] o direito é muito poderoso porque fornece uma espécie de reserva de técnicas de pensamento e de técnicas de ação” (BOURDIEU, 2014, p. 431), de onde o próprio Estado foi construído.

3.2 Manufaturando a ordem: edificação do consenso e ritualização da política pela via constitucional

Estabelecendo diálogo com Bourdieu (2014), nota-se que uma das formas de o Estado *se fazer* é promovendo uma lógica de normalização pelas vias da criação de uma ortografia normalizada e do direito normalizado, por exemplo, processos de unificação, normalização, padronização, homogeneização, e centralização; trata-se, portanto, da construção daquilo que é oficial e *universal*. Assim sendo, convém examinar a “[...] gênese histórica de uma política, como isso aconteceu, como se chegou a um regulamento, a uma decisão, a uma medida etc.” (BOURDIEU, 2014, p. 162). A partir disso, é possível compreender a arbitrariedade dos inícios, avaliar a construção daquilo tudo que passou a ser óbvio e como se desdobrou o processo de sua legitimação. Mais do que isso, é compreender que, “[...] ali onde nos restou um único possível, havia vários possíveis com campos agarrados a esses possíveis” (BOURDIEU, 2014, p. 167). É isso que o restante desse capítulo se propõe a discutir, observando três pontos fundamentais a respeito das constituições: a construção do universal, a edificação do consenso e a ritualização da política.

Bourdieu (2014) fala de duas acepções da palavra Estado e a partir disso trabalha com o processo de fetichização do mesmo. Um dos objetivos do autor é demonstrar que “[...] um dos efeitos do poder simbólico associado à instituição do Estado é justamente a naturalização, sob forma de doxa, de pressupostos mais ou menos arbitrários que estiveram na própria origem do Estado” (2014, p. 166) e, por meio disso, analisar esse sistema de dominação. Primeiramente, ele diz, o Estado tem a acepção de aparelho burocrático de gestão dos interesses coletivos, dizendo respeito à ideia de governo, administração e burocracia de Estado. Em um segundo momento, o Estado adquire um sentido mais amplo, do Estado enquanto território nacional e conjunto de cidadãos. Para o autor, a segunda definição transformou-se na primeira, isto é,

[...] Há uma inversão inconsciente das causas e dos efeitos, típica da lógica do fetichismo, uma fetichização do Estado que consiste em fazer como se o Estado-nação, o Estado como população organizada, existisse primeiro, ao passo que a tese que eu gostaria de avançar [...] é a ideia inversa: isto é, a de que há um certo número de agentes sociais – entre os quais, os juristas – que representariam um papel eminente,

em especial os detentores desse capital de recursos organizacionais que era o direito romano. Esses agentes construíram progressivamente essa coisa que chamamos de Estado, ou seja, um conjunto de recursos específicos que autorizam seus detentores a dizer o que é certo para o mundo social em conjunto, a enunciar o oficial e a pronunciar palavras que são, na verdade, ordens, porque têm atrás de si a força do oficial. [...] Em outras palavras, foi construindo essa espécie de organização sem precedente, essa espécie de coisa extraordinária que é um Estado, construindo esse conjunto de recursos organizacionais, ao mesmo tempo materiais e simbólicos, ao qual associamos a noção de Estado, que os agentes sociais responsáveis por esse trabalho de construção e de invenção construíram o Estado no sentido de população unificada falando a mesma língua, ao qual geralmente associamos o papel de causa primeira (BOURDIEU, 2014, p. 66).

Desse modo, ao analisarmos a gênese do Estado estamos, necessariamente, olhando para os detentores dessa máquina que é o Estado e como eles próprios edificaram o Estado para serem vistos como detentores de um poder de Estado (p. 72). Em outras palavras, para Bourdieu entrar no jogo político é ter acesso ao capital do universal, a partir do qual é possível falar em nome de tudo e de todos, em nome do bem público e, ao mesmo tempo, apropriar-se disso para os seus interesses privados. Para isso, lança-se mão do recurso à metáfora do teatro, à teatralização do *consenso*, mascarando o fato de que os verdadeiros poderes estariam dispostos em outro lugar. A gênese do Estado implica, assim, a concentração de uma série de recursos que promovem, ao mesmo tempo, uma unificação e uma forma de universalização que, embora suponha consenso, vem acompanhado por um processo de desapossamento e dominação.

[...] essa cultura é legítima porque se apresenta como universal, oferecida a todos, porque, em nome dessa universalidade, pode-se eliminar sem medo os que não a possuem. Essa cultura, que aparentemente une e na verdade divide, é um dos grandes instrumentos de dominação, visto que há os que têm o monopólio dessa cultura, monopólio terrível já que não se pode reprovar a essa cultura o fato de ser particular. [...] As condições da constituição desse universal, de sua acumulação, são inseparáveis das condições da constituição de uma casta, de uma nobreza de Estado, de 'monopolizadores' do universal (BOURDIEU, 2014, p. 147).

De maneira que a compreensão do Estado impõe o emprego de uma história genética, isto é, uma história em que se destaquem as propriedades pertinentes para compreender a situação atual, em outras palavras aquilo tudo que esteve na origem das instituições: as disputas, os interesses. O modelo de gênese que Bourdieu quer aplicar visa romper com a fetichização do Estado, a inversão que é feita do processo real. Em resumo, ele tenciona mostrar que, ao contrário do que muito se argumenta, o Estado enquanto território surgiu do Estado enquanto governo, de seu conjunto de leis e de instituições.

[...] o Estado no sentido restrito, Estado 1 (administração, forma de governo, conjunto de instituições burocráticas etc.), se faz fazendo o Estado em sentido amplo, Estado 2 (território nacional, conjunto de cidadãos unidos por relações de reconhecimento, que falam a mesma língua, portanto, aquilo que se põe sob a noção de nação). Portanto, o Estado 1 se faz fazendo-se o Estado 2. [...] De modo mais rigoroso, a construção do Estado como campo relativamente autônomo exercendo um poder de centralização da força física e da força simbólica, e constituído assim em objeto de lutas, está inseparavelmente acompanhada pela construção do espaço social unificado que é de sua alçada (BOURDIEU, 2014, p. 176).

Assim, Bourdieu sublinha que o Estado e tudo que dele decorre são invenções, artefatos históricos, sob a égide de uma lógica de “amnésia da gênese”, processo esse inerente a toda institucionalização exitosa, e que dialoga com o conceito de encaixes institucionais apresentado anteriormente. Significa

[...] romper com essa ilusão inerente à percepção sincrônica e fazer ver como toda uma série de agentes sociais, que podemos caracterizar no espaço social (o rei, os legistas, os membros do conselho do rei etc.), fez o Estado e se fez como encarnação do Estado ao fazer o Estado. [...] Seria possível dizer em termos um pouco simples, e mesmo um pouco simplistas: quem tem interesse no Estado? há interesses de Estado? há interesses no público, no serviço público? Há interesses no universal, e quem são seus portadores? Assim que se faz essa pergunta como a faço, somos levados a descrever ao mesmo tempo o processo de construção do Estado e os responsáveis por esse processo de produção. E, portanto, ao formular a pergunta – se aceitamos a definição weberiana ampliada do Estado que propus a título mnemotécnico, isto é, o Estado como detentor do monopólio da violência física e simbólica legítimas – de saber quem tem o monopólio desse monopólio (BOURDIEU, 2014, p. 178).

Relativamente a isso, Mbembe (apud COMAROFF; COMAROFF, 2006) aponta que, em contextos marcados por confrontos violentos, a política é concebida como uma dádiva, como forma de rejeitar a guerra e sublimar o conflito e a violência. Isso não significa, argumenta, que o conflito não se manifeste publicamente ou que o objetivo seja cessar toda forma de disputa. Diz respeito, acima de tudo, à criação de uma série de instituições de deliberação e negociação, linguagens e signos, à “[...] invenção de uma cultura de vida pública [...] [,] um corpo civil que, ao domesticar a violência, origina e consolida a possibilidade de ‘coexistência política’ [entre os diversos atores] e, ipso facto, cria condições que possibilitam a todos levar a ‘boa vida’ que lhes apetece” (MBEMBE, 2006, p. 313, tradução nossa)¹⁰⁰. As Constituições, como viemos destacando, são cristalizações de interesses e também produtos de negociações, o que torna possível, em muitos casos, a própria vida em sociedade.

Não há melhor ilustração disso que um conjunto de regimes políticos relativamente estáveis e que dispõem de legitimidade aparente (África do Sul, Botsuana, Maurícios, Benim, Senegal, Mali). A maioria desses regimes são produtos de longas negociações. Como resultado desses compromissos, novas constituições foram adotadas. As principais instituições da democracia formal foram postas em prática – ainda que, em alguns casos, desavenças permaneçam a respeito da sua operação. Eleições são realizadas regularmente, e a competição pelo poder entre as elites ocorre de acordo com regras relativamente aceitas. A imprensa é livre. Os partidos de oposição realizam suas atividades com obstrução mínima. O cuidado com o processo de deliberação, a busca pelo compromisso, e a determinação em apaziguar conflitos constituem a base da conduta dos principais atores da vida pública e, a cada dia, tornam-se aspecto estruturante de uma cultura política (MBEMBE, 2006, p. 314, tradução nossa)¹⁰¹.

¹⁰⁰ No original: “[...] the invention of a culture of public life [...] [,] a civic body that, by domesticating violence, gives birth to and consolidates the possibility of ‘political coexistence’ and, ipso facto, creates conditions that allow everyone to lead the ‘good life’ that they please” (MBEMBE, 2006, p. 313).

¹⁰¹ No original: “There is no better illustration of the foregoing than an ensemble of relatively stable political regimes that enjoy a seeming legitimacy (South Africa, Botswana, Mauritius, Benin, Senegal, Mali). Most of these regimes are the product of negotiated over relatively long periods. As a result of these compromises, new constitutions have been adopted. The principal institutions of formal democracy have been put in place – even if, at times, disagreements remain regarding their functioning operation. Elections are held regularly, and competition

Esses regimes políticos, como é o caso de Angola, são produto de longos processos de negociação e transição política que envolveram a adoção de constituições. Como destacamos, as constituições sustentam as bases elementares de uma dada sociedade, edificando aquilo tudo que lhe é universal. Neste aspecto, é pertinente destacar as diferenças entre dois tipos históricos de processos constitucionais, como destaca Ghai (2005). Segundo o autor, enquanto que as Constituições mais antigas, como foi o caso das europeias, foram instrumento de consolidação e centralização do poder do Estado, as Constituições contemporâneas, nas quais os casos africanos se inserem, exercem papel fundamental na resolução e transformação de conflitos violentos. Em outras palavras: “[...] As constituições clássicas foram construídas para configurar instituições políticas; as contemporâneas são altamente intervencionistas, buscando modificar a sociedade e estruturar o poder. Elas são inventivas e orientadas para a engenharia social (GHAI, 2005, p. 823, tradução nossa)¹⁰². Em muitos casos, as constituições contemporâneas foram necessárias porque nenhum lado num confronto político obteve vitória clara sobre o outro. Essas constituições não simbolizam, assim,

[...] uma imposição, mas são produtos de negociações (uma dificuldade persistente em relação a isso diz respeito a quem senta na mesa de negociações: somente as facções em disputa, como aconteceu no Sudão, ou um grupo mais amplo, como é demandado no Sri Lanka e Nepal?) Em segundo lugar, elas são menos acabadas ou definitivas que as constituições antigas. Constituições lidam com realidades complexas e mutantes. Frequentemente, dentro de provisões e parâmetros geralmente aceitos, elas provêm a estrutura para negociações e mudanças futuras. [...] Em terceiro lugar, porque os competidores apresentam não só diferentes demandas, mas também diferentes fontes de autoridade e precedentes para suas reivindicações, o novo instrumento [constitucional] pode se basear em diversas fontes morais e de autoridade legal, o que dá flexibilidade e, ao mesmo tempo, força os grupos em confronto a continuar seu diálogo e edificação do consenso. [...] Em quarto lugar, essas constituições são instrumentos mais delicados que as constituições tradicionais: as últimas foram baseadas numa dominação bem fundada na sociedade civil e economia, sendo, portanto, menos suscetíveis de sofrerem pressões. Podemos dizer que o papel das antigas constituições era mais procedimental que substantivo. As constituições contemporâneas, por sua vez, são baseadas em uma balança do poder, subsistindo tão somente enquanto essa balança for mantida. Esse tipo de constituição é, portanto, mais importante e mais vulnerável que a variante anterior (GHAI, 2005, p. 824, tradução nossa)¹⁰³.

for power among the elites takes place according to generally accepted rules. The press is free. Opposition parties carry out their activities with minimal obstruction. The carefulness of deliberation, the search for compromise, and the resolve to allay conflict all underlie the demeanor of the principal actors of public life and become, with each passing day, a structuring aspect of political culture” (MBEMBE, 2006, p. 314).

¹⁰² No original: “[...] The classic constitutions were content to set up political institutions; the contemporary are highly interventionist, seeking to change society and the structure of power. They are inventive and oriented towards social engineering” (GHAI, 2005, p. 823).

¹⁰³ No original: “[...] not an imposition, but products of negotiations (in relation to which a persistent difficulty is the determination of who sits at the negotiating table: just the warring factions, as in the Sudan, or a wider cross-section, as is demanded in both Sri Lanka and Nepal?) Secondly, they are less final or definitive than older constitutions. Constitutions deal with complex and mutating realities. Frequently, within broadly acceptable provisions and parameters, they provide the framework for future negotiations and change [...] Thirdly, because contestants bring not only different claims but also differing sources of authority and precedent for their claims,

Nesta direção, Hart (2001) aponta que em contextos de conflito violento, a Constituição apresenta-se como instrumento para legitimar os regimes políticos, auto-justificar e manifestar consentimento e respeito mútuo perante a população. Portanto, ao contrário da tradição de constitucionalismo liberal ocidental mais antiga, que caracterizava a constituição como pacto ou contrato após o fim de uma guerra, nos casos mais atuais a Constituição é elemento de um processo, uma tentativa mais ampla de transformar o conflito militar, como foi o caso de Angola ao qual nos debruçaremos no capítulo seguinte. E, nesse sentido, por ser resultado de uma negociação para encerrar um confronto, este tipo de constituição demanda um trato cuidadoso pelas partes envolvidas na sua manufatura. Como veremos, a transição política constitucionalmente inaugurada nestes casos vem geralmente acompanhada do zelo em alicerçá-la na base de um consenso nacional, ameahando, assim, maior legitimidade.

Por este ângulo, Ackerman (1997) examina a forma pela qual um acordo político pode ser transformado em Constituição. Pensando a ascensão do constitucionalismo a nível global, o autor trabalha com dois cenários, o cenário federalista (cujo exemplo são os EUA) e o cenário de “recomeços” – que aqui nos interessa –, em que a Constituição adquire a posição de símbolo cultural significativa, “[...] emerge *como indicador simbólico de uma grande transição na vida política de uma nação*” (ACKERMAN, 1997, p. 778, tradução nossa)¹⁰⁴. Nas situações de fim de conflito esse fenômeno parece bastante evidente, representa a ideia de um recomeço balizado numa nova ordem social, uma ruptura com o passado violento. O modelo padrão deste cenário, argumenta, geralmente envolve um triunfo, uma vitória política que os heróis nacionais transformam em estruturas constitucionais duradouras, hasteada em uma ideia de consenso. Nestes casos, afirma o autor, as “[...] constituições podem se transformar em capital simbólico de grande envergadura para as disputas subsequentes pela autoridade política” (ACKERMAN, 1997, p. 779, tradução nossa)¹⁰⁵¹⁰⁶.

the new instrument may rest on several sources of moral and legal authority, which gives flexibility but also forces the competing groups to continue their dialogue and consensus-making [...] Fourthly, these constitutions are more delicate instruments than the traditional ones: the latter were based on dominance well established in civil society and the economy, and thus less susceptible to counter-pressures. It can be said that the role of the older constitutions was procedural rather than substantive. Contemporary constitutions are based on a balance of power, and can subsist only in so far as that balance is maintained. This kind of constitution is therefore both more important and more vulnerable than the older variety” (GHAI, 2005, p. 824).

¹⁰⁴ No original: “[...] emerges as a symbolic marker of a great transition in the political life of a nation” (ACKERMAN, 1997, p. 778).

¹⁰⁵ No original: “[...] constitutions may become symbolic capital of great consequence in the subsequent struggle for political authority” (ACKERMAN, 1997, p. 779).

¹⁰⁶ Esse modelo triunfalista padrão tem suas raízes culturais nas religiões semíticas, como judaísmo, cristianismo e islamismo, as quais dividem o tempo cronológico em “antes” e “depois” e focam suas atividades em líderes revolucionários como Moisés, Jesus e Mohammed, que mobilizaram seus seguidores para um avanço de significado coletivo. Esse sentido positivo de novo começo teria sido secularizado durante o Iluminismo,

O ponto que gostaríamos de ressaltar é que este processo pode envolver, de um lado, a idealização do consenso nacional e, de outro, a manutenção de uma estrutura de dominação pela politização do processo constitucional, isto é, pela via dos encaixes institucionais. Com efeito, de acordo com Benjamin, “[...] Legislar é exercer o poder e, nesse sentido, é uma manifestação imediata de violência. A justiça é o princípio de realização de todo fim divino, e o poder é o princípio de todo processo de legislação mítico” (1978, p. 295, tradução nossa)¹⁰⁷. Para o autor, a relação entre poder e lei se materializa particularmente nas constituições que visam edificar a paz:

[...] Porque nesta esfera, o estabelecimento de fronteiras, a tarefa da ‘paz’ depois de todas as guerras dos tempos míticos, é o fenômeno primordial de toda violência legislativa. Aqui nós vemos mais claramente que o poder, mais que o ganho de propriedade extravagante, é aquilo que é garantido por toda violência legislativa. Ali onde as fronteiras são definidas o adversário não é apenas aniquilado; a ele são concedidos direitos até mesmo quando a superioridade do ganhador no poder é completa. E essas são, de modo diabolicamente ambíguo, direitos ‘iguais’: a linha que não pode ser violada é a mesma para ambas as partes do tratado (BENJAMIN, 1978, p. 295-296, tradução nossa)¹⁰⁸.

Diversos países africanos – sendo Angola um deles – adotaram constituições através do trabalho de comissões constitucionais, que geralmente percorrem o país em busca de ideias e, no fim, recomendam um rascunho de constituição para adoção pelo Parlamento. Contudo, o uso das comissões é suscetível a manobras por grupos políticos no poder de modo a adotar-se um modelo constitucional desejável (NDULO, 1998). Com efeito, trabalhando com o conceito de comissão nos cursos ministrados no Collège de France, Bourdieu destacou que as “[...] comissões públicas são encenações, operações que consistem em encenar um conjunto de pessoas destinadas a desempenhar uma espécie de drama público, o drama da reflexão sobre os problemas públicos” (2014, p. 56). As comissões têm, portanto, a função de tratar publicamente um problema e gerar uma solução para ele através de um relatório, entregue oficialmente. Bourdieu chama a atenção para o caráter performativo e autoritário do discurso que se eleva; é uma definição legítima, porque autorizado, para um dado problema público.

particularmente por revolucionários franceses e americanos, que buscaram um avanço no mundo do significado político: “It is here, of course, where constitutions come in to mark the transition from the ‘Before’ to the ‘After’ – stating the principles by which the People henceforth will govern themselves” (ACKERMAN, 1997, p. 780).

¹⁰⁷ No original: “[...] Lawmaking is power making, and, to that extent, an immediate manifestation of violence. Justice is the principle of all divine end making, power the principle of all mythical lawmaking” (BENJAMIN, 1978, p. 295).

¹⁰⁸ No original: “[...] For in this sphere the establishment of frontiers, the task of ‘peace’ after all the wars of the mythical age, is the primal phenomenon of all lawmaking violence. Here we see most clearly that power, more than the most extravagant gain in property, is what is guaranteed by all lawmaking violence. Where frontiers are decided the adversary is not simply annihilated; indeed, he is accorded rights even when the victor’s superiority in power is complete. And these are, in a demonically ambiguous way, ‘equal’ rights: for both parties to the treaty it is the same line that may not be crossed” (BENJAMIN, 1978, p. 295-296).

Como vimos, Bourdieu olha para a esfera simbólica do Estado e a forma como ele apresenta seu poder, fazendo crer que este nem mesmo constitui um poder. Para isso, é necessário teatralizar o oficial e o universal, “[...] dar o espetáculo do respeito público pelas verdades públicas, do respeito público pelas verdades oficiais em que a totalidade da sociedade supostamente deve se reconhecer” (BOURDIEU, 2014, p. 61). As comissões são apresentadas, assim, sem interesses ou conflitos, fora do espaço social das disputas. É fundamental observar esses padrões, particularmente no que diz respeito à produção de leis, porque elas consistem em:

[...] teatralizar uma ação política de criação de regras de ação imperativas impondo-se à totalidade de uma sociedade, em teatralizar a produção desse tipo de ordem capaz de confirmar e produzir a ordem social de tal maneira que ela pareça apoiada no oficial da sociedade considerada, portanto no universal sobre o qual o conjunto dos agentes é obrigado a ficar de acordo; e fazê-lo com sucesso (BOURDIEU, 2014, p. 64).

Portanto, de modo geral o edifício constitucional em contextos de conflito vai edificar-se nas hastes do consenso e do universal. Concomitantemente a isso, Balandier sublinha um processo de manipulação da desordem em favor da moral e da ordem, manifesto nos contextos políticos destacados acima. Para o autor,

Fazer a desordem não é apenas deixá-la passar ou tentar dirigi-la ao menor custo, é também abrir-lhe os espaços onde será simbolicamente capturada, depois domesticada. O campo do ritual permite esta operação pela oposição do sagrado, do poder, da ordem, da cultura e da seriedade à transgressão, à desordem insana, à selvageria, ao cômico grosseiro e obsceno (BALANDIER, 1997a, p. 145).

Podemos entender a ritualização da política como a teatralização empreendida pelos agentes no momento de institucionalização dos seus interesses. Isso é feito mediante cerimônias, capitalização das negociações perante o público, pelo ato de nomear os agentes – como veremos no caso de Angola, o Presidente da República José Eduardo dos Santos foi alçado como o “arquiteto da paz”. A ritualização da política tem a finalidade de conservar, de tratar a mudança no sentido da continuidade, cuja ritualização e simbolização ressaltam a lógica de conversão da desordem em ordem. Nosso argumento é que, no caso de Angola, o processo constitucional foi apresentado ao público como conversão da desordem da guerra civil em uma nova ordem, um recomeço na vida política da nação. No entanto, o processo constitucional angolano mais parece ter sido o caso de manutenção de um projeto de dominação estabelecido pelo MPLA desde 1975. Portanto, “A ordem e a desordem são como as duas faces de uma moeda: indissociáveis. [...] Faz-se então a ordem com a desordem, o sacrifício faz a vida com a morte, e a lei com a violência domesticada pela operação simbólica” (BALANDIER, 1997a, p. 121).

A gestão da desordem não rege somente as representações coletivas ou as simulações imaginárias, mas também as práticas que não se reduzem à ação repressiva. Os meios para obter a conformidade são conhecidos. Admitem a Lei, concebida em sua acepção mais abrangente, bem como os dispositivos que corrigem o desvio. Compreendem – ainda que seu modo de agir e seus efeitos sejam menos aparentes – os sistemas

cognitivos, simbólicos e rituais que levam à adesão do indivíduo e à submissão a verdadeiras montagens inconscientes. É sobretudo por meio deles que a ordem social é colocada em analogia com a ordem da natureza, levando a crer, desse modo, que existe uma natureza social que só é comandada se obedecida. Portanto, o governo da ordem, é bom lembrar mais uma vez, está sempre inacabado; a passagem do tempo e o movimento das forças sociais traçam incessantemente os caminhos da desordem. Esta é percebida como uma energia ainda selvagem que convém expulsar realmente (utilizando uma vítima expiatória) e imaginariamente, e que é preciso domesticar ou converter fazendo-a trabalhar com finalidades positivas (BALANDIER, 1997a, p. 123).

Ainda neste sentido, Mbembe (1992) observa que nas pós-colônias, isto é, aquelas sociedades que emergiram da experiência da colonização, consagrou-se uma lógica de banalidade do poder. Para além de um esforço em demonstrar as facetas subjetivas do poder, particularmente aquelas entronizadas nos indivíduos e, como destacado por Bourdieu (2014), naturalizadas, ele sublinha as estratégias diretas utilizadas para institucionalização e ritualização desse poder. Nesse sentido, Mbembe está preocupado, com o mundo de significados que o poder do Estado cria através de práticas administrativas e burocráticas, um código que, paulatinamente, assume centralidade e governa todas as lógicas na sociedade. O autor acredita que é necessário ir além das categorias binárias para interpretar a dominação, como resistência *versus* passividade, Estado *versus* sociedade civil, etc. Isso porque,

[...] Na pós-colônia o *comando* busca se institucionalizar, para adquirir legitimidade e hegemonia (*recherche hégémonique*), na forma de um fetiche. Os signos, vocabulários e narrativas que ele produz não são destinados para serem meros símbolos; eles são oficialmente investidos com um excedente de significados que não são negociáveis. [...] Para assegurar que nenhum desafio se materialize os campeões do poder estatal inventam constelações de ideias inteiras; eles adotam distintas séries de repertórios culturais e conceitos poderosamente sugestivos; [...] Portanto, nós devemos examinar a forma pela qual esse mundo de significados assim produzido é ordenado, os tipos de instituições, os conhecimentos, as normas, e as práticas que estruturam esse novo ‘senso comum’ (MBEMBE, 1992, p. 03-04)¹⁰⁹.

Assim, Mbembe busca revelar no tempo e espaço aquelas ocasiões que o poder do Estado organiza para dramatizar sua magnificência, os materiais usados nas demonstrações cerimoniais para manifestar sua majestade, e as maneiras específicas em que oferece esses espetáculos para seus subordinados assistirem. O que ele quer sublinhar é que, na verdade, o poder é exercido sem constrangimento, seja nos decretos, comandos, comunicados, todos eles alimentando o sistema. A dominação é crua e clara. Como afirmou Balandier, “Do ponto de vista simbólico, imaginário e linguístico, o poder deve sê-lo também com referência ao que se

¹⁰⁹ No original: “[...] In the postcolony the *commandement* seeks to institutionalise itself, in order to achieve legitimation and hegemony (*recherche hégémonique*), in the form of a *fetish*. The signs, vocabulary and narratives that it produces are not meant merely to be symbols; they are officially invested with a surplus of meanings which are not negotiable. [...] So as to ensure that no such challenge takes place, the champions of state power invent entire constellations of ideas; they adopt a distinct set of cultural repertoires and powerfully evocative concepts; [...] We therefore need to examine the way the world of meanings thus produced is ordered, the types of institutions, the knowledges, norms and practices that structure this new ‘common sense’” (MBEMBE, 1992, p. 3-4).

disse anteriormente sobre encenação social. A sociedade não é somente vivida (relações) e expressa (representações explícitas e ideológicas), é também exposta (à vista)” (1997b, p. 103). No caso de Angola, os acordos políticos, as negociações, e as manobras do Presidente da República em torno da Constituição foram todos publicitados, de modo a criar esse imaginário de que, se por um lado, representa os esforços nas negociações do governo com a oposição, por outro reforça e comprova os poderes daqueles que têm direito de mando.

Desse modo, o exercício do poder se define como uma cosmologia, ou simplesmente como um fetiche, um objeto que aspira tornar-se sagrado, que demanda poder e busca manter uma relação próxima daqueles que o possuem. Na pós-colônia o poder fetichizado é investido no autocrata e nos demais integrantes do comando e seus agentes, como o partido, os soldados, administradores, policiais, etc. Um exemplo disso e que trataremos no próximo capítulo foi a edificação de um imaginário a respeito do Presidente de Angola José Eduardo dos Santos como o arquiteto da paz e o cenário constitucional dos “recomeços” apontado anteriormente neste capítulo. A aprovação de uma Constituição oferece o exemplo ideal disso, porque, enquanto lei fundamental de um Estado, a sua construção pode ser ritualizada por aqueles que a projetaram de modo a consagrar o nascimento de uma nova ordem, de um recomeço na história nacional. No entanto, uma Constituição nova não necessariamente implica uma ruptura com a ordem vigente até então, tampouco a consolidação de um consenso nacional.

3.3. Conclusão do capítulo

Neste capítulo observamos que, por sua singularidade, a Constituição ocupa um lugar de destaque nas disputas políticas. Por sua essência, ela é uma das principais esferas de reconhecimento simbólico: ela estabelece as regras, dá corpo ao imaginário de uma dada sociedade, edifica a ordem. Inserir determinados pontos e interesses, os encaixes, na Constituição representa uma vitória vantajosa sobre os adversários políticos: é mais difícil negociar e disputar nesse nível. Buscamos, adicionalmente, examinar a maneira pela qual a Constituição pode apresentar uma lógica de ritualização da política e construção daquilo que é universal, busca por consenso, e paradigma dos novos começos. Nos casos de países atravessados por guerras civis, particularmente, o processo de negociação, construção e aprovação de uma constituição pode simbolizar a ruptura com o passado e o começo de um novo ciclo, representa, logo, a criação de uma nova ordem. O rito trabalha para a ordem, conjugando o mito de modo a promover um novo curso à história. O próprio caso de Angola, como veremos, é indicativo disso, em que José Eduardo dos Santos foi alçado como operador

simbólico de uma nova ordem, como o arquiteto de uma paz duradoura, selada pela Constituição aprovada em 2010.

Como em diversas outras disputas políticas que não envolvem a coerção física propriamente dita, é interessante aos pleiteantes alicerçarem suas vitórias sobre um grande consenso nacional. É a partir dessa discussão que analisaremos, no próximo capítulo, como ocorreu o processo constitucional angolano. Como veremos, em Angola verificamos os encaixes institucionais a nível constitucional, e a apresentação da Constituição como prelúdio de um recomeço na história do país. Verificamos, portanto, o esforço dos agentes, particularmente o governo do MPLA, em mobilizar a Constituição como instrumento para transformar o conflito e consagrar uma nova ordem pós-guerra ancorada na reconciliação nacional e no consenso. Atentemos a isso.

4 O PROCESSO CONSTITUCIONAL ANGOLANO

O processo constitucional angolano que marcou a passagem da Segunda para a Terceira República foi, até 2002, inteiramente atrelado às negociações de transição para a paz. Como discutimos anteriormente, a nova constituição angolana era apresentada como que simbolizando o nascimento de uma nova ordem social, o princípio de um novo ciclo na história do país, um recomeço. Partindo de uma série de pressupostos históricos e culturais, por meio desse processo os agentes visaram, ao menos em um primeiro momento, a conformação de uma sociedade em paz consigo mesma, reconciliada e fundada em um governo do qual emanassem as bases de um grande consenso nacional, dissipando, assim, um cenário de guerra contingente. Ao longo das negociações de paz, portanto, a questão constitucional esteve bastante presente, pela qual os diversos partidos buscaram firmar, ora uma transição negociada entre si e baseada numa partilha do poder, ora a cristalização de interesses particulares na Constituição.

No decorrer da história de Angola independente, muitas foram as tentativas de negociar o fim da guerra e estabelecer a paz¹¹⁰. Iniciamos nossa análise pelo Protocolo de Lusaka, assinado em outubro de 1994, porque ele estabeleceu a plataforma para formação de um governo de partilha do poder entre o MPLA e a UNITA; assim o foi porque, após o fracasso do processo eleitoral e constitucional de 1992, ambas as partes concordaram que esta seria a melhor opção para envolver a transição entre dois partidos com pretensões hegemônicas. A negociação deste acordo envolveu uma série de fatores políticos e militares e mobilizou durante quase três anos as equipes de negociação de ambos os partidos. A partir da formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), em 1997, surgiram uma série de divisões dentro da UNITA, por membros do partido que participaram das negociações do Protocolo de Lusaka e que se recusaram a pactuar com o retorno das atividades militares encetadas por Jonas Savimbi a partir de 1998. Essas divisões foram devidamente mobilizadas pelo governo, de modo a isolar Jonas Savimbi e cooptar parcelas da oposição.

A ênfase da estratégia do MPLA se desloca, portanto, do seu projeto, por vezes de integração, por vezes de aniquilação da UNITA, para a criação de um imaginário que pudesse ser mobilizado para sua consagração política após o fim da guerra civil. O afastamento da UNITA do GURN e do Parlamento, em 1998, seguido da criação da UNITA-Renovada que,

¹¹⁰ Dentre os diversos acordos de paz celebrados, destacam-se: Nova York (1988), Bicesse (1991), Lusaka (1994) e Luena (2002).

com apenas cinco dirigentes transformou-se em interlocutor oficial do governo contra uma ala militarista liderada por Savimbi, foi apenas o preâmbulo disso. Posteriormente, o afastamento de figuras críticas à linha dura do Presidente José Eduardo dos Santos do Comitê Central do MPLA, também em 1998, foi o gesto final para uma ação militar que conjugou aniquilação política e integração do seu adversário. Alçada como uma *guerra para a paz*, a ação militar empreendida pelo governo a partir de 1999 exaltou o Presidente Engenheiro Eduardo dos Santos como o arquiteto de uma paz sem vencedores nem vencidos, mas que, na prática, representou a vitória de um projeto político que veio a ser consagrado na Constituição de 2010. É sobre os meandros desse enredo histórico que basearemos nossa análise do processo constitucional.

De acordo com Guedes et al. (2003), existem pelo menos duas formas de realizar uma análise constitucional. Uma primeira consiste na identificação e verificação das alterações implementadas nos textos constitucionais. Uma segunda maneira consiste em identificar os momentos fundamentais do processo constitucional de um Estado, isto é, seus momentos constituintes¹¹¹, e, na sequência, examinar as diversas reconfigurações que esses fatos geraram na formação da Constituição. De modo geral, a primeira técnica nos permite observar apenas as alterações constitucionais diretas, sobretudo formais, enquanto a segunda permite a contextualização desse processo historicamente e relacionalmente e a identificação de alterações diretas e indiretas, formais e materiais, ocorridas ao longo de um processo de constitucionalização, de um lado, e ao universo constitucional como um todo, de outro, o qual abriga vários aspectos da história de uma dada sociedade. Ademais, os autores sublinham que:

[...] Por via de regra, tais momentos não são nem regulares nem homogêneos. O conjunto de alterações a que um facto, ou conjunto de factos, dá origem numa dada ordem ou regime constitucional em cristalização, raramente ocorre de maneira uniforme, ou se pauta por ciclos que se sucedam em termos de uma periodização previsível. Uma vez tais factos produzem alterações directas e formais, modificando ou revendo textos, práticas e garantias constitucionais; é o que aconteceu, por exemplo, com os factos que deram origem aos diversos acordos de paz celebrados entre o MPLA e a UNITA. Mas nem sempre é assim. Outras vezes (e esta dimensão não tem infelizmente sido tão realçada como devia sê-lo por juristas ou cientistas políticos), factos destes produzem alterações indirectas e informais, modificando ou iniciando um processo de mudança na percepção de grupos sociais, de agrupamentos mais difusos e das personalidades titulares do poder político (GUEDES et al., 2003, p. 203-204).

Tal qual se sustenta nessa segunda abordagem, assim também é a proposta que será mobilizada nas páginas por vir. Este capítulo procura, assim, mapear e examinar as negociações

¹¹¹ De acordo com Guedes et al., os momentos constituintes são “[...] momentos fundamentais que introduzem o que mais tarde ou mais cedo se vêm a revelar como sendo mudanças significativas, no sentido em que acabam por dar (ou por ir dando) origem ao que virá a ser reconhecido como uma nova ordem constitucional” (2003, p. 203).

constitucionais empreendidas durante o período de 1998 e 2010 entre o MPLA e a UNITA, fundamentalmente. Valemo-nos da discussão apresentada precedentemente a partir da qual apontamos as maneiras pelas quais o processo constituinte foi apresentado como uma esfera da reconciliação nacional e instrumentalizado para a consagração de um modelo político particularmente afeito aos interesses do MPLA. Ou, precisando melhor, visamos assinalar as diversas operações feitas, particularmente pelo MPLA, mas também pela UNITA, no campo simbólico – por meio da edificação de uma ideia de consenso nacional – e material – pela via dos encaixes institucionais na Constituição.

Como referido precedentemente, a história política de Angola após 1975 pode ser dividida em três períodos, de acordo com as suas transições constitucionais: a Primeira República, de 1975 até 1991-1992 – analisada no capítulo 02 desta dissertação –, a Segunda República, de 1991-1992 até 2010, e a Terceira República, inaugurada com a Constituição de 2010. Neste capítulo atentaremos para o exame do processo constitucional durante a Segunda República. Para isso, analisaremos, em um primeiro momento, os desdobramentos políticos após as eleições, em 1992, e as negociações de paz de Lusaka. O enfoque em Lusaka, como se poderá observar, explica-se pela centralidade que o processo constitucional assumiu neste – desembocando na formação de uma Comissão Constitucional, em 1998 –, dentro de uma lógica de transição negociada para a paz.

O capítulo está organizado em quatro partes: na primeira examinamos as negociações para a transição política, buscando apresentar a situação política e no terreno militar desde as eleições de 1992 até a investidura do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, em 1997. Na segunda parte analisamos as manobras políticas no MPLA e UNITA, com enfoque para o estrangulamento da oposição pelo governo. Por fim, reconstituímos o processo constitucional: na terceira parte, portanto, analisamos os trabalhos da Comissão Constitucional entre 1998 e 2004, com enfoque para a tentativa de atingir um grande consenso frente à organização do poder do Estado, o que é firmado pelo acordo informal de Alvalade, e o boicote da oposição ao governo das negociações constitucionais, o que pode ser explicado em razão de mudanças na liderança da UNITA. Na quarta parte, enfim exploramos a fase final do processo constitucional e aprovação da Constituição de 2010, de acordo com o projeto bancado pelo MPLA.

4.1 O Protocolo de Lusaka: plataforma inicial de uma transição política transacionada

As primeiras eleições angolanas, legislativas e presidenciais, ocorreram entre 29 e 30 de setembro de 1992 e contaram com alta taxa de comparecimento (em torno de 90%), a

despeito do caráter facultativo do voto. Conforme Bittencourt (2016), as previsões dos periódicos internacionais que acompanhavam o processo de paz e a atuação dos partidos políticos pendiam para uma vitória da UNITA, mediante cálculo feito de acordo com a base de apoio étnica dos partidos¹¹² e o desgaste político do MPLA, após 16 anos de regime de partido único, denúncias de corrupção¹¹³ e o avanço do declínio econômico. Apesar da participação de 18 partidos no total, as eleições foram caracterizadas pela dualidade MPLA-UNITA representativa da guerra civil.

Como campanha, o MPLA apostou na proposta de que representava a maior garantia de paz no período pós-eleitoral¹¹⁴, nacionalista, dissociada dos planos de planificação econômica e conciliadora – apontando interesses externos como principal causa da duração e grau do conflito interno. Além disso, valeu-se do marketing político – ainda pouco habitual aos angolanos – e capitalizou questões como, por exemplo, a passagem do Papa João Paulo II pelo país, a importância em reunir “a grande família MPLA” com o retorno de antigos dissidentes do partido, e a aproximação com os chefes tradicionais. A UNITA, por sua vez, concentrou-se em questões de ordem militar e identitária – temas acerca da africanidade e quem era representativo do cidadão angolano – e em críticas à corrupção e aos poucos resultados oferecidos pelos anos de governo do MPLA¹¹⁵. Bittencourt (2016) sublinha que nos seus comícios Savimbi apresentava um ar de desafio e revanche que, por seu teor muitas vezes agressivo, foi capitalizado nas campanhas do MPLA como uma mensagem do teor violento da UNITA: a imagem de Jonas Savimbi, fardado e armado era comparada com a de José Eduardo dos Santos vestido de terno e gravata e algumas vezes acompanhado de uma pomba branca. Com efeito, a UNITA, por sua própria estrutura interna, debatia-se para apresentar uma imagem

¹¹² O cálculo se baseava na presunção de uma base de apoio da UNITA junto à comunidade Ovimbundo, maior grupo étnico angolano, representando 35% da população.

¹¹³ Bittencourt (2016) sublinha que, para além das denúncias de corrupção às voltas do Presidente José Eduardo dos Santos, os resultados de eleições presidenciais ocorridas em outros países, onde partidos de oposição venceram os partidos no poder desde a independência, também serviu de parâmetro para uma possível mudança na balança de poder em Angola. Como exemplos, o historiador destaca a vitória do *Movement for Multiparty Democracy* sobre o *United National Independence Party* nas primeiras eleições multipartidárias da Zâmbia (1991), e a vitória do Movimento para a Democracia sobre o Partido Africano da Independência de Cabo Verde nas primeiras eleições multipartidárias de Cabo Verde (1991).

¹¹⁴ A campanha do MPLA foi organizada pelas empresas brasileiras Propeg e Sensus Mercado e Opinião. Uma das etapas de preparação da campanha envolveu a aplicação de surveys com cerca de 4 mil entrevistados que apontaram uma Angola menos étnica do que se imaginava, mais nacionalista, cosmopolita, atravessada pela experiência da guerra civil e que apresentava os indícios de um sentimento de angolanidade (BITTENCOURT, 2016, p. 177-178).

¹¹⁵ “[...] O ‘bordão’ de campanha da UNITA mais repetido talvez tenha sido o famoso ‘calças novas em setembro’, que aludia ao fato de que os eleitores que quisessem ter ‘calças novas’ ou ‘uma vida melhor’ deveriam votar na UNITA” (BITTENCOURT, 2016, p. 181).

dissociada da guerra, ainda que Savimbi e seus companheiros mais aguerridos nem sempre aparecessem fardados.

A respeito da UNITA ressaltamos que, isolada geograficamente e envolta num imaginário ritualístico étnico, consolidou-se a ideia de que constituía um movimento cuja coesão se construía às voltas da liderança de Savimbi. Ainda que ele tenha lugar central na trajetória da UNITA, a ênfase no líder pode camuflar as disputas que se desdobraram no movimento que, contrariamente a uma lógica coesa, constituiu rede heterogênea e relacional. De fato, o imaginário de coesão da UNITA caiu por terra durante os anos 1990, quando verificamos duas questões: i) acusações de abusos de autoridade e perseguição política por Savimbi, indo desde punições a queima de pessoas na fogueira¹¹⁶; e ii) avanço das negociações de paz e aproximação de lideranças da UNITA com o governo.

A primeira e mais importante deserção na UNITA aconteceu em fevereiro de 1992, com o desligamento de Miguel Puna (Secretário-Geral do partido) e Tony da Costa Fernandes (responsável pelos Negócios Estrangeiros), membros fundadores da UNITA que fugiram para Paris onde proferiram críticas públicas a Savimbi, acusando-o de ter sido o responsável pela morte de Tito Chingunji (representante da UNITA em Washington) e Wilson dos Santos (representante da UNITA em Portugal) e seus respectivos familiares, reforçando a imagem militarista de Savimbi¹¹⁷ (DIAS, 1995). Como se poderá observar, nos anos seguintes as dissidências de oficiais persistiram e, particularmente a partir do momento em que os deputados da UNITA tomaram posse na Assembleia Nacional, em 1997, passando a residir em Luanda e fazendo parte do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, muitas lideranças foram perdidas.

Durante a divulgação dos resultados parciais das eleições, no começo de outubro, apontando uma vitória do MPLA, a UNITA acusou o governo de fraude eleitoral e demandou a suspensão do anúncio oficial do pleito. Com efeito, José Eduardo dos Santos obteve 49,57% dos votos, seguido de Jonas Savimbi com 40,07% e Alberto Neto (Partido Democrático Angolano) com 2,16%, indicando a realização de um segundo turno entre os candidatos do

¹¹⁶ O caso mais paradigmático foi o desaparecimento de uma família inteira, a Chingunji, contando, inclusive, com membros fundadores do movimento, como Tito Chingunji.

¹¹⁷ Valentim (2011) destaca que Savimbi os reconhecia como dois homens extremamente confiáveis. Miguel Puna afirmou que havia uma quebra de popularidade da UNITA por culpa de Jonas Savimbi, que transformou o partido em grupo armado. Ele, que era tido como o número dois na hierarquia da UNITA, se insurgiu contra Savimbi por conta da linguagem das armas deste, afirmando, na altura, que “‘A Jamba é um campo de concentração e um depósito de reféns’” (“N’Zau Puna: ‘militarismo está a destruir a UNITA’”. **Jornal de Angola**, Luanda, p. 5, 13 de setembro de 1992). Juntamente com Tony Fernandes e Paulo Tchilipa, Miguel Puna criou a Tendência de Reflexão Democrática, aliando-se, posteriormente, ao Fórum Democrático Angolano.

MPLA e UNITA¹¹⁸. No que diz respeito às eleições parlamentares, o resultado apontou para a eleição de 70 deputados da UNITA, 129 do MPLA, 06 do Partido Renovador Social, 05 da FNLA, 03 do Partido Liberal Democrático, 01 deputado para cada um dos seguintes partidos: Partido Renovador Democrático, Partido da Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola, Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana, Partido Nacional Democrático de Angola, Fórum Democrático Angolano, Partido Social Democrata e Coligação Angola Democrática (07, portanto)¹¹⁹.

Seguidamente, em 05 de outubro, 11 generais da UNITA abandonaram as Forças Armadas Angolanas (FAA)¹²⁰ – logo após o exército ter sido unificado entre as forças de ambos os partidos, no dia 28 de setembro – e no dia 06 Savimbi abandonou a capital, dirigindo-se à província do Huambo. Jorge Valentim (2011), que na época era Secretário para a Informação da UNITA, relata em seu livro de memórias *Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional* que uma das primeiras atividades de Savimbi no começo de outubro de 1992 foi enviar uma mensagem extremamente agressiva pela Rádio de Transmissão Militar da UNITA, que mais parecia uma declaração de guerra, embora ele não a transcreva. Os quadros da direção da UNITA que ficaram em Luanda repudiaram a mensagem, nomeadamente Elias Salupeto Pena (Chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta Política e Militar), General Béguin (Chefe da segurança pessoal de Savimbi), General Adolosi Mango Alicerces (Secretário-Geral da UNITA), Abel Chivukuvuku (Chefe-adjunto da delegação da UNITA na Comissão Conjunta Política e Militar), General Eugénio Manuvakola, General Wiyo, General Demóstenes Chilingutilla, e o próprio Jorge Valentim. Seguidamente, uma delegação foi enviada para dissuadir Savimbi que, no entanto, manteve a decisão pela guerra (VALENTIM, 2011, p. 321).

Com efeito, em 12 de outubro, Salupeto Pena afirmou a posição de guerra da UNITA caso o resultado das eleições fosse divulgado e o Conselho Nacional Eleitoral efetivasse a finalização do processo eleitoral: “Se os resultados das eleições forem divulgados, o País cairá

¹¹⁸ Conforme Bittencourt (2016, p. 186), três aspectos podem ser destacados a respeito da vitória de José Eduardo dos Santos: o fator étnico, o uso da máquina do Estado pelo MPLA e os erros cometidos pela UNITA durante a campanha.

¹¹⁹ O Partido Angolano Independente, o Partido Democrático Liberal Angolano, o Partido Social Democrático Angolano, o Partido Reformador Angolano, a Convenção Nacional Democrática de Angola, e o Partido Democrático Angolano não elegeram deputados (BITTENCOURT, 2016, p. 186).

¹²⁰ Os generais emitiram conjuntamente uma declaração com cinco condições para seu regresso: “1. Rever ou anular todo o processo eleitoral; 2. Impor ao CNE da não publicação de nenhuns resultados do escrutínio, quer provisórios quer definitivos, sem uma decisão sobre as reclamações dos partidos políticos; 3. Tomar em consideração o facto que muita população foi intimidada pela polícia anti-motim durante o acto eleitoral; 4. Haver uma negociação séria entre Governo e UNITA e que dela resulte a solução da actual crise nacional; 5. Que os dirigentes e simpatizantes dos partidos de oposição não sejam molestados pelos órgãos repressivos do Governo” (VALENTIM, 2011, p. 314-315).

num ‘caos’. Os resultados não reflectem a realidade no terreno e o desejo do povo. Seria extremamente arriscado se esses resultados fossem anunciados” (JORNAL DE ANGOLA, 1992 apud VALENTIM, 2011, p. 327). Ainda que em 13 de outubro a UNITA tenha iniciado a ocupação de posições em vários municípios, o resultado oficial das eleições foi divulgado em 17 de outubro (BITTENCOURT, 2016). De acordo com Valentim, se as mediações feitas pelos EUA, Portugal, Rússia e África do Sul diretamente com Savimbi, no Huambo, criavam a impressão de que a UNITA ganhava credibilidade internacional, na realidade, ela só vinha perdendo seu prestígio ¹²¹. Ainda assim, após negociações envolvendo representantes internacionais, houve concordância de ambos os lados e um cessar fogo foi declarado em 31 de outubro de 1992.

Valentim (2011) ressalta que na altura das eleições de 1992 existiam duas doutrinas em competição dentro da UNITA, uma baseada no quartel general do Huambo e outra no de Luanda. Enquanto que do Huambo vinha a decisão pela guerra, em Luanda o discurso e a análise do contexto era mais complexo e os dirigentes não apoiavam a guerra. Aos poucos o pessoal de Luanda teve que adotar uma postura em que não acreditava. Como se observará, esses dois grupos colidiram em 1995, impactando a lógica do conflito. Nas palavras de Valentim:

A linha dura que defendia o conflito armado e que a partir do Huambo empurrou todos os da UNITA que se encontravam em Luanda, quadros civis e militares, contingentes militares, políticos e massas populares para uma situação extremamente instável e insuportável, para uma posição de guerra, deve assumir as responsabilidades sobre a história. [...] Com a intensificação dos combates noutras províncias pelas FALA, sob a direcção directa e o comando do Dr. Savimbi, os companheiros e camaradas em Luanda não puderam mais veicular a mensagem da Paz. Foi um momento muito difícil nas suas vidas, pois estavam defendendo aquilo em que eles próprios não acreditavam e consequentemente também ninguém mais acreditou neles (VALENTIM, 2011, p. 339-340).

As negociações de paz foram retomadas em 12 de abril de 1993, em Abidjan, e, posteriormente, em Lusaka, em outubro de 1993. Nesta situação, o objetivo da delegação do governo era que a UNITA reconhecesse o resultado das eleições de 1992 e retirasse suas tropas para as áreas de acantonamento de soldados geridas pela ONU, como determinava a Resolução 864 do Conselho de Segurança. De acordo com Hare (1999), os principais negociadores do governo se encontravam em Nova Iorque; assim, o chefe da equipe do governo era o Ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros João Miranda, além de Kopelika – Conselheiro de Segurança Nacional – e o general Ita – Chefe dos Serviços Secretos Militares – ambos generais

¹²¹ Com o fim do regime do apartheid, o principal apoio internacional da UNITA era os EUA. As eleições democráticas, atestadas pela ONU e pelos observadores internacionais como livres e justas, no entanto, não seriam negadas pelos mediadores internacionais, fundamentalmente pelos EUA que, com efeito, reconheceu o governo angolano em 19 de maio de 1993.

com reputação de linha dura – isto é, menos afeitos às negociações, apoiavam uma vitória militar sobre o oponente. A delegação da UNITA, por sua vez, era chefiada por Lukamba Gato – responsável pelos Negócios Estrangeiros da UNITA, também considerado de linha dura – além de Valentim e Manuvakola.

Uma série de encontros foram realizados até a aprovação do Protocolo de Lusaka. Apesar de ambos os partidos reconhecerem a importância da presença de uma força de manutenção da paz para supervisionar a implementação do Protocolo, as principais divergências diziam respeito justamente às questões militares envolvendo as forças dos dois partidos, particularmente frente ao acantonamento e desarmamento das forças da UNITA. As conversações militares encerraram-se em 11 de dezembro de 1993, sem solução total para a dimensão das FAA. A UNITA concordava com o número de 50.000 soldados, conforme apontado no Acordo de Bicesse (1991), com 20 mil soldados de cada lado, mas o governo apoiava a criação de uma força de 120.000 homens – provavelmente para controlar os quadros da UNITA, porque nessa escala a paridade seria impossível. Assim,

O Protocolo de Lusaka envolvia uma medida de compensação entre dois aspectos fundamentais. Por um lado, a UNITA deveria proceder ao desarmamento da sua ala militar e tornar-se um partido político legítimo. Os seus soldados podiam aderir ao exército nacional ou ser reintegrados na vida civil. Os generais da UNITA deviam ser incorporados na estrutura do comando militar, tal como se tinha verificado transitoriamente durante o período de Bicesse. Durante esta fase das negociações, seria solicitado à UNITA que fizesse algumas concessões, mas não deveria ser este movimento a ceder em todas as posições. Por outro lado, a UNITA devia receber cargos no governo, a todos os níveis – nacional, provincial e local – e os seus deputados deviam regressar à Assembleia Nacional de forma a que o partido pudesse participar activamente na vida política do país e assim promover um espírito de verdadeira reconciliação nacional. Durante esta fase subsequente das negociações, o governo devia conceder espaço político à UNITA. A questão essencial era saber qual seria a dimensão do espaço que o governo estava disposto a conceder (MESSIANT, 2002, p. 77).

Em novembro de 1994, o governo e a UNITA assinaram o Protocolo de Lusaka, depois de um ano de negociações. Dias (1995) destacou que a sobrevivência dos acordos dependia sobretudo das FAA e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), o exército da UNITA. Isso porque tanto dentro das FAA quanto dentro das FALA haviam alas de linha dura. Interessante observar que tanto as negociações de Lusaka quanto a cerimônia de assinatura não contaram com a presença de nenhum comandante da UNITA, com exceção de Manuvakola, que foi quem assinou o acordo e não esteve envolvido na guerra por vários meses. A solução encontrada para concluir o processo de paz foi a formação de um governo de partilha do poder, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), e que correspondeu a um cenário de consagração da ilegitimidade da UNITA, que, como condição de acesso ao GURN, teria que se desmobilizar e desmilitarizar, ao passo que as FAA seriam mantidas intactas e o governo teria

obrigações militares e paramilitares menores, para além da implícita recepção da UNITA no governo. O processo foi marcado por uma série de reveses, particularmente frente à manifesta desconfiança entre as partes, e o comprometimento desinteressado, da UNITA em se desmilitarizar, e do governo em partilhar o poder. Como resultado, o GURN transformou-se, paulatinamente, em simulacro da reconciliação nacional.

Com todos os avanços e desavanços, Jonas Savimbi se recusou a assinar o Protocolo de Lusaka pessoalmente, alegando motivos de segurança, o que lançou rumores sobre a viabilidade do processo de paz. Com efeito, na primeira metade de fevereiro de 1995 ocorreu o V Congresso da UNITA, o qual fornece indicações acerca das posições exatas da UNITA perante o processo de paz. Segundo as informações dos meios de comunicação social acessados, Savimbi repreendeu Isáias Samakuva perante a assembleia de delegados, e demitiu das suas funções Eugénio Manuvakola, Secretário-Geral do partido e signatário do protocolo de Lusaka¹²². A respeito disso:

[...] De entre as vinte e uma resoluções adoptadas no congresso, cinco tinham uma importância especial. A primeira resolução aprovava todos os planos de paz para Angola, mas não mencionava especificamente o Protocolo de Lusaca; a terceira encorajava a realização da reunião entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi; a quarta agradecia às Nações Unidas, aos Estados observadores e à Zâmbia a sua contribuição para a paz em Angola; a quinta saudava com agrado a decisão do Conselho de Segurança que definia o envio de forças de manutenção de paz para Angola; e a décima sexta declarava que a UNITA participaria no Governo de Unidade Nacional apenas se fosse acordado um programa conjunto entre ambas as partes. Caso contrário, a UNITA preferia constituir-se como partido da oposição (HARE, 1999, p. 129-130).

Simultaneamente aos impasses internos da UNITA, observamos clara defasagem entre a norma e a prática referentes às funções do Presidente e do Primeiro-Ministro no governo, o que resultou na demissão do Primeiro Ministro Marcolino Moco, em maio de 1996. Mesmo sendo do mesmo partido, Moco gerou um conflito de competências quanto à condução política do país¹²³. Esta situação, aliada à crise econômica, fez com que fosse demitido e substituído por França Van-Dúnem. Ao que se nota:

Ao contrário do seu antecessor, França Van-Dúnem conduziu com extrema cautela a sua actuação como Primeiro-Ministro, de modo a tentar evitar os previsíveis conflitos

¹²² Savimbi e Dos Santos se reuniram em maio de 1994, em Lusaka, com o propósito de reforçar o compromisso com o Protocolo. Em comitiva de imprensa, Savimbi afirmou que Dos Santos era o Presidente do seu país e, portanto, seu presidente. Em 10 de agosto de 1995 nova reunião foi feita entre Dos Santos e Savimbi, dessa vez no Gabão. Apesar disso, a situação interna era frágil e ambos os lados levantavam críticas um ao outro.

¹²³ A respeito da sua demissão, Moco diz que “[...] Era no tempo em que José Eduardo dos Santos não conseguia aprovar enormidades como hoje, porque se discutia, de forma relativamente democrática, dentro das instituições, apesar da situação de guerra. Estes foram sem dúvida os episódios decisivos que levaram o ainda presidente, a enveredar pela aventura da ‘monarquização’ do poder à margem de consensos socioinstitucionais, o que fora facilitado pela própria guerra, a pretexto da necessidade de ‘um comando único’. O ‘alarmante’ é que, terminada a guerra, a ‘monarquização’ ganhou uma velocidade de cruzero, depois daquele golpe para-constitucional, durante a realização do Congresso de Dezembro de 1998” (MOCO, 2015, p. 57).

com o Presidente da República que as indefinições constitucionais ao nível das delimitações das respectivas competências tanto potenciavam. Desta forma, tentou funcionar como uma espécie de ‘Chefe de Estado-Maior’ do Presidente da República. Uma clara ‘despromoção funcional’ na opinião de alguns (GUEDES et al., 2003, p. 248).

Paralelamente a isso transcorria o prelúdio das negociações constitucionais. Enquanto a revisão constitucional de 1991 e 1992 não lograram gerar uma estrutura constitucional estável e nem as eleições tiveram o efeito desejado, o Protocolo de Lusaka buscava alçar uma plataforma de entendimento entre o MPLA e a UNITA, ao incorporá-la no corpo constitucional do Estado angolano. Como decorrência disso, a Lei Constitucional de 1992 foi revista através da Lei 18/96 de 14 de novembro, que passou a mencionar no seu artigo 14º nº 1 que o governo de Angola representava um governo de unidade e reconciliação nacional, integrando membros dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional (GUEDES et al., 2003). A lei 18/96 também fixou um prazo de quatro anos para realização de novas eleições, e a aprovação da Constituição figurava como um dos requisitos para a preparação do pleito, assim como a alteração da lei eleitoral, a realização do censo e de um novo registro eleitoral (SOUSA, 2006). Esta Lei constitucional também alargou indefinidamente o prazo do mandato dos deputados eleitos nas eleições de 1992, uma vez que a guerra impediu a realização de novo pleito.

Após o desarmamento das tropas da UNITA, conforme declaração proferida a 11 de dezembro de 1996, o ponto seguinte do calendário das negociações de Lusaka consistia no regresso dos deputados da UNITA à Assembleia Nacional e na tomada de posse do GURN, sob exigência do Conselho de Segurança da ONU que se concretizasse até o final de dezembro de 1996 (HARE, 1999). O prazo não foi acatado, assim como não o foi o prazo adotado pela Comissão Conjunta¹²⁴, que exigia o regresso dos deputados até 10 de janeiro de 1997 e a investidura do GURN até 25 de janeiro de 1997. Para a UNITA, o estatuto de Jonas Savimbi deveria ser solucionado primeiramente¹²⁵. Diante do impasse, a Comissão Conjunta chegou a um acordo que previa a chegada dos deputados e responsáveis da UNITA até o dia 12 de fevereiro, o que também sofreu reveses porque quando a Comissão Política da UNITA se reuniu na sua sede na província do Bailundo, entre 03 e 05 de fevereiro de 1997, fizeram uma nova solicitação referente a um programa comum com o governo para o GURN, até que se realizasse

¹²⁴ “A Comissão Conjunta é integrada por representações do Governo angolano, chefiada pelo Ministro da Administração do Território, Faustino Muteka, da UNITA, por Isaias Samakuva, pela ONU e pela ‘troika’ de países observadores – Estados Unidos, Rússia e Portugal” (“Dissidentes da UNITA ‘promovem’ Manuvakola”. **Jornal de Notícias**, 08 de setembro de 1998).

¹²⁵ Diz respeito à problemática acerca do cargo que Jonas Savimbi assumiria no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. A ele foram oferecidas algumas opções, como um segundo vice-presidente ou conselheiro especial do Presidente da República. No fim, a opção foi pelo estatuto de líder do maior partido da oposição.

o segundo turno das eleições¹²⁶. De acordo com Hare (1999), João Lourenço, porta-voz do MPLA na altura, rejeitou a proposta de um programa de governo conjunto com a UNITA e, ao ser questionado se esta teria que aceitar o programa do MPLA, respondera que sim. Em outras palavras, portanto,

[...] Mesmo com a formação do GURN, onde os ministros da UNITA só podem executar as decisões ‘do governo’ (tomadas pelo MPLA na Comissão Permanente do Conselho de Ministros sob orientação do Presidente – chefe do governo), e apesar da entrada no Parlamento dos deputados da UNITA – insignificante nos seus resultados políticos, graças à maioria absoluta do MPLA, e cedo limitada na sua capacidade de expressão (fim da retransmissão das sessões parlamentares na televisão, não abertura de uma rádio comercial pela UNITA) –, a confusão partido-Estado fica intacta do topo até à base, o regime reforça o seu carácter policial com uma ascensão, dentro e fora do Estado, dos homens e órgãos da segurança, enquanto usa os media públicos para dar publicidade à sua imagem democrática, ocultar ou estigmatizar os movimentos sociais e denunciar o belicismo da UNITA (MESSIANT, 2006, p. 142).

Seguidamente, no entanto, o MPLA concordou em discutir um programa comum para o GURN com a UNITA, cujas propostas, publicadas em 11 de fevereiro, teriam sido levadas em consideração para a escrita do programa do governo, apresentado em 03 de março. Em 28 de março chegaram à Luanda os últimos representantes da UNITA e, em 11 de abril, foi feito o juramento de posse do GURN, sem a presença de Jonas Savimbi. Era um momento decisivo na história de Angola: membros da UNITA assumiam posições importantes no governo, na polícia, no exército, no Parlamento, e tinham a oportunidade de participarem da vida política do país, embora o sucesso da investidura dependesse do acolhimento e abertura que o MPLA concederia à UNITA.

No entanto, o processo de paz começou a se alterar logo após a posse do GURN. Para além de uma série de questões políticas, havia que se realizar a monumental tarefa de estender a administração do Estado para as zonas controladas pela guerrilha. Isso porque, “[...] Além da sua presença militar, a UNITA implantou uma estrutura administrativa e um sistema de serviços sociais nas áreas sob o seu controlo, empregando a sua própria bandeira, canções e rituais” (HARE, 1999, p. 185). Este processo deveria se realizar de modo cooperativo, pelo que professores, funcionários da saúde e administradores locais da UNITA deveriam ser incorporados ao longo da extensão da administração do Estado sempre que possível. Além disso, a UNITA teria direito a 10 posições administrativas estatais, indo desde governadores a administradores das comunas. Decidiu-se que o processo começaria com a província de M’Banza Congo, o que aconteceu em 30 de abril.

Na sequência, o mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), criada em 1989, foi finalizado e, em seu lugar, instalou-se a Missão de

¹²⁶ “Angola. UNITA receita ser absorvida pelo MPLA”. Público, Lisboa, 01 de março de 1997.

Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), para observar a implementação dos mecanismos de paz no país. Apesar dos avanços, particularmente o diálogo entre as partes na Comissão Conjunta, o fato de que 09 generais da UNITA foram integrados às FAA, bem como 11.000 militares da UNITA, que o GURN tinha sido constituído com 11 responsáveis da UNITA, e que os 70 deputados da UNITA assumiram seus postos na Assembleia Nacional, o nível de desconfiança ainda era muito elevado. A UNITA continuava a ter uma força militar capaz de fomentar uma guerra de guerrilha nas zonas rurais e cidades: o governo estimava que houvesse cerca de 35 mil soldados da UNITA em terreno ativo.

4.2 Manobras de guerra e de paz: dissidências na UNITA e a construção da vitória militar pelo MPLA

Ao longo de 1997 e 1998 houve uma série de atrasos nos calendários do Protocolo de Lusaka e que, conseqüentemente, produziram diversas sanções do Conselho de Segurança sobre a UNITA, entendendo que a responsabilidade repousava sobre esta, em virtude do moroso cumprimento das suas obrigações. É certo que esses acontecimentos lançavam rumores sobre a própria capacidade de o processo de paz se sustentar, ainda mais em um contexto permeado por violações e confrontos localizados entre as forças de ambos os partidos. Em resposta à Resolução do Conselho de Segurança da ONU nº 1173, de 12 de junho de 1998, a UNITA retirou-se da Comissão Conjunta por dois meses, retornando em agosto de 1998. Posteriormente, afirmou que permitiria a finalização da extensão até 15 de outubro, ao que o governo contrapôs 31 de setembro (HUMAN RIGHTS WATCH, 1999).

Dentro da UNITA a situação de fragmentação intensificava-se. A unidade orgânica do partido parecia comprometida desde 1992, quando Miguel Puna e Tony da Costa Fernandes se retiraram do partido. Com efeito, Valentim (2011) sublinha que, desde 1993, em ocasião da reunião entre UNITA e MPLA em Abidjan, o governo compreendia que o partido de Jonas Savimbi não era uma unidade monolítica, cindindo em visões acerca do processo de paz. Logo, é compreensível que Eugénio Manuvakola tenha sido considerado bode expiatório dentro da organização por ter assinado o Protocolo de Lusaka. Manuvakola – como vimos, fora demitido do cargo de Secretário-Geral do partido durante o VIII Congresso da UNITA em 1995¹²⁷,

¹²⁷ Em conferência de imprensa realizada em 1997, “[...] Eugénio Manuvakola explicou que teve essa sensação [que ia deixar de ser o secretário-geral da UNITA] um ano antes de ter sido preso, quando Savimbi lhe começou a enviar mensagens indirectas, e na reunião em que o líder da UNITA afirmou que não pretendia envolver-se pessoalmente no processo de paz e, muito menos, no Protocolo de Lusaka. Nessa reunião, Savimbi deixou bem claro que alguém iria abarcar com essa responsabilidade. ‘Na altura olhei para os meus colegas Valentim e Isaías

posição arrogada por Paulo Lukamba Gato – foi detido no Bailundo em 14 de fevereiro de 1995 e posteriormente posto sob residência vigiada, primeiro no Andulo e depois no Bailundo¹²⁸, por ordem de Jonas Savimbi, que “[...] não terá gostado da forma como Manuvakola geriu as discussões que levaram à assinatura dos acordos de paz de Lusaca, que, segundo Manuvakola, seriam contrários às intenções do líder da UNITA”¹²⁹.

Adicionalmente, Manuvakola “[...] considerou que ‘vários’ dirigentes da UNITA tinham a intenção de abandonar Jonas Savimbi, com o objectivo de o obrigarem a mudar os métodos de gestão do movimento”¹³⁰. Note-se que, para Valentim (2011), a posição oficial da UNITA só se tornou clara, em 1997, passados cinco anos de manobras do partido para demonstrar algo que não se aplicava na prática, quando, na verdade, o movimento buscava controlar o território por completo. Com efeito, Manuvakola também sublinhou que Savimbi nunca abandonou seus planos militares, cuja estratégia era combinar negociação com avanços vagarosos, de modo a manter suas forças militares¹³¹.

Manuvakola fugiu do Bailundo junto com sua família em 26 de agosto de 1997¹³², refugiando-se no Huambo no dia seguinte, onde demandou proteção política das autoridades¹³³¹³⁴. Na sexta-feira, 29 de agosto de 1997, em conferência de imprensa, sublinhou que não abandonara as fileiras do partido, mas que sua fuga fora necessária para empreender uma luta de correção contra os maus métodos de direção impostos por Savimbi. Ademais, ressaltou que a organização cindia entre aqueles que acreditavam e os que não acreditavam no processo de paz. A cisão, embora tenha sido praticamente ignorada pela UNITA, teve importantes desdobramentos para a política do governo.

Paralelamente a isso seguiam os avanços e desavanços do processo de paz. Após a declaração de completa desmilitarização da UNITA, em 11 de março de 1998 o governo

Samakuva para ver quem iria servir de cobaia. Verifiquei que seria eu” (GONÇALVES, Américo. Eugénio Manuvakola não fugiu da UNITA mas de Jonas Savimbi. Jornal de Notícias, Lisboa, 31 de agosto de 1997).

¹²⁸ Manuvakola teria afirmado em Conferência de Imprensa que ““O dr. Savimbi teve que nos transferir a 19 de Agosto de 1996 para o Bailundo para nos mostrar à comunidade internacional, que na altura exercia grandes pressões. Ele mostrou-nos para provar que não estávamos mortos”” (GONÇALVES, Américo. Eugénio Manuvakola não fugiu da UNITA mas de Jonas Savimbi. Jornal de Notícias, Lisboa, 31 de agosto de 1997).

¹²⁹ (GONÇALVES, Américo. Eugénio Manuvakola não fugiu da UNITA mas de Jonas Savimbi. Jornal de Notícias, Lisboa, 31 de agosto de 1997).

¹³⁰ “Manuvakola pretende mudar ‘métodos’ de Jonas Savimbi”. Diário de Notícias, Lisboa, 31 de agosto de 1997.

¹³¹ “Manuvakola pretende mudar ‘métodos’ de Jonas Savimbi”. Diário de Notícias, Lisboa, 31 de agosto de 1997.

¹³² “Eugénio Manuvakola deixou a UNITA”. Público, Lisboa, 29 de agosto de 1997.

¹³³ “Eugénio Manuvakola foge para Luanda”. Diário de Notícias, Lisboa, 29 de agosto de 1997.

¹³⁴ Isso ocorreu em um contexto de aprovação de novas sanções das nações unidas à UNITA, nomeadamente as restrições às deslocações e atividades da UNITA no estrangeiro, que se viam impedidos de entrar no território dos países da ONU. O pacote de sanções foi aprovado por unanimidade e previu o encerramento imediato e total dos escritórios da UNITA e restrição à circulação dos dirigentes do partido e seus familiares. As sanções entrariam em vigor em 30 de setembro, a menos que a UNITA cumprisse as suas obrigações.

anunciou sua legalização enquanto partido político, estabelecendo para 01 de abril o regresso de Jonas Savimbi à Luanda. A UNITA, desgostosa com o comunicado, afirmou que era considerada um partido político desde 1992 – embora tenha sido ilegalizada com a retomada das ações beligerantes em 1992¹³⁵ – e rejeitou a declaração, em 12 de março de 1998, argumentando que tal decisão não poderia estar dissociada da promulgação do estatuto de Jonas Savimbi¹³⁶. Adicionalmente, a UNITA afastou oficialmente Eugénio Manuvakola dos quadros do partido, em 16 de março de 1998. Em notícia veiculado no Público, em 17 de março de 1998, salientou-se que o afastamento teria ocorrido

[...] depois de o antigo secretário-geral ter aparecido em público a dizer que o Protocolo de Lusaca não será levado à prática até às suas últimas consequências enquanto Savimbi continuar a ser o senhor todo-poderoso do Galo Negro, sempre a exigir prerrogativas que o Estado nem sempre quer conceder, incluindo uma guarda pessoal de centenas de elementos (HEITOR, Jorge “UNITA afastou Manuvakola”. Público, Lisboa, 17 de março de 1998).

Em 24 de agosto de 1998, a UNITA cortou relações com a *troika* de observadores, Portugal, Rússia e Estados Unidos, julgando que estes países tinham abandonado uma postura de neutralidade frente ao conflito angolano¹³⁷. O governo estipulou então a data limite de 28 de agosto para que a UNITA se desmilitarizasse por completo e permitisse a extensão administrativa do Estado e instalasse sua direção política em Luanda¹³⁸. Tendo falhado em cumprir com a data, em 31 de agosto de 1998, o governo anunciou a suspensão dos membros da UNITA do GURN a partir da data de 01 de setembro, por conta do posicionamento duvidoso do partido frente ao processo de paz e atraso no cumprimento dos prazos para extensão da administração territorial para o governo nas áreas sensíveis controladas pelo movimento – Andulo, Bailundo, Mundo e Nharea – ao mesmo tempo em que a Assembleia Nacional – leia-se, os deputados do MPLA – anunciaram a requisição junto ao Presidente do Tribunal Supremo para suspensão dos deputados da UNITA do órgão legislativo¹³⁹.

¹³⁵ ““O Governo declara publicamente que, de acordo com o calendário aprovado pela Comissão Conjunta – o órgão de acompanhamento do processo de paz, formado pela ONU, o Governo, a UNITA e representantes dos países observadores – para a conclusão do protocolo de Lusaca, a UNITA pode desenvolver dentro dos limites da lei a sua atividade política em todo o país” (“Governo de Angola já legalizou a UNITA”. Jornal de Notícias, Lisboa, 12 de março de 1998).

¹³⁶ “UNITA rejeita legalização”. Público, Lisboa, 13 de março de 1998.

¹³⁷ “UNITA corta relações com ‘troika’ de observadores”. Público, Lisboa, 25 de agosto de 1998.

¹³⁸ “Savimbi prepara resposta à suspensão da UNITA”. Jornal de Notícias, Lisboa, 02 de setembro de 1998.

¹³⁹ FERREIRA, Ivone. “Quadros da UNITA demitem Savimbi”. Diário de Notícias, Lisboa, 03 de setembro de 1998. Em notícia veiculada no Jornal de Notícias (“Reacender da guerra ameaça angolanos”. Jornal de Notícias, Lisboa, 05 de setembro de 1998), Rui Oliveira, porta voz da UNITA afirmou que os representantes da UNITA em Luanda corriam perigo, uma vez que suas casas foram invadidas, automóveis levados pela polícia e passaportes confiscados. Isso teria sido visto com péssimos olhos, e por este motivo o governo teria dado tanto apoio à UNITA Renovada.

Reagindo a esta resolução, alguns membros da UNITA que tinham servido no GURN anunciaram seu rompimento com a liderança de Savimbi e criaram uma nova ala do partido chamada Comitê de Renovação da UNITA, doravante UNITA-Renovada. Em 02 de setembro de 1998, em conferência de imprensa, cinco membros da UNITA em Luanda – nomeadamente o ministro do Turismo Jorge Valentim, Eugénio Manuvakola, o vice-ministro da Defesa Demóstenes Chilinguntili, o vice-ministro da Reinserção Social Júnior João, e o vice-ministro do interior Jerónimo Ngongo – anunciaram a suspensão de Jonas Savimbi da direção da UNITA, por constituir o grande impedimento à paz em Angola, e a criação de uma direção provisória do partido¹⁴⁰. Na ocasião, Valentim procedeu a leitura do Manifesto dos Militantes da UNITA, sublinhando que o Manifesto era assinado por “[...] todos os membros do GURN, pelos deputados à Assembleia Nacional e por outros quadros do movimento que se encontram em Luanda” (FERREIRA, Ivone. “Quadros da UNITA demitem Savimbi”. *Diário de Notícias*, 03 de setembro de 1998). As decisões incluíram, além da suspensão de Jonas Savimbi e sua equipe da direção da UNITA, a criação de uma direção provisória até a realização do IX Congresso do partido, e o respeito ao Protocolo de Lusaca. Valentim também reafirmou a fidelidade do grupo à UNITA e seu apoio e confiança à Assembleia Nacional e ao GURN. Em resposta, Lukamba Gato destacou a unidade do partido e que a suspensão dos membros da UNITA do GURN e da Assembleia Nacional era ilegal, tendo como objetivo a divisão do movimento.

O inteiro significado dessa operação só pode ser recuperado à luz dos desdobramentos que tomaram forma em Luanda. A seguir à criação da UNITA-Renovada – note-se, duas horas após a leitura do Manifesto por Valentim –, o governo reconheceu esta como sua interlocutora oficial, em oposição à ala militarista não-legalizada de Jonas Savimbi. Imediatamente, em 03 de setembro, o presidente José Eduardo dos Santos confirmou que o MPLA vinha realizando contatos com alguns dirigentes da UNITA que se viam descontentes com a posição de Savimbi. Adicionalmente, “José Eduardo dos Santos anunciou que o seu Governo vai, a partir de agora, encetar contatos com o comité de renovação da UNITA, liderado pelo Ministro do Turismo e Hotelaria, Jorge Valentim” (ARSÉNIO, Miguel. “Eduardo dos Santos confirma ‘namoro’ a membros da UNITA”. *Diário Económico*, Lisboa, 04 de setembro de 1998), visando uma paz duradoura para o país. Em mesma notícia, o *Diário Económico* sublinha que:

O próprio MPLA, num apressado comunicado emitido horas depois de ter sido tornado público o manifesto da dissidência, não escondeu que a sua mão esteve nesta operação, e decidiu ‘saudar a nova postura e actuação de corajosos militares e dirigentes da UNITA que, [...] se predispõem a respeitar e a trabalhar com as

¹⁴⁰ FERREIRA, Ivone. “Quadros da UNITA demitem Savimbi”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 03 de setembro de 1998.

instituições democráticas nacionais, como os únicos interlocutores válidos para a conclusão do protocolo de Lusaka' (ARSÉNIO, Miguel. "Eduardo dos Santos confirma 'namoro' a membros da UNITA". *Diário Económico*, Lisboa, 04 de setembro de 1998)¹⁴¹.

Sobretudo, o entrevistado 01, um dos mentores da UNITA-Renovada, afirmou em entrevista que o estabelecimento de contato e, subsequentemente negociações, com o governo foi a primeira coisa que fizeram. No entanto, interpelado se a decisão em fundar a Renovada foi precedida de acordo com o governo, negou e sublinhou que "[...] eu vim praqui [Luanda] e fiz as minhas declarações e criei o ambiente pra isso [negociação com o governo]. Criei o ambiente pra isso".

Entretanto, neste mesmo dia 03 a delegação da UNITA na Comissão Conjunta e os demais deputados da UNITA anunciaram não cooptar com a cisão anunciada por Valentim, conforme notícia veiculada no *Público*¹⁴². Na ocasião, Horácio Junjunvili, número dois da UNITA na Comissão Conjunta, declarou ao *Público* que o grupo dissidente, sendo constituído por somente 05 pessoas, não tinha base de apoio para se autoproclamarem a nova direção do partido, e que os demais continuavam ligados à direção do partido no Andulo. O *Público* também divulgou que "[...] a situação dos militantes do Galo Negro na capital é especialmente delicada". Com efeito, ainda no dia 03, Joffre Justino, ex-representante da UNITA em Lisboa, lançou documento em que se afirmava que "'Todos os membros da UNITA em Luanda estão a ser alvo de violenta pressão, no sentido de serem forçados, para salvar a sua vida', a rejeitar a direcção de Savimbi" ("Dissidentes são só cinco". *Público*, Lisboa, 04 de setembro de 1998), e que Abel Chivukuvuku, líder parlamentar da UNITA, já teria sido ameaçado de morte por não ter se alinhado durante a conferência de imprensa¹⁴³. Coincidentemente, Isaías Samakuva, que teria recebido ameaças de morte a menos que se juntasse à UNITA-Renovada, estabeleceu-se em Paris a partir de 01 de setembro de 1998, onde assumiu o cargo de representante da UNITA no exterior, mantendo, portanto, sua lealdade à Savimbi. Com efeito, o entrevistado 01 nos

¹⁴¹ "Em resposta ao manifesto dissidente, um outro grupo de dirigentes da UNITA redigiu um lacónico comunicado subscrito por Isaías Samakuva, da Comissão Conjunta, Anastácio Sicato, em nome dos membros da UNITA no Governo e na qualidade de Ministro da Saúde, e Carlos Kandanda, em representação da Assembleia Nacional, ao qual se 'demarcam das posições assumidas' pelo grupo desertor" (ARSÉNIO, Miguel. "Eduardo dos Santos confirma 'namoro' a membros da UNITA. *Diário Económico*, Lisboa, 04 de setembro de 1998).

¹⁴² SILVA, Reginaldo; MENDES, Pedro Rosa. "Dissidentes são só cinco". *Público*, Lisboa, 04 de setembro de 1998.

¹⁴³ Quanto a isto, Jerónimo Ngongo Marcolino afirmou ao *Diário de Notícias*, diante do comunicado pró-Savimbi, "[...] que os nomes que o subscrevem não são representativos. 'Estamos neste momento a avaliar a situação geral do país, fomos reconhecidos nacional e internacionalmente e prometemos falar em breve para esclarecer a população e a comunicação social. Acreditamos que a maioria dos militantes da UNITA está connosco'" ("UNITA em Luanda dividida". *Diário de Notícias*, Lisboa, 04 de setembro de 1998).

apontou que “[...] a retirada do Samakuva, do Isaías Samakuva, de Luanda marca o fim do compromisso pacífico de paz [por parte da UNITA]”.

Agudizando ainda mais a crise política, a Polícia Nacional de Angola entrou na sede da UNITA em Luanda, na noite do dia 02 de setembro, com a justificativa de visar reforçar a segurança das instalações, e no dia 03 o grande cartaz com a fotografia de Jonas Savimbi foi retirado do edifício. Ainda segundo entrevista concedida por Horácio Junjunvili, ao Público, apenas o grupo de Valentim tinha acesso à sede do partido, passando, assim, a ocupar desde o dia 05 de setembro os escritórios da UNITA em Luanda, no bairro de São Paulo¹⁴⁴. O Jornal de Notícias veiculou que, “Segundo o chefe do gabinete de imprensa da Polícia Nacional, Francisco Pestana, a guarnição que habitualmente se encarrega da protecção ao edifício foi ‘reforçada com mais elementos, para proteger as instalações e prevenir eventuais alterações da ordem pública’” (“Polícia angolana ocupou sede da UNITA em Luanda”. Jornal de Notícias, Lisboa, 04 de setembro de 1998). Adicionalmente, o mesmo Jornal também divulgou que era opinião de diversos deputados da UNITA que o governo teria orquestrado as cisões dentro do partido.

Em 07 de setembro de 1998, a UNITA-Renovada anunciou que Eugénio Manuvakola seria seu representante na Comissão Conjunta, substituindo Isaías Samakuva¹⁴⁵. No entanto, em 09 de setembro houve divulgação de uma alargada demarcação dentro da UNITA em relação aos Renovadores: 52 deputados, de um total de 70, assinaram o documento intitulado “Memorando da Bancada Parlamentar da UNITA”, lido pelo deputado Jaka Jamba, condenando as dissidências, as quais não se circunscreveriam nos valores de paz e reconciliação nacional e lealdade parlamentar, sem fazer, entretanto, nenhuma referência a Jonas Savimbi e sua liderança¹⁴⁶. Paralelamente à bifurcação da UNITA, as disputas de narrativa se intensificaram quando oito generais da UNITA, integrados nas FAA, fizeram uma declaração em Luanda em 10 de setembro de 1998, lida por Demóstenes Chilingutula e contando com a presença de Arlindo Chenda Pena (Ben Ben) exortando que os militares de Savimbi cessassem as atividades bélicas e atentassem à conclusão do Protocolo de Lusaka. Nenhuma menção foi feita, entretanto, à ala renovada do partido¹⁴⁷.

Com efeito, observa-se que as dissidências de oficiais persistiram e, particularmente a partir do momento em que os deputados da Unita tomaram posse na Assembleia Nacional, em

¹⁴⁴ “Dissidentes da UNITA ‘promovem’ Manuvakola”. Jornal de Notícias, Lisboa, 08 de setembro de 1998.

¹⁴⁵ “Dissidentes da UNITA ‘promovem’ Manuvakola”. Jornal de Notícias, Lisboa, 08 de setembro de 1998.

¹⁴⁶ SILVA, Reginaldo. “Bancada da UNITA contra ‘dissidências’”. Público, Lisboa, 10 de setembro de 1998.

¹⁴⁷ “Generais da UNITA querem cessar-fogo”. Jornal de Notícias, Lisboa, 11 de setembro de 1998.

1997, passando a residir em Luanda e fazendo parte do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, muitas lideranças foram perdidas. A partir de então a liderança do movimento resumiu-se a um grupo de militares de linha dura: Savimbi, Gato, Antônio Dembo, Bock e Numa. A divisão entre a “ala radical” e a “ala moderada”, que vinha desde o começo da década de 1990, se cristalizou com a formação da Unita-Renovada, em 1998, que passou a ser o interlocutor oficial do governo. Embora não tenha vingado, do ponto de vista de incorporar outros deputados, alavancou o surgimento de diversas outras facções. Conforme Stuvoy (2002), em 2001 era possível identificar cinco facções: a Unita de Savimbi, dominante e pautada por uma solução militar contra o governo; a Unita-Renovada, financiada pelo governo; a Unita-Autônoma de Abel Chivukuvuku; a Unita-Luanda, liderada por Jaka Jamba que, por um lado era crítico da ala radical de Savimbi, e por outro não queria criar um novo partido aliado do governo; e a Unita-Internacional, que contava com os quadros da Unita no exterior.

Se olharmos para este contexto a partir da teoria do confronto político¹⁴⁸ podemos aventar algumas hipóteses. Tarrow define um ciclo de confronto como uma:

[...] fase de conflito agudo que atravessa um sistema social, com rápida difusão de ação coletiva dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados, um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto utilizadas, a criação de enquadramentos de ação coletiva novos ou transformados, uma combinação de participação organizada e desorganizada, e sequências de fluxo intenso de informação e interação entre desafiante e autoridades (2011, p. 199, tradução nossa).

A generalização do conflito dentro de um ciclo de confronto ocorre quando oportunidades políticas são abertas para aqueles que estejam bem posicionados. Entretanto, as espirais de oportunidade não trabalham da mesma forma para todos, essas oportunidades, por exemplo, podem estar abertas somente para movimentos de surgimento precoce (*early-risers*) e não para aqueles de surgimento tardio (*late-comers*), assim como esses *early-risers* podem criar oportunidades para outros, como parece ter sido o caso da UNITA.

Três séries de mecanismos estão presentes nos ciclos de confronto: difusão, exaustão e radicalização/institucionalização. A difusão diz respeito ao espraiamento de uma propensão para ação coletiva para outros grupos e seus antagonistas, gerando contra movimentos e, em outros casos, com a espiral de violência, guerras civis. Paulatinamente, os movimentos vão se exaurindo, dividindo-se em facções, constituindo a fase da exaustão. A participação não declina

¹⁴⁸ O “Confronto político envolve interações nas quais os atores fazem demandas que afetam os interesses de outros atores, gerando esforços coordenados que são mobilizados em nome de interesses ou programas em comum, e nas quais governos estão envolvidos como alvos, demandantes, ou entidades terceiras” (TILLY; TARROW, 2015, p. 07, tradução nossa). Tilly sublinha que “[...] Quando os governos estão envolvidos, a violência coletiva se torna um caso especial de confronto político” (TILLY, 2003, p. 10, tradução nossa), porque os regimes políticos influenciam os tipos de violência que ocorrem dentro dos territórios e como eles se desenvolvem e evoluem. O confronto político engloba, assim, três elementos: confronto, ação coletiva e política, cuja intersecção gera desde disputas locais envolvendo movimentos sociais até revoluções e guerras civis.

para todos os setores de um movimento, geralmente ele se divide entre os ativistas que querem negociar e os que querem manter o confronto (podemos chamar de ala moderada e ala radical), gerando os dois outros mecanismos: radicalização/institucionalização.

A radicalização envolve adoção de formas mais violentas de confronto, enquanto a institucionalização, que geralmente acompanha a radicalização, constitui em afastamento de repertórios mais extremos e a adoção de formas mais convencionais de confronto. Neste caso, alguns ativistas podem buscar formas de acomodação com as elites, moderando seus objetivos. Tarrow identifica ainda dois mecanismos para a estabilização da relação entre as partes: repressão e facilitação (reforma, negociação). No caso de regimes democráticos, os governos geralmente selecionam a repressão de alguns grupos da oposição, e a facilitação com outros, buscando não agir de modo arbitrário e, conseqüentemente, aumentar a legitimidade do movimento em questão.

Como discutimos precedentemente, observamos a presença desses mecanismos no caso da UNITA, especialmente o segundo e terceiro. Se nos anos 1970 e 1980 a UNITA representava um movimento relativamente coeso, durante os anos 1990 se viu diante de uma tendência intensiva de fragmentação e clara divisão em uma ala radical e outra moderada. Esse processo ocorreu simultaneamente a três eventos políticos importantes no cenário nacional: o avanço nas negociações com o governo (acordo de Bicesse, em 1991), o retraimento do apoio internacional à Unita – particularmente com o fim do regime do *apartheid* – e as primeiras eleições, em 1992. Verificamos, concomitantemente, o surgimento de duas facções dentro da Unita: uma que buscava a permanência no processo político, e outra que militava a favor da manutenção de um repertório violento.

O Protocolo de paz de Lusaka demarcou definitivamente essa divisão, podendo-se falar, a partir de então, da coexistência entre o campo moderado de Benguela-Bié (Generais Ben-Ben, Bejia, Bock, Jorge Valentim e Jaka Jamba) e o campo radical do Huambo (Savimbi, Antônio Dembo, Gato, Demóstenes Chilingutila e Artur Vinama)¹⁴⁹. Durante o oitavo Congresso da UNITA, em 1995, os dois campos colidiram e a coesão do partido se desvaneceu até a morte de Savimbi, em 2002 (STUVOY, 2002). Além disso, se por um lado o governo

¹⁴⁹ Assinado em 1994, o Protocolo previu a formação de um governo de transição com representantes do MPLA e da Unita. O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional tomou posse em 1997. De acordo com Stuvoy (2002), o envolvimento dos membros do referido campo Benguela-Bié nas negociações do Protocolo de Lusaka teria gerado uma distensão com o campo militarista de Savimbi. Note-se que, após as negociações, diversos antigos representantes na administração da UNITA foram substituídos por membros do campo do Huambo; o maior exemplo disso foi a demissão de Eugénio Manuvakola do posto de Secretário-Geral, sendo substituído pelo General Gato, em 1995.

facilitou e incentivou as dissidências a partir dos anos 1998, reconhecendo e, ao que tudo indica, financiando a UNITA-Renovada, por outro lado marginalizou o campo de Savimbi e adotou, a partir de 1999, uma estratégia de aniquilamento desta fração do movimento, como veremos nas páginas que seguem. De fato, seus efeitos logo se materializaram, com a retirada da UNITA do Huambo ainda em 1999 e a morte de Savimbi.

Tarrow (2011) sublinha que os ativistas que se encontram na periferia do movimento não apresentam grande motivação e geralmente são aqueles que o abandonam, enquanto que aqueles próximos ao seu centro e representantes da liderança retêm a radicalização do confronto. Nesse ponto a liderança é confrontada com um dilema: adotar uma postura mais moderada e de negociação com os oponentes para manter os moderados, ou conservar seus militantes mais aguerridos preservando uma estratégia mais radical. Note-se, contudo, que no caso da UNITA parece ter acontecido fenômeno contrário. As dissidências ao longo dos anos 1990 foram sobretudo de oficiais e lideranças dentro do movimento, enquanto que os soldados guerrilheiros permaneceram fieis até o fim (BECK, 2009; MINTER, 1994; STUVOY, 2002). A explicação para isso pode ser encontrada num vínculo produzido entre processo de recrutamento e ativismo, que, infelizmente, não coube no projeto inicial de realização dessa pesquisa. Sublinhamos, portanto, que:

Neste contexto de fragmentação, Savimbi foi forçado a se basear em um número reduzido de assessores confiáveis e numa nova geração de lideranças da UNITA. Enquanto que a maioria dos quadros durante os anos 1980 eram constituídos por membros fundadores da UNITA (primeira geração) ou indivíduos que se engajaram durante a remobilização de 1974-1976 (segunda geração), a maioria dos comandantes da UNITA nos anos 1990 eram muito mais jovens. Esta ‘terceira geração’ foi criada nas zonas controladas pela UNITA e escolarizada na Jamba ou através das bolsas de estudos da UNITA no exterior, dependência esta que teria assegurado sua lealdade ao movimento. As figuras centrais no círculo imediato de Savimbi desde meados dos anos 1990 foram o Vice-Presidente Dembo, o Secretário-Geral Gato, o Secretário de Assuntos Estrangeiros Alcides Sakala, o Chefe das Forças Armadas General Geraldo Abreu ‘Kamorteiro’ e o General ‘Kamy’ Pena (STUVOY, 2002, p. 66, tradução nossa).

No que diz respeito a esta conjuntura, Figueiredo afirmou, em notícia veiculada no Jornal O Diabo, que o MPLA lançou mão de três mecanismos para fortalecer sua posição: apoio político e diplomático, instalação de um dispositivo operacional eficaz e fragilização do adversário. O autor sublinha que o escolhido do governo para liderar a cisão na UNITA era Abel Chivukuvuku, que teria se recusado, sobrando como opção Jorge Valentim. Figueiredo também destaca que:

[...] Na lógica do MPLA, o que é importante é que se tenha induzido na opinião pública a ideia de que estalou uma nova dissidência na UNITA contra o ‘belicismo’

de Jonas Savimbi. Não importava que os dissidentes fossem pouco representativos ou que se soubesse à fartazana que tinham sido manipulados¹⁵⁰.

Note-se, por fim, que em 25 de dezembro, a UNITA-Renovada anunciou a suspensão de Abel Chivukuvuku, ex-conselheiro político de Savimbi, do seu posto de deputado, por não respeitar as decisões da direção provisória¹⁵¹. Em notícia veiculada no Diário de Notícias¹⁵², sugeriu-se que o apoio do MPLA à UNITA-Renovada seria uma forma de esvaziar o partido. Segundo a reportagem, quadros importantes da UNITA que haviam rompido com o partido anteriormente, sobretudo em 1992, foram impedidos pelo MPLA¹⁵³ de se juntarem aos renovadores, para o qual era preferível que se associassem ao próprio MPLA, o que, inclusive, sucedeu em alguns casos¹⁵⁴. Ademais, o Diário de Notícias também apontou que o MPLA teria lançado duas ideias chave: a de que a UNITA não constituiria interlocutor credível e a de que Savimbi seria um homem intratável. A reportagem ainda sugere que essa crise teria sido feita para:

[...] impedir que o processo de paz tivesse um desfecho normal, mediante o qual a UNITA adquiriria espaço como força de oposição negocial. Se isto acontecesse a UNITA transformar-se-ia naturalmente num elemento aglutinador de toda a oposição e dos cavados descontentamentos populares que há no país. O MPLA teria assim de viver com uma democracia que abomina (“O ‘grande irmão’ espreita a UNITA”. Diário de Notícias, Lisboa, 08 de dezembro de 1998).

O contexto político não teve desdobramentos somente para a UNITA. O MPLA passou por uma série de mudanças que figuravam a política de lealdades interna e a estratégia do Presidente José Eduardo dos Santos para granjear apoios e remodelar o governo. No período de 05 a 10 de dezembro de 1998 o partido realizou seu 4º Congresso e a votação dos membros do Comitê Central¹⁵⁵ e uma série de mudanças foram aplicadas. José Eduardo dos Santos adotou duas estratégias no campo político, a primeira fundada na desorganização interna do seu oponente – pelas dissidências da UNITA –, e a segunda no seu fortalecimento dentro do MPLA.

¹⁵⁰ FIGUEIREDO, Xavier de. “Quase a carregar no botão”. Jornal O Diabo, Lisboa, 08 de setembro de 1998.

¹⁵¹ SILVA, Reginaldo. “Lopo do Nascimento reage ao Congresso do MPLA”. Público, Lisboa, 26 de dezembro de 1998.

¹⁵² “O ‘grande irmão’ espreita a UNITA”. Diário de Notícias, Lisboa, 08 de dezembro de 1998.

¹⁵³ Segundo a reportagem, essa fora a estratégia da ala dos futunguistas, em referência ao Palácio Presidencial do Futungo de Belas, o grupo presidencial do partido.

¹⁵⁴ Como veio a ser o caso do próprio Miguel Puna.

¹⁵⁵ Desde fins de novembro de 1998, a posição de José Eduardo dos Santos era mais ou menos clara. Em reportagem do Diário Econômico de 26 de novembro (FILIPE, Celso. “Eduardo dos Santos remodela governo”. Diário Econômico, Lisboa, 26 de novembro de 1998), já se apontava as remodelações que o Presidente faria no seu governo, particularmente a saída de José França Van-Dúnem do cargo de Primeiro-Ministro – alegadamente por questões de saúde –, que poderia ser substituído por João Lourenço, caso Lopo do Nascimento fosse afastado do posto de Secretário-Geral do partido, cargo que, neste caso, seria priorizado em nome de Lourenço. Adicionalmente, uma das novidades do Congresso foi o aumento do número de membros do Comitê Central, de 178 para 251, um esforço para aumentar a representatividade das diversas províncias, que estariam protestando contra a marginalização dentro do cenário político e econômico do país (FERREIRA, Luís Alberto. “Velha guarda do MPLA tenta iludir a ‘degola’”. Jornal de Notícias, Lisboa, 09 de dezembro de 1998). Foi também a primeira vez que a votação para o Comitê Central se fez secretamente, embora a eleição para o cargo de Presidente do partido continuasse sendo aberta. Isso, ao que tudo indica, para possibilitar a eleição de José Eduardo dos Santos, cujo poder naturalmente bloqueava oposições abertas.

Moco (2015) caracterizou a segunda manobra como um processo de monarquização e de eduardismo que, apoiado na justificativa da guerra, serviu para a concentração de poderes na ala presidencial do partido. Deveras, como afirmou-se no *Diário Económico*,

Tal como sucedeu no Congresso de Dezembro de 1985, José Eduardo dos Santos levou para o Comité Central gente nova e da sua confiança pessoal e política. Saíram os que se limitavam a discordar do presidente do partido, os que iam mais longe e tornavam o dialogo quase impossível na hierarquia (“Presidente reforça poderes em contexto de guerra”. *Diário Económico*, Lisboa, 16 de dezembro de 1998).

Dessa forma, “José Eduardo dos Santos abriu o caminho para um novo Governo, mas um Executivo que irá estar inequivocamente comprometido com o Presidente e do qual ele não vai ter possibilidades de se demarcar” (“Presidente reforça poderes em contexto de guerra”. *Diário Económico*, Lisboa, 16 de dezembro de 1998).

O principal acontecimento do referido Congresso foi a não eleição de Lopo do Nascimento para o Comité Central do partido, que, desde 1972, era uma das figuras mais importantes do MPLA e número dois do partido, na opinião do *Diário de Notícias*¹⁵⁶. Seu cargo, de Secretário-Geral do MPLA, passou a ser ocupado por João Lourenço. Além dele, França Van-Dúnem (então Primeiro-Ministro) e Marcolino Moco também não foram eleitos. O afastamento dessas figuras foi bastante significativa: em um país que exorta uma cultura de respeito pelos *mais velhos*, a saída de membros históricos do partido foi notória e revelou o processo de ascensão de tecnocratas e modernização do MPLA em sua governação e interação com a sociedade civil. Por outro lado, figuras como Kundi Paihama, Afonso Van-Dúnem Mbinda, Dino Matrosse, França Ndalú, Lúcio Lara, Mambo Café, Bornito de Sousa, Roberto de Almeida e João Lourenço permaneceram no Comité Central¹⁵⁷.

De acordo com Moco (2015), essas três figuras eram vistas como uma ala do partido que ia contra a tendência presidencialista levada a cabo por José Eduardo dos Santos para o Comité Central do MPLA, particularmente para o Bureau Político, que, na ausência prática da UNITA no Legislativo, constituía o verdadeiro Parlamento da nação. Segundo Moco,

[...] essa ala incluía o então primeiro-ministro, Doutor França Van-Dúnem, que, em face de uma suposta posição de enfraquecimento político, resignaria, numa altura em que já estava na mesa, para aprovação pela Assembleia Nacional, uma lei polémica no plano jurídico-constitucional, que conferia a Presidente da República a qualidade de membro indissociável do Governo e seu chefe formal, com poderes para atribuir tarefas parcelares ao primeiro-ministro, ao arrepio do artigo 114.º da então vigente Lei Constitucional (LC) (2015, p. 56).

Também neste Congresso, José Eduardo dos Santos lançou sua estratégia para o desfecho da guerra civil. Na sessão de abertura, afirmou que ““A solução para a paz em Angola

¹⁵⁶ FERREIRA, Luís Alberto. “Nascimento ‘cai’ da Direcção com 27 anos de luta no MPLA”. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 11 de dezembro de 1998.

¹⁵⁷ “MPLA. ‘Históricos’ afastados”. *Público*, Lisboa, 10 de dezembro de 1998.

é o isolamento interno e externo de Jonas Savimbi e da sua ala militarista, que passa pela sua neutralização política e militar” (SILVA, Reginaldo. “Eduardo dos Santos quer ‘isolar’ Savimbi”. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 06 de dezembro de 1998). Ademais, de acordo com reportagem do *Jornal de Notícias*, existiria:

[...] ao nível das bases do MPLA [...] um grande consenso sobre a necessidade de se encontrar uma espécie de ‘solução final’ para Jonas Savimbi e os seus companheiros, pelo que não haverá efectivamente qualquer dificuldade para o presidente Eduardo dos Santos fazer passar as suas teses de exclusão do líder da UNITA da cena política local (SILVA, Reginaldo. “Eduardo dos Santos quer ‘isolar’ Savimbi”. *Jornal de Notícias*, Lisboa, 06 de dezembro de 1998).

A respeito de Savimbi, José Eduardo dos Santos mencionou no seu discurso que, assim como no caso do MPLA, os membros que militavam na UNITA concordavam que todas as tentativas de integrar Savimbi na vida civil foram infrutíferas. Note-se, ainda, que durante o IV Congresso ele autorizou o aumento dos ataques das FAA às posições ocupadas pela UNITA, com o objetivo de tomar as áreas do Andulo e Bailundo, vindo a reforçar sua posição dentro do partido¹⁵⁸. Fato é que, ainda durante o Congresso, o governo reclamou a conquista dos quartéis gerais da UNITA do Andulo e do Bailundo, dando início à Terceira Guerra Civil angolana, informações negadas pela UNITA¹⁵⁹. Ainda assim, em meados de dezembro a situação no terreno militar modificou e o governo sofreu diversas perdas no Huambo, o que demonstrava a imensa força militar mantida por Savimbi, apesar de não deter mais apoio dos Estados Unidos e de vizinhos regionais.

Adicionalmente, convém ressaltar o Acórdão P. 17/98, de 21 de dezembro, que, segundo Moco (2015), foi mais uma estratégia de concentração de poderes pelo Presidente José Eduardo dos Santos. O Acórdão diz respeito ao pedido encaminhado pelo próprio Presidente ao Tribunal Supremo, nas vestes de Tribunal Constitucional, para que interpretasse a Lei Constitucional de 1992 e determinasse se o Chefe de Governo seria desempenhado pelo Presidente ou pelo Primeiro-Ministro, havendo sido entendimento do Tribunal que esta função pairava sobre o Presidente da República (GUEDES et al., 2003)¹⁶⁰. As repercussões no governo foram rápidas: com base na justificativa da necessária paralisação militar da UNITA, e a

¹⁵⁸ “Ofensiva militar marca congresso do MPLA”. *Diário Económico*, Lisboa, 07 de dezembro de 1998.

¹⁵⁹ MENDES, Pedro Rosa. “Começou a terceira guerra civil angolana”. *Público*, Lisboa, 09 de dezembro de 1998.

¹⁶⁰ “A enorme querela interpretativa, o autêntico litígio constitucional, que em Angola se desenvolveu na sequência da grande revisão de 1992, e que teve como epicentro a questão da chefia de Governo, acabou como vimos por redundar numa decisão do Supremo Tribunal que transformou a bicefalia executiva característica dos sistemas semi-presidenciais (ou, simplesmente reconheceu a transformação *de facto*), num presidencialismo particular e ‘anormalmente’ forte, porque desprovido de um sistema adequado de *checks and balances*. Para além disso, esta decisão, na medida em que foi alegado que ela efectivamente tornou de maneira definitiva a figura de Primeiro-ministro numa espécie de Chefe de Estado-Maior do Presidente da República, deu azo, como foi referido, a que o próprio cargo de Primeiro-Ministro tenha, desde Janeiro de 1999 até inícios de 2003, permanecido vago; um não-provimento contrário à Constituição, que prevê expressamente esta figura” (GUEDES et al., 2003, p. 250-251).

urgência de resolução dos problemas econômicos, em janeiro de 1999 o Presidente da República, mesmo contra o disposto na Lei Constitucional de 1992, prescindiu do posto de Primeiro Ministro, ocupado por França Van-Dúnem.

A descrição em sequência dos eventos acima é fundamental para a compreensão do processo constitucional, inaugurado em 1998, como se analisará nas próximas seções. O ano de 1998, particularmente, representou um ponto de inflexão. A criação da UNITA-Renovada coincidiu com uma nova fase do confronto político, caracterizada por dois momentos: de um lado, uma fase de exaustão caracterizada por fragmentações na organização da UNITA e radicalização do confronto pela ala coordenada por Savimbi, e de outro lado, as ações do governo, que negociou com facções da UNITA e lançou, a partir de 1999, uma “guerra pela paz”, para dismantelar a UNITA de Savimbi. O governo adotou, portanto, duas atitudes: negociação com as dissidências e repressão da ala de Savimbi, sem com isso aumentar as margens de legitimidade daquele. Com efeito, houve retorno aberto à guerra em dezembro de 1998 de ambos os lados (HUMAN RIGHTS WATCH, 1999).

No final dos anos 1990, a UNITA sitiou várias cidades e vilas, principalmente nas províncias de Malanje e Kuito, procedendo a isolamento seguido de bombardeios. Houve, portanto, mudanças no grau do repertório violento e na mobilização de recursos. À medida que perdia o apoio de governos externos e das populações do interior de Angola, e o movimento se dividia em uma ala moderada e outra radical, a UNITA passou a uma estratégia de desestabilização, baseada em ataques a áreas urbanas, forçando os civis a se deslocarem do interior para as cidades já superpovoadas. Intensificou-se, neste período, a minagem do território, e o uso do estupro e rapto de mulheres como arma de guerra. De acordo com Pearce (2012), enquanto a UNITA apresentou uma renda garantida por governos externos, foi capaz de construir relações políticas estáveis com a população; quando perdeu esses laços e foi forçada à defesa militar, seu comportamento com as populações tornou-se mais violento e predatório. Atentemos a isso.

A situação militar se deteriorou a partir de 1998, era a fase de radicalização do confronto político. No final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 José Eduardo dos Santos cancelou o processo de paz afirmando que o único caminho para a paz era a guerra. Com efeito, em 29 de janeiro de 1999, em ocasião da nomeação do novo gabinete e atribuição do cargo de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas ao Presidente e, temporariamente, da sua própria absorção do cargo de Primeiro-Ministro, José Eduardo dos Santos declarou que a guerra era imprescindível para alcançar a paz. Note-se que depois da aplicação das sanções da ONU, do fim do apoio da África do Sul e dos EUA, contando com um governo afeito ao MPLA no

Zimbábue, privado de suas bases no Zaire com a queda de Mobutu e do apoio do Congo Brazzaville depois da derrota de Lissouba, Savimbi buscou novos aliados na Zâmbia do Presidente Chiluba, que teria oferecido facilidades à UNITA, além dos apoios já existentes com os governos do Togo, Burkina Faso, Gabão e Marrocos. Ainda assim, isolada regionalmente e sem credibilidade internacional, o governo teve êxito na ofensiva lançada pelo Presidente José Eduardo dos Santos em outubro de 1999, quando conquistou definitivamente as cidades do Andulo e o Bailundo, redutos estratégicos da UNITA, obrigando a UNITA a se deslocar para a província do Moxico, em áreas não povoadas e de difícil sustentação alimentar.

Posteriormente, em 08 de dezembro de 2001, durante reunião do Órgão para a Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC, Dos Santos apontou os três cenários possíveis sobre os quais o processo de paz angolano poderia evoluir:

1º – Em conformidade com o Protocolo de Lusaka, o Sr. Savimbi e as suas forças voluntariamente:

- a) Cessam as acções militares e terroristas;
- b) Entregam todas as suas armas e equipamentos militares às Nações Unidas ou procedem à sua destruição;
- c) Procede-se à desmobilização dos efectivos;
- d) Os Órgãos de soberania do Estado Angolano definem a situação posterior.

2º – As acções militares e terroristas prosseguem, (Savimbi) é capturado em combate, pelas nossas forças e entregue à justiça.

3º – Morte (de Savimbi) em combate, assumindo ele próprio essa responsabilidade por não aceitar a paz (ANGOLA, 2001, p. 02).

Fragilizada, os ataques do governo ao Andulo obrigaram a UNITA a se retirar da região em outubro de 1999. A fuga em retirada das tropas da UNITA em virtude da queda dos seus quartéis-generais no Andulo e Bailundo foi referida pelo General Sakala como uma segunda Grande Marcha do movimento – em referência à longa marcha realizada em 1975¹⁶¹. Ao contrário da primeira, essa segunda marcha durou dois anos e meio, até a morte de Savimbi, em 2002. Em entrevista ao Público, Sakala sublinha que, em dezembro de 2001, os últimos soldados que acompanhavam Savimbi – a chamada *coluna presidencial* – morriam todos os dias e quase não havia comida. Ele narra que Savimbi se separou dele em 23 de dezembro junto com o brigadeiro Kalulu. Posteriormente:

Sakala receberá em 9 de Janeiro uma mensagem codificada ‘em umbundo’ para que se desloque, ‘com urgência’, ao seu encontro. Savimbi quer discutir com ele e com ‘Gato’ ‘várias ideias’ e ‘dar corpo ao programa das tréguas e do diálogo’ que entretanto parece fazer caminho nos corredores diplomáticos e religiosos angolanos e europeus¹⁶².

¹⁶¹ Com o início da Guerra Civil angolana, em 1975, e o avanço da radicalização, a UNITA foi obrigada a se retirar da sede que geria na província do Huambo para zonas mais seguras do país. Desse modo, o período entre a retirada da UNITA do Huambo e seu estabelecimento na cidade de Cuelel ficou conhecido como a “Grande Marcha”. Iniciada em 09 de fevereiro de 1976, a marcha durou cerca de 07 meses, até 28 de agosto de 1976. Composta inicialmente de cerca de 1000 pessoas, terminou com 79 indivíduos (STUVOY, 2002).

¹⁶² “Testemunho de Alcides Sakala: com Savimbi, na fuga para a morte”. Público, Lisboa, 04 de setembro de 2006.

Assim, em 20 de janeiro Sakala partiu com os generais Gato e Dachala, calculando dez dias para alcançarem Savimbi, percurso que se atrasou por conta das operações militares das FAA nas imediações. Foi assim, ele narra, que em 22 de fevereiro tomaram conhecimento da morte de Savimbi que rumava em direção à fronteira da Zâmbia. O General Wala, das FAA, baseado na cidade de Luena, localizou três colunas rebeldes, uma das quais certamente contaria com a presença de Savimbi. Assim que percebeu a movimentação das forças do governo, Savimbi teria dispersado as duas outras colunas, uma sob comando do general Antônio Dembo, vice-presidente da UNITA, e outra conduzida pelo general Kamorteiro. Entretanto, montada uma emboscada, Savimbi foi baleado quando saiu da sua tenda. O movimento armado que, desde final dos anos 1990 mingauava, chegou ao seu fim com a morte de seu líder.

Depois da morte por doença, em 07 de março de 2002, do vice-presidente Antônio Dembo, os demais representantes da UNITA que se encontravam em Angola criaram uma Comissão de Gestão, coordenada pelo general Lukamba Gato, seguindo decisão conjunta com a Missão Externa e a bancada parlamentar da UNITA, até a realização de um congresso do partido. A primeira medida adotada pela Comissão foi a suspensão unilateral das hostilidades a partir do dia 13 de março, seguida de negociações com o governo de Luanda. Com a morte de Savimbi, o governo também cessou todas as hostilidades e iniciou os contatos com os comandantes da UNITA, cujas negociações resultaram em um acordo de desmobilização e um plano de reinserção dos 50 mil soldados da UNITA na sociedade.

O Protocolo de Luena, como veio a ser chamado, foi assinado em 04 de abril de 2002, levando em consideração os acordos de Bicesse e de Lusaka. Durante a cerimônia, o General Kamorteiro afirmou que a UNITA avaliara todas as alternativas e que optara pela reconciliação nacional a qual, embora apresentasse um preço, seria muito inferior ao da guerra. O representante do MPLA, Armado Cruz Neto, por sua vez, saudou José Eduardo dos Santos como o arquiteto da paz, alcunha que veio a ser capitalizada pelo MPLA¹⁶³. Em entrevista ao Público¹⁶⁴, Lukamba Gato afirmou que os acordos consolidados em Luena já eram previstos desde dezembro, seguindo orientação do próprio Savimbi. Ressaltou ainda que não houve rendições, houve negociações conjuntas entre ambos os lados para a conclusão do memorando de entendimento, que ele considerou como “[...] o melhor acordo que se podia assinar, nas circunstâncias actuais, na actual correlação de forças”. Afirmou ainda que: “[...] Nós viemos

¹⁶³ PEARCE, Justin. “Cessar-fogo em Angola: assinado o acordo para acabar com uma das mais longas guerras de África”. Público, Lisboa, 05 de abril de 2002.

¹⁶⁴ PEARCE, Justin. “O Governo venceu, mas não houve rendições”: entrevista com Lukamba Gato”. Público, Lisboa, 05 de abril de 2002.

[para este acordo] porque: primeiro, foi uma orientação do presidente e, segundo, ao analisar a conjuntura nacional e internacional, achámos que a negociação seria a melhor opção – mas não a única opção”. Lukamba gato ainda sublinhou que:

Sem dúvida que a guerra das guerrilhas podia continuar dispersa por todo o país. Temos um país enorme e não se pode destruir uma guerrilha nessas condições. Reconhecemos que o Governo teve uma vitória estratégica ao decapitar a direcção do partido, mas os restantes dirigentes tinham, efectivamente, outras alternativas. Pensámos que, em nome da paz e segundo a vontade política manifestada pelo presidente desde Dezembro, tínhamos de seguir esta orientação (PEARCE, Justin. “O Governo venceu, mas não houve rendições”: entrevista com Lukamba Gato”. Público, Lisboa, 05 de abril de 2002)¹⁶⁵.

No entanto, o entrevistado 01 sublinha que, com a morte de Savimbi, os restantes quadros da UNITA apenas puderam existir e assumir seus postos no Parlamento e no governo graças ao acordo estabelecido pela UNITA-Renovada com o governo previamente, especialmente no que diz respeito ao ingresso no sistema de reformas militares. Assim diz o entrevistado:

[...] O Entendimento de Luena foi imposto por uma das partes, a outra parte só assinou, não é assim? “*vai ser assim*”, “*ta bem*”, “*vai ser assim*”, “*ta bem*”, aceitar tudo, não negociar, [esse] foi o Entendimento de Luena. O que sobra fora do Entendimento de Luena é mais ou menos o compromisso que nós tínhamos assumido aqui [em Luanda] como UNITA-Renovada, nós que preservamos a participação [da UNITA] no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional – que teria sido terminado –, preservamos os benefícios do Protocolo de Lusaka em termos de reformas e pensões, e quando a derrota em 2002 se deu foi fácil voltar-se aquilo que já tinha sido o compromisso feito por nós.

Esse mesmo entrevistado ressalta, ainda, que o acordo de Luena não foi assinado com a direcção política da UNITA, mas sim com o Chefe do Estado Maior do partido. Nesse sentido, aponta que a direcção política “Não teve tempo de chegar ao acordo, se calhar assistiram na bancada... um bocado humilhante, a direcção política foi humilhada”. Desse modo, embora os pontos do Protocolo de Lusaka tenham sido retomados no acordo de Luena, ele sublinha que os termos foram aplicados “[...] na medida do interesse do governo”, por exemplo, “Foi acordado em Lusaka que a UNITA iria nomear, iria indicar administradores para a Sonangol e ia indicar

¹⁶⁵ Note-se que, em entrevista concedida ao Jornal O País e reproduzida no portal de notícias online ClubK, Lukamba Gato retoma essa mesma versão: “Nós tivemos que assumir as nossas responsabilidades na qualidade de secretário-geral. Pude rapidamente reunir à minha volta um certo número de camaradas da direcção com quem analisámos profunda e realisticamente a situação da própria UNITA, do país, da região, do continente e internacional. Chegámos à conclusão de que talvez fosse o momento a ser aproveitado para fazer uma démarche construtiva, embora eu continue a dizer que, desde os finais de 2001, o velho Jonas tivesse manifestado intenção séria e até mandou camaradas nossos da Missão Externa a estabelecerem pontes, contactos com vista a uma situação negociada. Portanto, nós não fizemos senão aquilo que o velho Jonas nos últimos seis ou sete meses evocava, uma saída política mas, por força das circunstâncias, o Governo tinha já entrado numa lógica, aliás foi assim definida: ou morte em combate, prisão ou rendição. Um dos três cenários aconteceu, mas não fomos forçados a ir para a negociação” (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

administradores para a alfândega, iria indicar administradores para empresas públicas... Depois de Lusaka o governo não aceitou”.

Lukamba Gato destacou em entrevista ao jornal *O País* que naquele momento a principal tarefa era a reunificação do partido e a configuração de uma direção definitiva. A Comissão de gestão da UNITA¹⁶⁶ criada após a morte de Savimbi contou com a presença dos líderes que se encontravam no exterior – e diretamente ligados à direção de Savimbi – e 80% dos demais deputados, inclusive líderes que tinham se distanciado ou se desvinculado de Savimbi em 1998. Com efeito, o partido demonstrou que constituía uma organização que podia existir sem Savimbi e de forma organizada enviou 65 mil homens e suas famílias para os campos de aquartelamento, quando eram esperados 50 mil. As dissidências da UNITA, por sua vez, se mantiveram por algum tempo, particularmente a UNITA-Renovada. A respeito disso, Messiant sublinhou que, embora desacreditada junto aos demais membros do partido e da Comissão de Gestão, ela permaneceu como “[...] peça importante da estratégia do governo no sentido de enfraquecer a Comissão de gestão, não permitir a unificação, ou neutralizar a oposição política que a UNITA, mesmo unificada, pode representar” (MESSIANT, 2002, p. 31). O governo de Luanda não discutiu um acordo político com o braço belicista da UNITA, apenas um acordo que tocasse questões militares. Assim,

[...] este memorando aceite já a 30 de Março no Leste e assinado em Luanda a 4 de Abril, organiza a desmilitarização e o desarmamento da guerrilha, em conformidade com o protocolo de Lusaka, do qual é dito ‘complementar’. Altera notavelmente, contudo, certos conteúdos e mandatos do acordo de 1994, no sentido de um controlo quase completo do conjunto da organização, da logística, do controlo e mesmo da observação desta fase unicamente pelo governo e pelas FAA, para além da Comissão militar mista onde se sentam as duas forças militares: despreza, remetendo-as a funções de assistência técnica, a ONU, normalmente presidente do órgão reitor do processo – e a tróica, e solicita apenas o seu contributo para questões humanitárias, ao lado das ONG e das Igrejas. Não está, desta forma, previsto, nem controlo nacional e civil, nem controlo internacional sobre o processo de nove meses que deve conduzir à desmobilização dos cerca de 50 mil militares atribuídos à guerrilha. O desarmamento diz respeito, além disso, exclusivamente à UNITA – o acordo nem menciona as forças organizadas da Defesa civil do governo, ou a população que foi maciçamente armada. O memorando prevê a integração no exército nacional de

¹⁶⁶ Sobre a Comissão de Gestão, Gato afirmou que: “Foi a estrutura que nós encontramos por iniciativa nossa na mata. Não podíamos reunir a Comissão Política, o Comité Permanente, encontramos a fórmula da Comissão de Gestão, que mereceu o apoio da grande maioria dos camaradas dirigentes, quadros e os militares que estavam nas diversas partes do país. Foi graças a essa Comissão de Gestão que nós conseguimos decantar um programa imediato, que tinha quatro pontos: primeiro, cessação unilateral das hostilidades aproveitando o 13 de Março, quando fizemos uma conferência via rádio com todos os comandantes e quadros do país no dia 7 de Março. Eu propus aos meus camaradas a cessação unilateral das hostilidades no dia 13 de Março. Segundo, procurar estabelecer contactos com o Governo com vista a encontrarmos as vias para o diálogo conducentes ao processo de Lusaka. Em terceiro lugar, a necessidade de reunificação do partido e, o quarto ponto, a organização de um congresso para a normalização institucional do Partido. Portanto, este foi o programa que apresentei aos meus colegas e que teve aceitação de todos. A partir do dia 7 e 8 começámos a trabalhar neste programa até que chegou o congresso de 2003” (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

apenas um décimo dos efectivos da UNITA. Enquanto que quase 50 mil homens devem, assim, ser integrados ‘na sociedade civil’ – é certo que com a ajuda da comunidade internacional, mas com meios e em modalidades que permanecem por definir –, o conjunto das forças da ordem angolanas – das milícias às polícias e ao exército – que estiveram todas comprometidas na luta ‘final’ contra o inimigo ficam, neste acordo, claramente favorecidas. A nova amnistia é, pois, no memorando, o ‘único ponto’ da reconciliação (MESSIANT, 2002, p. 28-29).

Messiant (2002; 2006) avalia, portanto, que a vitória militar do governo sobre a UNITA belicista e seu chefe despótico e carismático, ao mesmo tempo em que mantinha uma relação bastante próxima com seus dissidentes, teve um efeito de desorganização e desmoralização contundente sobre os rumos que a oposição seguiria após 2002. De fato, a seguir à derrota militar e política do seu oponente, tornou-se praticável ao governo retomar um processo de paz que, tão logo controlado e dirigido pelo próprio governo do MPLA, esvaziou-se de seu conteúdo – a reconciliação nacional – e resumiu-se à desmilitarização da UNITA. De acordo com a socióloga, isso evitou qualquer negociação nos termos da distribuição do poder político com a oposição, ao mesmo tempo que concedia ao governo meios de capitalizar esse momento para sua consagração e de seu presidente. No entanto, como veremos, essa não parece ter sido a posição do governo que, contrariamente ao que Messiant sugere, buscou negociar a transição constitucional com a UNITA, ao menos até 2004, quando a oposição boicota as atividades da Comissão Constitucional em virtude do atraso nas eleições e o governo, a partir de então, assume as rédeas da transição constitucional de modo unilateral.

De todo modo, o governo valeu-se dessa conjuntura e os desdobramentos disso respingaram também no processo de negociação constitucional, como se poderá observar. Relativamente a isso, observamos dois movimentos: de um lado, o governo capitalizou a imagem do Presidente José Eduardo dos Santos como o arquiteto da paz, aquele que negociou com a oposição e reprimiu apenas a ala de Savimbi, uma ação de guerra necessária para a conquista da paz duradoura a todos os angolanos. Com efeito, a frase “uma vitória sem vencedores nem vencidos” tornou-se popular, sendo utilizada por Dos Santos. De outro lado, o governo mostrou-se aberto a negociar a transição com a UNITA e de construir um grande consenso nacional frente a este novo capítulo da história do país. Dessa forma, manteve o GURN até 2008 – quando ocorreram eleições legislativas – e procurou construir a nova Constituição em conjunto com a oposição, promovendo acordos e, inclusive, concessões em algumas matérias. Ainda assim, cada passo em falso da UNITA era capitalizado a seu favor, uma constante referência àqueles que nunca quiseram ceder e a quem o governo buscou receber de portas abertas. Tais iniciativas vieram acompanhadas de mudanças no discurso do regime após 2002:

O poder tem agora que deixar mais margens reais e simbólicas a ‘outros’, já não podendo dar a imagem dum partido-Estado todo-poderoso. Tem interesse em conciliar o apoio da comunidade internacional (que na nova conjuntura insiste na exigência de uma boa governação – e este interesse é ainda mais evidente se se considerar que Angola pretende capitalizar a sua ‘experiência na resolução de conflitos’, baseando-se na extensão do seu poderio militar e petrolífero) e a imagem do seu Presidente como ‘arquitecto da paz’. O discurso desejável, destinado a esta comunidade internacional (sobre a firme vontade do governo em ‘aprofundar’ o conceito de um Estado de direito apresentado como já efectivado, assim como uma reconciliação apresentada como a base da sua política) é abundantemente fornecido (MESSIANT, 2006, p. 144-145).

A confusão historicamente construída e naturalizada entre o MPLA e o Estado angolano desde 1975 favoreceram o partido, concedendo-lhe meios incomparáveis de dominação e capital simbólico. Segundo Messiant, ao longo do processo constitucional que se verificou no pós-guerra, a ação política do MPLA visou assegurar sua dominação pela exclusão de todos os outros, fundando – ou formalizando – sob a égide do multipartidarismo, um partido-Estado. Por outro lado, argumenta que isso apenas foi possível graças a um ambiente partidário de forte disciplina e uma política de marginalização dos expoentes mais críticos dentro do partido desde 1998 que, consequentemente, consagrou o Presidente da República como trave mestra de todo o sistema e, não só porta-voz, mas quase personificação da coisa política. Desse modo, ainda que houvesse um governo de transição,

[...] o GURN pôde ser facilmente utilizado nesta lógica, uma vez que tal denominação encobre e mascara a ausência de partilha do poder de decisão – e ainda mais após a derrota da UNITA em 2002, que permitiu ao regime (desligado das obrigações inerentes a um processo de transição que foi evitado) retomar o que julga ser a sua ‘soberania’. A fórmula do GURN constitui, de facto, um modo de governação ideal para o MPLA, não só em relação aos pequenos partidos, que aproveitam as suas menores (ainda que para eles preciosas) benesses, mas também e sobretudo em relação à UNITA, na medida em que o governo pôde em 2002 remeter todas as ‘questões pendentes’ do ‘processo de paz’ para um ‘mecanismo bilateral’ com a UNITA – um mecanismo mal definido e a que o governo só recorre quando acha oportuno. O GURN é assim politicamente para a UNITA uma quase necessidade: por um lado, é (como o Parlamento) uma fonte legal de fundos essenciais (através de salários e outras vantagens legais essenciais) para a sua sobrevivência enquanto partido, uma vez que o terreno económico está fechado e controlado; por outro lado, o seu lugar no GURN representa e simboliza o reconhecimento oficial de que o partido tem um lugar político especial. Contudo, o reverso desta medalha é que o GURN é também para a UNITA um logro: os seus ministros não têm nenhum poder e só executam o que o governo (isto é, o regime) decide; e a sua participação no governo nem sequer serve à UNITA para assegurar minimamente a aplicação do pouco que havia sido ‘negociado’ em 2002 no Luena ou em Alvalade no que se refere tanto aos desmobilizados como aos cargos de administração – os governadores provinciais ou embaixadores da UNITA são facilmente abafados politicamente, tanto pelos seus vices ou subordinados (pertencentes ao MPLA) como pelo peso de todo o restante aparelho de Estado e da administração. O ‘governo’, por sua parte, toma liberdade de não conceder ou atrasar aquilo que foi decidido (substituição dos ministros da UNITA no GURN, nomeação do vice-governador em Luanda, etc.) – podendo inclusive utilizar estes atrasos ou não cumprimentos como meio de chantagem e pressão sobre a UNITA para que esta aceite posições que servem interesses importantes do regime (como efectivamente fez no que se refere à nomeação dos governadores provinciais) (MESSIANT, 2006, p. 155).

Adicionalmente, destacamos a realização de congressos pela UNITA e pelo MPLA. Olhemos para o primeiro. O IX Congresso da UNITA ocorreu em junho de 2003, tendo como principais objetivos a reunificação/reorganização do partido e a eleição de um novo Presidente. Isaías Samakuva foi eleito presidente com 78% dos votos, em eleição realizada no dia 27 de junho (HEITOR, Jorge. “Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos”. Público, Lisboa, 28 de junho de 2003)¹⁶⁷. Lukamba Gato, que também se candidatou à presidência do partido, não entrou para a composição da nova direção da UNITA, que contou, por exemplo, com Manuvakola para a função de responsável pelo Gabinete de Pesquisa e Assessoria, Alcides Sakala para a Administração Pública e Jaka Jamba para a Cultura¹⁶⁸. O afastamento de Gato pode ser compreendido como resultado dos esforços de negociação que empreendeu junto ao governo para a realização de uma transição constitucional transacionada, isto é, negociada de comum acordo. Este processo, que ficou conhecido como Acordo de Alvalade, durou até 2004, quando a oposição se retirou da Comissão Constitucional, como se poderá observar.

Entre os dias 06 e 09 de dezembro de 2003, por sua vez, ocorreu o V Congresso do MPLA, o primeiro após o fim da guerra. Na ocasião, no entanto, o MPLA, não alavancou a abertura e revigoração políticos que eram esperados do partido, uma vez que José Eduardo dos Santos se lançou, mais uma vez, como candidato único a sua própria sucessão e, portanto, como candidato à presidência do país nas eleições por vir¹⁶⁹. De acordo com o Público:

Depois do Congresso da UNITA, em Junho último, onde o principal partido da oposição introduziu em Angola a eleição de um líder partidário, o MPLA sentiu-se pressionado a seguir o mesmo modelo de abertura. Reuniu o seu CC [Comitê Central] em sessão extraordinária e anunciou o fim do ‘centralismo democrático’, a possibilidade de uma verdadeira eleição entre várias listas para a presidência e órgãos da direcção, e a introdução do voto secreto; promessas todas elas adiadas (CORDEIRO, Ana Dias. “A ‘oportunidade perdida’ do MPLA”. Público, Lisboa, 06 de dezembro de 2003).

Particularmente, a mesma reportagem do Público apontou que “O fim do ‘centralismo democrático’ – o que permite que várias listas concorram à direcção do partido – será um dos pontos da alteração dos estatutos a ser proposta neste congresso, mas a entrar em vigor só na próxima reunião magna do partido”. Em resposta às críticas aventadas, o MPLA ressaltou que qualquer militante teve a possibilidade de se candidatar a cargos de direcção do partido,

¹⁶⁷ Samakuva recebeu 1067 votos, Lukamba Gato recebeu 277, e Dinho Chingunji, um anti-savimbista que integrava a Renovada, recebeu 20 votos (HEITOR, Jorge. “Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos”. Público, Lisboa, 28 de junho de 2003).

¹⁶⁸ “Gato afastado da direcção da UNITA”. Público, Lisboa, 11 de julho de 2003.

¹⁶⁹ Neste Congresso, o Comitê Central foi alargado mais uma vez, de 251 para 281 membros, mantendo uma estrutura de renovação e continuidade. Interessante observar, no entanto, que somente uma parte do Comitê Central seria eleito, porque 58% dos membros transitariam da antiga direcção (CORDEIRO, Ana Dias. “A ‘oportunidade perdida’ do MPLA”. Público, Lisboa, 06 de dezembro de 2003), o que demonstra o esforço de transição gradual do partido para a vida civil pós-conflito.

incluindo a de presidente, o que, no entanto, não foi aproveitado por nenhum militante. A partir desse Congresso, a propaganda na imprensa estatal foi no sentido de apresentar José Eduardo dos Santos como uma figura investida de poderes excepcionais, sempre vinculado à paz, ao fim da guerra, e enquanto promotor humilde e desinteressado da reconciliação nacional. Ele condensaria, assim, a imagem de uma Angola em transição e comprometida com a edificação de uma nova ordem social. Note-se que permaneceu no poder presidencial até 2017, cargo assumido em 1979.

A morte do líder da UNITA se inseriu, portanto, na esteira de um projeto político conduzido pelo MPLA de cooperação-neutralização com a oposição (MESSIANT, 2006), de ritualização do político a partir da imagem de Dos Santos e, no caso em questão, uma forma de conduzir a política apresentada a partir de uma ideia de consenso que, na prática, se verificou apenas em parte. Ao fim e ao cabo, o GURN funcionou como plataforma de consagração de uma paz baseada na vitória militar e na liderança de José Eduardo dos Santos. Além do mais, como sugeriu Messiant (2002; 2006), a própria UNITA se beneficiou, ao mesmo num primeiro momento, do discurso do memorando da paz de que não haveria nem vencedores nem vencidos, porque minimizaria sua derrota ao mesmo tempo que agradaria a comunidade internacional, pouco à vontade com uma coroação explícita do governo pela completa aniquilação militar do seu inimigo. Esses foram alguns dos pontos e dilemas que caracterizam as negociações constitucionais entre 1998 e 2010. Atentemos, pois, a isso.

4.3 O processo constitucional angolano

Nesta seção examinaremos o processo constitucional angolano na passagem da II para a III República, mais especificamente no período compreendido entre 1998, quando foi criada a Comissão Constitucional, e 2010, quando a atual Constituição de Angola foi aprovada, tomando como base o contexto histórico apresentado anteriormente e buscando, dessa forma, proceder a uma observação relacional. A análise está dividida em dois momentos: no primeiro examinamos a negociação entre 1998 e 2004, quando a Comissão Constitucional é extinta, e no segundo atentamos para o processo final das negociações, quando o governo abandona a tentativa de construir um consenso junto com a oposição e aprova, após as eleições de 2008, uma Constituição que cristaliza seu projeto político. Como destacamos na introdução, para a realização da análise procedemos à leitura dos documentos oficiais sobre o processo de negociação constitucional aos quais tivemos acesso e entrevistas com alguns dos agentes nele imbricados.

4.3.1 Primeira rodada de negociações (1998-2004)

O princípio de elaboração de uma nova Constituição estava contido na Lei Constitucional de 1992 e nos acordos de Bicesse e Lusaka (SOUSA, 2006). Como vimos precedentemente, a Lei de Revisão Constitucional nº 18/96, de 14 de novembro, expressou a necessidade de aprovação de uma nova Constituição antes da realização de novas eleições no país. Essa Lei assegurava que as eleições deveriam ser realizadas depois da aprovação de uma nova Constituição (artigo 1º, n.º 1, alínea d) e também que o mandato da legislatura saída das eleições de 1992 se prolongaria até a investidura dos novos deputados eleitos nas eleições subsequentes (artigo 2º). Nesta Lei firmou-se, adicionalmente, no seu artigo 4º, que “1 – O Governo da República de Angola é constituído em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, no interesse supremo da reconciliação nacional” (ANGOLA, 1996 apud FEIJÓ, 2015, p. 621).

O processo de elaboração da nova Constituição começou, concretamente, com a investidura de poder constituinte à Assembleia Nacional a partir da data de publicação da Lei nº 1/98 de 20 de fevereiro (ANGOLA, 1998a apud FEIJÓ, 2015), a qual criou, adicionalmente, uma comissão eventual, designada Comissão Constitucional, composta por 44 deputados consoante a proporção de assentos de cada partido ou coligação de partidos na Assembleia Nacional (artigo 2º, n.º 1, 2 e 3). Relativamente à Comissão Constitucional, o processo de deliberação era feito por consenso, ou, na falta deste, por maioria absoluta (50% mais um dos membros presentes) (artigo 3º, n.º 3), e tinha o benefício de contratar especialistas nacionais, conforme previsto pelo artigo 89º do Regimento Interno da Assembleia Nacional (artigo 4º). A iniciativa para apresentação de ante-projetos da futura Constituição era competência dos partidos e coligações de partidos representados na Assembleia Nacional (artigo 5º) e deveriam ser apresentados dentro de um prazo de até 180 dias após a publicação da referida Lei (artigo 6º)¹⁷⁰¹⁷¹. A evolução da guerra civil a partir de 1998, como vimos, teve, no entanto, impactos sobre os trabalhos da Comissão Constitucional, que permaneceram relativamente estacionados

¹⁷⁰ Importante observar que, de acordo com o artigo 7º n.º 1: “Os Partidos não representados na Assembleia Nacional, as organizações sociais e os cidadãos, podem apresentar propostas e contribuições ao projecto da Constituição de Angola, a serem dirigidas ao Presidente da Assembleia Nacional, que as remete à Comissão Constitucional” (ANGOLA, 1998 apud FEIJÓ, 2015, p. 626).

¹⁷¹ “O referido diploma estabelece os procedimentos para a institucionalização da comissão eventual do parlamento (a Comissão Constitucional), sua composição, as formas de deliberação, bem como os mecanismos para os partidos políticos apresentarem as respectivas propostas para a futura constituição” (FEIJÓ, 2015, p. 45)

até 2002. Somente dois partidos submeteram ante-projetos à Comissão Constitucional no prazo estipulado, pelo que adotou-se nova lei, de nº 12/98, em 04 de dezembro (ANGOLA, 1998b apud FEIJÓ, 2015), prorrogando o mandato da Comissão Constitucional e fixando o dia 31 de dezembro de 1998 como prazo final para a submissão de ante-projetos. Fica evidente, desde já, um esforço premente em assegurar e monitorar a participação de todos os atores nesse processo¹⁷².

Poucos são os dados disponíveis a respeito dessa etapa do processo constitucional. Em virtude disso, a autora não obteve acesso à íntegra dos projetos submetidos pelos partidos, dependendo, assim, da bibliografia especializada sobre o assunto¹⁷³. O entrevistado 01 destacou que a discussão sobre a Constituição, a partir de 1998, era o ponto nevrálgico da Assembleia Nacional e que tais discussões constituíam, na verdade, projetos de Estado diversos para Angola. A balança de poder, nesse caso, era mais complexa, uma vez que a oposição ao governo dispunha de maioria qualificada para barrar um projeto de Constituição do MPLA. Nesse sentido, o entrevistado 01 aponta que: “[...] não convinha ao MPLA, não é assim? Fazer passar, fazer uma proposta de Constituição nas condições em que podia ser barrado. Então, se calhar a oposição não entendeu tudo isto”. Naquelas condições, no contexto de 1998, portanto, não era interessante ao MPLA aprovar a Constituição. A vitória sobre a UNITA no terreno militar modificou essa situação.

De acordo com Bornito de Sousa (2006) apresentaram ante-projetos os seguintes partidos: o MPLA, a UNITA (que apresentou dois projetos, sendo um deles da UNITA-Renovada), a FNLA, o PRS, o PLD, o PSD, a FDA, o PNDA e o PDP/ANA. Subsequentemente à análise dos ante-projetos, a Comissão Constitucional aprovou, em 16 de Fevereiro de 2000, um conjunto de 27 princípios estruturantes para guiar o rascunho da futura constituição. Da análise dos princípios fica evidente o esforço de consagração de um Estado Democrático de Direito, de um sistema de governo semipresidencialista, com autonomia local e descentralização e desconcentração administrativa e financeira, no quadro de um Estado

¹⁷² Conforme fica evidente no preâmbulo da Lei, “Tendo em conta, porém, que é de extrema importância para a Nação que a futura Constituição reflecta claramente as conquistas democráticas do Povo Angolano e reforce a organização e funcionamento democrático do Estado e da Sociedade” (ANGOLA, 1998b apud FEIJÓ, 2015, p. 629).

¹⁷³ Ademais, não foi possível verificar a lista de todos os membros que fizeram parte da Comissão Constitucional ou da Equipe Técnica que elaborou os primeiros estudos. Sabemos, por exemplo, que Lopo do Nascimento esteve à frente da Comissão Constitucional em 1998.

unitário¹⁷⁴ (GUEDES et al., 2003). Ainda assim, Bornito de Sousa aponta que quatro questões ficaram por clarificar, sendo elas:

1. A chefia do Governo: pelo Presidente ou pelo Primeiro-Ministro?
2. Os escalões territoriais das Autarquias e a forma de provimento do cargo de Governador de Província – por eleição ou por nomeação?
3. O número de câmaras do Parlamento.
4. A extensão da iniciativa legislativa aos cidadãos (SOUSA, 2006, p. 312).

Bornito de Sousa sublinhou, ainda, que desde este período UNITA e MPLA estabeleceram um fórum de negociação específico sobre a Constituição, que veio a ser chamado de Acordo de Alvalade em virtude de haver sido firmado no Hotel Alvalade (Luanda), em dezembro de 2002. Deveras, finda a guerra civil, o governo e a oposição mantiveram suas representações no GURN e, conforme estabeleceu-se no Acordo de Luena, visaram a resolução das questões nacionais mais imediatas do modo mais consensual possível. O MPLA precisava dos votos da oposição para passar um projeto de Constituição; a UNITA não se encontrava numa situação confortável para que pudesse fazer demandas excessivas ao governo; ambos os lados, particularmente o governo, visavam assegurar um processo constitucional que agradasse parceiros internacionais e, assim, retomassem o crescimento econômico. A respeito disso, Lukamba Gato ressaltou, em entrevista concedida ao jornal O País, em 2014, que:

[...] era preciso aproveitar melhor essa flagrante oportunidade, para que o Luena fosse o ponto de partida para uma nova fase de convivência, diálogo, reconstrução, reconciliação, em que definitivamente devíamos aprender com os efeitos nefastos da guerra. Devíamos aprender a viver, juntos e construirmos o país unidos, na base do diálogo inclusivo e dos mais amplos consensos nacionais (“‘A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos’ – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

O Acordo de Luena teve uma série de consequências, especialmente a nomeação de um Primeiro-Ministro, cargo desde há muito não provido, e tornou a pôr na agenda a realização de eleições (GUEDES et al., 2003, p. 204). Particularmente, favoreceu o debate público sobre o futuro do constitucionalismo angolano, no sentido de formular o futuro para as próximas gerações. Segundo Lukamba Gato, a Comissão Conjunta do GURN/Luena apresentou-se como o mecanismo de resolução das principais diligências nacionais, particularmente a reconciliação nacional e integração dos ex-combatentes na sociedade¹⁷⁵. No entanto, outro ponto relevante no período era o processo constitucional, que encontrava-se paralisado, razão pela qual a

¹⁷⁴ Destacam-se os artigos 1º: “Consagrar Angola como República Soberana, Independente, una e indivisível, baseada na vontade popular e empenhada na construção de uma Sociedade Livre, Democrática, de Paz, justiça e Progresso Social”; o 8º: “Consagrar o princípio da eleição por sufrágio universal, livre, directo, secreto, igual e periódico, do Presidente da República, do Parlamento e dos órgãos representativos do poder local”; e o 9º: “Consagrar a autonomia local e a descentralização e desconcentração administrativa e financeira no quadro do estado unitário, visando o exercício harmonioso do poder e a promoção e consolidação da Unidade Nacional” (ANGOLA, 2000, *online*).

¹⁷⁵ “‘A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos’ – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014.

UNITA e o MPLA concordaram em estabelecer um fórum de concertação bilateral para a aprovação de uma nova Constituição. Inclusive, Lukamba Gato afirmou que foi ele próprio quem sugeriu a criação do Mecanismo Bilateral para trabalhar paralelamente com a Comissão Conjunta. Assim, enquanto o trabalho da Comissão assentava sobre a gestão das questões pendentes do protocolo de Lusaka – principalmente questões militares –, o mecanismo bilateral constituiu um espaço mais aberto de diálogo sobre outras questões de interesse nacional, fundamentalmente o sistema político e o papel que seria assumido pelo Presidente da República. Assim,

A visão pragmática e de estabilidade institucional da direcção da UNITA, posterior a Fevereiro de 2002, permite um acordo constitucional com o MPLA sobre as quatro questões pendentes [referidas] e o avanço dos trabalhos da Comissão Constitucional que, num curto prazo, apurou o resultado do concurso público sobre os símbolos nacionais e teve concluído o ante-projecto da futura Constituição, elaborado por um grupo integrando especialistas indicados por todos os Partidos representados na Comissão Constitucional (SOUSA, 2006, p. 312).

Questionado, em entrevista ao Jornal O País, sobre o Acordo de Alvalade, Lukamba Gato sublinhou que:

Alvalade surgiu na sequência do desenvolvimento do diálogo. Surgiu da necessidade de desbloquear, se quisermos utilizar esta expressão, o processo constituinte anterior, que estava enquistado por razões várias. Havia o mecanismo bilateral de concertação, que era uma estrutura paralela à Comissão Conjunta. Deixa-me esclarecer: a Comissão Conjunta era o órgão reitor do Memorando do Luena. Geria as questões pendentes de Lusaka. Por isso, criámos paralelamente um mecanismo de concertação, que era um fórum em que as duas partes tentaram discutir questões de interesse nacional. Correcto? Não sei se me faço entender. Foi neste quadro, neste espaço de concertação, que surgiu a necessidade de abordagem do desbloquear do processo constituinte que tinha entrado num impasse. Havia duas posições: o MPLA era a favor de um sistema de governo semi-presidencial com pendor presidencial e a UNITA e a oposição de um sistema parlamentar. Através do mecanismo bilateral chegámos a um entendimento em Alvalade. Entendimento este que consistiu em desbloquearmos de facto a situação. Penso que houve progressos que nos levaram a encontrar um consenso à volta da constituição e sistema de Governo. Encontrámos um consenso à volta dos problemas mais difíceis que emperraram o processo constituinte. Então em duas palavras: Alvalade consistiu em avançarmos para um sistema semi-presidencial com pendor presidencial. A bandeira nacional já tinha sido aprovada por concurso público e havia uma outra, o hino nacional, que seria a mesma melodia numa letra diferente. Havia a possibilidade de coabitação entre um Presidente da República de uma família política e uma Assembleia ou maioria parlamentar de uma outra, o que não é possível na actual Constituição. Havia, por exemplo, a cláusula de que quem ganhasse na província governava, portanto era já o princípio da autarquização. Quem ganhasse na província não indicava o governador, mas sim governava a província¹⁷⁶ (“A geração que esteve

¹⁷⁶ Em mesma entrevista, Gato ainda afirmou que o ordenamento jurídico não favoreceu o exercício democrático e que, neste sentido, “[...] a Constituição actual, comparada com a que estava projectada nos Acordos de Alvalade, é um retrocesso, mesmo se tivermos de compará-la com a lei que esteve em vigor até à aprovação da nova Constituição” (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014). Afirma ainda que, ao que parece, o MPLA não se sente seguro para enfrentar o desafio das autarquias. De fato, a não autarquização de Angola favorece o MPLA de diversas maneiras, pois tudo fica centrado em Luanda e nada do que acontece nas demais autarquias passa pelo crivo da fiscalização ou do debate nacional.

envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos’ – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

A Comissão de Gestão da UNITA, coordenada por Lukamba Gato, e o MPLA estabeleceram, portanto, um acordo a respeito de determinados pontos que deveriam guiar a ordem pós-guerra civil em Angola e visando ao estabelecimento de uma sociedade reconciliada, ou, talvez, estruturada de acordo com o projeto político de determinados agentes. De todo modo, a UNITA naturalmente negociava em pé de desigualdade e o esforço do MPLA em atingir um consenso parecia mais um movimento de consolidação do seu poder pela via da integração do seu oponente no seu projeto de Estado. O entrevistado 01 sublinha, a respeito do acordo de Alvalade:

[...] lembro-me que ele [Lukamba Gato] terá proposto uma espécie de pacto, uma espécie de pacto de regime, e esse pacto de regime referia-se à necessidade que Angola tinha de estabelecer sempre uma relação de diálogo entre as partes que criaram o clima de confiança das elites angolanas, não importasse a sua opção política. Foi mais ou menos isso, pacto de regime, eu estou lembrado desse... um pacto... [...] muitos países fazem esses pactos em relação a programas que ultrapassam a dimensão partidária, ou até em relação a programas que vão além dos quatro anos de mandato. Os países têm que fazer esse compromisso nacional em que daqui a vinte anos temos que atingir aquela meta e todos os partidos tão de acordo.

O entrevistado 02, que participou da Comissão Técnica da Comissão Constitucional criada em 1998, fala o seguinte a respeito do Acordo de Alvalade:

Vamos lá ver, esse acordo foi feito sobre a Constituição que seria aprovada. Portanto, o que aconteceu: em 2002 fez-se o acordo com a UNITA de cessar-fogo, que é o acordo de Luena, e era necessário definir e encontrar – e havia encontros regulares, havia até uma Comissão Conjunta, como aconteceu em noventa e dois – entre o governo e a UNITA, e, de facto, em 2003 houve, eu não sei quem dirigiu o processo negocial pelo MPLA, portanto, pelo governo, não me lembro, mas presumo que tenha algumas pessoas que fizeram parte dessa negociação, acho que o General Egídio Carneiro acho que fazia; aliás ele fez parte de quase todas as negociações pelo governo, mais alguns dirigentes do MPLA. Portanto, não me lembro, muito sinceramente, quem é que esteve à frente desse processo negocial. O que é certo é que com a rotura das negociações para elaboração da Constituição [em 2004], o MPLA disse que, então, não fazia sentido estar a trabalhar num sentido quando houve uma rotura, então, se houve rotura houve rotura!

Na sequência do acordo de Luena, e concomitantemente às negociações de Alvalade, a Assembleia Nacional apontou um time técnico sob direção do Dr. Rui Ferreira, que produziu um texto inicial para a Constituição para comentários em janeiro de 2004, levando em consideração, na medida do possível, os rascunhos enviados por todos os partidos (THOMASHAUSEN, 2016). O grupo técnico analisou mais de dez propostas de Constituição e, a partir disso, formularam um projeto de Constituição com 351 artigos, que seria votado na Comissão Constitucional e, sequencialmente, em plenária do Parlamento. Segundo Guedes et al. (2003), a Comissão Constitucional afastou de logo a proposta de um Estado de tipo federal, como foi a proposta do PRS, ou até mesmo a existência de um Estado politicamente descentralizado. No que diz respeito à descentralização política foram várias as propostas que propuseram a eleição de governadores provinciais e parlamentos provinciais com funções

legislativas e políticas complementares relativamente ao Parlamento nacional. Destacaram-se, por exemplo, a proposta da FNLA, para a qual os governadores provinciais seriam indicados pelo Presidente da República de acordo com o partido que obtivesse maior votação no respectivo círculo eleitoral, e a proposta do PNDA que ia na direção ao princípio da representatividade proporcional. Embora houvesse, a princípio, uma concordância face a adoção de um sistema de governo semi-presidencial, isso não significa que houvesse homogeneidade programática nesse ponto:

Assim, o MPLA, o PDP-ANA e a FDA optaram por soluções mais presidencialistas, uma vez que propuseram que o Presidente da República (à semelhança daquilo que sucede na actual Constituição angolana), fosse simultaneamente Chefe de Estado e de Governo. Mas, em sentido contrário, a UNITA, PRS, FNLA e PLD optaram por inculcar nas suas propostas soluções de pendor mais parlamentar dado defenderem que o Presidente da República deve ser o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro o Chefe de Governo que, para além disso, deveria ser nomeado em função dos resultados das eleições legislativas (GUEDES et al., 2003, p. 271).

Para Guedes et al. (2003) essas eram posturas negociais e táticas e a proposta de semi-presidencialismo era fictícia, quando o desejo era, na verdade, a adoção de um regime presidencialista¹⁷⁷. Podemos afirmar que dois pontos nevrálgicos a respeito de uma nova Constituição angolana eram, de um lado, a questão referente ao poder Executivo, e de outro, a lógica de exercício do poder a nível nacional, se descentralizado ou centralizado. Discutimos anteriormente neste trabalho o desenvolvimento de um processo de concentração do poder do Estado em diversos países africanos, inclusive em Angola. Esse movimento, também embutido em narrativas acerca da natureza do poder na África, precisa ser analisado no tempo e espaço, constituindo uma resposta quase natural ao fantasma do tribalismo e das tentativas de balcanização dos territórios. Com efeito, esses dois pontos apresentavam-se conjuntamente como possíveis soluções a isso. Nesse caso, verificamos que o MPLA, enquanto governo, naturalmente visava a configuração de um modelo de Estado mais centralizado e concentrado, ao passo que a UNITA, fora do Estado, historicamente demandava a descentralização e maior autonomia regional às províncias que se viam desfavorecidas diante da força de Luanda. Respeitante a isso, o entrevistado 02 fala que:

Na altura discutia-se já essa questão e havia um partido, o PRS, que defendia a federação da Angola, e até hoje mantém isso, de cada estado, de cada província sendo um estado federal. A UNITA não ia pra essa solução, a UNITA defendia uma descentralização um bocado como existe na África do Sul, portanto em que, como se

¹⁷⁷ Os autores destacam a opinião de Raul Araújo que “[...] tem vindo a argumentar que o presidencialismo tem a vantagem de evitar a existência de um Primeiro-Ministro que, não sendo o Chefe de Governo, em termos práticos ‘apenas serve como para-choques’ à figura e actuação do Presidente da República. Em sentido inverso, rejeita este constitucionalista angolano soluções que atribuam a chefia do Governo ao Primeiro-Ministro; pois dessa forma, argumenta, o Presidente da República ficaria sem responsabilidades executivas, transformando-se numa espécie de ‘sobra grande’, o que não seria entendido pelas populações angolanas que vêem antes na figura do Presidente a encarnação do poder” (GUEDES et al., 2003, p. 272).

sabe, na África do Sul há eleições regionais, não é um estado federal, tá ali no meio caminho entre um Estado centralizado e um Estado federal, um Estado descentralizado administrativamente e politicamente, mas não é propriamente federal. E a UNITA mais ou menos defendia isso, no sentido de as províncias serem consideradas como autarquias. Que houvesse o estatuto da autarquia, a autarquia tem um estatuto de descentralização administrativa apenas, e não política, portanto houve ali uma discussão muito grande às voltas de todo esse processo. Nunca, sinceramente, penso que nunca houve uma discussão muito séria do ponto de vista técnico, houve mais e sempre uma discussão do ponto de vista político, político e ideológico, mais do que ideológico até, do ponto de vista do que é mais centralizado, e o MPLA defendia que o país saído da guerra não podia correr o risco de entrar numa descentralização, que é um Estado em formação, que poderia dar origem a processos de desmembramento do país, aliás tem sido um grande momento que o MPLA tem frisado este tema.

A respeito do Poder Executivo, por sua vez, Bornito de Sousa destaca que:

[...] durante as negociações bilaterais constitucionais, foi dominante a opinião de que no quadro do Sistema de Governo dever-se-ia evitar a bicefalia do Executivo, ou seja, um governo dirigido concorrentemente pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, conforme o modelo francês.

Nessa perspectiva, pelo menos três figurinos podem ser estruturados:

1. Presidente da República simultaneamente Chefe de Estado e Chefe do Governo mesmo coexistindo com um Primeiro-Ministro, Vice-Presidente ou figura afim. Este é o figurino predominante na região SADC.
2. Primeiro-Ministro resultante da maioria parlamentar como Chefe de Governo, sendo então o Presidente da República eleito por sufrágio universal indirecto (pelo Parlamento).
3. Modelo sul-africano: O Parlamento elege de entre os deputados aquele que vai exercer o cargo e Chefe de Estado (Presidente da República) e Chefe do Governo, o qual por sua vez nomeia um Vice-Presidente. Sendo eleito pelo Parlamento e podendo ser demitido por moção de censura, o Presidente sul-africano é tecnicamente também um Primeiro-Ministro ou, melhor, reúnem-se numa única entidade os cargos de Chefe de Estado, Chefe do Governo e Primeiro-Ministro, evitando assim a bicefalia do Executivo (SOUSA, 2006, p. 316).

O primeiro projeto de Constituição da UNITA apresentado em 1999 parecia apontar para um sistema parlamentar, não esclarecendo quem chefiaria o governo, prevendo apenas um Primeiro-Ministro indicado com base no resultado das eleições e que coordenaria o Governo e presidiria o Conselho de Ministros. O projeto apresentado pela UNITA-Renovada colocava o Presidente como Chefe do Governo, mas prevendo a nomeação de um Primeiro-Ministro com base nos resultados eleitorais, o que prefiguraria um modelo extremo de bicefalia executiva. Bornito de Sousa (2006) ressaltou, no entanto, durante a Conferência realizada pelos Professores Justino Pinto de Andrade e Nuno Vidal acerca da transição política angolana, que a UNITA teria se afastado dos acordos constitucionais feitos com o governo em 2002, quando teria concordado com o sistema de governo proposto pelo MPLA, razão pela qual o processo negocial encontrava-se estacionado.

Ele fala que, “A confirmarem-se alguns sinais nesse sentido, a actual liderança da UNITA parece inclinada para o retorno a um Sistema Parlamentar ou um Sistema Semi-presidencial com pendor parlamentar, afastando-se dos compromissos assumidos [em Alvalade]” (SOUSA, 2006, p. 317). Frente à indefinição que se punha na época, Bornito de

Sousa destacou que a alternativa para a aprovação da constituição seria adiar a definição do quadro institucional e delegar essa responsabilidade aos vencedores – leia-se, ao MPLA – ou então o país permaneceria face a infinitas negociações após as eleições. Uma declaração nesses termos, anunciada por um dos principais membros do MPLA, deixa claro que o partido naturalmente assumia o papel de vencedor da guerra civil e que, nesse sentido, ou a oposição colaboraria com seu projeto constitucional, ou seria marginalizada do processo negocial¹⁷⁸.

De fato, no decurso do processo de revisão constitucional interuseram-se divergências de caráter político, mormente a respeito do papel que o poder Executivo assumiria na Constituição, e a respeito da data de realização das novas eleições legislativas e presidenciais – previstas para ocorrer, conforme a Lei de Revisão Constitucional 18/96, de 14 de novembro, depois da aprovação de uma nova Constituição (ANGOLA, 1996 apud FEIJÓ, 2015). A partir de 12 de maio de 2004, a oposição ao governo no Parlamento (UNITA, PRS e FNLA) suspendeu os procedimentos da Comissão Constitucional, paralisando as negociações, por conta da recusa do presidente José Eduardo dos Santos em se comprometer publicamente a realizar eleições, não apenas legislativas, mas também presidenciais. Em resposta, o governo afirmou que o artigo 1º do referido Ato de Emenda Constitucional 18/96, de 14 de novembro, havia determinado que uma nova Constituição deveria ser adotada antes das *eleições parlamentares*, ao passo que nada declarava sobre as eleições presidenciais. Ou seja, a versão oficial do MPLA era que somente uma nova Assembleia Nacional poderia estabelecer as diretrizes para as eleições presidenciais. De acordo com Feijó et al. (2015)

O partido maioritário, MPLA, defendia a revisão constitucional como forma, também, de cumprir a Lei nº 18/96 (Lei de revisão constitucional) que fixava um conjunto de condições que deviam ser observadas antes do processo eleitoral seguinte, dentre as quais a aprovação de uma nova constituição. No lado contrário, defendia-se a realização das eleições subsequentes com base na Lei Constitucional vigente; postura assumida vigorosamente pela UNITA, com receio de o processo de revisão ser usado como pretexto para protelar a legitimação dos órgãos representativos (FEIJÓ et al., 2015, p. 47).

Bornito de Sousa, que na época era Presidente da Comissão Constitucional, considerou a suspensão dos partidos de oposição como “falta de sentido de Estado” e “desrespeito aos seus eleitores”. Ele apontou em conferência de imprensa, no dia 13 de maio de 2004¹⁷⁹, que isso atrasaria ainda mais o processo eleitoral e que o comprometimento da oposição em trabalhar com as instituições do Estado era contraditória e reducionista, porque “[...] esses partidos da

¹⁷⁸ Bornito de Sousa, que é atual vice-Presidente de Angola, sublinha, ainda, que esses preceitos se afastaram, inclusive, do pensamento de Savimbi, que era um defensor do sistema presidencial.

¹⁷⁹ “Bornito de Sousa acusa oposição de falta de sentido de Estado”. ANGONOTÍCIAS, 14 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/886/bornito-de-sousa-acusa-oposicao-de-falta-de-sentido-de-estado>.

oposição reduzem a democracia a eleições. A democracia é um conjunto que envolve elementos de carácter político, económico social e cultural””. A seguir, ele destacou que a Agenda Nacional de Consenso apresentada pelo MPLA anteriormente oferecia um projeto mais consistente para a vida política do país. Não tivemos acesso à referida Agenda, embora tenha sido documento amplamente discutido no cenário nacional, fundamentalmente após 2005, como se poderá observar. Assim apontou:

‘A agenda nacional de consenso é um projecto arquitectónico de construção do edifício do desenvolvimento de Angola, de tal sorte que quem quer que venha a governar, se encontrar o primeiro andar construído, o que ele vai fazer é construir o segundo, terceiro, quarto, quinto, e o que vier a seguir vai construir o sexto, sétimo, oitavo, nono, e assim sucessivamente’ (“Bornito de Sousa acusa oposição de falta de sentido de Estado”. ANGONOTÍCIAS, 14 de maio de 2004).

Pensamos que a escolha das palavras com a apresentação de José Eduardo dos Santos como o arquiteto da paz não deve ser afastada.

Carlos Magalhães, porta-voz da Comissão Constitucional, declarou em 13 de agosto a importância da participação dos partidos de oposição na construção da Constituição, “[...] uma vez que se pretende ter uma Constituição de consenso”¹⁸⁰. Com efeito, em 28 de agosto de 2004 MPLA e UNITA reafirmaram a validade dos compromissos políticos e jurídicos assumidos anteriormente, nomeadamente os acordos de Bicesse, Lusaka, Luena e de Alvalade, conforme divulgado pelos secretários para a informação do MPLA e UNITA, Norberto dos Santos e Adelberto da Costa Júnios, respectivamente¹⁸¹. Ainda assim, as negociações permaneceram estacionadas.

A respeito do imbróglio que se estabeleceu, Abel Chivukuvuku (2006), enquanto representante da UNITA, chamou a atenção para uma premissa no debate constitucional angolano a respeito da existência de uma correlação entre a aprovação da nova Constituição e a realização de eleições. O deputado sublinhou a existência de certos fundamentos históricos, políticos, jurídicos e legais na base do processo constitucional angolano e que, por isso mesmo, não seria aconselhável concentrar o poder numa só instituição do Estado – a própria história de Angola, ele ressalta, constituiria uma história de exclusão política. Adicionalmente, aponta que existiu uma ambivalência entre legalidade e legitimidade simultaneamente ao debate sobre quando e como seriam realizadas as eleições. Para ele, seriam igualmente legítimas tanto as demandas de realizarem as eleições com base no texto constitucional de 1992 quanto as

¹⁸⁰ “Ausência da oposição pode comprometer o calendário eleitoral”. ANGONOTÍCIAS, 13 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/1839/ausencia-da-oposicao-pode-comprometer-o-calendario-eleitoral>.

¹⁸¹ “MPLA e UNITA reafirmam validade dos compromissos assumidos”. ANGOP – Agência Angola Press, 28 de agosto de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/MPLA-UNITA-reafirmam-validade-dos-compromissos-assumidos,e002dca1-b8e3-473f-a7b3-25b0625720ac.html.

demandas de aprovação prévia de um novo texto constitucional, embora fosse opinião da UNITA que o protelamento das eleições geraria ainda maior defasamento e desconexão entre as instituições públicas e os cidadãos.

De um lado, portanto, UNITA e MPLA teriam entrado em consenso a respeito de determinados pontos sensíveis do processo constitucional, particularmente no que diz respeito ao exercício e distribuição do poder político. De outro, no entanto, começaram a surgir desentendimentos frente à questão eleitoral. Como pudemos observar, de acordo com a lei constitucional vigente naquele momento (a de 1992), previa-se a aprovação de uma nova Constituição antes das eleições, fato que passou a ser contestado pela oposição. Conforme notícia veiculada no Angonotícias¹⁸², o início de consultas aos partidos políticos pelo Presidente da República para marcação do pleito, principal exigência da oposição, foi atendido pelo governo durante reunião do Conselho da República, em 02 de julho de 2004. Ainda assim, a paralisação das negociações no âmbito da Comissão Constitucional se manteve, com base na justificativa de que as referidas consultas não teriam prosseguido e que o calendário eleitoral não teria sido divulgado – embora o MPLA o tenha feito em 24 de agosto de 2004, prevendo a realização de eleições em setembro de 2006 – conforme proposta apresentada durante a reunião do Conselho da República –, depois de aprovada nova Constituição¹⁸³. Note-se, adicionalmente, que no comunicado divulgado pelo MPLA referia-se à necessidade de aprovação de um calendário de consenso e do prosseguimento do diálogo e concertação¹⁸⁴. Na sequência, a oposição apresentou seu calendário, em 03 de setembro, sugerindo a realização do sufrágio em setembro de 2005¹⁸⁵.

O entrevistado 01 sublinhou que as negociações constitucionais iam bem para a oposição que, entretanto, parece ter feito um cálculo errado do seu poder negocial. Ele indica que diversas vitórias já haviam sido acordadas, aprovaram, por exemplo, “[...] uma bandeira

¹⁸² “Unita pede uma semana para analisar futuro da Comissão Constitucional”. ANGONOTÍCIAS, 21 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2321/Unita-pede-uma-semana-para-analisar-futuro-da-comissao-constitucional>.

¹⁸³ Note-se que o MPLA previa a aprovação da Constituição entre outubro de 2004 e maio de 2005. “MPLA apresenta calendário eleitoral”. ANGOP – Agência Angola Press, 24 de agosto de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/MPLA-apresenta-calendario-eleitoral,e7d8bd48-38e9-4f0e-87ce-01b7de7b1b9e.html.

¹⁸⁴ “Oposição analisa calendário eleitoral divulgado pelo MPLA”. ANGOP – Agência Angola Press, 25 de agosto de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/Oposicao-analisa-calendario-eleitoral-divulgado-pelo-MPLA,cc008d71-9b62-411b-8670-a8a88aea1f3e.html.

¹⁸⁵ “Calendário eleitoral da oposição”. ANGONOTÍCIAS, 03 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2053/calendario-eleitoral-da-oposicao>; “Partidos da oposição apresentam calendário eleitoral”. ANGOP – Agência Angola Press, 03 de setembro de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/8/36/Partidos-oposicao-apresentam-calendario-eleitoral,984eae00-6501-449a-b53a-8bfb252c60e.html.

diferente, o hino nacional mantinha a música mas apresentava nova letra, e era muito importante pro país que fosse assim”. Para ele, “[...] o balanço da negociação foi horrível, porque eles não souberam ganhar na medida da sua percentagem. Eles quiseram ganhar pra lá das fronteiras da sua percentagem, isto é um erro quando a delegação não consegue fazer a leitura da sua força”. Conclui afirmando que, “[...] Hoje, se calhar, as pessoas sabem que perderam muito em não ter aprovado o acordo, a Constituição, em 2003 ou 2004”. Portanto, ainda que com a Constituição negociada em Alvalade a UNITA ganhasse, digamos, apenas uma nova bandeira nacional e uma nova versão do hino nacional:

Entrevistado 01: [...] Pelo menos terminar-se-ia com essa hegemonia do partido no poder, hegemonia de quarenta e tal anos, quarenta e um anos! *Epá*, mudou-se a Constituição, o hino mudou, devia ter mudado em 2003, ou 2004. E as eleições seguintes far-se-iam com a nova Constituição. Era preciso que a oposição soubesse fazer a leitura e dizer assim: “*ok, epá, nós vamos largar isso e vamos largar aquilo, mas já ganhamos isso, já ganhamos aquilo*”. Se calhar a oposição queria ganhar além daquilo que lhes convinha. Então o MPLA congelou [as negociações], e aproveitou-se da oposição: “*ah, vamos retirar isso aqui porque ah! um protesto!*”.

Pesquisadora: Isso em 2004?

Entrevistado 01: Foi sim. Ah! Um protesto, sabe? (Risos). “*E eles que protestem!*” *Epá*, “*e a partir daí então vocês protestam e nós estamos desinteressados*”. E aproveitaram a oportunidade de culpar a oposição, mas com muito interesse para eles próprios.

Com efeito, o entrevistado 01 destaca uma questão bastante corrente em Angola, a respeito dos símbolos nacionais. Em virtude dos muitos anos de partido único, a bandeira nacional apresenta semelhanças evidentes com a bandeira do próprio MPLA, e o hino nacional reflete a versão histórica e política do MPLA na época da independência. A respeito disso, o entrevistado 02 esclarece que:

Essa é uma questão que vem sendo discutida há muitos anos, a questão dos símbolos, e é engraçado porque em 2004 já se havia assumido, o MPLA tinha aceite mudar os símbolos, inclusive houve concurso público para o hino nacional e para a bandeira. Houve concursos públicos feitos pela Comissão Constitucional e foram aprovados. Com a rotura, todos esses compromissos terminaram; só por uma questão de curiosidade, o hino nacional, quem ganhou na altura o hino, feito pelo Manuel Gonçalves, que foi extraordinário ver o Presidente hoje do Conselho da Administração, e que é uma figura, é um jurista muito conhecido em Angola, músico também, o hino nacional teve, foi aprovado praticamente por unanimidade pela Comissão Nacional, e a bandeira também foi aprovada, e o proponente da bandeira foi o Bornito de Sousa, que é o Ministro da Administração do Território; ele disse que não era dele, era da filha, mas pronto, foi a bandeira que... até isso se perdeu, portanto, em 2010... 2008, 2010, o MPLA disse ‘*epá, vocês romperam o compromisso*’, e a partir daí não preciso mais dizer mais nada. E não sei se alguma vez mais vai haver uma unanimidade como houve naquela altura para se mudar o hino e a bandeira.

A suspensão dos trabalhos da Comissão Constitucional pela oposição foi veiculada como uma “crise institucional”¹⁸⁶, “falta de maturidade política, tentativa de banalizar as

¹⁸⁶ “Comissão Constitucional pede postura clara à oposição”. ANGOP – Agência Angola Press, 11 de agosto de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/33/Comissao-Constitucional-pede-postura-clara-oposicao,a6cc9534-fcb3-4d71-ba81-4ada67fb1015.html.

instituições do Estado, ‘teatro’ político, manobras dilatórias para atrasar a realização das eleições”¹⁸⁷. Temas como o retorno da guerra civil após as eleições de 1992 por culpa da UNITA, por exemplo, foram retomados nos debates. Destacamos, ainda, da fala de Bornito de Sousa: “‘Nada nos garante, para pessoas que não se atêm à sua palavra, que, depois de uma eventual reunião com o MPLA, não apareça outra exigência’” e que “‘Não vemos nenhuma razão para que estes partidos não tenham ainda retornado à CC [Comissão Constitucional], a não ser a que já nos parecia no início, de haver uma mudança de estratégia da UNITA e outros partidos que estão a seguir neste boicote às instituições do Estado’”¹⁸⁸. Abel Chivukuvuku (2006) salientou que houve um exagero propositado na avaliação do impacto da suspensão dos trabalhos da comissão constitucional pelo governo. O deputado sugeriu, ainda, a existência de uma teoria da conspiração que tudo explica com base na lógica de uma tentativa de subverter as instituições do Estado. Para ele, não existiria um vazio constitucional em Angola na época, como outras pessoas apontavam.

Uma vez que os votos da oposição eram indispensáveis para a aprovação de uma nova Constituição, não foi possível proceder à votação dos projetos. A comissão constitucional foi extinta por iniciativa do MPLA através da Lei n.º 12/04 de 17 de dezembro, decisão avaliada pela oposição como sendo “precipitada”. No preâmbulo dessa Lei ressaltam-se dois momentos, um primeiro de ênfase nos trabalhos realizados pela Comissão Constitucional, e a opção, secundariamente, à prioridade atribuída ao processo eleitoral (ANGOLA, 2004 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 639)¹⁸⁹. O entrevistado 01 aponta que, diante dessa situação, o MPLA adotou a estratégia de adiamento das eleições até 2008 para, assim, obter vantagens no campo político e aprovar uma posterior Constituição com maior vantagem, o que, com efeito, verificou-se.

¹⁸⁷ “Retrospectiva 2004: Parlamento ‘fecha’ com agenda eleitoral na forja” ANGOP – Agência Angola Press, 10 de janeiro de 2005. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/especiais/historico/retrospectiva-2004/2005/0/2/Retrospectiva-2004-Parlamento-fecha-com-agenda-eleitoral-forja,47bf46c2-eeb5-408a-80fe-bb897987684e.html.

¹⁸⁸ “Comissão Constitucional pede postura clara à oposição”. ANGOP – Agência Angola Press, 11 de agosto de 2004. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/33/Comissao-Constitucional-pede-postura-clara-oposicao,a6cc9534-fcb3-4d71-ba81-4ada67fb1015.html.

¹⁸⁹ “Considerando que em Fevereiro de 1998 foi criada uma comissão eventual, denominada ‘Comissão Constitucional’, com o objectivo de elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Constituinte, o projecto da futura Constituição, após amplo debate e consulta;

Considerando que o essencial do trabalho da referida Comissão está feito, tendo culminado com a produção de um texto preliminar que está apenas pendente de discussão e eventual aprovação e que a continuação do processo constituinte é compatível em sede já das Comissões de Trabalho Permanentes da Assembleia Nacional;

Considerando ainda a prioridade atribuída à preparação do processo eleitoral, nomeadamente quanto à legislação correspondente e à realização das eleições legislativas à luz da Lei Constitucional vigente” (ANGOLA, 2004 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 639).

Há fortes indicativos de que a decisão da UNITA em se retirar do processo negocial tenha relação com a eleição de Isaías Samakuva para a presidência do partido, e a adoção, consequentemente, de uma postura mais conservadora em relação àquela que Lukamba Gato adotou na Comissão de Gestão, particularmente no que diz respeito aos acordos informais com o governo. Nossa hipótese se fortalece se lembrarmos que, desde os anos 1990, a UNITA apresentava uma série de divisões internas e visões divergentes acerca das opções políticas do partido. A respeito disso, o entrevistado 01 fala que o Acordo de Alvalade se tratou de:

[...] um programa de todo o país, e é sobre essas questões que se procurou, penso que esta, se não estou em erro, é esta a base que o Lukamba Gato tentou propor ao outro lado e que, *epá*, com algum radicalismo dos colegas da direção, se calhar foi sendo criticado como querendo fazer compromissos um pouco fáceis com a outra parte, por aí afora. Foi mais ou menos isso, não é assim? Porque, se calhar, um pacto de regime podia se refletir até na própria Constituição e podia, se calhar, ir um pouco além [...] e permitir uma Constituição mais abrangente do ponto de vista nacional, porque a nossa Constituição [a de 2010] omite muita coisa!

Ademais, interpelado se a mudança na liderança da UNITA se refletiu sobre o processo constitucional, este mesmo entrevistado assim responde: “Sim, sim, significa... o estilo do dirigente contou muito para um certo número de resultados nisto tudo”. E adiciona:

[...] é preciso que ao nível da direção as pessoas discutam mesmo a reforma, pra onde é que o partido vai, se não fizerem isso a UNITA pode ter outros problemas, de não se adaptar às situações novas, *tas* a ver? Então, é por isso que eu digo que, se calhar, entre o Samakuva e o Lukamba falta esse diálogo também, reformista, para haver novas propostas. [...] se calhar, o Isaías, ele adotou uma postura mais conservadora. [...] por isso é que eu estou a dizer, criticam sempre assim, *‘epá, o Lukamba foi ao Alvalade trair o partido’*, por exemplo. Será? E você que ficou em casa e não quer compromisso com ninguém, *ta* a dar melhor resultado pra UNITA ou não? Então, é ali onde eu acho que os partidos... eu dou o exemplo do Mandela. Esteve fechado na ilha, a ilha de Robben Island, quando saiu de lá a primeira coisa que fez foi o compromisso com o *apartheid*, o grande exemplo de reduzir o sofrimento do povo sul-africano.

Já o entrevistado 02 aponta que:

É preciso ver o seguinte, a UNITA tinha a UNITA da guerra e tinha a UNITA dos seus representantes lá fora. Quem negociou os Acordos de Luena foi o General Gato, que veio, que fez... portanto, há uma guerra, *tava* o Savimbi na guerra e também alguns da UNITA que tinham vindo da guerra. A UNITA do exterior nunca concordou com o cessar fogo de Luena. Portanto, eles sempre se opuseram a esta. [...] Nomeadamente o Samakuva, o Adaberto da Costa Fernandes, o Mkalia, o... portanto, agora tou-me a esquecer do chefe deles atualmente da política externa... portanto, digamos que a UNITA do Samakuva-direção é praticamente a UNITA que estava lá fora. Portanto, e como eles não concordavam e teve na altura um choque entre o Gato e os que tinham vindo do interior, porque eles começaram a ser, quando houve o acordo de Luena, eles foram acusados de traição, traição um termo que era, tinha sido uma traição aos ideais do Savimbi, aos ideais, e eles disseram, *“então venham vocês fazer a guerra”*. Quer dizer, nós estamos aqui numa situação extremamente difícil do ponto de vista militar, a UNITA *tava* quase a ser extinta do ponto de vista militar, e foi de fato a posição do Presidente [Dos Santos], que foi no sentido de que não se deve destruir a organização militar, devemos é negociar com a UNITA pela paz e dando à UNITA uma posição de respeito. Portanto, eles não devem ser vistos como derrotados, mas devem ser vistos como uma estrutura que estava a fazer a guerra, então vamos fazer um acordo de paz na base do princípio da igualdade, portanto. [Este] foi o discurso do MPLA e, particularmente, do Presidente, porque havia pessoas que não concordavam, que achavam que se devia aniquilar politicamente a UNITA e acabar,

e a posição do Presidente foi “*não, se nós queremos terminar a guerra em Angola de uma vez por todas e fazer a paz temos que fazer a paz com quem? Com quem estava a fazer a guerra, temos que dar dignidade a que e não tratá-los como senhores que perderam a guerra, dar-lhes dignidade e fazer o seu poder político e social*”, e assim foi feito. Portanto, eu penso que quem estava fora não se apercebe muito disso, mas de 2002 até actualmente não existem problemas muito sérios, nunca existiram, exatamente porque houve essa preocupação de fazer o enquadramento dos militares da UNITA, dos militantes, principalmente dos militares que fizeram a guerra.

Duas questões estavam em jogo relativamente à relação entre MPLA e UNITA: a primeira a respeito da relação entre a Comissão de Gestão da UNITA, coordenada por Lukamba Gato, e o MPLA, e a segunda acerca do posicionamento da nova direcção da UNITA, a partir de junho de 2003, com a eleição de Isaiás Samakuva para o cargo de Presidente do partido. De acordo com o entrevistado 02, Samakuva representava uma ala mais radical que buscava retomar a centralidade política da UNITA através de uma ação menos conciliadora junto ao governo. Com efeito, de acordo com reportagem veiculada no Público “[...] muitos militantes e simpatizantes do grupo não concordaram com a forma como ele [Lukamba Gato] se acomodou com a direcção do MPLA, tendo preferido alguém que se assumisse como alternativa” (HEITOR, Jorge. “Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos”. Público, Lisboa, 28 de junho de 2003)¹⁹⁰. O entrevistado 02 também aponta uma leitura política equivocada pela oposição que, nas eleições seguintes, realizadas em 2008, encontrou-se em uma situação de maior marginalização:

[...] Agora, em 2003, quando há as eleições na UNITA, isso em 2002, 2003... quando há as eleições na UNITA, quem ganha as eleições é o Samakuva, com o apoio deste pessoal que vem de fora, acaba pondo em causa os acordos que, feitos em 2002, e, portanto, o MPLA disse “*bom, se vocês não se sentem comprometidos com isso, nós também não*”. É a rotura de 2004, a rotura constitucional. [...] eu acho que foi uma má leitura política, presumo eu, que eles terão tido indicações, não sei por que, de quem, e de que estudos que eles fizeram, que nas eleições seguintes eles iam aumentar sua participação no Parlamento, que num processo de guerra, quem veio da mata e no fundo militarmente ficou numa posição desfavorecida que ia sofrer as consequências políticas disso, e foi o que aconteceu, a UNITA passou de setenta deputados para dezesseis.

A hipótese de que Lukamba Gato se aproximara do projeto do MPLA é plausível se tomarmos em consideração a declaração emitida por Samakuva durante o referido Congresso

¹⁹⁰ Note-se que, em entrevista concedida ao Jornal O País, em 2014, Lukamba Gato, questionado sobre a veracidade acerca das negociações entre o MPLA na posição de “prisioneiros”, informações, inclusive, vindas da Missão Externa da UNITA, afirma que: “Era difícil naquela altura a partir da Europa fazer uma leitura exacta do que acontecia no terreno, mas hoje com este recuo de 12 anos podemos facilmente juntar as peças e identificar os factos. E que não houve negociação entre homens livres e prisioneiros. De facto houve a negociação mais equilibrada do que podia ser em função da correlação de forças vigente na altura, mas o mais importante era, na minha óptica, aproveitar aquele momento histórico para iniciarmos uma nova etapa, uma nova fase do processo de desenvolvimento da nossa democracia”. Além disso, afirmou, retomando Alvalade: “[...] Tinha havido, de facto, alguns progressos se nós compararmos com a Constituição actual. Não gosto muito de falar disso, não sou o pai de Alvalade, mas penso que o bom senso leva qualquer indivíduo que esteve envolvido directa ou indirectamente a concluir que talvez o país tivesse mais ganhos indo para a lógica do Alvalade do que com a Constituição actual, que considero que foi de um grande retrocesso no processo de democratização do país (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

da UNITA, em 2003, quando “[...] anunciou que iria assumir-se como um líder de um verdadeiro partido da oposição, rompendo o pacto de regime assinado com o MPLA depois do fim da guerra e retirando os ministros da UNITA do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN)”¹⁹¹. Questionado a respeito disso, Gato afirmou que foi a Comissão de Gestão de UNITA que sugeriu, em 2002-2003, a necessidade de Angola evoluir para um Pacto de regime em relação aos problemas nacionais, com a ressalva que, “[...] nós tínhamos proposto já naquela altura, em 2003, um pacto global, mas só que muitos deliberadamente interpretaram como se nós estivéssemos a propor um ‘Pacto *com* o Regime’” (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014, grifo nosso)¹⁹².

Adicionalmente, Samakuva afirmou que o grande empreendimento da UNITA, após sua eleição, era retomar a unidade e coesão do partido, trabalhar para reinserir as pessoas que estiveram vinculadas à UNITA durante a guerra na sociedade. Além disso, quando questionado sobre eleições em 2004, ele ressaltou que “Não seria realista pensar em eleições em Angola no próximo ano. Há que reassentar as populações, reconstruir as infra-estruturas. Não há registo eleitoral, a revisão da Constituição não está concluída” (HEITOR, Jorge. “Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos”. Público, Lisboa, 28 de junho de 2003). O que teria motivado a mudança de posição do partido em 2004, ainda mais em um cenário de claro interesse do governo em colaborar e negociar com a oposição? Note-se que tanto Samakuva quanto Lukamba Gato fizeram parte, durante a guerra civil, da chamada linha dura da UNITA, a ala militarista de Savimbi.

Apesar da primeira fala proferida acerca do GURN, em 01 de julho de 2003, a assessoria da UNITA, já sob direção de Samakuva, divulgou que o partido ainda permaneceria no GURN até a realização de novas eleições¹⁹³ e assegurou seu comprometimento com a conclusão do processo de paz¹⁹⁴. Podemos aventar a hipótese de que Samakuva precisasse demarcar sua posição dentro do partido e angariar apoios e, por conta disso, assumia posturas por vezes contraditórias. Um fato certo é que a UNITA se encontrava em uma posição desconfortável: estava no GURN por força dos acordos de Lusaka e de Luena, o que significava

¹⁹¹ CORDEIRO, Ana Dias. “A situação da UNITA está pior hoje do que há seis meses atrás” – Entrevista com Carlos Morgado”. Público, Lisboa, 30 de maio de 2004.

¹⁹² Gato deixa mais ou menos evidente que a oposição veio de dentro da UNITA ao afirmar que “Talvez um dia, venha a redimensionar o meu projecto e voltar a propô-lo aos militantes do meu partido” (“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. ClubK, 16 de abril de 2014).

¹⁹³ HEITOR, Jorge. “UNITA de Samakuva aceita continuar no Governo angolano” Público, Lisboa, 02 de julho de 2003.

¹⁹⁴ HEITOR, Jorge. “Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos”. Público, Lisboa, 28 de junho de 2003.

estar de acordo com o programa do MPLA e compor o regime do seu opositor. A respeito disso, Bornito de Sousa sublinhou que a mudança da direcção no Congresso da UNITA em 2003 refletiu-se no processo de elaboração constitucional e no abandono dos acordos anteriores. Assim afirma:

Com efeito, a direcção da UNITA eleita nesse Congresso defende inicialmente (Agosto de 2003) a previa elaboração de um ‘Pacto de regime’ e a aprovação de um ‘Pacote legislativo de suporte às eleições’ encabeçado pela aprovação da ‘Nova Constituição’, chegando a apresentar ao Presidente da República uma proposta de calendário que prevê a preparação das eleições num prazo de cerca de 24 meses.

Contudo, em Maio de 2004, passa a defender uma posição inversa, privilegiando o factor cronológico e remetendo a definição das questões nacionais fundamentais para depois das eleições.

Por outro lado, e a coberto de outros partidos da oposição parlamentar e extra-parlamentar, a UNITA denuncia, de facto, os compromissos constitucionais assumidos com o MPLA sob o falso pretexto de que os mesmos não terão sido incorporados no ante-projecto de Constituição (SOUSA, 2006, p. 313)¹⁹⁵.

Comentando a posição da UNITA enquanto oposição ao governo, Carlos Morgado – Secretário da Saúde e Ambiente da UNITA – afirmou em entrevista que o MPLA tampouco assumira os compromissos firmados em Alvalade. Ele fala que:

Tudo aquilo que a UNITA fez, fê-lo no pressuposto de considerar os interesses nacionais acima dos interesses da UNITA, mas não foi subscrito pelo MPLA, que não incluiu no ante-projecto da Constituição nenhuma das questões prometidas à UNITA como contrapartida. Um exemplo é o dos governadores. O MPLA não aceita que os governadores [provinciais] sejam eleitos. A posição que deveria ser consagrada no ante-projecto era que os governadores seriam nomeados pelo Presidente da República, mas com base no candidato do partido vencedor das eleições nessa província, qualquer que fosse o partido. Da mesma forma que fez esse acordo e não foi cumprido, agora optou por sair com todos os outros partidos da Comissão Constitucional [em protesto contra a oposição do Governo de condicionar as eleições à aprovação de uma nova Constituição]. Portanto, a UNITA é um partido da oposição que, por força do contexto histórico, tem uma presença no Governo (CORDEIRO, Ana Dias. “A situação da UNITA está pior hoje do que há seis meses atrás” – Entrevista com Carlos Morgado”. Público, Lisboa, 30 de maio de 2004).

Em contrapartida, Bornito de Sousa (2006) negou a acusação, até porque havia técnicos na Comissão que haviam sido indicados pela UNITA e que concordaram com diversos pontos, especialmente acerca da Chefia do Governo, da questão do número de câmaras do Parlamento e do Conselho Nacional para os Assuntos Locais, e o provimento do cargo de Governador de Província¹⁹⁶. De acordo com Bornito de Sousa:

[...] o ante-projecto de Constituição de Janeiro de 2004, podendo embora merecer alguns ajustamentos, é o que mais fielmente reflecte o Acordo de Alvalade entre o MPLA e a UNITA e o que menos se afasta do texto da actual Lei Constitucional, conjugado com o Acórdão do Tribunal Supremo de 21 de Dezembro de 1998 que clarifica a questão da Chefia do Governo a favor do Presidente da República (SOUSA, 2006, p.).

¹⁹⁵ De acordo com o próprio Bornito, a UNITA e os demais partidos da oposição defendiam a realização das eleições antes da aprovação da constituição, enquanto que o MPLA buscava não subalternizar a constituição e achava essencial aprova-la antes das eleições para que balizasse todo o processo de consolidação da democracia.

¹⁹⁶ O ante-projecto da Constituição foi publicado em 22 de agosto de 2004, em separata do Jornal de Angola, mas não tivemos acesso ao mesmo.

O abandono da Comissão Constitucional pela oposição causou, naturalmente, alvoroço na política nacional. O governo serviu-se desse momento para lançar uma campanha de críticas à oposição que, assente na totalização estigmatizante do seu oposto, imputava-lhe a culpa sobre a paralisação do processo democrático de aprovação da nova Constituição. Havia interesse do MPLA em concluir uma suposta transição negociada, mas, ao que tudo indica, somente se o fosse através do programa do governo. A fala do então Ministro do Interior – e atual vice-presidente da República de Angola – Bornito de Sousa, sumariza essa questão. Note-se que, quando as instituições geram resultados que não são reconhecidos por toda a sociedade, os agentes recorrem à esfera do sagrado de modo a ritualizar o resultado e dar um sentido a ele. Isso é feito, por exemplo, através da mobilização de reconhecimento por organismos, institutos, conselhos, consultores, especialistas reconhecidos na área, processo que pode servir para legitimar a aprovação de leis e medidas importantes ao regime. No caso da Constituição angolana, o governo fez isso recorrendo a especialistas nacionais e estrangeiros, como foi o caso de Jorge Bacelar Gouveia.

Para Messiant (2006) era interesse do governo manter a UNITA próxima para enfraquecê-la e, com isso, despontar de modo legítimo na construção daquilo que ela chama de “[...] reconversão de um poder ditatorial de partido único em poder hegemónico autoritário adaptado ao multipartidarismo” (MESSIANT, 2006, p. 160). Assim, a presença da UNITA no GURN e, consequentemente, dentro de um pacto de regime constitucional:

[...] De um lado, visa impedir que a UNITA se autonomize ou faça alianças com outras forças da oposição que venham a dificultar (senão mesmo a pôr em causa) a política seguida, e pressionando-a a dar já ao regime a maioria de dois terços que lhe faz falta para mudar pontos da Constituição. Por outro lado, visa também – conjuntamente com a afectação de prebendas pessoais e ocultas a dirigentes da UNITA com a busca tenaz, nela e nos partidos que interessam, de novos ‘renovadores’ – intervir para enfraquecer a UNITA (e a oposição em geral) para facilitar uma vitória nas urnas [...] o facto de se manter no GURN aparece como uma limitação à sua autonomia e também à sua capacidade de unidade com outros partidos ou com actores independentes; além disso, dá azo à política de subalternização praticada pelo regime: que não tendo desvantagens para este, é para a UNITA um factor potencialmente destruidor (MESSIANT, 2006, p. 155-156).

De todo modo, como veremos na sequência, em virtude do resultado eleitoral de 2008 foi possível ao MPLA o desenrolar do processo constitucional de acordo com seu projeto político e, ao fim e ao cabo, a cristalização dos seus encaixes institucionais sem nem ao menos negociar com a oposição.

4.3.2 Fase final: a aprovação da Constituição de 2010

Finalmente, um compromisso foi feito e expresso na Lei nº 11/05, de 21 de setembro, que revisou a Lei de Revisão da Lei Constitucional nº 18/96, de 14 de novembro, removendo a necessidade de aprovação de uma nova Constituição para a realização de eleições parlamentares (ANGOLA, 2005 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 631; THOMASHAUSEN, 2016). O processo de negociação constitucional ficou, portanto, estacionado, e a prioridade acordada nacionalmente foi frente à realização de eleições legislativas, sobre as quais os partidos se concentraram. O que verificamos é que, a partir de 2005, o MPLA manteve sua proposta de construção de um grande consenso nacional, de construção de uma ordem social baseada em um amplo diálogo com as forças políticas e sociais do país. Esse movimento foi consagrado, sobretudo, através de uma série de consultas públicas e bilaterais realizadas pelo MPLA e assente na já referida Agenda Nacional de Consenso. Não tivemos acesso a este documento, em virtude do que apresentaremos a discussão sobre o assunto feita por Gomes (2009) e enriquecida com material de imprensa.

Gomes (2009) argumenta que o MPLA promoveu uma estratégia de redução e domesticação da arena política através de dois ciclos de consultas bilaterais aos partidos da oposição. O primeiro ciclo foi realizado em 2005 e dizia respeito, fundamentalmente, ao processo eleitoral, consistindo em reuniões com os seguintes partidos: PRD, PDP-ANA, UTPA, PRS, PLD, PSD, AD-Coligação, FNLA e com a UNITA. O objetivo era gerar credibilidade e transparência ao processo eleitoral e firmar compromissos junto a esses partidos frente ao processo eleitoral e a garantia de estabilidade após as eleições. O segundo ciclo de consultas, por sua vez, ocorreu a partir de 2006 e envolveu o processo eleitoral e a retomada das discussões acerca de uma Agenda Nacional de Consenso, proposta pelo MPLA ainda em 2004, como referimos anteriormente. A Agenda Nacional de Consenso dizia respeito à necessidade de: “[...] um consenso nacional sobre as tarefas fundamentais que deverão ser desenvolvidas para que os angolanos, independentemente da possibilidade de alternância do poder político num contexto democrático, possam levar adiante o seu sonho de fazer Angola crescer” (MPLA, 2004 apud GOMES, 2009, p. 389).

A Agenda era um projeto de Estado, consistindo num conjunto de princípios que norteariam a estratégia de desenvolvimento nacional durante vinte e cinco anos. Da leitura do documento, Gomes (2009) sublinha que parecia se tratar mais de uma carta de intenções, com objetivos mais ou menos genéricos daquilo que se projetaria para o país. Apresentada como estratégia para a busca de consensos necessários para o país, a oposição recebeu o documento como mais uma tentativa do MPLA em manter sua hegemonia. Gomes sublinha, por exemplo, uma “[...] produção massificada de notícias que veiculam uma forte impressão sobre a suposta

existência de um consenso e de uma união em torno da Agenda e, por arrasto, do seu proponente” (2009, p. 393). Com efeito, um dos pontos destacados pela autora é que a proposta de Agenda Nacional de Consenso visaria a aprovação de um regime político presidencialista na futura Constituição. Ela cita um trecho da proposta, em que se indica o seguinte:

63. O Presidente da República é o Chefe de Estado, o Chefe do Governo e o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas; [...]

66. O Governo constituído pelo Primeiro-Ministro, os Ministros e os Secretários de Estado, é o órgão de soberania incumbido da condução da política geral do país, definida pelo Presidente da República (GOMES, 2009, p. 391-392).

Em notícia veiculada no Portal Angop¹⁹⁷ sobre reunião entre MPLA e PNDA, a Agenda Nacional de Consenso é apresentada como “[...] um documento político programático que conforma princípios fundamentais para a definição de um projecto comum dos angolanos”, um documento que o MPLA pretendia que fosse “um modelo de crescimento sustentável virado para a edificação de uma sociedade de paz e concórdia”, e “[...] uma garantia mais abrangente e duradoura para a estabilidade sócio-política e económica de Angola, pelo que deve suportar uma estratégia de desenvolvimento para os próximos 25 anos”. Destacamos, ainda, a Moção de Estratégia do MPLA, apresentada por José Eduardo dos Santos em 2016; esta Moção, inspirada na Agenda Nacional de Consenso, apresentava os pontos de trabalhos do partido para os próximos cinco anos. Nela, o Presidente destacou dez grandes consensos nacionais, do qual destacamos: “1 – Consolidar a paz, reforçar a democracia e preservar a unidade e a coesão nacional; [...] 3 – Edificar o Estado democrático e de direito forte, moderno e coordenador e regulador da vida económica e social”¹⁹⁸.

O Tribunal Constitucional angolano foi instituído em 25 de junho de 2008, sendo responsável pela verificação do processo constitucional após as eleições. A corte é composta por 11 juízes, sendo quatro indicados pelo Presidente, quatro indicados pela Assembleia Nacional, dois indicados pelo Conselho Nacional do Judiciário, e um baseado em um processo de seleção conduzido pela Corte Constitucional, para um termo de 07 anos, não renovável (THOMASHAUSEN, 2016). Reunidas as condições necessárias e ancoradas, segundo visão do MPLA, num grande consenso nacional, as eleições parlamentares ocorreram em 08 de setembro de 2008. Concorreram ao pleito um total de 10 partidos e 04 coligações, contando uma taxa de comparecimento de cerca de 75% da população – as eleições não são obrigatórias. A oposição

¹⁹⁷ “MPLA e PNDA abordam registo eleitoral e Agenda Nacional de Consenso”. ANGOP – Agência Angola Press, 18 de maio de 2006. Disponível em: http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/4/20/MPLA-PNDA-abordam-registo-eleitoral-Agenda-Nacional-Consenso,6a028c20-38e1-48f7-ad02-9614614be411.html.

¹⁹⁸ “Moção de Estratégia do Líder inspira-se na Agenda Nacional de Consenso”. Portal de Angola, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.portaldeangola.com/2016/08/18/mocao-de-estrategia-do-lider-inspira-se-na-agenda-nacional-de-consenso/>.

fizera um cálculo inexato e, ao contrário da aquisição de uma parcela mais favorável de assentos no Parlamento, o que lhe permitiria barganhar o processo constitucional, defrontou-se com a aquisição de uma maioria hegemônica pelo MPLA. O MPLA obteve 81,64% dos votos (191 das 220 cadeiras no Parlamento), seguido da UNITA com 10,39% dos votos (16 assentos), do PRS com 3,17% dos votos (08 assentos), a Coligação Nova Democracia com 1,20% dos votos (02 assentos) e a FNLA com 1,11% dos votos. Os restantes partidos obtiveram 1% ou menos de votos. O entrevistado 02 explica a vitória do MPLA por conta do trabalho feito ao nível da reconstrução nacional e por conta da deterioração da imagem da UNITA, principalmente depois da radicalização da guerra durante os anos 1990:

[de] 2002 a 2008 foram seis anos em que o MPLA [...] foi sempre vendo qual era a melhor condição da altura de se fazer as eleições, e qual é o trabalho que se tem feito? É exatamente este: ir-se buscando, melhorando... entretanto houve tempo do MPLA melhorar uma série de questões, arranjar as estradas, ter escolas, e as pessoas disseram *“bom, acabou a guerra, afinal as coisas tavam mal porque quem estava no poder não podia, não conseguia fazer isso, agora o MPLA está a mostrar que pode mostrar serviço”*. Onde não havia estradas apareceram estradas, onde não havia postos médicos apareceram postos médicos e assim... e as pessoas que já estavam cansadas da guerra disseram *“epá! Esses aqui [referência à UNITA] só fizeram confusão!”*. Mesmo aqueles seus militantes disseram *“epá, nós não queremos guerra”*, depois o Samakuva cometeu o erro do ponto de vista político muito sério que foi criar, ficar sempre na ameaça [...] ameaça política de que se as coisas não correrem bem nós vamos voltar pra guerra. [...] E foram sempre fazendo essa ameaça, não direta mas iam insinuando e os seus militantes a nível da política iam fazendo isso durante a campanha eleitoral. As pessoas reagiram como quem diz *“não, nós não queremos mais guerra, nós estamos cansados da guerra, se vocês vêm com esse discurso então nós vamos votar em quem nos está a dizer que não quer mais guerra”*. Foram muitos anos de guerra, extremamente, depois quando houve ali outros fatores do ponto de vista sociológico até, de erros que acho que a UNITA cometeu de colocar à frente da sua direção política os mesmos que fizeram a guerra, que eram os comandantes militares daquela região, onde houve, portanto, as vezes massacres, problemas sérios, e eles não perceberam, disseram não e as pessoas reagiram, *“mas outra vez a mesma pessoa?”* e tal.

Com a posse dos novos deputados, o longo capítulo da transição para a paz se encerrou na história angolana. Assim, em 21 de novembro de 2008 a Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 10 (ANGOLA, 2008a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 641), que revogou as leis n.º 18/96 e n.º 11/05, formalizando, portanto, a conclusão do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional e o início de uma vida política normalizada. Convém salientar, do preâmbulo da referida lei, que *“A conquista da paz e da estabilidade política em Angola foi sempre um objectivo supremo das instituições e do povo angolano e o seu reforço e consolidação continuam a ocupar lugares privilegiados na agenda política nacional”* (ANGOLA, 2008a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 641).

A Assembleia Nacional, pela Lei n.º 02, de 06 de janeiro de 2009, criou uma nova Comissão Constitucional, ainda outorgada de poderes constituintes. No artigo 1º n.º 2 afirmava-se *“Para o exercício do poder constituinte a Assembleia Nacional reúne-se em Plenário, como Assembleia Constituinte e em Comissão Eventual, constituída nos termos da presente lei”*

(ANGOLA, 2009a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 643). Logo, assim como em 1998, criou-se uma Comissão Eventual para elaboração do projeto de Constituição, designada Comissão Constitucional (art. 2º n.º 1), que iniciaria seus trabalhos até 30 dias após a publicação da referida Lei e “[...] concluir os trabalhos da elaboração da futura constituição no prazo de 120 dias a contar do fim do período de entrega dos ante-projectos a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º da presente lei” (ANGOLA, 2009a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 644). Composta por 45 deputados (art. 3º n.º 1), a Comissão Constitucional funcionaria por consenso, ou, na falta deste, por maioria absoluta dos seus membros (art. 5º n.º 3), e seria assessorada por uma Comissão Técnica, “[...] cuja composição é definida pelo seu Plenário, integrando técnicos e especialistas indicados pelos partidos políticos e coligação de partidos representados na Assembleia Nacional” (ANGOLA, 2009a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 645)¹⁹⁹. Por fim, a submissão de ante-projectos poderia ser feita até 75 dias após a aprovação da lei (art. 8º n.º 2) e deveria, necessariamente, “[...] consagrar a garantia [...] dos direitos fundamentais, nomeadamente as liberdades dos cidadãos, os direitos económicos, sociais e culturais e os demais direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e outros, constantes das leis e regras aplicáveis do direito internacional” (ANGOLA, 2009a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 646). Nenhuma referência, portanto, era feita à forma que o poder político deveria ser organizado. Posteriormente, a Assembleia Nacional aprovou a lei 03, de 26 de fevereiro de 2009, que, em seu artigo 1º, prorrogava o prazo para apresentação de ante-projectos de constituição em 90 dias após aprovada a referida lei (ANGOLA, 2009b apud FEIJÓ et al., 2015, p. 103).

De acordo com Thomashausen (2016), em 07 de março de 2009 foi estabelecida uma Comissão Técnica sob responsabilidade de Carlos Feijó – note-se que subsequentemente ele assumiu o papel de Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil (2010-2012)²⁰⁰. O comitê técnico teve a responsabilidade de consolidar cinco propostas constitucionais que foram submetidas pelos partidos, do que produziu-se três rascunhos alternativos, publicados em novembro de 2009 pela Comissão Constitucional. Para Thomashausen, as principais diferenças entre os

¹⁹⁹ Assim como a Comissão Constitucional anterior, “Os demais órgãos do Estado, os partidos políticos e coligações de partidos políticos não representados na Assembleia Nacional, as organizações da sociedade civil e os cidadãos podem apresentar propostas e contribuições ao projecto de Constituição da República de Angola” (ANGOLA, 2009a apud FEIJÓ et al., 2015, p. 646).

²⁰⁰ A Comissão Técnica teve como membros: Carlos Maria da Silva Feijó (Coordenador), António Rodrigues Afonso Paulo (Coordenador Adjunto), Adão Francisco Correia de Almeida, Cremildo José Felix Paca, João Maria Pocongo, José Octávio Serra Van-Dúnem, José António Lopes Semedo, Sihanouk L. Fortuna, Marcy Cláudio Lopes, Rosa Branca da Cunha Cardoso, Rosa Maria Fernandes Guerra, Solange Romero de Assis Machado Pereira, Casimiro Calei, Armindo Moisés Cassessa, Cláudio da Conceição Henriques da Silva, David Alberto Já, Lopes Toni do Nascimento N. Malanje, Gongo João Pedro e Manuel Moreira Pinheiro. Adicionalmente, colaboraram também: Adérito Belmiro Correia e Manuel Neto Costa (FEIJÓ et al. 2015, p. 2537).

rascunhos diziam respeito ao interesse do MPLA em contornar a eleição direta que existia nos princípios do artigo 159º da Constituição de 1992, propondo, alternativamente, o esquema de lista pelo Parlamento. A respeito disso, o entrevistado 01 afirmou que entre o boicote da oposição, em 2004, e as eleições em 2008:

[...] ninguém mais mexeu no assunto, os papéis foram pro arquivo. Depois das eleições de 2008, com a maioria qualificada o MPLA foi buscar os projetos [constitucionais] dos arquivos, alterou o que tinha que alterar e fez passar aquilo que queria sem mais contestação, por voto. Com as eleições, com o voto maioritário e não do consenso. Há países em que a Constituição até vai a referendo [...] mas aqui não, aqui foi o voto maioritário, a maioria qualificada que determinou a nova Constituição.

O entrevistado 02, no entanto, aponta outra realidade. Segundo ele, a equipe que constituiu a Comissão Técnica:

[...] trabalhou com base em propostas dos vários partidos políticos, proposta da Constituição, e a Constituição que é aprovada em 2010 assenta basicamente, tirando a parte do poder político, num acordo com todos os partidos políticos, e era posta que existia até 2004. Portanto, toda a parte sobre os direitos fundamentais, os princípios gerais, os princípios fundamentais, os direitos fundamentais, a organização, não a organização do Estado, mas os tribunais, a administração pública, portanto tudo, toda esta matéria já tinha sido discutida até 2004, até a altura em que a UNITA abandonou as negociações”.

A votação final naturalmente favoreceu o MPLA que detinha maioria absoluta para aprovar qualquer coisa. Logo, a Constituição foi aprovada sem dificuldade pela Assembleia Nacional, em 03 de fevereiro de 2010 e promulgada no dia 05. A votação recebeu 186 votos a favor e duas abstenções, além do boicote da UNITA, cujos deputados presentes (14 de um total de 16) se retiraram da sala no momento da votação. Alcides Sakala, em entrevista ao Diário de Notícias, sublinhou que a Lei representava um processo de monarquização do sistema político angolano²⁰¹. Muitos observadores comentaram que o resultado das eleições de 2008, tão hegemônico para o MPLA, teria sido difícil caso as eleições presidenciais fossem diretas (THOMASHAUSEN, 2016).

Tal qual Alcides Sakala, Marcolino Moco (2015) classificou a forma pela qual se deu a aprovação da Constituição de 2010 como um “golpe de Estado de natureza jurídico-constitucional” (p. 58). Ele aponta que os consensos obtidos anteriormente foram ignorados, assim como os limites materiais constitucionalmente consagrados no art. 159º da Lei Constitucional de 1992²⁰², fundamentalmente no que diz respeito às eleições. Isso porque, a

²⁰¹ NAVES, Luís. “Nova Constituição angolana reforça poderes do Presidente. Diário de Notícias, 22 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.dn.pt/globo/cplp/interior/nova-constituicao-angolana-reforca-poderes-do-presidente-1475996.html>.

²⁰² O artigo 159º assim versa: “As alterações à Lei Constitucional e a aprovação da Constituição de Angola têm de respeitar o seguinte:

- a) a independência, integridade territorial e unidade nacional;
- b) os direitos e liberdades fundamentais e as garantias dos cidadãos;
- c) o Estado de direito e a democracia pluripartidária;

Constituição de 2010 consagrou um presidencialismo atípico, avaliado por diversos especialistas como um sistema que não permite contrapeso ao poder do Presidente. O artigo 105º lista como órgãos soberanos do Estado o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais. Já os artigos 119º e 120º (ANGOLA, 2010 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 2479-2481) estabelecem como competências do Presidente da República, dentre diversas outras coisas, ele aponta e demite os Ministros de Estado e governadores provinciais, aponta todos os Juízes, tem liberdade para declarar a guerra ou emergência nacional, requerendo apenas que se consulte a Assembleia Nacional, aponta os Chefes e Oficiais de Comando da Política e Agências de Segurança e Inteligência do Estado, pode legislar através de decretos legislativos e passar decretos presidenciais legislativos provisórios em qualquer matéria, incluindo aqueles que digam respeito à competência exclusiva do Parlamento, sujeito apenas a aprovação subsequente da Assembleia Nacional dentro de 60 dias. O Presidente não tem poder de dissolver a Assembleia Nacional, mas pode se auto-demitir e, conseqüentemente, dissolver a Assembleia Nacional, pelo que novas eleições parlamentares ficam previstas para ocorrer em 90 dias e para as quais ele pode se recandidatar (artigo 128º).

Um dos principais, senão o principal, problemas apontados à Constituição de 2010 diz respeito à eleição do Presidente da República. Sobre isso, o entrevistado 02 fala que,

Entrevistado 02: [...] o sistema eleitoral de noventa e dois mantém-se na Constituição de 2010. Aí há um acordo completo, na altura foi muito discutido, particularmente com a UNITA, e foram dias e dias de discussão e houve mesmo um acordo, um acordo muito firme na altura, de tal maneira hoje ninguém põe em causa o sistema eleitoral. Portanto, a UNITA nunca levantou, pelo menos até agora, nunca pôs em causa o sistema, o modo de eleição dos deputados.

Pesquisadora: Mas o sistema mudou com a nova Constituição, não?

Entrevistado 02: Não, não... o que mudou foi o modo de eleição do Presidente da República, o sistema eleitoral eu vejo, que antes era um sistema de listas, as eleições de círculo nacional [...] E interessava tanto ao MPLA como à UNITA e aos outros, por que? Porque a lista fechada permite aos partidos ter um ascendente muito grande sobre os seus deputados, se é lista aberta o deputado não tem que estar comprometido com o partido, só quando ele entra, a lista fechada não, você começa a portar mal e na eleição seguinte tiram-no da lista. Então há este, digamos que a nível de uma série de questões o MPLA e a UNITA estavam de comum acordo.

O Presidente da República passou a ser eleito através de uma lista partidária nas eleições gerais (parlamentares) e, contrariamente do que se esperaria de um tal tipo de eleição, acumula a chefia do Governo e do Estado. O artigo 109º assim estabelece: “1. É eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do

d) **o sufrágio universal, directo, secreto e periódico na designação dos titulares electivos dos órgãos de soberania e do poder local;**

e) a laicidade do estado e o princípio da separação entre o Estado e as igrejas;

f) a separação e interdependência dos órgãos de soberania e a independência dos Tribunais” (ANGOLA, 1992 apud FEIJÓ et al., 2015, p. 98, grifo nosso).

partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais” (ANGOLA, 2010 apud FEIJÓ et al, 2015, p. 2477). É como se o Presidente fosse, portanto, um deputado eleito que não assume suas funções. Vital Moreira classificou o sistema político aprovado de caráter hiper-presidencialista – um presidencialismo superlativo – e Jorge Miranda igualou os poderes do Presidente angolano com aqueles estabelecidos pela Constituição Portuguesa de 1933 durante o regime autoritário de Salazar. O entrevistado 02, membro do Tribunal Constitucional, assim fala a respeito da Constituição de 2010:

[...] agora, quanto a mim houve um exagero no modelo [presidencial] em Angola, portanto eu penso... eu não estou em desacordo que se tenha encontrado um modelo em que o Presidente da República tem uma coincidência da maioria parlamentar, penso é que houve um exagero no sentido de ser um desequilíbrio de poderes, isso ao dar-se tantos poderes ao Presidente da República e não se ter previsto o sistema de equilíbrios com o Parlamento, por um lado, e por outro lado agravou-se mais isso com o modelo da concentração de poderes no Presidente, do Poder Executivo, deixou de haver um Conselho de Ministros com poderes próprios, e os Ministros... até 2010 os Ministros, portanto, tinham responsabilidade política e administrativa, respondiam para o Conselho de Ministros, e o Chefe do Conselho de Ministros era o Presidente, como é assim na maioria, quase todos os países que têm modelos presidenciais funcionam assim. E isso faz com que haja uma maior responsabilização individual. O Ministro sabe que se falhar vai ter que responder no Conselho de Ministros e o Parlamento sente-se mais à vontade até para exercer a sua função de controle... é mais fácil de criticar o Ministro do que criticar o Presidente, onde há países com lideranças políticas muito fortes, como é o caso de Angola. O nosso poder constituinte resolver que, por um lado, o Poder Executivo e os membros do governo passam a ser, os Ministros passam a ser meros auxiliares, o próprio Conselho de Ministros auxiliar do Presidente da República. Acho que a partir daí, por um lado enfraqueceu-se o Poder Executivo pensando-se que estava a fortalecer, o Poder Executivo, pra mim, enfraqueceu-se, deseresponsabilizou-se os Ministros e houve uma única concentração de responsabilidade numa única pessoa. O que é mau. Por outro lado, esse modelo funciona nos EUA, porque tem um contrabalanço muito forte que é o Congresso, que não é o caso daqui. Portanto, o modelo de muita concentração de poderes numa pessoa no Poder Executivo só é possível de funcionar se houver um forte poder de contrabalanço que é o Poder Parlamentar.

Esse mesmo entrevistado ressalta, ainda, que esse modelo de concentração excessiva dos poderes no Presidente trouxe uma série de fragilidades ao sistema. Assim, continua:

[...] nós criamos um modelo em que se expôs, aliás, eu ultimamente até utilizo uma figura por causa das corridas que existem de alta velocidade de mota, mota GP, eu disse, criaram uma mota, deram ao Presidente os poderes de mota muito forte, em que ele agora tem que conduzir essa mota sem capacete e sem proteção. Sem capacete e com roupa normal. À primeira curva ele espeta-se e não tem proteções, e num sistema presidencial qual seriam as proteções? Um Conselho de Ministros autónomo, membros do Governo com responsabilidade política própria a responderem-lhe quando fosse necessário, não diretamente ao Parlamento, porque o modelo não permite essa... mas permite a própria maioria parlamentar do mesmo partido estar mais à vontade para apresentar as críticas, porque hoje cada vez que um grupo, um deputado, mesmo da maioria parlamentar, critica alguma coisa no Governo, está a criticar o Presidente. Então a maioria parlamentar está numa posição que não sabe bem o que fazer, se eu critico estou a criticar o Presidente, que é o Presidente do Partido, se não critico estou a fazer mal ao país... então estamos nessa situação, penso eu, extremamente exposta numa figura como é o Presidente da República que, desde 2012 a 2016, em quatro anos, viu a sua figura, que foi sempre uma pessoa muito respeitada, foi sempre uma pessoa muito resguardada de tudo, de repente exposta e

com todas as críticas que hoje aparecem, hoje toda a gente critica o Presidente, o que era pensável há três, quatro anos.

Guedes (2007) aponta que diversos jus-comparatistas têm ressaltado o caráter multidimensional dos ordenamentos jurídicos africanos, em virtude da coexistência entre ordenamentos jurídicos locais e importados. A partir disso, ele se questiona se existiria um movimento de adequação da Lei à realidade local em determinados países africanos e de que maneira essa narrativa pode ser mobilizada para justificar um sistema de dominação. O autor aponta que três famílias explicativas se desenvolveram para dar conta desse contraste verificado na África pós-colonial: culturalistas, historicistas e políticas. A nós interessa a família culturalista sobre a qual tocamos no primeiro capítulo dessa dissertação. A tônica das explicações culturalistas se baseia em:

[...] formulações que tomam por objeto as eventuais correspondências existentes entre configurações simbólico-representacionais locais e formatos bem ou mal vistos como sendo ‘importados’ [...] A compatibilidade e a inteligibilidade são aqui as palavras-chave: um instituto ou instituição são tão mais facilmente aceites quanto melhor se coadunarem, sem turbulências, com o que são encarados como todos os pré-existentes dotados de um equilíbrio mais ou menos estável (GUEDES, 2007, p. 17).

Para ele exemplos disso são os trabalhos produzidos por Carlos Feijó e Raul Araújo, que se baseiam em explicações culturais para explicar a dinâmica do poder estatal em sociedades africanas – note-se que ambos fizeram parte de momentos constitucionais importantes na história de Angola. Com efeito, a centralidade de explicações que remontam a uma natureza particular do poder na África pode ajudar a explicar a configuração que se adotou na Constituição Angolana. Raúl Araújo (2009), por exemplo, destaca que as populações africanas veem o Presidente da República como a encarnação do poder – pelo que não se justificaria a existência de um Primeiro-Ministro. Feijó (2007), por sua vez, apontou que, para compreender a Lei constitucional angolana, seria necessário examinar a ordem jurídica angolana, a sua constante idiossincrática, isto é, a representação coletiva e o modelo-tipo ideal desta sociedade.

Partindo disso, Feijó (2007) afirma que na sociedade angolana, dentre os elementos que formam hoje a constante idiossincrática, está a chefia unipessoal e o conselho consultivo, uma vez que tanto no período pré-colonial, como no período colonial, a organização político-econômica era estruturada na chefia unipessoal controlada por um conselho de notáveis. No período pós-independência essa ideia de chefia unipessoal foi reforçada, com órgãos coletivos de controle. No plano Constitucional ainda também o foi, sendo o Presidente da república a figura principal do sistema político desde sempre, acompanhado por órgãos colegiais que o assistem no exercício dos seus poderes. Fundamentalmente a respeito disso, ele afirma que, a seu ver, “[...] a constante idiossincrática angolana aponta, claramente, para uma opção de sistema

de Governo presidencialista. O semi-presidencialismo, estou hoje mais certo que ontem, não é o melhor sistema de Governo para Angola” (FEIJÓ, 2007, p. 43).

Carlos Feijó sublinhou que a Constituição que viria a ser aprovada em Angola desempenharia importante papel no processo de unidade e reconciliação nacional. Ou, precisando melhor, que a Constituição teria um papel integrador, fornecendo base e estabilidade a outros processos políticos. Com efeito, verificamos no caso de Angola como o processo de negociação constitucional assumiu papel central na vida política nacional, particularmente dentro da lógica de construção de uma ordem social pós-guerra. Esse processo foi marcado pela tentativa do governo do MPLA em atingir um grande consenso nacional, capitalizando seus esforços em promover uma sociedade reconciliada. No entanto, no centro disso estava o interesse em cristalizar, pela via constitucional, um sistema de governo de forte pendor presidencialista que, ao que tudo indica, favoreceria o projeto de dominação do MPLA. Independentemente das justificativas aventadas, o sistema de governo angolano se desenvolveu, desde os idos da década de 1970, tendo como denominador comum a identificação de um centro de poder no Presidente da República, consolidado na Constituição de 2010.

4.4 Conclusão do capítulo

Analizamos, ao longo desse capítulo, o processo constitucional angolano da passagem da II para a III República. Isso foi feito fundamentalmente em dois momentos. Primeiramente, apresentamos o contexto sobre o qual o processo constitucional emergiu e se desenvolveu. Ao longo desse processo, observamos que a plataforma negocial criada pelo Protocolo de Lusaka foi fundamental para criar as bases sobre as quais o processo de negociação constitucional se desenvolveu. Isso porque, em Lusaka MPLA e UNITA concordaram acerca da formação de um governo de transição nacional, pelo qual seriam criadas as bases da reconciliação e de um grande consenso nacional. A Constituição, mormente, balizaria uma nova ordem social.

A formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional aproximou diversas lideranças da UNITA ao governo, permitindo que esse fomentasse o surgimento de facções dentro da oposição. Com isso, a UNITA de Savimbi se viu enfraquecida, abrindo caminho para uma solução militar final à guerra civil. Esse processo veio acompanhado de um movimento de concentração do poder do Estado junto ao Presidente José Eduardo dos Santos. A solução militar, cristalizada na morte de Jonas Savimbi, consolidou o poder do MPLA e, fundamentalmente, do seu Presidente, concedendo ao partido vastos poderes negociais para o que viria no pós-guerra.

Como vimos, o processo de negociação constitucional teve início com a criação de uma Comissão Constitucional, em 1998. No entanto, em virtude da guerra, os seus trabalhos iniciaram, concretamente, somente após 2002. Finda a guerra civil, o processo constitucional assumiu destaque na vida política nacional porque a Constituição definiria as bases sobre as quais o Estado angolano seria erigido. Aos diversos partidos políticos, portanto, era fundamental cristalizar pontos de interesse na Lei fundamental. O MPLA buscou consolidar um sistema político com forte concentração do poder do Estado no Poder Executivo e, particularmente, no Presidente da República. O apoio da oposição era necessário por três razões: em primeiro lugar, após longos anos controlando a máquina estatal, era importante que o MPLA se mostrasse disposto a dialogar e consolidar um Estado reconciliado e não um regime imposto. Em segundo lugar, o mesmo argumento era fundamental para legitimar um sistema hiperpresidencialista internamente e externamente. Por fim, dialogando com a oposição, o governo tinha a possibilidade de enfraquecer a oposição e cristalizar um regime de dominação.

As bases disso foram fundadas sobre um discurso de reconciliação e consenso nacional. Com efeito, o governo buscou negociar e aproximar seu projeto da oposição. Houve uma série de concessões, especialmente a respeito dos símbolos nacionais. A oposição, no entanto, parece ter calculado mal seu poder negocial e perdeu algumas vitórias importantes. Nas eleições de 2008, o MPLA consolidou sua força, ao que tudo indica tendo suas ações de reconstrução nacional reconhecidas pela população. Além disso, a UNITA, que ainda representava a principal força de oposição, perdeu muito do seu prestígio, inclusive nas regiões onde detinha uma presença histórica. As divisões na UNITA parecem fundamentais para compreender o que de fato aconteceu e por que o partido se posicionou da forma que o fez no processo constitucional.

5 CONCLUSÃO

Ao longo dessa dissertação analisamos o papel atribuído à Constituição para a construção de uma ordem pós-guerra civil em Angola, fundamentalmente as diversas estratégias que os agentes políticos promoveram para cristalizar seus interesses nessa Lei. O ponto de partida que guiou a feitura da pesquisa foi examinar como o MPLA, partido no poder desde a independência, mantém um projeto de dominação política em Angola e, ainda, como José Eduardo dos Santos se perpetuou no poder entre 1979 e 2016. Verificamos que a Constituição do pós-guerra, aprovada em 2010, é uma das bases sobre as quais esse sistema se apoia. As Constituições, nesse sentido, podem ser compreendidas como mapas de poder, sobre as quais os agentes visam inserir encaixes institucionais e cristalizar seus interesses de modo mais inerte.

A hipótese aventada nessa pesquisa foi a de que o processo constitucional angolano foi instrumentalizado pelo MPLA de modo a consolidar um sistema político, na ordem social pós-guerra, de forte pendor presidencial, mantendo, assim, a estrutura de poder configurada pelo MPLA desde 1975. Constatamos que, de fato, isso ocorreu e que não foi um processo particular ao caso angolano, mas que um movimento de presidencialização e concentração do poder do Estado pode ser verificado de modo mais ou menos generalizado em diversos países do continente africano. Para isso, os partidos mobilizaram uma série de recursos. O MPLA buscou, num primeiro momento, cooptar parcelas da oposição, visando o estabelecimento de um grande consenso nacional em torno de determinados pontos de interesse comum. Isso não foi possível, ao que tudo indica em virtude de uma mudança na Presidência da UNITA e adoção de uma postura mais avessa à transação constitucional. A manufatura constitucional foi retomada em 2009, após realizadas as primeiras eleições legislativas do pós-guerra. O MPLA, que obteve maioria hegemônica no Parlamento pode, então, aprovar a Constituição de 2010 à revelia dos consensos obtidos anteriormente e levando em consideração seu projeto de Estado.

Nossa pesquisa foi feita mediante mapeamento e análise do processo de negociação constitucional entre o MPLA e a UNITA e que delimitou a passagem da II para a III República de Angola. Nesse sentido, procuramos examinar como foram aparecendo novos atores, novos temas no debate, e a forma pela qual as negociações se desenrolaram entre 1998 e 2010. Observamos que vários fatores contribuíram para a adoção do modelo de Constituição que se consolidou em Angola e que esse processo, longe de representar aspectos singulares a esse país, insere-se num amplo debate constitucional que se desenvolveu no continente africano, em

virtude das especificidades políticas, econômicas e sociais do terreno continental. Em outras palavras, constatamos que o movimento de presidencialização e concentração do poder do Estado aventado em Angola ocorreu em diversos outros países desde os anos 1960, ancorado em atos constitucionais.

Nossa proposta, portanto, foi realizar um enquadramento histórico mais amplo, no qual a própria história constitucional angolana se insere. Isso foi feito no primeiro capítulo da dissertação. O giro histórico sobre a lógica do exercício do poder na África pós-colonial percorreu o período das primeiras independências até a abertura liberal dos anos 1990. Ao longo desse processo, verificamos um manifesto processo de reificação do poder do Estado e ascensão de partidos dominantes ao poder, alavancados a partir de um discurso baseado na necessidade de construção da nação, do desenvolvimento e, por vezes, na ideia de uma natureza específica que a democracia assumiria na África. Os partidos dominantes ou únicos, no entanto, nem sempre foram capazes de conter as forças de desintegração e instabilidade que se desenvolviam paralelamente. Com efeito, a partir dos anos 1960 verificou-se uma fase de alta instabilidade, marcada por tentativas de golpe de Estado e conflitos violentos dos mais diversos vieses.

A independência de Angola, em 1975, inseriu-se nesse contexto de fragilidades e amplos processos de desestabilização no continente. Nesse sentido, para além das motivações ideológicas que movimentaram o projeto político do MPLA naquela altura, a conjuntura regional e continental impactou as escolhas aventadas. Adicionalmente, em Angola havia outros movimentos demandando o controle do Estado, pelo que os esforços de concentração e centralização do poder estatal foram prementes. Assim, desde as primeiras reformas constitucionais, ainda nos anos 1970, constatamos que a presidencialização do sistema político angolano sempre foi o norte constitucional, assente na justificativa dos esforços necessários frente à guerra, que seriam melhor executados mediante a operação de um Estado forte.

Posteriormente, com a abertura política dos anos 1990, muitos países adotaram sistemas multipartidários, que foram demarcados com novas Constituições. Note-se, portanto, que as Constituições amarravam transições políticas importantes. De fato, como apontou Wing (2008), mais de 57 Constituições foram adotadas em 41 Estados africanos desde 1989. Assim o foi em Angola: a escrita e construção da Constituição foi alavancada como documento central para arrematar a transição da guerra civil para um novo momento na história do país e garantir, sobretudo, estabilidade. Logo, era fundamental que o processo negocial envolvesse os principais agentes em guerra e fosse construída com o maior consenso possível. De todo modo, contrariamente ao que pode parecer, isso não necessariamente significou mudanças drásticas em relação aos regimes existentes até então, muito menos em relação aos partidos que

controlavam o Estado. Com efeito, muitos dos partidos dominantes ou até mesmo líderes há muitos anos no poder foram reciclados. Em Angola, como é sabido, esse foi o caso de José Eduardo dos Santos e do próprio MPLA: o primeiro se manteve no governo até 2016, e o MPLA continua atuante como partido dominante na vida política nacional.

A partir dessa constatação, podemos examinar qual o papel destinado às constituições na vida política de um Estado. A constituição se tornou documento padrão mais ou menos generalizado mundo afora, representando a base organizativa de um Estado, fundamentalmente de distribuição e organização das diversas formas pelas quais o poder se manifesta. A ideia clássica de constitucionalismo, muitas vezes interpretada como o próprio Estado Democrático de Direito, aponta a Constituição como garante das liberdades e direitos fundamentais de um povo, de proteção contra os possíveis abusos de poder daqueles que regem o país. Na prática, no entanto, o que verificamos é que a própria ideia de Constituição é um conceito contestado, produto de disputas e litígios. De todo modo, em virtude da dominação legal-racional característica dos Estados modernos, a Constituição representa importante operador simbólico, sendo, assim, fundamental aos agentes que nela cristalizem seus interesses.

Olhamos para a Constituição, portanto, como um instrumento do poder, uma forma de se edificar a legitimidade e ancorar a governabilidade. A base do nosso argumento foi que as Constituições podem ser analisadas como mapas de poder, que os atores desenham e instrumentalizam para a consecução dos seus interesses, enriquecida com o conceito de encaixe institucional. A inserção de determinados pontos numa Constituição oferece, assim, o potencial de elevar a disputa para um patamar mais confortável. Uma outra faceta importante assumida pelas Constituições e que destacamos no caso de Angola diz respeito à transformação de conflitos. Nesse sentido, a Constituição assume o papel de criadora de uma nova ordem social, símbolo de um recomeço na vida de uma nação. Dessa forma, a Constituição edifica aquilo que é universal em uma sociedade e, de preferência, aquilo que também é consensual.

O caso de Angola é representativo do cenário de recomeço e transformação do conflito, apontados, respectivamente, por Ackerman (1997) e Hart (2001). Desde a plataforma estabelecida pelo Protocolo de Lusaka, a adoção de uma nova Constituição assumiu um papel central na transformação do conflito angolano e transição política via transação. Em outras palavras, procurou-se estabelecer uma transição marcada pelo consenso entre as partes, negociada ao seu máximo. Com isso, acreditou-se que seria possível estabelecer uma sociedade reconciliada e assente no compromisso das partes com a paz, o desenvolvimento e a promoção do bem-estar social para seu povo.

Foi com base nessa narrativa que as negociações constitucionais se desenrolaram em Angola, desde a criação da Comissão Constitucional, em 1998, até a adoção da Constituição, em 2010. Ao longo desse processo, portanto, MPLA e UNITA buscaram concordar com determinados pontos da Constituição, particularmente no que diz respeito à distribuição e exercício do poder político. Como vimos ainda no primeiro capítulo, o Estado assumiu um papel central nas sociedades africanas e, nesse sentido, controlar o Estado era uma forma importante de exercer a dominação.

Os interesses do MPLA e da UNITA eram muito diversos entre si. Enquanto que o MPLA surgiu como um movimento urbano que buscava a modernização do país, a UNITA se estabeleceu como uma terceira via tanto ao MPLA quanto à FNLA, visando ser representativa de todo o povo angolano – leia-se, das diversas etnias e, particularmente, das populações rurais do centro-sul de Angola. A UNITA apresentava, portanto, um projeto político muito mais descentralizado que o MPLA, defendendo, por vezes, um Sistema Presidencialista-Parlamentar e um Estado unitário com descentralização política e administrativa, criando entes territoriais autônomos e autarquias. Já o MPLA, enquanto governo, defendia um Estado unitário e Presidencialista com forte concentração dos poderes no Presidente da República. As razões que justificam tais escolhas podem ser compreendidas observando-se desde as opções ideológicas até o contexto histórico em que Angola se tornou independente e o MPLA assumiu o poder. Nossa pesquisa fia-se sobretudo na segunda, em virtude não só das tentativas de balcanização que poderiam vir a ocorrer em um Estado federado, mas também do medo do tribalismo e do retorno à guerra civil.

Voltemos ao exame do processo de negociação constitucional. Verificamos que, a partir dos trabalhos de uma Comissão Constitucional formada no início de 1998, as lideranças de UNITA e MPLA deram início ao processo de discussão para elaboração da Constituição. Isso se deu por meio de debates na Assembleia Nacional, e pela via da negociação direta entre os interlocutores. No entanto, em 31 de agosto de 1998, o governo do MPLA suspendeu a UNITA do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, por esta não ter assumido os seus compromissos e atrasado as negociações. Diante disso, uma parcela de lideranças da UNITA que apoiavam o Protocolo de Lusaka se desprende do comando de Savimbi e, em Luanda, retomaram as negociações para uma transição para a paz diretamente com o MPLA. Posteriormente, formaram o Comitê de Renovação da UNITA que, reconhecido como oposição oficial ao governo, foi chamado a negociar o processo de transição política para a paz. Embora não tenha obtido apoio da bancada parlamentar da UNITA, fomentou o surgimento de uma série de outras dissidências no seio do partido. No fim, Savimbi se viu isolado dentro do próprio

movimento que criou e, junto com sua coluna presidencial, minguiu entre os anos de 1999 e sua morte, em 2002.

Junto às tratativas de cooptação da oposição, ocorreu um processo de concentração do poder dentro do próprio MPLA, iniciado com o Acórdão 17/98, de 21 de dezembro, em que houve uma interpretação da Lei Constitucional de 1992 e determinou-se, a favor do Presidente da República, que este era o Chefe de Governo e não o Primeiro-Ministro. Posteriormente, houve um afastamento, pelo Congresso do MPLA de 1998 de uma ala que iria contra a tendência hiper-presidencialista dentro do partido, como Lopo do Nascimento, França-Van Dúnem e Marcolino Moco, e a extinção subsequente do próprio cargo de Primeiro-Ministro. Esse processo foi justificado em nome da necessidade de manter os esforços da guerra e de estabelecer consensos.

Finda a guerra civil, o processo de negociação constitucional se desenrolou até 2004, quando a oposição se retirou das negociações, em virtude do constante adiamento das eleições presidenciais pelo MPLA. Há fortes indicativos que esta decisão esteja associada a uma mudança na liderança da UNITA, com a ascensão de Isaías Samakuva à Presidência do partido, figura vinculada a uma ala mais conservadora e que, no passado, fora bastante próxima de Savimbi. A Comissão Constitucional foi, então, extinta, e os debates constitucionais só foram retomados após as eleições de 2008, com a formação de nova Comissão Constitucional, desta vez com maioria absoluta do MPLA, que obteve 81,64% dos votos nas urnas. Isso permitiu ao MPLA aprovar a Constituição em 2010 sem debate com a oposição ou respeito aos acordos feitos até então no que diz respeito à lógica do exercício do poder do Estado e, particularmente, à eleição do Presidente da República que, contrariamente ao que se espera de um sistema presidencialista, é feita mediante um sistema de listas pelas eleições parlamentares e não por sufrágio direto. Esse instrumento favoreceria o MPLA, partido dominante e historicamente priorizado pelo eleitor. Se a eleição fosse direta, o eleitor poderia priorizar direcionar o voto a algum indivíduo e não ao partido como um todo.

As linhas da dominação do MPLA podem ser visualizadas no sistema político angolano que ficou consagrado pela constituição de 2010. Durante o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, em que adotou-se, em conjunto com a UNITA, um governo semi-presidencialista de transição para a paz, as tendências de presidencialização e concentração de poderes no Presidente já eram observáveis (ARAÚJO, 2009). Neste ponto, Jon Schubert destaca, em relação ao Presidente José Eduardo dos Santos que “[...] A confirmação de seu governo através de eleições democráticas foi apenas o último passo no processo de consolidação da estrutura de poder singular de Angola, centrada na presidência e no partido dominante”

(SCHUBERT, 2009, p. 409, tradução nossa)²⁰³. As respostas para essas questões são bastante complexas, sendo difícil apontar uma única solução. Alguns analistas, por exemplo, apontam a influência do poder “tradicional” na cultura africana, com base na centralidade do “pai/chefe de família”, como se o Estado fosse uma extensão da esfera doméstica.

O entrevistado 02 aventou uma hipótese para explicar o processo de concentração do poder do Estado em Angola. Seu argumento, inserido na narrativa acerca da manifestação do poder político nas sociedades africanas, é de que o sistema político adotado em Angola seria uma personalização do poder no Presidente José Eduardo dos Santos. Ele assim fala:

[...] digamos que hoje o Presidente, a figura do Presidente Zé Eduardo, depois de todos esses anos, é uma pessoa, é uma figura muito forte, do ponto de vista da sua personalidade, da sua maneira de estar, e acho que, pelo menos eu, se é a crítica que posso fazer, acho que a direção do MPLA, e falo na direção do maior do seu Bureau Político – Comissão Permanente, como chamam lá fora –, não tem muitas das vezes coragem de expor ao Presidente o que pensa sobre uma ou outra questão. [...] Agora, isso é um... todo um processo de liderança de muitos anos, o que eu entendo é que se o Presidente disser, fazer o que já anunciou, que sai da política em 2018, todo o sistema político vai mudar em Angola, mesmo que não mude a Constituição. Com a mesma Constituição, o que eu entendo é que os poderes que o Presidente Zé Eduardo hoje tem nenhum Presidente mais vai ter em Angola. Mesmo que seja do MPLA, com a mesma Constituição, porque, porque ele hoje tem consensos muito fortes, tem, e tem unanimidades e tem autoridade, principalmente sobre as Forças Armadas, sobre a política do MPLA, enfim, sobre as várias, em muitas... para além das críticas que são feitas. Mas há uma altura em que há dois Presidentes, um lá diz, *“eu penso, a minha posição é essa”*, e as pessoas aceitam; agora, se vem um ou outro, se vier um ou outro líder, os outros vão se sentir mais à vontade de dizer: *“bom, isso é o que tu pensas, mas não é o que eu penso, portanto, ou vamos discutir ou vamos entrar em desacordo”*.

Ainda que assim possa ter sido, é questionável se isso se manterá na prática. José Eduardo dos Santos saiu da Presidência em 2016, sendo substituído por João Lourenço que vem atuando de maneira assertiva enquanto Presidente. Com efeito, até o momento de feitura dessa dissertação, demitiu e cassou diversos quadros afeitos a José Eduardo dos Santos, incluindo seus filhos Isabel dos Santos e Zénu. Se, de um lado, fica a questão a respeito da possibilidade de alguma figura desempenhar um papel de tamanho destaque como aquele desempenhado por José Eduardo, de outro fica a já manifesta evidência de João Lourenço como um salvador da pátria angolana dos seus algozes corruptos. Se movimento apenas aparente ou não, tudo indica que o Presidente permanecerá como pedra angular de todo o sistema político angolano ainda por um tempo e que, ao menos do ponto de vista da distribuição do poder, a descentralização prometida ao nível das províncias ainda demora a acontecer.

²⁰³ No original: “[...] The confirmation of his rule through democratic elections is thus only the last step in the consolidation process of Angola’s singular power structure, centered on the presidency and the dominant party” (SCHUBERT, 2009, p. 409).

Também se desenvolveu uma forte ala que destaca o movimento clientelista e patrimonialista dos Estados africanos, com base numa dicotomia entre tradição *versus* modernidade, ao passo que outros estudiosos destacam, ainda, a herança marxista-leninista do governo do MPLA. Análises que vão na direção do patrimonialismo para explicar as relações de poder nas sociedades africanas se tornaram lugar comum na academia. Na prática, observa-se a alocação de diversos termos para explicar mais ou menos o mesmo processo, alguns mais radicais expondo uma natureza de Estado falhado/colapsado/falido, enquanto outros optam por conclusões menos severas, na direção do clientelismo enquanto base de sustentação do Estado. O estudo de Chabal e Daloz (1999), por exemplo, obteve importante reconhecimento nesse espectro: na opinião dos autores verifica-se o surgimento de um novo sistema político africano, caracterizado pela informalização da política, que atua racionalmente no reino do não-policidado, do não-codificado. Nesse sentido, o Estado, em verdade, nunca se institucionalizou propriamente, pelo fato de nunca ter se emancipado da sociedade. Esse tipo de conclusão, na nossa opinião, simplifica processos complexos e coloca a causa de diversos problemas africanos no universo da sociedade. Com isso, não apenas reforça estereótipos dos mais diversos acerca das sociedades africanas – e a necessidade de medidas de “tratamento” social induzidas do exterior, como foram as reformas dos anos 1990 – como também desvia o foco da esfera das estruturas de poder, em particular da dominação.

Frente a todas as possibilidades que o objeto em questão enverga, é importante adicionar à análise do fenômeno sociológico o fator tempo, que comporta o caráter transitório das sociedades africanas (SYLLA, 1977). Embora a realização da pesquisa seja feita a partir de uma opção metodológica de considerar mais propriamente as estruturas de poder do Estado – as formas com que foram construídas e se manifestam na atualidade – o procedimento científico demanda que se considere a dinâmica daquela sociedade como um todo. Por isso mesmo, o fenômeno social observado nesta dissertação é compreendido enquanto *processo* social, relacional e heterogêneo. Sobretudo, foi com base nessa perspectiva que extraímos nossa agenda de pesquisa futura, centrada na UNITA.

Note-se que além de constituir uma literatura escassa, os trabalhos que tratam especificamente sobre a UNITA centram-se às voltas de Jonas Savimbi e da etnia Ovimbundu. Certo é que ainda hoje há grande incompreensão sobre o que foi esse movimento, como surgiu e se desenvolveu, e o que representou para aqueles que em seu nome lutaram. Com efeito, verifica-se um cenário de disputa de narrativas acerca da história de Angola, pendendo a favor da prosa sustentada pelo MPLA. Como verificamos ao longo dessa dissertação, as divisões na UNITA, instrumentalizadas ou fomentadas pelo governo, foram fundamentais para o desfecho

da guerra e para as negociações constitucionais. A princípio, parece possível apontar a existência de uma relação entre recrutamento e lealdade no ativismo empreendido pela UNITA, o que explicaria o fato de muitos guerrilheiros terem se mantido fieis à liderança de Savimbi, ao passo que muitas das lideranças da UNITA se afastaram da opção militar. Sobretudo, a retirada dos partidos de oposição da Comissão Constitucional em 2004, após diversos pontos de interesse comum acordados, aponta para o fato de a UNITA, contrariamente ao que muitos autores veicularam, ter constituído um movimento político armado bastante heterogêneo, dinâmicas essas que ainda se refletem no processo de tomada de decisão do partido. De destacada importância histórica para o continente africano, particularmente para a África Austral, o confronto político entre a UNITA e o governo pouco contribuiu para debates sobre o surgimento de movimentos violentos, sobre o ativismo de alto risco e as dinâmicas de recrutamento e lealdade política, apesar de apresentar potencial analítico robusto e que pode ser cotejado com outros casos, como na própria América Latina. É sobre essa realidade que olharemos nos anos vindouros.

REFERÊNCIAS

Monografias e periódicos acadêmicos:

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State (1977). **Journal of Historical Sociology**, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1998;
- ACKERMAN, Bruce. The Rise of World Constitutionalism. **Faculty Scholarship Series**, paper n.º 129, 1997.
- AHLUWALIA, Pal. **Politics and Post-colonial Theory: African Inflections**. Londres: Routledge, 2001;
- AKE, Claude. **Democracy and Development in Africa**. Washington: The Brookings Institutions, 1996;
- AKIBA, Okon. Constitutional Government and the Future of Constitutionalism in Africa. In: AKIBA, Okon (Ed.). **Constitutionalism and Society in Africa**. Cornwall: Ashgate, 2004.
- ARAÚJO, Raul Carlos Vasques. **O Presidente da República no sistema político de Angola**. Luanda: Casa das Ideias, 2009;
- BALANDIER, Georges. **Sociologie des mutations**. Paris: Éditions anthropos, 1970;
- _. **As Dinâmicas Sociais: Sentido e Poder**. São Paulo: Editora Difel, 1976;
- _. **A desordem: elogio do movimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a;
- _. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b;
- _. **Sentido e Poder**. Mangualde: Edições Pedago/ Luanda: Edições Mulemba, 2014;
- BANGURA, Yusuf. Authoritarian Rule and Democracy in Africa: A Theoretical Discourse. Discussion paper n. 18, **United Nations Research Institute for Social Development**, março de 1991;
- BARRY, Boubacar. The one-party system, multiple parties and constitutionalism in Africa. In: SHIVJI, Issa (Ed). **State and Constitutionalism: an African debate on democracy**. Harare: SAPES, 1991;
- BECK, Teresa. Staging Society: sources of loyalty in the Angolan UNITA. **Contemporary Security Policy**, v. 30, n. 02, p. 343-355, Agosto de 2009;

BENJAMIN, Walter. Critique of violence. In: **Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings**. Nova Iorque: Schocken Books, 1978, p. 277-300;

BIAYA, T. K.. Quelle démocratie pour l'Afrique? Réflexions sur ses possibilités et ses caractéristiques. 1998;

BITTENCOURT, Marcelo. As Eleições Angolanas de 1992. **Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 7, n. 2, p. 170-192, 2016;

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014;

BOUTROS-GHALI, BOUTROS. **L'Organisation de l'Unité Africaine**. Paris: Librairie Armand Colin, 1969;

BRATTON, Michael; VAN DE WALLE, Nicolas. **Democratic Experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997;

BUCHMANN, Jean. **L'Afrique Noire Indépendante**. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1962a;

_. La tendance au présidentielisme dans les nouvelles Constitutions négro-africaines. **Civilisations**, v. 12, n. 01, p. 46-74, 1962b;

BURAWOY, Michael. **The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition**. Berkeley: University of California Press, 2009;

CAFUSSA, Alberto Colino. **O GURN entre a Guerra e a Paz**. Mangualde: Edições Pedagogo/Luanda: Edições Mulemba, 2014;

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument (African Issues)**. Bloomington: Indiana University Press, 1999;

CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010;

CHIVUKUVUKU, Abel. A Relação entre o processo de revisão constitucional e a realização das segundas eleições gerais em Angola. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. (Eds.). **Law and Disorder in the Postcolony**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006;

COMAROFF, John L. Reflections on the Colonial State, in South Africa and Elsewhere: Factions, Fragments, Facts and Fictions. **Social Identities**, v. 4, n.3, p. 321-361, 1998;

CONAC, Gérard. L'évolution constitutionnelle des états francophones d'Afrique noire et de la République Démocratique Malgache. In: CONAC, Gérard (Ed.). **Les Institutions Constitutionnelles des Etats d'Afrique Francophone et de la République Malgache**. Paris: Economica, 1979;

CORREIA, Adérito; SOUSA, Bornito de. **Angola – História Constitucional**. Lisboa: Almedina, 1996;

COTTREL, Jill; GHAI, Yash. The state and constitutionalism in postcolonial societies in Africa. In: BAXI, Upendra, et al. (Eds.). **Law's Ethical, Global and Theoretical Contexts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

DIAMOND, Larry. Class formation in the swollen African State. **The Journal of Modern African Studies**, v. 25, n. 04, p. 567-596, dez. 1987;

DIAS, Joffre P. F. **Angola: from the Estoril Peace agreement to the Lusaka peace accord (1991-1994)**. Genebra, 1995;

DORMAN, Sara Rich. Post-Liberation Politics in Africa: Examining the Political Legacy of Struggle. **Third World Quarterly**, v. 27, n. 06, p. 1085-1101, 2006;

EKEH, Peter. The Impact of Imperialism on Constitutional Thought in Africa. In: AKIBA, Okon (Ed.). **Constitutionalism and Society in Africa**. Cornwall: Ashgate, 2004;

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A.. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010;

EYOH, Dickson. African Perspectives on Democracy and the Dilemmas of Postcolonial Intellectuals. **Africa Today**, v. 45, n. 3/4, p. 281-306, Jul. – Dez. 1998;

FANON, Frantz. **The Wretched of the Earth**. New York: Grove Press, 2004;

FAURÉ, Yves-André. Les constitutions et l'exercice du pouvoir em Afrique noire: Pour une lecture différente des Textes. **Politique Africaine**, n. 01, março 1981;

FEIJÓ, Carlos Maria. O Semi-Presidencialismo em Angola. Dos Casos à Teorização da *Law in The Books* e da *Law in Action*. **Revista Negócios Estrangeiros**, n. 11.4 Especial, p. 29-43, setembro de 2007;

FEIJÓ, Carlos Maria, et al. **Constituição da República de Angola**. Coimbra: Edições Almedina, 2015;

GHAI, Yash. The Theory of the State in the Third World and the Problematics of Constitutionalism. In: GREENBERG, Douglas, et al. (Eds.). **Constitutionalism and Democracy. Transitions in the Contemporary World**. Oxford: Oxford University Press, 1993;

_. A Journey Around Constitutions: Reflections on Contemporary Constitutions. **South African Law Journal**, v. 122, n. 4, p. 804-831, 2005;

GOMES, Catarina Antunes. **De Como o Poder se Produz: Angola e suas transições**. 2009. 464 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra;

GONIDEC, P. F.. Esquisse d'une typologie des régimes politiques africains. **Pouvoirs**, n. 25, p. 63-78, 1983;

GUEDES, Armando Marques. Os Processos de Constitucionalização dos Estados Africanos Lusófonos entre Factos e Normas. **Revista Negócios Estrangeiros**, n. 11.4 Especial, p. 06-28, setembro de 2007;

GUEDES, Armando Marques et al. **Pluralismo e legitimação: a edificação jurídica pós-colonial de Angola**. Coimbra: Almedina, 2003;

HART, Vivien. Constitution-making and the transformation of conflict. **Peace & Change**, v. 26, n. 02, p. 153-176, 2001;

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola Explicada: Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka**. Dezembro de 1999;

IHONVBERE, Julius O.. Where is the Third Wave? A Critical Evaluation of Africa's Non-Transition to Democracy. **Africa Today**, v. 43, n. 04, p. 343-367, out.-dez. 1996;

ISUMONAH, V. Adefemi. Imperial Presidency and Democratic Consolidation in Nigeria. **Africa Today**, v. 59, n. 01, p. 43-68, 2012;

JENKINS, J. C.; KPOSOWA, A. J.. Explaining military coups d'État: Black Africa, 1957-1984. **American Sociological Review**, v. 55, n. 06, p. 861-875, 1990;

KANYINGA, Karuti. Contestation over Political Space: The State and the Demobilisation of Opposition Politics in Kenya. In: OLUKOSHI, Adebayo O. (Ed.). **The Politics of Opposition in Contemporary Africa**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1998;

KASFIR, Nelson. Relating class to state in Africa. **The Journal of Commonwealth & Comparative Politics**, v. 21, n. 03, p. 01-20, 1983;

KHAGRAM, Sanjeev. Democracy and Democratization in Africa: A Plea for Pragmatic Possibilism. **Africa Today**, v. 40, n. 04, p. 55-72, 1993;

KILSON, Martin L.. Authoritarian and Single-Party Tendencies in African Politics. **World Politics**, v. 15, n. 02, p. 262-294, jan. 1963;

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010;

KI-ZERBO, Joseph, et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010;

LAVALLE, Adrian Gurza, et al. Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência. **Centro de Estudos da Metrópole**, Texto para discussão n. 019/2017;

LAVROFF, Dmitri Georges. Démocratie et parti dominant. **Le Monde Diplomatique**, fevereiro 1974;

_. **Les Systèmes Constitutionnels en Afrique Noire: Les États Francophones**. Paris: Éditions Pedone, 1976;

_. **Les Partis Politiques en Afrique Noire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978;

LEWIS, W. Arthur. **La Chose Publique en Afrique Occidentale**. Paris: S.É.D.É.I.S., 1966;

LIONS, Monique. **Constitucionalismo y Democracia en el África Recién Independizada**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1964;

LOXLEY, John. The Berg Report and the Model of Accumulation in Sub-Saharan Africa. **Review of African Political Economy**, n. 27/28, p. 197-204, 1983;

MAFEJE, Archie. **Democracy, Civil Society and Governance in Africa**. 1998;

MAMDANI, Mahmood. State and Civil Society in Contemporary Africa: Reconceptualizing the Birth of State Nationalism and the Defeat of Popular Movements. **Africa Development/Afrique et Développement**, v. 15, n. 3/4, p. 47-70, 1990;

_. Social Movements and Constitutionalism in the African Context. In: SHIVJI, Issa (Ed). **State and Constitutionalism: an African debate on democracy**. Harare: SAPES, 1991;

_. Africa: Democratic Theory and Democratic Struggles. **Economic and Political Weekly**, v. 27, n. 41, p. 2228-2232, out. 1992;

_. **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University Press, 1996;

_. **When Victims Become Killers. Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2001;

_. **Define and Rule: Native as Political Identity**. Cambridge: Harvard University Press, 2012;

MAZRUI, Ali A. The Blood of Experience: The Failed State and Political Collapse in Africa. **World Policy Journal**, v. 12, n. 01, p. 28-34, 1995;

_. Procurai primeiramente o reino político.... In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010;

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 62, n. 1, p. 03-37, 1992;

_. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001;

_. O princípio autoritário. In: MBEMBE, Achille. **África Insubmissa: Cristianismo, Poder e Estado na sociedade pós-colonial**. Mangualde: Edições Pedagogo/ Luanda: Edições Mulemba, 2013;

MCGOWAN, Patrick. African Military coups d'État, 1956-2001: Frequency, Trends and Distribution. **The Journal of Modern African Studies**, v. 41, n. 03, p. 339-370, 2003;

MERLE, Isabelle. "La situation coloniale" chez Georges Balandier: Relecture historique. **Monde (s)**, n. 04, p. 211-232, 2013;

MESSIANT, Christine. Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition – I – De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais. **Lusotopie**, p. 155-210, julho de 1994;

_. A propos des "transitions démocratiques": Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais. **Africana Studia**, n. 2, 1999;

_. A caminho de que paz? **História**, ano XXV (III série), n. 51, dezembro de 2002;

_. Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia: a economia política de Angola – sistema político formal e sistema político real, 1980s-2004: a reconversão duma dominação hegemónica. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Edições Firmamento, 2006.

MINTER, William. **Apartheid's Contras. An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique**. Londres: Zed Books, 1994;

MKANDAWIRE, Thandika. Comments on Democracy and Political Instability. **Africa Development/Afrique et Développement**, v. 13, n. 03, p. 77-82, 1988;

MOCO, Marcolino. **Angola – Estado-nação ou Estado-etnia política?** Lisboa/Luanda: Marmoco Criações, 2015;

MUDIMBE, V. Y.. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988;

MURHULA, Toussaint Kafarhire. Democracy in Africa: An Experiment in progress. **Promotio iustitiae**, n. 109, p. 01-07, 2012;

NDULO, Muna. The Democratic State in Africa: The Challenges for Institutional Building. **Cornell Law Faculty Publications**, paper n. 63, p. 70-101, 1998;

NYONG'O, Peter Anyang'. State and Society in Kenya: The Disintegration of the Nationalist Coalitions and the Rise of Presidential Authoritarianism. **Africa Development/Afrique et Développement**, v. 11, n. 04, p. 175-216, 1986;

_. Africa: The Failure of One-Party Rule. **Journal of Democracy**, v. 03, n. 01, p. 90-96, jan. 1992;

ODHIAMBO, E. S. Atieno. Democracy and the Ideology of Order in Kenya: 1988-1996. In: AKIBA, Okon (Ed.). **Constitutionalism and Society in Africa**. Cornwall: Ashgate, 2004;

OKOTA-ONYANGO, J. Constitutionalism in Africa: Yesterday, Today and Tomorrow. In: OKOTA-ONYANGO, J. (Ed.). **Constitutionalism in Africa: Creating Opportunities, Facing Challenges**. Kampala: Fountain Publishers, 2001;

OKOTH-OGENDO, H. W. O. Constitutions without constitutionalism: reflections on an African Political Paradox. In: SHIVJI, Issa (Ed.). **State and Constitutionalism: an African debate on democracy**. Harare: SAPES, 1991;

OLUKOSHI, Adebayo O.; LAAKSO, Liisa. The Crisis of the Post-Colonial Nation-State Project in Africa. In: OLUKOSHI, A.; LAAKSO, L. (Ed.) **Challenges to the Nation-State in Africa**. Motala: Motala Grafiska, 1996;

OSAGHAE, Eghosa E.. The state of Africa's second liberation. **Interventions: International Journal of Postcolonial Studies**, v. 7, n. 1, p. 01-20, 2005;

OTTAWAY, Marina. The crisis of the socialist State in Africa. In: ERGAS, Zaki (Ed.). **The African State in Transition**. Nova York: Palgrave Macmillan, 1987;

_. Liberation Movements and Transition to Democracy: The case of the A.N.C.. **The Journal of Modern African Studies**, v. 29, n. 01, p. 61-82, março de 1991;

PEARCE, Justin. Control, politics and identity in the Angolan Civil War. **African Affairs**, v. 111, n. 444, p. 442-465, julho de 2012;

PRESBEY, Gail M.. Criticism of multiparty democracy: Parallels between Wamba-dia-Wamba and Arendt. **New Political Science**, v. 20, n. 1, p. 35-52, 1998;

SALIH, Mohamed M. A.. Introduction: The changing governance role of African parliaments. In: SALIH, Mohamed M. A. (Ed.). **African Parliaments – Between Governance and Government**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005;

SANTOS, José Eduardo dos. Discurso na cerimônia de promulgação da Constituição da República de Angola. Luanda, 2010. In: FEIJÓ, et al., 2015. **Constituição da República de Angola: Enquadramento Histórico e Trabalhos Preparatórios**. Coimbra: Almedina, 2015, p. 2545-2550;

SCHUBERT, Jon. Angola. In: MEHLER, A.; MELBER, H.; WALRAVEN, K. (Eds.). **Africa Yearbook: politics, economy and society South of the Sahara in 2008**. Leiden: Brill, 2009;

SHIVJI, Issa G.. The democracy debate in Africa: Tanzania. **Review of African Political Economy**, v. 18, n. 50, p. 79-91, 1991;

_. State and Constitutionalism: A new democratic perspective. In: SHIVJI, Issa (Ed.). **State and Constitutionalism: an African debate on democracy**. Harare: SAPES, 1991;

_ . Problems of Constitution-making as consensus-building: The Tanzanian experience. In: SICHONE, Owen (Ed.). **The State and Constitutionalism in Southern Africa**. Harare: Sapes Books, 1998;

_ . The rise, the fall, and the insurrection of nationalism in Africa. Paper from Keynote Address to the CODESRIA East African Regional Conference held in Addis Ababa, Etiópia, 29-31 de outubro de 2003;

SINDZINGRE, Alice Nicole. État, Développement et Rationalité en Afrique: contribution à une analyse de la corruption. **Travaux et Documents**, n. 43, 1994;

SKLAR, Richard L.. The Nature of Class Domination in Africa. **The Journal of Modern African Studies**, v. 17, n. 04, p. 531-552, dez. 1979;

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter, et al (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985;

_ . **Protecting Soldiers and Mothers. The Political Origins of Social Policy in the United States**. Cambridge: The Belknap Press, 1992;

SOUTHALL, Roger. **Democracy in Africa: Moving Beyond a Difficult Legacy**. Cape Town: Human Sciences Research Council Publishers, 2003;

_ . The 'Dominant Party Debate' in South Africa. **Africa Spectrum**, v. 40, n. 01, p. 61-82, 2005;

SOUSA, Bornito de. Eleições e Estabilidade. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Edições Firmamento, 2006;

STUVOY, Kirsti. War Economy and the Social Order of Insurgencies: an analysis of the internal structure of UNITA's war economy. **Arbeitspapier**, n. 03, 2002;

SYLLA, Lanciné. **Tribalismo et parti unique en Afrique Noire**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977;

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011;

THOMASHAUSEN, André. Super-presidentialism in Angola and the Angolan Judiciary. In: FOMBAD, Charles M. (Ed.). **The Separation of Powers in African Constitutionalism**. Oxford University Press: Oxford, 2016;

TILLY, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003;

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2015;

TSHIYEMBE, Mwayila. **O Estado pós-colonial: factor de insegurança em África**. Mangualde: Edições Pedagogo/ Luanda: Edições Mulemba, 2014;

VALENTIM, Jorge. **Caminho para a paz e reconciliação nacional: de Gbadolite a Bicesse, 1989-1992**. Luanda: Mayamba Editora, 2011;

VAN DE WALLE, Nicolas. Presidentialism and Clientelism in Africa's Emerging Party Systems. **The Journal of Modern African Studies**, v. 41, n. 02, p. 297-321, jun. 2003;

WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. Multipartyism and Emancipative Politics in Africa: The case of Zaire. **Africa Development**, v. 18, n. 04, p. 95-118, 1993;

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000;

WING, Susanna D.. **Constructing Democracy in Transitioning Societies of Africa – Constitutionalism and Deliberation in Mali**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008;

YOUNG, Crawford. The African Colonial State and Its Political Legacy. In: ROTHCHILD, Donald; CHAZAN, Naomi (Eds.). **The Precarious Balance: State and Society in Africa**. Boulder: Westview Press, 1988.

_. Nation, Ethnicity, and Citizenship: Dilemmas of Democracy and Civil Order in Africa. In: DORMAN, Sara ; HAMMETT, Daniel ; NUGENT, Paul (eds.). **Making Nations, Creating Strangers: States and Citizenship in Africa**. Leiden: Brill, 2007.

Artigos e/ou matérias de Imprensa:

“A geração que esteve envolvida no conflito ainda não se despiu de alguns preconceitos” – Lukamba Gato”. **ClubK**, 16 de abril de 2014;

ARSÉNIO, Miguel. Eduardo dos Santos confirma “namoro” a membros da UNITA. **Diário Económico**, Lisboa, 04 de setembro de 1998;

Ausência da oposição pode comprometer o calendário eleitoral. **ANGONOTÍCIAS**, 13 de agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/1839/ausencia-da-oposicao-pode-comprometer-o-calendario-eleitoral>>. Acesso em: 02 out. 2018;

Bornito de Sousa acusa oposição de falta de sentido de Estado. **ANGONOTÍCIAS**, 14 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/886/bornito-de-sousa-acusa-oposicao-de-falta-de-sentido-de-estado>>. Acesso em: 02 out. 2018;

BORZELLO, Anna. Multi-party, no-party: Uganda's choice. BBC, 29 de junho de 2000. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/811226.stm>> Acesso em: 02 out. 2018;

Calendário eleitoral da oposição. **ANGONOTÍCIAS**, 03 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2053/calendario-eleitoral-da-oposicao>>. Acesso em: 02 out. 2018;

Comissão Constitucional pede postura clara à oposição. **ANGOP – Agência Angola Press**, 11 de agosto de 2004. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/33/Comissao-Constitucional-pede-postura-clara-oposicao,a6cc9534-fcb3-4d71-ba81-4ada67fb1015.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

CORDEIRO, Ana Dias. “A situação da UNITA está pior hoje do que há seis meses atrás” – Entrevista com Carlos Morgado. **Público**, Lisboa, 30 de maio de 2004;
Dissidentes da UNITA “promovem” Manuvakola. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 08 de setembro de 1998;

Eugénio Manuvakola deixou a UNITA. **Público**, Lisboa, 29 de agosto de 1997;
Eugénio Manuvakola foge para Luanda. **Diário de Notícias**, Lisboa, 29 de agosto de 1997;

FERREIRA, Ivone. Quadros da UNITA demitem Savimbi. **Diário de Notícias**, Lisboa, 03 de setembro de 1998;

FERREIRA, Luís Alberto. Nascimento “cai” da Direcção com 27 anos de luta no MPLA. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 11 de dezembro de 1998;

_. Velha guarda do MPLA tenta iludir a “degola”. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 09 de dezembro de 1998;

FIGUEIREDO, Xavier de. Quase a carregar no botão. **Jornal O Diabo**, Lisboa, 08 de setembro de 1998, Linha D’África;

FILIPPE, Celso. Eduardo dos Santos remodela governo. **Diário Económico**, Lisboa, 26 de novembro de 1998;

Gato afastado da direcção da UNITA. **Público**, Lisboa, 11 de julho de 2003;

Generais da UNITA querem cessar-fogo. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 11 de setembro de 1998;

GONÇALVES, Américo. Eugénio Manuvakola não fugiu da UNITA mas de Jonas Savimbi. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 31 de agosto de 1997;

Governo de Angola já legalizou a UNITA. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 12 de março de 1998;

HEITOR, Jorge. Samakuva é líder da UNITA com 78% dos votos. **Público**, Lisboa, 28 de junho de 2003;

_. UNITA afastou Manuvakola. **Público**, Lisboa, 17 de março de 1998;

Manuvakola pretende mudar “métodos” de Jonas Savimbi. **Diário de Notícias**, Lisboa, 31 de agosto de 1997;

MENDES, Pedro Rosa. Começou a terceira guerra civil angolana. **Público**, Lisboa, 09 de dezembro de 1998;

Moção de Estratégia do Líder inspira-se na Agenda Nacional de Consenso. **Portal de Angola**, 18 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2016/08/18/mocao-de-estrategia-do-lider-inspira-se-na-agenda-nacional-de-consenso/>>. Acesso em: 02 out. 2018;

MPLA apresenta calendário eleitoral. **ANGOP – Agência Angola Press**, 24 de agosto de 2004. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/MPLA-apresenta-calendario-eleitoral,e7d8bd48-38e9-4f0e-87ce-01b7de7b1b9e.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

MPLA e PNDA abordam registo eleitoral e Agenda Nacional de Consenso. **ANGOP – Agência Angola Press**, 18 de maio de 2006. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2006/4/20/MPLA-PNDA-abordam-registo-eleitoral-Agenda-Nacional-Consenso,6a028c20-38e1-48f7-ad02-9614614be411.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

MPLA e UNITA reafirmam validade dos compromissos assumidos. **ANGOP – Agência Angola Press**, 28 de agosto de 2004. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/MPLA-UNITA-reafirmam-validade-dos-compromissos-assumidos,e002dca1-b8e3-473f-a7b3-25b0625720ac.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

MPLA. “Históricos” afastados. **Público**, Lisboa, 10 de dezembro de 1998;

N’Zau Puna: “militarismo está a destruir a UNITA”. **Jornal de Angola**, Luanda, p. 05, 13 de setembro de 1992;

O “grande irmão” espreita a UNITA. **Diário de Notícias**, Lisboa, 08 de dezembro de 1998;

Ofensiva militar marca congresso do MPLA. **Diário Económico**, Lisboa, 07 de dezembro de 1998;

Oposição analisa calendário eleitoral divulgado pelo MPLA. **ANGOP – Agência Angola Press**, 25 de agosto de 2004. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/7/35/Oposicao-analisa-calendario-eleitoral-divulgado-pelo-MPLA,cc008d71-9b62-411b-8670-a8a88aea1f3e.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

Partidos da oposição apresentam calendário eleitoral. **ANGOP – Agência Angola Press**, 03 de setembro de 2004. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/8/36/Partidos-oposicao-apresentam-calendario-eleitoral,984eae00-6501-449a-b53a-8bfba252c60e.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

PEARCE, Justin. “O Governo venceu, mas não houve rendições”: entrevista com Lukamba Gato. **Público**, Lisboa, 05 de abril de 2002;

_. Cessar-fogo em Angola: assinado o acordo para acabar com uma das mais longas guerras de África. **Público**, Lisboa, 05 de abril de 2002;

Polícia angolana ocupou sede da UNITA em Luanda. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 04 de setembro de 1998;

Presidente reforça poderes em contexto de guerra. **Diário Económico**, Lisboa, 16 de dezembro de 1998;

Reacender da guerra ameaça angolanos. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 05 de setembro de 1998;

Retrospectiva 2004: Parlamento “fecha” com agenda eleitoral na forja. **ANGOP – Agência Angola Press**, 10 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/especiais/historico/retrospectiva-2004/2005/0/2/Retrospectiva-2004-Parlamento-fecha-com-agenda-eleitoral-forja,47bf46c2-eeb5-408a-80fe-bb897987684e.html>. Acesso em: 02 out. 2018;

Savimbi prepara resposta à suspensão da UNITA. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 02 de setembro de 1998;

_. Bancada da UNITA contra “dissidências”. **Público**, Lisboa, 10 de setembro de 1998;

_. Eduardo dos Santos quer “isolar” Savimbi. **Jornal de Notícias**, Lisboa, 06 de dezembro de 1998;

_. Lopo do Nascimento reage ao Congresso do MPLA. **Público**, Lisboa, 26 de dezembro de 1998;

_. MENDES, Pedro Rosa. Dissidentes são só cinco. **Público**, Lisboa, Internacional, 04 de setembro de 1998;

Testemunho de Alcides Sakala: com Savimbi, na fuga para a morte. **Público**, Lisboa, 04 de setembro de 2006;

UNITA corta relações com “troika” de observadores. **Público**, Lisboa, 25 de agosto de 1998;

UNITA em Luanda dividida. **Diário de Notícias**, Lisboa, 04 de setembro de 1998;

Unita pede uma semana para analisar futuro da Comissão Constitucional. **ANGONOTÍCIAS**, 21 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2321/unita-pede-uma-semana-para-analisar-futuro-da-comissao-constitucional>>. Acesso em: 02 out. 2018;

UNITA rejeita legalização. **Público**, Lisboa, 13 de março de 1998.

Documentação Oficial:

ANGOLA. Constituição. Lei de Revisão Constitucional n.º 18, de 14 de novembro de 1996. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 619-622;

ANGOLA. Constituição. Lei que cria a Comissão Constitucional n.º 01, de 20 de fevereiro de 1998a. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 623-627;

ANGOLA. Constituição. Lei que prorroga o mandato da Comissão Constitucional n.º 12, de 04 de dezembro de 1998b. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 629-630;

ANGOLA. Constituição. Princípios Fundamentais a ter em Conta na Elaboração da Futura Constituição de Angola. 2000, online. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/p_fut.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018;

ANGOLA. Governo empenhado na busca de Soluções para a Paz. **Notícias de Angola: Boletim Informativo da Embaixada da República de Angola**. Nº 15, dezembro de 2001

ANGOLA. Constituição. Lei que extingue a Comissão Constitucional n.º 12, de 17 de dezembro de 2004. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 639-640;

ANGOLA. Constituição. Lei de alteração à lei n.º 18/96, de 14 de novembro n.º 11, de 21 de setembro de 2005. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 631-634;

ANGOLA. Constituição. Lei que Revoga as Leis 18/96 e 11/05 n.º 10, de 21 de novembro de 2008a. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 641-642;

ANGOLA. COMISSÃO NACIONAL ELEITORAL DE ANGOLA. **Estatística das eleições de 2008**. 2008b. Disponível em: <<http://www.cne.ao/estatistica2008.cfm>>. Acesso em: 20 jun. 2017;

ANGOLA. Constituição. Lei que Cria a Comissão Constitucional n.º 02, de 06 de janeiro de 2009a. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Dogmático – A Nossa Visão**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 643-647;

ANGOLA. Constituição. Lei de alteração à Lei 02/09 n.º 03, de 26 de fevereiro de 2009b. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Histórico e Trabalhos Preparatórios**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 103;

ANGOLA. Constituição da República de Angola. FEIJÓ, Carlos (Coord.). **Constituição da República de Angola: Enquadramento Histórico e Trabalhos Preparatórios**. Coimbra: Edições Almedina, 2015, p. 2441-2538.